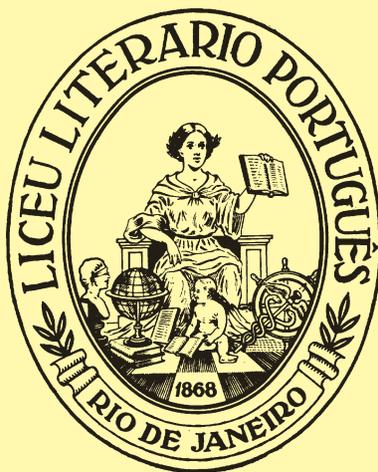


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multipulum ad unum



N.º 39/40 – 2.º semestre de 2010/ 1.º semestre de 2011 – Rio de Janeiro

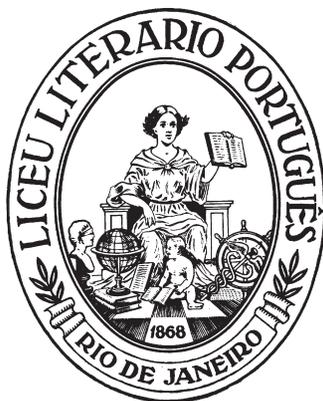
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO 2009/2010

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário: Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro: Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Maria Lêda de Moraes Chini
Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ângelo Leite Horto
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Eduardo Artur Neves Moreira
Carlos Jorge Airoso Branco

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Postdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Myriam Bernaroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosalvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Produção Gráfica

Lexikon Editora Digital
Rua da Assembléia, 93 3. andar
CEP 20011-000 – Rio de Janeiro – RJ
www.lexikon.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Si chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Pág

Apresentação.....	9
Uma Amostra do Tratamento Concedido às Classes de Palavras na Tradição Gramatical do Português	11
MARIA HELENA DE MOURA NEVES	
Gramática Analítica da Língua Portuguesa (Padre Massa).....	29
LEONOR LOPES FÁVERO	
MÁRCIA A. G. MOLINA	
A Lusofonia e uma Concepção de Política Linguística	48
NANCY DOS SANTOS CASAGRANDE	
NEUSA BARBOSA BASTOS	
VERA LUCIA HANNA	
Norma em curto: transgressões <i>pasquinianas</i>	57
TEREZINHA BITTENCOURT	
A Predição na Teia de Estratégias de Compreensão Leitora.....	81
VERA WANNMACHER PEREIRA	
A Questão do Segredo nas Antilínguas: Uma Visão Ecolinguística	92
HILDO HONÓRIO DO COUTO	
ELZA KIOKO NAKAYAMA NENOKI DO COUTO	
Processos de Intensificação Expressiva em Machado de Assis	111
CASTELAR DE CARVALHO	

Aspectos da Ausência da Delimitação de Interlocutor em Produções Textuais Escritas no Ensino Fundamental.....	122
RAFAELA DE CÁSSIA FRANZOI	
RENILSON JOSÉ MENEGASSI	
Aspetos Linguísticos na <i>Gazeta de Lisboa</i> : Proposta de uma Análise Histórico-Informático-Lexical.....	142
SUSANA FONTES	
Estudo Filológico de Manuscrito Setecentista dos Vereadores da Câmara de Cuiabá	164
KÊNIA MARIA CORRÊA DA SILVA	
ELIAS ALVES DE ANDRADE	
Evidências da Relação entre Duração Segmental e Percepção de Fricativas Surdas e Sonoras em Ataque Silábico.....	180
AUDINÉIA FERREIRA-SILVA	
VERA PACHECO	
Gêneros Discursivos e Ensino: uma proposta.....	201
ANGELA MARIA SOARES MENDES TADDEI	
Linguagem e Autismo: a questão dos “Pronomes Pessoais”	226
GLÓRIA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO	
O Estatuto Prosódico dos Nomes Aumentativos em	246
Português Arcaico	246
THAIS HOLANDA DE ABREU	
A Itália no Horizonte do Cural Del Rey	263
ZULEIDE FERREIRA FILGUEIRAS	
Júlio Ribeiro Polemista: Um Capítulo da História das Querelas Linguísticas no Brasil	283
MAURÍCIO SILVA	

Considerações Sobre o Impacto da *Grammaire Générale Et Raisonnée* de
Port-Royal (1660) no Tratamento da Sintaxe de Gramáticas Brasileiras do
Português do Século XIX..... 296

BRUNA SOARES POLACHINI

Resenha..... 315

Colaboradores deste número..... 322

APRESENTAÇÃO

Em mais um número duplo, *Confluência* traz a público uma série de estudos valiosos sobre o fenômeno da linguagem em vária dimensão. Reúnem-se neste volume estudos de especialistas brasileiros e estrangeiros que convergem para o denominador comum da investigação do fenômeno linguístico, não obstante pautados em aparatos teóricos diversificados. E é exatamente essa a trilha que vem seguindo a Linguística no panorama da ciência hodierna, em que caminhos por vezes díspares e metodologicamente contraditórios buscam, cada um a seu feitio, um melhor entendimento da faculdade que tem o homem de comunicar-se pela linguagem.

No conjunto dos trabalhos reunidos neste número duplo de *Confluência* podem identificar-se pesquisadores de fecunda e prestigiosa presença no cenário da Linguística contemporânea ao lado de jovens estudiosos que começam agora sua trajetória no mundo acadêmico. Com tal iniciativa, *Confluência* julga estar contribuindo para a formação de novos quadros na área dos estudos linguísticos, a par de estimular o fomento à pesquisa e incentivar o espírito heurístico que reside em cada pessoa que faz da investigação científica uma opção de vida.

UMA AMOSTRA DO TRATAMENTO CONCEDIDO ÀS CLASSES DE PALAVRAS NA TRADIÇÃO GRAMATICAL DO PORTUGUÊS

Maria Helena de Moura Neves

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / CNPq

RESUMO: Dentro de um estudo mais amplo do aparato que dirige o estabelecimento das classes de palavras na tradição da gramática, este estudo se centra no exame do tratamento da (sub)classe dos pronomes em dois grupos de manuais de gramática, de épocas diferentes. O cotejo se dirigiu especialmente pela noção geral que se tem de uma vinculação muito forte dos primeiros gramáticos com a lógica, e, na contraparte, de uma inserção das obras mais recentes no universo de uma ciência linguística, e, ao mesmo tempo, no universo de uma parametrização limitadora das ações e decisões.

PALAVRAS-CHAVE: gramática tradicional; classes de palavras; critérios de agrupamento; pronomes.

***ABSTRACT:** Within a broader study of the apparatus governing the establishment of word classes in grammatical tradition, this study is centered on examining the treatment of the (sub)class of pronouns in two grammar guide groups from different periods. The collation was especially oriented by the existing general notion of a very strong link of the first grammarians with logic and, as a counterpart, of an insertion of the most recent works in the universe of a linguistic science and, at the same time, in the universe of a parameterization limiting actions and decisions.*

***KEYWORDS:** traditional grammar; word classes; grouping criteria; pronouns.*

Introdução

Todos quantos se tenham dedicado ao estudo das classes gramaticais, tal como vem sendo a questão codificada e exposta nos manuais de gramática, têm-se defrontado com problemas que chegam a tocar a própria taxonomia estabelecida.

Poderíamos perguntar-nos, já de início, por que as gramáticas não têm obtido, por exemplo, uma definição unívoca das classes de palavras. Se há críticas nesse sentido, devem elas dirigir-se aos manuais em particular, ou temos de ir questionar, mais fundamentalmente, o próprio critério de estabelecimento das classes de palavras, ou, ainda, o próprio estatuto de classes dessa natureza?

A categorização do léxico é uma operação básica do espírito humano. Não estranha que as atividades de reflexão e operação sobre a língua se resolvam, na maior parte das vezes, com a catalogação dessas entidades mais evidentemente autônomas na análise dos usuários da língua, que são as palavras.

A preocupação com o estabelecimento, definição e reconhecimento das classes de palavras está em toda a história das reflexões linguísticas. Tal conhecimento é considerado indispensável para o reconhecimento das funções, compondo-se nessa ligação um todo imprescindível para a apreensão do sentido da frase, embora isso não implique defender que a cada classe corresponde uma função. Pelo contrário, essa falsa ligação constitui um engano, que tem raízes históricas e que é altamente perturbador.

São diversas as críticas que vêm sendo feitas à classificação tradicional, considerada deficiente até para as línguas indo-europeias. Citem-se argumentos de Vendryès, Sapir, Jespersen, arrolados por Adrados (1969, p. 293-294) sobre o fato de a classificação basear-se em critérios muito diversos e pouco sustentados, por vezes falsos, e sobre o fato de ser realmente difícil delimitar o conteúdo das classes ou subclasses. Ocorre, ainda, que uma classe pode aceitar categorias de outras, e, também, que aquilo que uma língua expressa por uma classe outra língua pode expressar por outra. Há perfeita funcionalidade no fato de, em uma mesma língua, determinadas formas terem mais de uma função, e pertencerem, mesmo, a mais de uma classe.

Tudo isto, porém, considera Adrados (1969, p. 294), não deve levar-nos a prescindir do estabelecimento das classes de palavras, nem a dizer com Sapir que elas refletem não tanto nossa análise intuitiva da realidade, mas nossa habilidade para organizar essa realidade num certo número de esquemas formais, ou seja, com recurso a um artifício.

A descrição das chamadas **classes de palavras** é sempre apresentada, nos manuais, em maior ou menor profundidade. A descrição, normalmente, percorre o caminho que parte de uma definição nocional, passa pela classificação (tanto de base nocional como de base morfológica) e, no caso das classes flexionais, chega à descrição da morfologia flexional. A preocupação evidente é, pois, definir a categoria e empreender uma subcategorização, formando um quadro paradigmático que, aparentemente, dá abrigo a todas as entidades da língua. A

vinculação dessas entidades a seu papel semântico, e, na contraparte, a organização dessas mesmas entidades na estrutura frasal são questões em geral não consideradas no capítulo referente a cada classe gramatical, ou consideradas à parte, em descrições paralelas.

O que se pode dizer, afinal, é que, de um modo geral, não se tem sabido muito bem o que fazer com as classes de palavras na sistematização da gramática. Esse é, seguramente, o compartimento mais vulnerável da organização gramatical: em parte, talvez, porque procura dar estatuto categorial a unidades (as “palavras”) que não têm estatuto definido em qualquer dos estratos linguísticos, segundo o desenvolvimento da teoria; em parte, porque representa um desvinculamento metodológico dessas unidades de toda a série de funções em que cada uma delas concomitantemente atua; finalmente, porque a interpretação tradicional vem prescindindo de uma investigação do comportamento das classes de palavras vistas na sua relação com a unidade maior, que é a real unidade em função, o texto.

1. As obras em exame

1.1 O critério de agrupamento

O projeto mais amplo a que pertence este estudo põe em exame 20 gramáticas representativas tradicionais que de algum modo abrigam o estabelecimento das classes de palavras na língua portuguesa. Essas obras vêm separadas em dois grupos, um de autores brasileiros do século XX (Grupo I) e outro de autores brasileiros e portugueses de épocas anteriores (Grupo II). É uma divisão arbitrária, que, no entanto, pode ter justificativa no fato de refletir significativamente a datação do desenvolvimento da ciência linguística¹.

Quanto ao fato de estarem abrigados no Grupo II autores portugueses e brasileiros, enquanto no Grupo I há apenas brasileiros, a justificativa se apoia na consideração de que a tradição mais antiga abriga muito poucos autores brasileiros², enquanto a partir do início do século XX contamos com diversas gramáticas brasileiras, que no geral passaram a ser muito mais consultadas do que qualquer gramática portuguesa.

1 Observe-se que João Ribeiro, cuja *Gramática Portuguesa – Curso Superior* teve a primeira edição em 1887, portanto no final do século XIX, foi incluído no Grupo I porque a edição usada, de 1933, é uma versão refundida pelo autor, que cita, no Prefácio, autores como Sousa da Silveira, Antenor Nascentes e Otoniel Mota.

2 Na amostra aqui oferecida, apenas Maximino Maciel e Júlio Ribeiro.

No Grupo I estão abrigadas 11 obras, que neste texto serão referidas como segue³:

AN – Antenor Nascentes
 AT – Artur de Almeida Torres
 BECH – Evanildo Bechara
 CO – Cândido Oliveira
 CEG – Cegalla
 CC – Celso Cunha
 ECP – Eduardo Carlos Pereira
 João R – João Ribeiro
 R Lima – Rocha Lima
 SA – Said Ali
 SL – Sousa Lima

No Grupo II estão abrigadas 9 obras, que neste texto serão referidas como segue⁴:

1. RL – Antonio José dos Reis Lobato, *Arte da gramática da língua portuguesa*; 1ª edição: 1770.
2. JSB – Jerônimo Soares Barbosa, *Gramática filosófica da língua portuguesa*; 1ª edição: 1822⁵.
3. AAC – Antônio Augusto Cortesão, *Nova gramática portuguesa*; 7ª edição: 1907⁶.

3 A escolha do modo de citação levou em conta, principalmente, o modo pelo qual o autor é mais conhecido. No caso de João Ribeiro e de Rocha Lima manteve-se o extenso ou no nome ou no sobrenome para não haver confusão com Júlio Ribeiro e com Reis Lobato, respectivamente, autores do Grupo II. A edição consultada vem apontada nas Referências Bibliográficas.

4 Do mesmo modo que na relação anterior, a edição utilizada vem apontada nas Referências bibliográficas no final do texto, devendo ser observado que a edição indicada é a mais antiga a que tive acesso. Devo fazer um agradecimento especial ao Professor Clóvis Barletta de Moraes que gentilmente pôs à minha disposição sua rica biblioteca, que conta com diferentes edições de todos esses autores examinados.

5 Segundo informação obtida de Clóvis Barletta de Moraes a obra foi concluída em 1803.

6 Diz C. B. MORAES (1986, p. 35-36): “Bento José de Oliveira publicou sua *Nova Gramática Portuguesa* em 1862. Ela teve vinte edições em vida do autor, tendo sido criticada por Leite Vasconcelos. Da obra de Antônio Augusto Cortesão se publicaram seis edições póstumas, emendadas e acrescentadas. A 26ª edição, que trazia indicação explícita de 6ª edição póstuma, tinha uma novidade: Cortesão, que foi um pioneiro lúcido e corajoso da simplificação da ortografia (...), já em 1904 ousava publicar sua obra – um livro escolar - na nova ortografia. A última edição saiu como sendo a 7ª, e traz apenas o nome de Cortesão.

4. ESD – Augusto Epifânio da Silva Dias, *Gramática portuguesa elementar*; 4ª edição: 1881⁷.
5. Júlio R – Júlio Ribeiro, *Gramática portuguesa*; 1ª edição: 1881.
6. AC – Adolfo F. Coelho, *Noções elementares de gramática portuguesa*; 1ª edição: 1891.
7. MM – Maximino Maciel, *Gramática descritiva*; 2ª edição: 1894.
8. RV – Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *gramática portuguesa*; 1ª edição: 1898.
9. CR – Ernesto Carneiro Ribeiro, *Serões Gramaticais*; 1ª edição, 1890.

1.2. A metodologia de exame.

Na pesquisa completa cada classe de palavra foi examinada separadamente, e segundo cada um dos grupos de autores. As formulações dos autores foram observadas no modo de conceituação – em geral na definição – de cada classe (e subclasses, quando pertinente), buscando-se, ao final, um cotejo das formulações dos dois grupos, para avaliação dos critérios de definição e de classificação segundo a época, e diretrizes implicadas.

1.3 A natureza da amostra apresentada.

Neste artigo, a atenção se dirige à híbrida classe dos pronomes, e a escolha se faz exatamente por essa característica de multiplicidade, a qual permite reflexões sobre as diretrizes de categorização. A partir daí são pertinentes incursões por algumas classes em cuja conceituação se reconhece alguma intersecção com conceitos ligados à classe pronominal. São elas, especialmente, o substantivo, o adjetivo, o numeral, o artigo, e, obviamente, a superclasse dos nomes, reconhecida por alguns dos estudiosos, particularmente os do Grupo II.

2. Reflexões sobre a conceituação das classes em exame e sobre as subclassificações.

2.1 Nome, substantivo, adjetivo, numeral e artigo.

No caso dessas classes, firmemente relacionadas, há um desencontro entre os mais antigos e os mais recentes, no estabelecimento de taxonomias. Por isso,

7 A 1ª edição dessa gramática é de 1876. Na 2ª edição, revista (Porto, Livraria Moré), a obra tomou a forma que conservou nas edições posteriores; o título era *Gramática Portuguesa* (Informações pessoais obtidas do Professor C. B. Moraes).

o exame das definições ocorrentes nas obras mais antigas (Grupo II) não pode ser considerado sem que se verifique qual extensão possui, nos diversos autores, cada classe examinada, porque ela é variada. Nesse sentido, o estudo mais amplo de que este artigo é amostra buscou estabelecer um recorte do campo que permitisse identificar o estatuto dessas quatro (sub)classes de palavras nos autores mais antigos. Neste texto apenas se invocam indicações pertinentes à amostra de exame que se propõe apresentar.

Por aí se entende a necessidade de que estas considerações se abram com alguma incursão pelo oferecimento dessa ampla classe que, no Grupo II, a maioria dos autores chama **nomes**.

Apresentam explicitamente uma classe dos nomes, ou permitem que ela seja pressuposta, seis desses nove autores mais antigos aqui considerados: RL, JSB, AC, AAC, ESD e RV. Para os quatro primeiros, nessa ordem de citação, a classe só tem duas subclasses, a dos substantivos e a dos adjetivos, e para ESD há uma terceira subclasse, a dos numerais. RV faz uma compartimentação bipartida completamente diferente, indicando como subclasses os **nomes de qualidade** (ou, simplesmente, **nomes**) e os **nomes de quantidade** (ou **nomes numerais**).

Definem a classe **nome** apenas dois desses autores: para RL, nome é a “voz com que se nomeiam as coisas, e suas qualidades” (p. 9), e, para RV, nomes são “palavras que empregamos no discurso para nomear ou designar – pessoas, animais, seres ou objetos de qualquer natureza; qualidades ou propriedades, ações, estados, quantidades” (p. 44). Vê-se, pois, que em RL já fica pronunciada a subclassificação em nomes substantivos e nomes adjetivos, e que em RV fica assentada a subclassificação em nomes de qualidade (ou, simplesmente, nomes) e nomes de quantidade (ou nomes numerais). Os outros quatro autores que estabelecem a classe dos nomes identificam substantivos e nomes substantivos, e, por outro lado, adjetivos e nomes adjetivos. ESD ainda identifica numerais e nomes numerais. JSB, além disso, usa **nome** como gênero para diferenciação específica tanto na definição de substantivo como na de adjetivo.

No Grupo II, como se indicou, não partem de uma macroclasse **nome** para o estudo apenas três gramáticos: CR, Júlio R e MM. Para CR e Júlio R **nome** é só o substantivo, que Júlio R define como “nome de um objeto, de uma cousa” (p. 58). Para MM, “a velha divisão clássica em nome, verbo e partículas” não está acorde “com as condições atuais das línguas” (p. 116).

Para observar a definição de substantivo, partamos do Grupo I, no qual todos os autores apresentam definições nocionais, sem nenhuma indicação de outra ordem. O conceito comum para **substantivo** é o de nominação, mas **nome**

não é, em geral, o gênero próximo sobre o qual se faz a diferenciação específica. Apenas SA (e seu seguidor BECH) usam o gênero **nome** na definição, e CO traz uma definição às avessas: “Tudo o que tem nome é substantivo” (p. 155), de onde, aliás, curiosamente se deduz que, para ele, *substantivo* é o referente, não o nome.

No Grupo II as definições também são nocionais, mas, como se verá, a seguir, nas referências ao tratamento desses autores para a (sub)classe **adjetivo**, as denominações **substantivo** e **adjetivo** são frequentemente e tranquilamente usadas para referência a funções. JSB acrescenta à definição nocional uma indicação aparentemente funcional, embora, pelo que se conhece da direção geral da obra, não se possa deixar de depreender o componente lógico subjacente à indicação.

Entre os autores do Grupo I, não reconhece uma classe de **adjetivos** apenas João R, que, entretanto, indica uma classe de **qualificativos**, na qual estão aquelas palavras que servem “para qualificar objetos” (p. 77), e indica uma classe de **determinativos**⁸ na qual estão os demais elementos que os autores em geral, bem como a atual Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), chamam **adjetivos**.

O critério usado pelos autores desse grupo é quase exclusivamente nocional. Todos eles apontam que o adjetivo indica “qualidade(s)”, e dois deles (CO e SL) se limitam a apontar tal indicação qualificativa da classe. Os outros nove autores especificam mais detidamente quais noções o adjetivo “expressa”, “exprime”, “denota”, “indica”, em relação ao substantivo a que ele se junta noções, aliás, bastante diversas: são “estado(s)”, “propriedade”, “característica(s)”, “condição(ões)”, “situações”, “modo de ser”, “aparência”, “aspecto”, “defeito”, “circunstância externa de existência”. A única indicação distribucional, e bem vaga, é feita por R Lima.

Quanto à conceituação de adjetivo no Grupo II, cabe observar a proposição de extensão e compreensão muito diferentes para essa (sub)classe, nos diversos autores. A concepção mais discrepante e mais antiga é a de RL, que inclui na classe dos adjetivos **pronomes** e **participios**. CR, por sua vez, considera o adjetivo uma espécie pertencente à classe dos **modificativos**, ao lado do verbo e do advérbio.

Para ESD, a subclasse **adjetivo** só abriga os qualificativos ou “adjetivos propriamente ditos”. É ao tratar dos pronomes que esse autor fala dos demais adjetivos:

8 Essa é uma classe geralmente proposta para abrigar grande contingente dos elementos comumente referidos como **pronomes**, o tema desta amostra de estudo.

para ele, a palavra **adjetivo**, “tomada em sentido amplo”, compreende, além dos adjetivos qualificativos, ou “adjetivos propriamente ditos”, os adjetivos determinativos, que são os nomes numerais, e são também os pronomes, “quando entram no discurso como adjetivos” (p. 15). Isso significa tomar **adjetivo** como função, o que é, realmente, a tônica entre os que o postulam como subclasse de **nome**.

RV diz explicitamente que **nome** é classe (p. 43), enquanto **nomes de qualidade** (ou, simplesmente, **nomes**) e **nomes de quantidade** (ou **nomes numerais**) são subclasses (p. 43), e enquanto **adjetivo** e **substantivo** são funções: “O mesmo nome pode muitas vezes ser aqui substantivo, ali adjetivo, seguindo a função especial que desempenhar no discurso.” (p. 46). Assim, **substantivo** e **adjetivo** recortam tanto a subclasse dos **nomes de qualidade** (ou, simplesmente, **nomes**) como a dos **nomes de quantidade** (ou **nomes numerais**). Essas funções se interseccionam, pois, com a subclassificação que vem proposta “por conveniência de método” (p. 44), e que tem base semântica, a partir da definição, também nocional, da classe dos nomes. Quanto às funções (a substantiva e a adjetiva), assim são elas definidas: os substantivos afetam no discurso, “uma significação que só poderá subsistir, quando aplicada a algum ser ou objeto, que se designa em separado” (p. 45).

Júlio R, embora estabeleça **substantivo** e **adjetivo** como classes, não estando, pois, no rol dos autores que postulam a classe **nome**, com subclassificação, sua concepção de adjetivo, bem como a de substantivo e a de pronome, é também funcional. Diz ele: “O que caracteriza terminantemente o adjetivo, e o discrimina de qualquer outra espécie de palavras, é a circunstância de andar sempre ligado a um substantivo ou pronome, na qualidade de atributo ou predicado.” (p. 64). A seguir diz o autor que, se o adjetivo vem a “preencher outra função, isto é, a figurar por si só, quer de sujeito, quer de complemento direto, quer enfim de complemento indireto, ele deixa de ser adjetivo para assumir qualificação diversa” (p. 64). Diz, ainda: “neste novo estado, os descritivos passam a ser tidos como substantivos e os determinativos como pronomes” (p. 64).

JSB, por sua vez, fala em “função” adjetiva, mas diz do adjetivo que ele “não exprime senão certas qualidades e ideias acessórias que supõem sempre outra ideia principal, na qual como em sujeito possam existir, e a quem sirvam de atributo para modificar” (p. 95-96).

O que se observa, no geral, é que, embora **adjetivo** seja, em geral, termo atribuído a uma função (dos nomes), as definições da (sub)classe são nocionais porque o que se define é o “**nome**” **adjetivo**. Assim, exatamente por sua inclusão entre os nomes, o adjetivo recebe uma definição nocional, que apenas se complementa com as indicações funcionais.

É muito grande a abrangência da classe dos adjetivos em alguns autores do Grupo II⁹, por isso a proposição de subclasses é bastante ampla e variada¹⁰. Não é pertinente, aqui, a observação de cada proposta, entretanto deve-se observar que a (sub)classe dos adjetivos abrange: os numerais em quase todos os autores¹¹; também os artigos em CR, MM e JSB¹²; e os pronomes em JSB¹³.

É praticamente impossível tentar visualizar em um quadro geral a comparação da conceituação de **adjetivo** entre os autores do Grupo I e os do Grupo II, principalmente em razão da diferença existente dentro de cada Grupo quanto à extensão e à compreensão da classe. Aliás, como se viu, nem para todos esses autores, **adjetivo** é classe de palavras.

Quanto ao artigo, seu tratamento é bastante diferente entre os dois grupos, e é no Grupo II que ele faz intersecção com o adjetivo e o com pronome.

Nos autores do Grupo I, a indicação mais geral refere-se ao fato de que o critério distribucional é utilizado por todos eles, já que o artigo tem posição fixa. Além disso, 50% dos manuais desse Grupo trazem à formulação as noções semânticas de “definição” e “indefinição”. BECH, que apenas faz a indicação distribucional, entretanto também prenuncia, na definição, a subclassificação dos artigos.

9 AC não faz subclassificação. Também não a faz RV, coerentemente com a sua concepção de **adjetivo**, como função. RL, por sua vez, também não faz uma subclassificação completa, mas, em capítulo à parte, arrola “algumas espécies do nome adjetivo”: numeral, pátrio, gentílico, positivo, comparativo e superlativo (p. 30-31); são especificações que vêm acompanhadas de definições nocionais. Para ESD, por outro lado, “adjetivos propriamente ditos” são só os qualificativos.

10 Quanto à variação de nomes para as subclasses, o termo **qualificativo** é usado por CR e por AAC (que também usa **atributivo**). Júlio R usa **descritivo**, mas diz, em nota, que “esse adjetivo se chama também qualificativo” (p. 61). MM diz que o termo **descritivos** bem como o termo **designativos** “estão mais de acordo com a gramática moderna que os termos **qualificativos** e **determinativos** (p. 123-124), que “apenas têm por si o longo uso” (p. 124). Usam o termo **determinativo** CR, Júlio R, AAC e JSB. Para os chamados **qualificativos** / **descritivos** / **atributivos**, JSB não usa termo genérico, apenas os chama de **explicativos** e **restritivos**, que, afinal, são nomes das espécies.

11 AC não faz subclassificação. Também não a faz RV, coerentemente com a sua concepção de **adjetivo** como função. RL, por sua vez, também não faz uma subclassificação completa, mas, em capítulo à parte, arrola “algumas espécies do nome adjetivo”: numeral, pátrio, gentílico, positivo, comparativo e superlativo (p. 30-31); são especificações que vêm acompanhadas de definições nocionais. Para ESD, por outro lado, “adjetivos propriamente ditos” são só os qualificativos.

12 Em CR, os artigos são os “indicativos”, “definitos” ou “puros”.

13 Como o faziam Dionísio o Trácio e Apolônio Discolo (NEVES, 2005, p. 166-167 e p. 189, respectivamente), JSB chama **primitivos** aos pronomes pessoais, e **derivados** aos possessivos.

Entre os autores do Grupo II, apenas RL, AAC, Júlio R e AC tratam o artigo como classe, e não como subclasse, devendo-se acrescentar que RL e Júlio R abrigam sob o rótulo **artigo** apenas o que hoje se chama **artigo definido**.

Nesse grupo II, CR, JSB e MM abrigam os artigos entre os adjetivos chamados **determinativos**, que são os que não qualificam. Dois autores abrigam os artigos na classe **pronome**: ESD considera que “o artigo definido pertence rigorosamente à classe dos pronomes demonstrativos (e, originariamente, é o mesmo que o pronome demonstrativo *o, a, os, as*) e o artigo indefinido à classe dos pronomes indefinidos” (p. 36); RV abriga os artigos entre os pronomes, para dizer, no tratamento da subclasse dos pronomes demonstrativos, que “*o*, quando exerce a função de adjetivo, chama-se artigo definido” (p. 63), e, no tratamento da subclasse dos pronomes indefinidos, que “este mesmo pronome indefinido *um*, quando adjetivo, é vulgarmente denominado **artigo indefinido**” (p. 65). Verifica-se, pois, que, em RV, **pronome** é classe, e **adjetivo**, mais uma vez, é função.

Quanto à definição, verifica-se que, enquanto 100% dos autores do Grupo I se prendem ao critério distribucional (a anteposição dos artigos), apenas 3 autores do Grupo II usam esse critério. JSB, por seu lado, mais uma vez não foge à sua preocupação com a função.

2.2 *Pronome.*

Em relação a esta classe de palavras em particular, tem pertinência, para o Grupo I, a consideração da existência de comprometimento do autor com a NGB, já que tal ligação interfere na própria delimitação da classe.

Dentre os autores desse Grupo, observe-se, primeiramente, que SS não traz definição, e que SL não define a classe geral dos pronomes, define somente as subclasses dos pronomes pessoais e dos determinativos. Quanto à definição da classe, CC é o único que não usa o critério referencial, e João R restringe a esse critério a sua definição. Verifica-se que os autores não comprometidos com a NGB (ECP, FC, João R e SA) apresentam maior variação nos seus critérios de definição. Aliás, em relação aos autores desse grupo, um importante observação é que a formulação de SA é bastante rastreada, e alguns – AAT, CO e R Lima – preferem, mesmo, citar (entre aspas) a definição do autor.

Quanto aos autores do Grupo II, apenas Júlio R, MM e RL se restringem ao critério distribucional, a grande maioria define o pronome combinando dois ou três critérios: o nocional e o referencial (AC e CR); o funcional, o referencial e o distribucional (AAC); o nocional, o referencial e o funcional (JSB). Afora CR e JSB, não se oferecem indicações nocionais, propriamente ditas;

Verifica-se que, no caso dos autores comprometidos com a NGB, a padronização é total. É interessante observar que coincide com essa organização pós-NGB a subclassificação feita por SA e SL, cujas obras são anteriores a ela.

O Quadro 2 mostra a subclassificação de pronomes feita pelos autores do Grupo II.

Quadro 2 – Subclassificação dos pronomes (Grupo II)

	AC	AAC	CR	JSB	Júlio R	MM	RL	RV	
Adjetivos determinativos	Articulares		x			x			
	Demonstrativos	x	x	x	x	x			
	Possessivos	x	x	x	x	x			
	Relativos	x							
	Conjuntivos	x	x	x	x				
	Indefinidos	x	x	x	x	x			
	Interrogativos				x				
	Distributivos					x			
Pronomes adjetivos	Demonstrativos	x				x	x	x	
	Possessivos	x				x	x	x	
	Relativos	x					x		
	Conjuntivos	x			x				
	Indefinidos	x				x	x	x	
	Interrogativos	x					x	x	
	Distributivos	x				x			
Pronomes substantivos	Pessoais	x	x	x		x	x	x	
	Demonstrativos	x	x			x	x	x	
	Possessivos	x	x				x	x	
	Relativos	x	x				x	x	
	Conjuntivos	x	x			x			
	Indefinidos	x	x			x	x		
	Interrogativos	x						x	

Observe-se, em primeiro lugar que AC, na verdade, não usa os termos **substantivo** e **adjetivo** para subclassificar os pronomes, preferindo falar em **pronomes absolutos** (que se empregam separados dos substantivos) e **pronomes ligados** (que se empregam ligados a substantivos) respectivamente. De várias subclasses, porém, ele diz que “empregam-se como os adjetivos e também como os substantivos” (p. 9-10). O que AC chama **determinativos** são *tal*, *mesmo* e *tanto*, que “determinam de modo especial os substantivos a que se referem” (p. 10).

O fato mais importante no tratamento dos pronomes nesses autores mais antigos refere-se à interferência da consideração de duas funções para os pronomes (como ocorre com os nomes): a substantiva e a adjetiva. Falam, explicitamente, disso RV, ESD, RL, Júlio R e MM.

A diversidade de proposições torna válida uma observação individualizada dos autores, o que se faz resumidamente a seguir.

RV distingue **pronomes substantivos** de **pronomes adjetivos** conforme eles substituírem, no discurso, um **nome substantivo** ou um **nome adjetivo**, respectivamente.

ESD fala de “pronomes como substantivos”, dando como exemplos *isto* e *aquilo*, e em “pronomes como adjetivos”, dando como exemplos “*estas crianças*” e “*aqueles vidros*” (p. 15).

RL diz dos pronomes: “Todos são adjetivos, tirando *Eu, Tu, Si*, que a opinião comum dos Gramáticos julga substantivos” (p. 33). Os pessoais estão incluídos nos demonstrativos.

JR também chama **substantivos** aos pronomes pessoais. Diz ele que o pronome substantivo é “o que está em lugar do substantivo sem limitá-lo por maneira nenhuma, ex.: *Ele fala* em vez de – *Pedro fala*” (p. 65), e que “o pronome adjetivo é o que está em lugar do substantivo, limitando-o ao mesmo tempo de alguma maneira, ex.: *este relógio é bom, aquele é ruim*”, onde “o pronome *aquele* está em lugar do substantivo *relógio*, e ao mesmo tempo limita-o, indicando a distância em que se acha a cousa que ele representa” (p. 65). Depois de subclassificar os pronomes adjetivos (demonstrativos, distributivos, conjuntivos, possessivos e indefinidos, (p. 66), Júlio R diz: “O pronome adjetivo (...) nada mais é do que o adjetivo determinativo empregado na sentença sem substantivo claro. Todavia nessa classe há pronomes essenciais que não são empregados como adjetivos, isto é, que não podem ser construídos com substantivos” (p. 66). Na relação estão: “os demonstrativos *isto, isso, aquilo*”; “os conjuntivos *que, quem, o que quer que, quem quer, quem quer que*”; “os indefinidos *al, algo, alguém, beltrano, fulano, homem, nada, ninguém, outrem,*

sicrano, tudo” (p. 66). O autor faz, ainda, uma observação: “Que nas frases interrogativas exclamativas emprega-se também adjetivamente, ex.: *Que homem aquele? Que mulher!*” (p. 66).

MM diz dos pronomes: “dividem-se em pronomes *substantivos* e pronomes *adjetivos*; estes são acidentais; aqueles essenciais” (p. 131). E, a seguir: “Os pronomes substantivos substituem sempre os nomes, pois não exercem outra função, ex.: *eu, ele, tu, nós, eles, ninguém.*” (p. 131). Por outro lado, os pronomes adjetivos “não substituem propriamente o nome, mas apenas lhe evitam a repetição, ex.: este homem e *aquele*, teu livro e o *meu*” (p. 131); constituem eles “uma função dos adjetivos designativos” (p. 131). Citando Grivet, diz MM que “até os próprios numerais têm igualmente força pronominal, ex.: eu tenho *um* livro e tu *dois.*” (p. 131). Verifica-se, aí, que o pronome é caracterizado como substituto¹⁴, para depois falar-se, no caso dos pronomes adjetivos, em “não substituir propriamente”. (p. 131). Na verdade, o critério “substituição”, que é sintático-distribucional, não poderia ser referido propriamente a **pronome**, apenas a **substantivo** e a **adjetivo**, o que significa que fica por definir, realmente, a “classe” dos pronomes.

JSB não faz dicotomização de tal tipo porque considera os pronomes – que, para ele, são só os pessoais (primitivos e derivados) – entre os adjetivos determinativos de qualidade especiais pessoais, “chamados pronomes” (p. 104). Isso significa que os outros adjetivos determinativos de qualidade especiais, que não os pessoais (os chamados **demonstrativos**), e que os adjetivos determinativos de quantidade (que abrangem, por exemplo, os que hoje chamamos **pronomes indefinidos**) não são considerados pronomes.

CR também afirma que somente os pessoais merecem a denominação **pronomes**, “pela razão se serem esses os únicos que designam determinada mente os seres pela ideia de sua pessoa, sendo redundante o epíteto *pessoais*, por isso que todos o são em rigor” (p. 307). Ele classifica como **substantivos comuns sintéticos**, ou **genéricos**, os pronomes: *isto, isso, aquilo, tudo, nada, algo, al, quem, alguém, ninguém, outrem, fulano, sicrano* e, em certos casos, *o* e *tal*. Tratando dos adjetivos, que separa em **determinativos** e **qualificativos**, CR inclui entre os últimos: *que (que gente!); qual* (sem anteposição de *o, a, os, as*); *um, uma* (“Deus é *um*”; “A verdade é sempre *uma*”); *tal; vário, diverso, diferente* (“o *vário* pintassilgo”).

Júlio R separa **adjetivos determinativos** e **pronomes adjetivos**, observando que estes nada mais são do que os determinativos empregados na sentença

14 O próprio título do item **Pronome** tem como subepígrafe: “Palavra de substituição”.

sem substantivo claro. Acrescenta, porém, nesta classe, os **pronomes essenciais** que não são empregados como adjetivos: *isto, isso, aquilo* (demonstrativos); *que, quem, quem quer, o que quer que* (**conjuntivos**); *al, algo, alguém, ninguém, nada, tudo* (**indefinidos**). O distributivo *cada* é sempre adjetivo determinativo, e se enquadra entre os indefinidos.

Para AAC, “os determinativos podem empregar-se com o valor de pronomes, isto é, valendo por substantivos”. Ex.: “Entre tantos livros, há *alguns* que não prestam” (p. 15). Para esse autor os pessoais se incluem entre os demonstrativos.

Em CR e JSB os demonstrativos abrangem os conjuntivos. Estes, por sua vez, abrangem os interrogativos, em JSB, mas não em CR, que coloca os interrogativos na classe dos adjetivos (subclasse dos qualificativos). AAC chama aos relativos, também, **conjuntivos**. Para Júlio R, **conjuntivos** não são só os relativos, pois nessa subclasse se incluem, como já se viu, expressões como *o que quer que, quem quer*. Os **determinativos** de AC são *tal, outro, mesmo, tanto*.

MM chama “pronome articular” ao artigo definido “sempre que substitui na proposição um substantivo anteriormente expresso”. O exemplo é “Este livro, melhor que o (livro) que compraste não é o (livro) de tua irmã” (p. 133).

Uma nova organização – bastante variada – de subclassificações feitas pelos autores do Grupo II para os pronomes, independentemente, agora, de função substantiva ou adjetiva, está no Quadro 3:

Quadro 3 – Subclasse dos pronomes independentemente de função (Grupo II)

	Pessoais	Possessivos	Demonstrativos	Relativos	Interrogativos	Indefinidos	Recíprocos	Distributivos	Conjuntivos	Determinativos	Articulares
AC	x	x	x	x	x	x	x			x	
AAC	x		x	x		x					
CR	x	x	x			x			x		x
ESD	x	x	x	x	x	x					
Júlio R	x	x	x			x		x	x		
MM	x		x	x		x					
RL		x	x	x	x		x				
RV	x	x	x	x	x	x	x				

Considerações finais

Especialmente no que diz respeito aos manuais contemporâneos, que constituem, em geral, obras do tipo “escolar”, pode-se dizer que a maioria deles traz definições que, de um lado, são complicadas demais, porque transferem para uma obra destinada a consulta não especializada conceitos que envolvem lógica e filosofia, e, de outro lado, são simplificadas demais, porque ignoram os diferentes sistemas da língua realizados como representações estruturais. A consequência é que, na definição de cada entidade, seleciona-se a caracterização que se considera seja a mais facilmente assimilável, mas, em seguida, considerada insuficiente (ou passível de complemento), tal definição tem de ser completada com acréscimo de especificações que, formalmente, se apresentam como definidoras, mas que, conceptualmente, não têm validade, e, ainda, operacionalmente, constituem simples recursos para reconhecimento formal das entidades, no curso da exercitação que se pretende.

Na verdade, aqui não se interpretam propriamente, as diferenças de formulação entre os autores mais antigos e os (quase) contemporâneos, entretanto fica claramente verificado que a unificação de nomenclatura que a NGB propiciou não se fez sem perda da reflexão sobre os fatos da língua, aqui, em especial, sobre a base de estabelecimento de taxonomias. Ora, estabelecido um recorte de campo único e imutável, os critérios de consideração tiveram de adaptar-se a nichos rigidamente estipulados, o que ocasionou alguma perda da reflexão pessoal dos autores sobre os fatos da língua. Assim, por exemplo, em muitos compartimentos da sistematização gramatical a semelhança de formulação e de análise entre os contemporâneos torna supérflua a consideração de mais de um manual para se prover formação ou informação para os professores de Língua Portuguesa, ou para os usuários em geral; por exemplo, pode-se considerar praticamente sem finalidade o exame de subclassificações (e suas decorrências) nesses autores, já que elas representam, no geral, a reprodução dos quadros da NGB. A perda de espaço de reflexão resultante da subordinação a um quadro fixo de entidades levou inevitavelmente a certa superficialidade das conceituações, e, até, a certa incoerência de critérios, por exemplo a consideração de **substantivo** e de **adjetivo** como classes, mas, a seguir, de **substantivo** e de **adjetivo** como funções (por exemplo, na subclassificação dos **pronomes**).

Afinal, nos manuais pós-NGB se verifica uma simplificação que não traz contraparte interessante, o que ocorre exatamente numa fase em que as conquistas da Linguística poderiam favorecer uma consideração menos comprometida com a lógica e mais científica do que a da tradição greco-latina. E,

afinal, dentro das peias oficiais de base, as formulações nem se desvinculam do que a tradição possa representar de desvantagem nem se enriquecem com os princípios seguros que a ciência linguística pode oferecer, atualmente, às reflexões.

Ora, se os autores mais antigos escancaram seu tributo às noções de uma pré-ciência para a linguagem, por outro lado a própria discrepância de considerações que os diversos autores exibem – aqui verificada apenas para a consideração da natureza da classe dos pronomes, e refletida na sua subclassificação – permite observar muito maior esforço de reflexão e de análise na base das propostas que se oferecem, concorde-se ou não com elas.

Referências bibliográficas

- ADRADOS, F. *Lingüística estrutural*. Madrid: Gredos, 1969.
- BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1822.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 11ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 12ed. São Paulo: Nacional, 1971.
- COELHO, A. F. *Noções elementares de gramática portuguesa*. Porto: Lemos & Cia. Editores, 1891.
- CORTESÃO, A. A. *Nova gramática portuguesa*. 7ed. Coimbra: F. França Amado Editora, 1907.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 5ed. revista. Belo Horizonte: Edição Bernardo Álvares, 1975.
- DIAS, A. E. S. *Gramática portuguesa elementar*. 4ed. revista. Lisboa: Livraria Escola de A. Ferreira Machado & Cia, 1881.
- HJELMSLEV, L. *Princípios de gramática general*. Versión española de F. P. Torre. Madrid: Gredos, 1976.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 17ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.
- LIMA, M. P. de S. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.
- MACIEL, M. *Gramática descritiva*. 11ed. aumentada e refundida. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1928.
- MORAES, C. B. Gramáticas portuguesas. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática*. SériEncontros. v. I. n. 1. Araraquara: UNESP, 1896, p. 35-42.

- NASCENTES, A. *O idioma nacional*. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2ed. revista. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- OLIVEIRA, C. *Revisão gramatical*. 12ed. São Paulo: Gráfica Biblos Editora, s.d.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. 113ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958. Curso Superior.
- RIBEIRO, E. C. *Serões gramaticais*. Bahia: Livraria Catilina, 1890.
- RIBEIRO, João. *Gramática portuguesa*. Curso Superior. 22ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.
- RIBEIRO, Julio. *Gramática portuguesa*. 1ed. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1881.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
- TORRES, A. de A. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 9ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- VASCONCELOS, A. G. R. *Gramática portuguesa*. Paris, Lisboa: Guilhard, Aillaud, 1898.

GRAMÁTICA ANALÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (PADRE MASSA)

Leonor Lopes Fávero
Universidade de São Paulo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Márcia A. G. Molina
Universidade de São Paulo
Universidade de Santo Amaro

RESUMO: Estudar uma gramática do passado à luz da História das Idéias Lingüísticas e da História Cultural é procurar entender nosso passado gramatical e perceber um momento histórico permeado de “agoras” (Benjamin, 1996). Nosso objetivo neste trabalho, então, é o de revisar a Gramática Analítica da Língua Portuguesa, do padre José de Noronha N. Massa, impressa em 1888, no Rio de Janeiro, pela Imprensa H. Lombaerts, avaliando como o autor traduziu os pensamentos gramaticais daquele momento em que nossos estudos passavam por importantes transformações, visto as reflexões trazidas pela gramática histórico-comparativa, inauguradas aqui por Júlio Ribeiro. Delimitamos nossas análises no âmbito das duas primeiras partes de sua obra: etimologia e sintaxe, deixando a parte material da língua para estudos futuros. O trabalho, como dissemos, insere-se na História das Idéias Lingüísticas, disciplina que traduz a idéia lingüística como todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalingüística, quer de uma atividade metalingüística não explícita (Auroux, 1989). Verificaremos também que, como religioso, Massa imprime em suas obras suas crenças e modo de ver o mundo, visto que, como ele mesmo afirma: A palavra, que é o único veículo do pensamento e a tanta gente põe em contato os homens entre si, é, sem dúvida o termômetro que regula e denuncia mesmo a sua queda e abatimento, como o seu progresso e civilização. (Massa, 1888)

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Analítica da Língua Portuguesa – História das Idéias Lingüísticas – História Cultural.

ABSTRACT: *Studying a grammar book from the past through the perspective of the History of Linguistic Ideas and Cultural History is to seek to understand our grammatical past and to take notice of a historical moment that is permeated by “nows” (Benjamin, 1996). Our objective in this paper, therefore, is to review father José de Noronha N. Massa’s Analytical Grammar of the Portuguese Language, printed in 1888 in Rio de Janeiro by the H. Lombaerts Publishing House, and analyze how the author translated the thoughts about grammar of that time, when our studies went through significant changes due to the reflections brought by the historical-comparative grammar, inaugurated in Brazil by Júlio Ribeiro. We limit the scope of our analyses to the first two parts of his work: etymology and syntax, leaving the material part of the language for further studies. This paper, as we have claimed, is inserted in the field of the History of Linguistic Ideas, a discipline that takes linguistic ideas the knowledge about a language constructed at a given moment, as a product of metalinguistic reflection or a non-explicit metalinguistic activity (Auroux, 1989). We will also observe that Massa, a clergyman, puts forth, in his works, his beliefs and way of looking at the world, since he himself affirms: the word, which is the only vehicle of thought and is capable of putting people in contact, is undoubtedly the thermometer that regulates and reports not only its own decay and collapse but also its progress and civilization. (Massa, 1888)*

KEYWORDS: *Analytical Grammar of the Portuguese Language – History of Linguistic Ideas – Cultural History.*

Preliminares

Nosso objetivo neste trabalho é o de revisar a Gramática Analítica da Língua Portuguesa, do José de Noronha N. Massa, impressa em 1888, no Rio de Janeiro, pela Imprensa H. Lombaerts, avaliando como o autor traduziu os pensamentos gramaticais daquele momento em que nossos estudos passavam por importantes transformações, visto as reflexões trazidas pela gramática histórico-comparativa, inauguradas aqui pelo estudioso Júlio Ribeiro.

Por uma questão de delimitação, restringiremos nossas análises no âmbito das duas primeiras partes de sua obra, que discorrem sobre a etimologia e a sintaxe, deixando a parte material da língua para trabalhos futuros.

O trabalho insere-se na História das Idéias Lingüísticas, disciplina que compreende uma idéia lingüística como todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalingüística, quer de uma atividade metalingüística não explícita (AUROUX, 1989).

A História das Idéias Lingüísticas permite:

- estudarem-se não somente as antigas gramáticas portuguesas anteriores à de Adolfo Coelho (2ª metade do século XIX), como as primeiras escritas por brasileiros (as de Moraes Silva e de Frei Caneca, por exemplo);
- analisar-se qualquer outro saber fundado na ciência lingüística (obras gramaticais surgidas a partir do compêndio de Júlio Ribeiro (1881)

Somando-se a isso, Orlandi, 2001 (p.16) informa que fazer História das Ideias:

(...) nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Lingüística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. (...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.

Essa disciplina contempla também, como ensinam Fávero e Molina (2006) o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam, pois, de acordo com Aurox (op.cit.) o historiador deve projetar os fatos num hiper-espço que comporta essencialmente três tipos de dimensão:

- uma cronologia;
- uma geografia;
- um conjunto de temas.

É isso que faremos: nosso tema: a gramática, em relevo, a do Padre Massa, a cronologia: principalmente, o séculos XIX, a geografia: Brasil.

Contudo, como não podemos nos esquecer de Foucault para quem descreve ruma obra é falar de seu autor, começaremos falando brevemente do autor dessa gramática.

1. Do autor

O padre José de Noronha Nápoles Massa nasceu em 1822, em Sacramento de Itaparica, na Bahia, filho de José Pereira Rabelo e Maria Rosa Nápoles Massa. Foi ordenado em 30 de novembro de 1845 e em 1848 foi nomeado Capelão do 8º Batalha de Caçadores, exercendo seu ministério no Rio Grande do Sul, tendo sido pároco de Piratini de 1849 a 1855, permutando a paróquia com o pároco de Cruz Alta, onde ficou de 1855 a 1864. *Era sacerdote muito inteligente, latinista, notável orador, educador e escritor.*¹ Fundou em Cruz Alta uma escola de instrução primária e, em 1863, foi para Porto Alegre, onde lecionou em seminários. Nesta cidade fundou um colégio com internato e externato, nele atuando até seus últimos dias.

2. Da obra

Pedra Massa, já nas primeiras páginas de sua obra, publicada em 1888, mas escrita anos antes, na parte intitulada “Ao Leitor”, explicita o objetivo de sua gramática:

Livro destinado, para servir de arrimo à inteligência dos nossos compatriotas, contém ele teorias, que, bem meditadas, se fazem dignas de ser visadas (...)

Vai, pois, o nosso livro transitar por vossas mãos. Erguido do pó de nossa estante, onde permanecera, cerca de vinte anos, à instância de um Amigo, que se dignou de favoneá-lo, como o seu trabalho de revisor, vai hoje ser ele encaminhado até a altura de vossa apreciação.² (V)

Na seqüência, no “Bosquejo Analítico D’Esta Obra”, dentre outras informações, relaciona os autores em que se inspirara para a compor:

Coadjuvado poderosamente por Jerônimo Soares Barbosa especialmente na Sintaxe e na Prosódia, onde ele encerra tesouros inexauríveis de sua consumada maestria de filólogo, podemos talvez dizer que nestes dois Tratados avantajamos mais um passo em favor de nossa pátria (...)

1 História da Igreja do Rio Grande do Sul, Volume II, p.103,104

2 Atualizamos a ortografia para facilitar a leitura do texto.

Na Ortografia, ultima parte deste nosso esforçado trabalho acompanhamos quase *in limine* a teoria e método do ilustrado Sr. Coruja, por ser o ortografo, com quem mais simpatizamos (...)

Na Etimologia, é verdade, fomos um pouco mais eclético; pois adotamos ora a Jerônimo Soares, ora a Leoni, Constâncio, Monte-Verde, Pertence, Grivet, Dilermano da Silveira, Sotero dos Reis e o mesmo Sr. Coruja. (VII e VIII)

Como se pode perceber, tendo ela sido escrita antes de o modelo histórico-comparativo iluminar nossos estudos gramaticais, está, praticamente, toda calcada nas obras de orientação filosófica³. Por este motivo, alguns estudiosos, hoje, consideram-na de “segunda mão. Apesar disso, poderemos notar que o estudioso fornece-nos importantes contribuições, em especial, na discussão dos *verbos*, como ele mesmo afirma no *Bosquejo*:

Precisamos justificar-nos do alvitre, que tomamos, substituindo as antigas denominações dos tempos dos verbos outras, como se verá na parte, em que d’este tratamos.

A pouca precisão, com que pareceu-nos sempre ser tais tempos designados pela velha nomenclatura, que nem todos exprime fielmente as suas respectivas inflexões, lembrou-nos a adoção de outras denominações, que mais precisamente acompanham as diversas modificações que os verbos n’eles sofrem.

Salvaguardando-se de possíveis críticas advindas em virtude dessa “ousadia”, continua:

Censure-nos embora quem quiser por este alvitre, que tomamos, temos, sem dúvida mais razão em assim haveremos procedido, do que podem tê-la em considerar-nos por isso os que estranharem esta nossa justa e razoável inovação⁴.(ibid)

Como usuais as críticas, tecidas ou por estudiosos pares, ou por leitores atentos, o autor, previne:

3 A obra de Grivet, como já apontamos em trabalhos anteriores, finalizada em 1874 e publicada postumamente em 1881 representa uma transição.

4 Essas serão discutidas quando estudarmos essa classe gramatical.

Se não atingimos a um grão de perfeição, como a língua podia exigir de quem dela com empenho tratasse, é certo que o leitor ilustrado e justiceiro reconhecerá que é sempre esta a sorte das coisas humanas. (X)

E encerra esse *Bosquejo*, declarando:

Folgaremos, pois, se o nosso livro tiver a sorte de percorrer sem entraves esse espaço preenchido pelos homens amantes das letras pátrias; por cujas mãos ele houver de transitar.(ibid)

Chama-nos especial atenção o fato de utilizar várias vezes expressões que nos remetem à questão da *pátria*, da *nacionalidade*.... Lembremo-nos de que o Brasil tornara-se independente em 1822 e, na década de oitenta dos XIX, já estavam ocorrendo movimentos em prol de nossa República, portanto imprimir na obra caráter de nacionalidade era dar-lhe, com certeza, bastante credibilidade.

3. Do conceito de gramática e das partes da obra

O autor define gramática como a *arte que nos ensina as regras adaptadas à perfeição da dicção de qualquer língua, quer escrita, quer falada*. (p.5). Importante destacar que, já naquela época, considera a língua falada. Na sequência, informa que a gramática é bipartida em geral e particular, seguindo os passos da Gramática de Port-Royal. E, novamente, apoiado na gramática greco-latina, divide-a em quatro partes: etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia⁵. Na primeira, considera dez classes gramaticais: artigo, nome substantivo, nome adjetivo, pronome, verbo, participio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

3.1 Etimologia

Nesta parte, chama-nos a atenção o fato de, embora calcado nas gramáticas de inspiração filosófica, já considera o artigo e, em alguns exemplos, aponta-o como um elemento dêitico: “O artigo *o* em todos esses [exemplos] representa invariavelmente o designativo – isto -, referente sempre a ações dos verbos anteriores.(p.13)”

5 Como já nos referimos anteriormente, neste trabalho, por uma questão de delimitação, abordaremos somente as duas primeiras.

Os exemplos a que se refere o autor são similares ao a seguir transcrito: “O autor desta gramática vai descansar e o faz , porque está fatigado....(p.12)”

Destacamos que a tendência gramatical hodierna não é mais considerar este *o* artigo, mas demonstrativo, acompanhando o verbo vicário *fazer*. Relevante destacar que Constâncio (1855, p.19 e 20) , citado pelo autor, em relação a essa classe, já afirmava:

(...)o artigo o,a,os, as personalizam o nome individual. Por isso os artigos pertencem aos chamados pronomes, e não aos adjetivos. O adjetivo particulariza, o pronome personaliza o nome substantivo comum e, às vezes, até o próprio, que de ordinário não carece de artigo.

Massa insere na classificação dos substantivos o que hoje relacionamos em graus: o *augmentativo* e o *diminutivo*. Em relação aos demais graus, considera-os derivações.

Bastante relevante também é o fato de referir-se ao pronome como elemento coesivo: “Pronome é a palavra que na oração substitui ao nome de pessoa ou coisa para evitar que qualquer desses seja repetido. (p.42).”

Nesse sentido, comunga com Constâncio (*opus cit.*), que afirma: “Esse emprego do artigo definitivo em um sentido pronominal, ou ele precede os verbos ou se lhes posponha, fez-se por efeito de supressão de palavra subentendida, ou elipse. Quando digo: levantei a lebre e matei-a; aviste o porto e demandei-o; vi o perigo e não o quis evitar, etc. o artigo subentende lebre, porto, perigo, e é só usado para evitar a repetição do nome que designa (...)” (p.51)

Tratando do pronome *se*, tão discutido à época, Massa ancora-se totalmente no modelo das gramáticas francesas. Em exemplos como: Vive-se bem, quando não se tem grandes aspirações, ou Dorme-se tranqüilo, quando se dorme o sono da morte (etc), afirma: “O pronome - se em tais casos apresenta a propriedade de sujeito dos verbos , a que se acha ligado, equivalente ao pronome alguém – ou aos substantivos homem ou gente”. (grifos nossos - p.48)

Ainda esclarece: “Tais modos de falar parecem não ser de bom cunho para a língua portuguesa, por serem mais acomodados ao gênio da língua francesa (ibid)”

No que tange ao verbo, apresenta um verdadeiro tratado, com mais de cem páginas, reforçando importância dada a essa classe de palavra pela gramática tradicional. Assim, lembremo-nos de que, para os latinos, o verbo é a palavra, enquanto não for ele pronunciado, nada terá sido dito. Recordemo-nos também de que aviltara no Bosquejo que trouxera inovações na classificação dos

tempos verbais e, assim, para que possamos avaliar se de fato essas ocorreram, procederemos a uma comparação entre sua proposta de classificação temporal e a de Soares Barbosa.

Massa define, também ancorado na tradição, verbo como “a palavra por excelência e completa por ser ele o motor da expressão do pensamento” (p.55).

Soares Barbosa (1875, p 132) afirma:

Verbo é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição como o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com o outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir.

Para Soares Barbosa, são três os tempos verbais: presente, pretérito e futuro, subdividindo-os em “imperfeitos ou periódicos ou perfeitos ou momentâneos” (p.141) Considera três os modos:: o *infinito*, o *indicativo*, incluindo nesse o *imperativo* e o *supositivo* ou *condicional*, e o *subjuntivo*. Continuando, assevera que o infinito tem *linguagens* e não tempos, visto que seu caráter é enunciar “pura e simplesmente” (p.143) e são quatro essas linguagens: *infinito impessoal*, *pessoal* e dois participios: *um imperfeito* e *outro perfeito*.

Modo infinito

Infinito impessoal

Infinito pessoal

Particípio Imperfeito

Particípio Perfeito

Quanto ao modo indicativo, diz serem dez os tempos: três presentes, cinco pretéritos e dois futuros:

Modo indicativo

Presente Imperativo Absoluto

Presente Imperfeito Imperativo

Presente Perfeito

Pretérito Imperfeito Absoluto

Pretérito Imperfeito Condicional

Pretérito Perfeito Absoluto

Pretérito Perfeito Relativo
Pretérito Perfeito Condicional

Futuro Imperfeito
Futuro Perfeito

Em relação ao modo subjuntivo, considera seis tempos:

Modo subjuntivo

Presente Imperfeito
Presente Perfeito
Pretérito Imperfeito
Pretérito Perfeito
Futuro Imperfeito
Futuro Perfeito

Massa, por sua vez, elenca cinco modos: Indicativo, Condicional, Imperativo, Subjuntivo e Infinito.

No primeiro, relaciona os seguintes nove tempos:

Modo Indicativo

Presente
Pretérito Indefinido
Pretérito Definido
Pretérito definido continuado
Pretérito Casual
Pretérito casual continuado
Futuro absoluto
Futuro Absoluto continuado
Futuro indeterminado

No modo Condicional, dois:

Futuro Casual
Futuro Casual Condicionado

No modo Imperativo, apenas um:

Futuro

No modo Subjuntivo, elenca sete tempos:

Presente

Pretérito Indefinido

Pretérito Definido continuado

Pretérito Casual

Pretérito Casual continuado

Futuro Subordinado

Futuro Subordinado continuado

Finalmente, no Infinito, informa que temos os tempos impessoais e pessoais presentes, pretéritos e futuros, o particípio do presente, o supino, particípio do pretérito e circunlóquios.

Em relação a esse modo, em *nota*, informa que o Supino dos verbos:

Não é senão um particípio deles com a propriedade de ser sempre invariável: e é com essa invariabilidade que ele auxilia aos verbos, que os gramáticos chamam de adjetivos, como até aos mesmos verbos auxiliares, quando são puramente elementares (...) (p.100)

Previendo considerações negativas por não elencar o *gerúndio*, também em *nota*, informa:

Quem ler-nos e tiver conhecimento suficiente da língua latina não pode deixar de anuir às considerações que fazemos a despeito da adoção do *Gerúndio* na língua portuguesa, pois que quando o queira fazer valer na versão das terminações citadas, equivalentes todas às inflexões do Particípio do presente, pelas razões que hemos expendido, fica sabendo que não tem toda razão para assim opinar. (p.101)

Infelizmente, não podemos voltar ao tempo e nos sentar em bancos escolares e infelizmente, também, não tivemos como mestres Massa ou Soares Barbosa, contudo, o que percebemos de fato na proposta dos estudos verbais de ambos é que, se um “simplifica” os modos, o outro propõe nomenclaturas mais precisas, mas (pecando com o olhar atual), com ambos muito calcados na gramática latina, essa classe foi minuciosamente estudada por eles.

O que não podemos deixar de notar é que Massa, de fato, inova, ao ancorar-se já na nomenclatura da gramática inglesa, ao propor os tempos *continuados*...

Constâncio (*opus cit* p. 69), contudo, é quem, de fato, traz definição “inovadora” para essa classe gramatical:

Verbo é o termo com que exprimimos ação, ato ou estado, relativamente a pessoa ou pessoas, ou a coisas personalizadas, e ao tempo, ao modo O ato ou estado pode ser absoluto, dependente, determinado ou indeterminado, definitivo ou indefinito.

Criticando, inclusive, aqueles que se inspiraram nas definições da gramática clássica, asseverando: “Destá definição se deduz claramente o erro em que tem caído quase todos os gramáticos na idéia que dão dos verbos, e nas classificações arbitrárias que fazem deles.”

Voltando ao Padre Massa, quando trata do verbo *ser*, retorna à tradição:

O verbo - *SER* não tem, como querem alguns gramáticos, a propriedade única de significar *afirmação*: não: ele é o verbo por excelência, chamado substantivo, porque abrange em a sua natureza, como na significação, que exprime, a propriedade de denunciar a existência do sujeito, a de seus atributos (...) e até a ação abreviada dos verbos, que sintetiza e implicitamente os contém na sua expressão (...)

Assim, por exemplo, os verbos: *crer-ouvir-viver e amar* não são mais do que abreviaturas das composições – *ser crente, ser ouvinte, ser vivente, ser amante*. (p.79)

- navegando nas mesmas águas das gramáticas de inspiração filosófica, como a de Soares Barbosa (*opus cit* p.133):

(...) o nosso verbo substantivo *ser*; assim chamado, porque ele só é que exprime a existência de uma qualidade ou atributo no sujeito da proposição. Ele, propriamente falando, é o único verbo, e o que de uma necessidade indispensável na oração. Como ele só pode formar todas as sortes de orações, e todas que se fazem por outros verbos se resolvem por este em última análise.

Na sequência, revisita o particípio, explicando: “é uma modificação do verbo, expressa por modo de nome adjetivo, que daquele assume a significação e deste a propriedade de qualificar o substantivo, que se lhe adapta (p.176) “

Depois, vem o advérbio, um estudo minucioso das preposições, relevando sua classificação, contrações, relações e designações de acordo com as noções expressas.

Continua seu estudo com as conjunções, destacando sua função coesiva:

Como a conjunção é um dos elementos poderosos da língua portuguesa, para relacionar os membros do período, atraindo para isso o sentido da oração anterior, **cujo fio prende e continua (...)** (grifos nossos)

Assim, pois, segundo diversos modos, pelos quais a conjunção exerce o seu *liame* no discurso, sobressai-se neste a significação do estado, que ela exprime, dando ao pensamento o seu devido acento. (p.224 e 225).

Finaliza essa primeira parte de sua gramática com a interjeição: “é uma voz ou palavra invariável que, quer só, quer ligada a outra palavra, exprime as diferentes afecções ou sentimentos de nossa alma. (p.237).”

3.2 *Sintaxe*

O autor inicia essa parte com um *Preâmbulo* no qual verbaliza que o caminho a trilhar nesse capítulo é o *espinhoso e árduo*, afirmando que, de todas as partes de seu trabalho, essa que regula a *combinação* talvez seja a que mais se dedicara, visto o “soberbo mistério do pensamento” (p.241).

Depois disso, em *Noções Introdutórias*, define o termo:

Sintaxe, de que ora os ocupamos, é a parte da Gramática, em que temos por fim coordenar os elementos das ideias, pois, reunindo-os dentro de um círculo refletido e combinado destas, tende a efetuar o nexos do pensamento, que um juízo se encarrega de emitir. (p.243).

Prosseguindo, exterioriza a importância que imprime à sintaxe:

Do que temos dito, se evidencia que a *construção* é o elemento condutor, organizador e cardinal da frase, em que o pensamento se reproduz; e que é ela quem, por virtude do critério, que lhe é próprio, inspira à Sintaxe as regras, dentro das quais esta deve conter as palavras, de que o pensamento faz uso. (p.244).

calcado em Soares Barbosa, que ensina:

Sintaxe quer dizer coordenação; e chama-se assim esta parte da gramática, que das palavras separadas ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniência ou de determinação em que suas ideias estão umas para as outras.

Os gramáticos, traduzindo com mais liberdade a palavra grega *syntaxis*, lhe dão o nome de *construção* (p.254).

Massa divide a sintaxe em *natural e figurada*, estudando os elementos que a constituem. Assim, começa pelos *elementos da oração* que, para ele são três:

O primeiro é o que inicia a expressão motora do pensamento (...) O segundo é o que, revertendo sobre este motor, o atrai, para fazer com ele uma junção (...) O terceiro, finalmente, é o que, como vítima de ambos, ou deles recebe a ação que proveio de sua combinação (...)

O primeiro elemento tem o nome de *Sujeito ou Agente*; o segundo o de *verbo* ou *cópula*, o terceiro o de *paciente ou complemento objetivo*, como o de *predicado* ou *atributo* (p.246 – 7)

Também apoiado em Soares Barbosa (p.255) (e na grande maioria dos demais gramáticos de orientação filosófica): “Toda a oração tem necessariamente três termos: um que exprime a pessoa ou coisa (...) outro que exprime a coisa que se enuncia (...), e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra “

Contudo, para Constâncio (p.161, 162) há dois tipos de proposições:

(...) na primeira um agente ou nominativo é ligado com o seu atributo pelos verbos de existência ou situação *ser* ou *estar*; a segunda, um agente ou nominativo, expresso ou subentendido, com ou sem atributo (simples ou completo), é ligado por um verbo ao seu regime direto ou indireto, que forma o complemento do sentido da oração.

Continuando com Massa, discorre esse autor sobre os elementos da oração, momento em que, primeiramente, destacamos os exemplos apontados pelo autor:

A moralidade é o justo e o lícito postos em ação. (p.258)

O Imperador do Brasil deu o seu *Praz-me* às bulas do bispo de Roma (p.259)

Nesse sentido, podemos nos lembrar de Benjamin (1996, p. 231) quando diz que um materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico, quando o confronta. Diz ele que percebe nesse confronto uma *oportunidade de se lutar por um passado oprimido*, em que aproveitamos para....

.... extrair de uma época uma vida determinada do curso homogêneo da história; (...) Seu método resulta em que na obra, o conjunto da obra, no conjunto da obra, a época e, na época, a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos.

Outro capítulo que devemos destacar da obra é o intitulado “Da harmonia com que se unem os elementos da oração” (p.261), em que alude:

Que o homem é com efeito o maior hino levantado à Divindade, dissera-o com bem razão um gênio consciencioso do segundo século do Cristianismo [em nota esclarece tratar-se de Galeno, ao admirar a estrutura do corpo humano]. O bem regulado do seu sistema fisiológico, o maravilhoso de sua construção, o surpreendente de seu aspecto, o esbelto de sua presença, o talhe esmerado de sua fisionomia seriam bastantes para revelar a sublimidade de um mistério, cujo é só o homem o mais saliente e vivo testemunho, Não precisaríamos ouvi-lo no uso da palavra, para enchermo-nos de um justo arroubo pelo esmero de sua feitura (...)

A mudez nele era sem dúvida senão uma imperfeição, ao menos uma prova de desperdício ou do inútil desses dotes infiltrados em todas as medulas de seu sistema orgânico. O homem devia, pois, gozar do uso da palavra, como quem com ela remontando-se acima do estreito círculo das regiões da matéria, faria com ela realçar a dotação de tantos outros privilégios, que a deviam servir.(p.261-2)

Como podemos perceber, a religiosidade do estudioso suplanta a ciência tão em voga na ocasião. E, embora citada aqui, encontra-se submissa aos desígnios divinos.....

Continuando a tratar a sintaxe, discorre depois sobre as orações subordinadas, esclarecendo: “Chamamos orações subordinadas aquelas, cujos verbos, achando-se no Indicativo ou Subjuntivo ou no Infinito, regidos das preposições: a, para, por, sem sob, sobre, estão em dependência das orações anteriores (...)” (p. 279), ensinando cada um desses casos, particularmente.

Detém-se, depois, ao capítulo de Sintaxe de Concordância, citando Soares Barbosa:

A concordância aplicada à Sintaxe, diz Jerônimo Soares, é a conformidade dos sinais, que o uso instituiu, para indicar as correlações das idéias com estas mesmas correlações; e, por isso, continua ainda este douto Gramático, ‘para haver conformidade é preciso que haja umas partes, que se conformem, e outras, a que as mesmas se conformem’. (p.301).

revelando que, neste ponto, estivera totalmente calcado neste estudioso: Jerônimo Soares forneceu-nos aqui com quase todo o pensamento, de que nesta parte precisávamos para tratar deste ponto (p. 303) e, de fato o que apresenta é, quase, o trasladado da obra daquele autor.

Recordemo-nos de que para vários estudiosos de ontem e ainda de hoje, para a Língua, o uso é soberano.

Continuando, num subcapítulo, trata da *sintaxe de concordância irregular ou figurada*, esclarecendo:

Tratemos agora dos elementos que, entrando no discurso, não têm aí a mesma naturalidade, que tem os de que falamos, pela razão de se efetuarem aí com eles exceções, como as que provêm de um uso irregular da língua, sem que este influa todavia contra a sua índole, beleza e harmonia (p. 317)

Soares Barbosa (*opus cit*), também confere ao *uso* a existência desse tipo de concordância:

Procede isto de que a concordância não se faz então de palavra com palavra, mas de palavra com uma ideia. O entendimento obrigado da necessidade e autorizado pelo uso, sem se ligar à terminação da palavra (...) (p.265)

Constâncio (*opus cit*, p. 159, embora não atribua ao *uso* a existência desse tipo de concordância, tem posição bastante atual. Ouçamo-lo: “As irregularidades da concordância são aparentes e não reais, por quanto, como já disse, resultam da omissão de termos que se subentendem”. Lembremo-nos de que muitos estudiosos da lingüística textual hoje chamam esses casos de *anáfora sem antecedente*.

Massa passa então a discorrer sobre inúmeras figuras, como: elipse, hipérbato, pleonasma. Ao tratar do hipérbato, subdivide-o em anástrofe, tmese, sínquese, e parênteses. À elipse dedica um subcapítulo inteiro, subdividindo-a em zeugma, enalage, silepse e síntese.

Quando discute a não concordância do verbo com o sujeito em casos como: “Eu é que comprei – Tu é que fizeste – Eles é que são a causa - Nós é que somos culpados – Vós é que mandastes” (p. 335) , além de, mais uma vez, conferir ao uso sua existência, em uma nota na página 335, assim se posiciona: “Não concordamos com o Sr. Adrian Grivet (...) em sua Gramática Analítica da Língua Portuguesa em excluir tais modos de falar do número dos nossos idiotismos” (p. 335).

Depois da concordância, o estudioso passa a analisar os *complementos em geral*, quando compara a Língua Portuguesa à Latina:

O nome de complemento em gramática é, sem dúvida, uma substituição feita aos nomes – *casos* - de que a língua latina faz uso, e que significam *queda*:

porque os nomes nesta língua sofrem em si mesmos uma alteração, que eles manifestam em sua desinência, quando de um passam para outro caso, o que não acontece na língua portuguesa, onde os nomes, que correspondem aos casos latinos, são representados pela precedência dos artigos, seus designativos de gênero e número, ou das preposições com eles combinadas.

Assim, pois, a palavra – *complemento* – oriunda do verbo latino *complere* (completar ou preencher) tem na língua portuguesa uma aplicação consentânea com a natureza do nome, de que em português precisamos, para formar o fenômeno *gramatical* e logicamente combinado na frase. (p. 337).

E sempre apoiado na língua latina, continua:

E é por isso que o que naquela língua chamamos *Nominativo*, chamamos (...) *Complemento subjetivo* (...), o que em latim chamamos *Genitivo*, chamamos em português *Complemento restritivo* (...), o que ali chamamos *Dativo*, chamamos aqui *Complemento terminativo* (...) o que ali chamamos *Acusativo*, chamamos aqui *Complemento objetivo* (...) o que ali chamamos *Vocativo*, chamamos aqui *Complemento vocativo*(...) o que ali, finalmente, chamamos *Ablativo*, chamamos aqui *Complemento circunstancial*. (p.337).

Concluindo que, como há na língua latina seis casos, há seis complementos na língua portuguesa, passando a discorrer sobre cada um deles minuciosamente.

Continua o capítulo de sintaxe com *Regência*, tratando também da regular e da figurada. Começa definindo o termo:

Chamamos Sintaxe de *Regência* o uso ou emprego que fazemos dos elementos da língua, acomodando-os à precisão do pensamento de tal modo que na oração, em que os empregamos, apareçam as *partes regentes* e as *partes regidas*. (p.366)

Muito, digamos, *política* a justificativa da existência da regência figurada: “Chama-se Sintaxe de Regência irregular ou figurada a omissão dos complementos acidentais, que se presume seriam expressadas no discurso, se não fosse da intenção do que fala ocultá-los, para que sejam subentendidos.” (p. 369).

Sabemos que, como religioso, atendia a todas as classes sociais e, talvez, para não “melindrar” os que não detinham o saber, agia de forma tão política...

Retoma, depois, a elipse e reserva um subcapítulo para os *barbarismos e solecismos*, e, novamente, de forma bastante “audaciosa” para a época, assevera: “A palavra, que é o único veículo do pensamento e a tangente que põe em

contato os homens entre si, é, sem dúvida o termômetro que regula e denuncia mesmo a sua queda e abatimento, como o seu progresso e civilização.” (p. 382)

Posições similares seriam defendidas muitos anos depois por vários estudiosos do século XX.⁶

Continua com a *ordem das palavras na oração*, em que discorre sobre a passagem da voz passiva para ativa e as circunstâncias da oração, definindo-a: “Chamamos circunstâncias da oração os diversos modos de ser expressado um pensamento qualquer, quando a ele se agrega para isso um acessório, que nada influe na sua essência, mas sim na sua mais precisa determinação. (p. 389)”. Essas circunstâncias, vale informar, assemelham-se ao que, a nossa NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) determinou chamar de *Palavras Denotativas*.

O último item gramatical estudado por Massa foram, mais uma vez, *Os Idiotismos da Língua Portuguesa* e encerra o capítulo com *Análises*, apresentando o que se chamava de *Análise lexicográfica ou gramatical e Análise sintática*, informando:

Cumpre-nos observar que do Sr. Cirilo Dilermando da Silveira extraímos esta divisão de análise da língua com a qual concordando nós perfeitamente, fazemos a presente teoria, em que supomos achar-nos-á razão o leitor.(p.403)

Considerações finais

Como vimos, a obra do Padre Massa, embora publicada em 1888, foi escrita vinte anos antes, portanto em 1868, quando nem se cogitava aqui no Brasil, no âmbito político, no movimento republicano, e no gramatical, nas gramáticas histórico-comparativas. Assim, sua obra, comungando com as ideias da época, é totalmente de inspiração filosófica, tanto pela partição, quanto pelo apego à tradição greco-latina.

Além disso, como religioso, muitas vezes, nos exemplos de sua autoria, ou nas discussões da teoria, expressa sua religiosidade e apego à pátria, naquela instância de valorização do que era nacional. Valores morais também foram divulgados aos discípulos por meio de exemplos e sua teoria gramatical, apoiada de fato nos estudiosos que constituíam o imaginário coletivo da época: Grivet, Soares Barbosa e Constâncio, principalmente. Julgamos importante salientar

⁶ Veja-se, por exemplo, a epígrafe da obra *Estrutura da Língua Portuguesa* de Mattoso Câmara Jr.

que, no final da parte de Sintaxe, Massa cita Dilermando da Silveira, professor do Colégio Pedro II, cujos ensinamentos eram divulgados pelo Brasil todo, possivelmente, para imprimir notoriedade à sua gramática.

Ousamos agora discordar daqueles que julgam a obra *menor* e “de segunda mão”, como já dissemos. Apesar de inspirado em muitos autores, o religioso tem opinião própria, apropria-se ou não de estudiosos com os quais bem aprendeu os meandros da língua portuguesa e inova, com uma sensibilidade para os fatos lingüísticos raramente encontrada na época.

Podemos perceber já na obra do estudioso as inquietações que atordoavam os gramáticos na ocasião, lembrando-nos, que:

O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto grupo, é o grupo em si que, dessa maneira permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio (HALBWACHS, 2006, p. 159).

Introduzir o Padre Massa em nossos estudos gramaticais é, portanto, o melhor para entender aquela época, preenchendo uma importante lacuna. Comungamos com Benjamin quando nos diz que “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” (*opus cit*, p.229).

Referências

Fonte primária

MASSA, José de Noronha Nápoles. *Grammatica Analytica da língua portugueza*. Rio de Janeiro: Imprensa H. Lombaerts, 1888.

Fontes secundárias

AUROUX, Sylvain.. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga,, Tomo I, 1989

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 6ª. ed. 1875 [1822].

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996

- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Grammatica analytica da língua portugueza*. Paris: Officina Tipographica de Alph. Lemale, 1855
- FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *As concepções lingüísticas no século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Rio de Janeiro: Centauro, 2006.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil” *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Unemat, 2001
- RUBERT, Arlindo . *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs, vol.II, 1822-1889 - Época imperial, 1998.

A LUSOFONIA E UMA CONCEPÇÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

Nancy dos Santos Casagrande

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Neusa Barbosa Bastos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Vera Lucia Hanna

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO: O presente artigo objetiva discutir políticas linguísticas implementadas em diferentes momentos no que tange à questão lusófona. Deste modo, concepções de Política Linguística e de Lusofonia, assim como a relação entre ideologia e imposição cultural, são debatidas. A esse respeito, apresenta-se como responsabilidade do Estado a formação de indivíduos com espírito crítico e defende-se como imperativo o entendimento da noção da intersecção de língua, comunicação e cultura, condição *sine qua non* para que se alcance o domínio da língua materna e da estrangeira, sobretudo, a implantação de um ensino que contemple tal dimensão.

PALAVRAS-CHAVE: Política Linguística; Lusofonia; cultura; ideologia

ABSTRACT: *This article aims at discussing the linguistic politics accomplished in different periods of time concerning lusophone issues. Therefore, conceptions of Linguistic Politics and Lusophony, as well as the relationship between ideology and cultural imposition are subjects of interest in this study. In this sense, it is responsibility of the State the formation of the individual on the subject of critical minds; it is claimed as mandatory the understanding of the notion that language, communication and culture are intertwined, a truism, when the purpose is the mastery of either the mother or the foreign language and, above all, the implementation of a method of learning and teaching that respects such vision.*

KEYWORDS: *Linguistic Politics; Lusophony; culture; ideology*

Nos últimos anos, tem havido muito interesse acerca de Política Linguística, cujas bases alicerçam-se nas discussões sobre a identidade cultural e linguística de um povo. Em nosso caso, objetivamos discutir políticas linguísticas implementadas em diversos momentos no que tange à questão lusófona. Por isso, julgamos necessário apresentar as concepções de Política Linguística e de Lusofonia numa acepção mais ampla dos termos.

Num primeiro momento, temos em Calvet (1996) a concepção de Política Linguística como uma relação imposta pelo Estado a um determinado povo. Dessa maneira, o primeiro passo seria o de estabelecer uma planificação linguística de modo que uma maioria fosse obrigada a adotar a língua de uma minoria, pois, ainda segundo o autor, é o poder político que privilegia esta ou aquela língua, quando de sua imposição a uma comunidade. Entendamos por planificação linguística, ainda, as intervenções sobre as línguas, no que se refere à promoção de línguas, isto é, a criação de programas de revitalização, manutenção, escrituralização, criação de escolas bilíngues e de legislação específica para a questão das línguas, estando aí atrelada a questão dos direitos e do patrimônio linguístico.

Ora, se o Estado é o responsável pela imposição da língua, temos, nessa situação, a imposição de uma nova identidade, que se concretiza quando a tal língua imposta acaba por consolidar-se no processo de nacionalização de um grupo. A partir daí, temos a formação de uma sociedade que entrelaça Língua e Política. Sobre isso, afirma Orlandi (1996, p.13),

Ao mesmo tempo em que a linguística vai se constituindo como ciência a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado e as políticas gerais de um país manifestam essa inter-relação, de que a forma mais visível é a formulação específica das políticas linguísticas.

Desse modo, a questão da política linguística ultrapassa os limiares da relação primeira entre Língua e Estado, pois, ainda conforme Orlandi (1996), ao definir-se que língua se fala, com que estatuto, onde, quando e as maneiras de acesso a ela, seja pelo ensino, seja pelo acesso às publicações, seja pela participação em rituais, seja pela construção de instituições linguísticas, está se praticando uma política linguística, uma vez que, para se identificá-la, há necessidade de produzir-se conhecimento e isso acontece, primeiramente, de maneira particular, para, depois, instituir-se de forma coletiva.

Nesse sentido, é interessante notarmos que as discussões sobre política linguística ultrapassam os muros acadêmicos¹, uma vez que, na Europa, por exemplo, esse assunto tem sido de grande preocupação devido ao fortalecimento da União Europeia não só como polo econômico, mas também como polo de diversidade linguística e cultural.

Partindo desse pressuposto, devemos considerar as questões de língua ligadas, também, aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem - entendamos aí o processo de gramatização: gramática e dicionário - e à relação com a história do povo que fala. Nesse sentido, quando se trata dessa relação língua e história-linguístico-cultural lusófona de cinco séculos, nos contextos em que se fala a Língua Portuguesa, juntamente com os demais países de língua oficial portuguesa, há toda uma gama de variações.

Tal variabilidade existente, considerando como Gomes de Matos (2001, p.93) que a variação é primordialmente estilística e caracteristicamente identificada por meio das designações de variedades coletivas supranacionais (Língua Portuguesa), nacionais (Português de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé Príncipe e de Timor-Leste), regionais (Português sulista, minhoto etc), locais (Português paulistano, lisboeta etc) e todas as outras variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas, o que, abarcando todas as manifestações interacionais entre os lusofalantes, aponta para a imensa riqueza plural e para a surpreendente unidade linguística dessa língua falada por cerca de duzentos milhões de pessoas no mundo.

Essa mesma variabilidade permanece na unidade linguístico-cultural existente a partir do domínio português com todo o sentimento metropolitano do país europeu que conquistou o mundo, versus o sentimento de nacionalidade do brasileiro, acirrado durante a República no final do século XIX e início do XX. Assim, a política linguística determina uma unidade linguística entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé

1 O artigo 22º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, adotada em 2000, exige que a UE respeite a diversidade linguística e o artigo 21º proíbe a discriminação com base na língua. Juntamente com o respeito pelos indivíduos, a abertura a outras culturas e a tolerância em relação aos outros, o respeito pela diversidade linguística é um valor fundamental da UE. Este princípio aplica-se não só às 23 línguas oficiais da UE, mas também a muitas línguas regionais e minoritárias faladas por segmentos da população. É esta diversidade que faz da UE aquilo que ela é: não um cadinho no qual as diferenças se esbatem, mas uma casa comum, na qual a diversidade pode ser celebrada e considerada uma fonte de riqueza. (Disponível em <http://europa.eu/languages/pt/chapter/5>. Acesso em 13/07/09).

e Príncipe e Timor-Leste. No Brasil, também por conta de nossa independência precoce em relação aos demais países, a língua nacional identifica o brasileiro como povo.

Retomando Calvet (1996, p.3), reafirmamos que uma relação imposta pelo Estado a um dado povo, estabelecendo uma planificação linguística, levando uma maioria a adotar a língua de uma minoria, ficando o Estado responsável pela imposição de uma determinada língua e de uma nova identidade com a consolidação por meio do processo de nacionalização de um grupo, foi o que ocorreu com os brasileiros a partir da colonização, passando pela intervenção pombalina e chegando ao século XXI com a inversão de um posicionamento.

Assim, considerando o princípio - *uma língua, uma nação* - determinante para a sua sobrevivência como Estado, lembramos a necessidade da aprendizagem e uso de uma língua oficial como obrigação para os cidadãos e consequentemente a necessidade da sistematização, a gramatização por meio dos já citados instrumentos tecnológicos: a gramática e o dicionário o que muda as relações de mútua referência, recíproca regulação, inconsistência ou indiferença entre as esferas ou níveis em que as práticas culturais têm lugar.

Alteram-se as relações entre esferas de cultura (nível ou a esfera particular de cultura, que seria particularmente definida como totalizadora) para a posição central ou a posição mais permanentemente presente pelo seu efeito. Nesse sentido, no caso do Brasil, temos a dois tipos de **totalização cultural** a que vem sendo exposta a população brasileira, a saber: o domínio da língua materna e o domínio da língua estrangeira, tão importante para os brasileiros que sobem na escala social para o seu contato com o mundo.

As nações mais globalizadas procuram impingir aspectos da cultura totalizadora e essa assimilação ocorre, devendo o Estado formar indivíduos críticos para defesa de sua cultura por meio das seguintes ações: 1. da apresentação de razões em torno de determinada tese; 2. da emissão de opiniões fundamentadas em argumentos baseados em verdade, autoridade, fatos; 3. de reflexões acerca dos *problemas sociais da nação*; 4. do despertar o *espírito crítico* nos cidadãos. Nesta quarta reside, mais propriamente, o papel político do professor de Língua Portuguesa, sem naturalmente abandonar as demais, necessárias todas à formação de um indivíduo crítico.

Na relação entre ideologia e imposição cultural, temos hoje a língua do dominante como aquela da classe dominante, como é o caso dos intelectuais e dos professores por meio de uma imposição cultural pela elite intelectualizada às demais classes privadas que são do bem falar e do bem escrever. Tal

política linguística vem sendo implantada desde a época da colonização como já mencionamos, em que o colonizador impôs sua língua aos conquistados. Posteriormente, no século XVIII, o Marquês de Pombal reforçou a imposição com métodos rígidos e, desde então, os brasileiros buscam se firmar em sua identidade linguística, sendo já agraciados com a aceitação da comunidade acadêmica internacional com o português modalidade brasileira (PB). Convém salientar que o mesmo não ocorre nos demais países lusófonos havendo, portanto, o reconhecimento de duas formas de se caracterizar a língua portuguesa, quais sejam: português modalidade europeia (PE) e português modalidade brasileira (PB), conforme já citamos anteriormente.

Dessa forma, podemos asseverar que há uma intenção política de preservação da Língua Portuguesa no espaço lusófono por questões econômico-financeiras, além das linguístico-culturais, uma vez que o mundo se move pelas relações econômicas, mas a nossa questão gira em torno da preservação cultural de um povo que mantém comuns algumas características linguísticas, musicais, de hábitos, de costumes, unido que é pela sua história, pela sua cultura e pela sua língua.

Voltando à questão do uso da língua de acordo com a Gramática (sistematização da língua pela, para e da elite), sabemos existirem proibições e permissões, regras, leis (ensino elitista) por conta da manifestação de um papel político de preservação e domínio da língua exemplar (modelo greco-latino, primeiro momento de globalização do mundo), numa tensão entre puristas x sujeitos midiáticos com grande carga ideológica estrangeira. Ressaltemos, neste momento, a questão posta acerca da variabilidade existente não somente entre os países de língua oficial portuguesa, mas também aquela existente em nosso país: as diferenças de espaço, de tempo, de classe social, de escolaridade, de faixa etária, de profissão, de estado de espírito etc.

Nesse sentido, há que se refletir sobre as políticas linguísticas mais recentes; podemos salientar duas: o Projeto Estrangeirismos e o Acordo Ortográfico. A primeira é o Projeto de Lei número 1676 de 1999, de autoria do então Deputado Aldo Rebelo (PC do B), referente aos estrangeirismos, que propunha a proibição do uso de palavras estrangeiras que tivessem equivalência no português. Segundo Massini-Cagliari (s/d), um dos objetivos principais da proposta do autor:

é o de proteger brasileiros humildes que não sabem falar inglês da invasão de palavras “nocivas”, vindas dessa língua anglo-saxônica, como se essas pessoas fossem mais capazes de compreender palavras “genuinamente portuguesas”, como “improbidade administrativa” do que “shopping center”.

Esse sentimento nacionalista, que seduz políticos e jornalistas, vai de encontro aos interesses interculturais de preservação das identidades e das diferenças, pois do nosso ponto de vista a “convivência” do brasileiro com mosaico de vozes anglo, hispano e francofalantes, alteridade presente em todos os meios midiáticos, forma-se a partir dessa interação com o outro, resultando em um *interculturalismo* saudável, no que tange ao cultural e ao ideológico. O prejuízo está no termo *globalização* que busca anular as diferenças, impondo a cultura do mais forte. Assim, a preservação de nossa cultura mesclada às culturas mencionadas, em especial, numa exposição cotidiana é um momento importante em que duas ou mais culturas interagem, passando as atitudes, os comportamentos e os costumes a serem fatores diferenciadores que se agregam à nossa cultura.

De acordo com Krieger (2006), o estabelecimento de uma política linguística multilíngue, em relação às terminologias, que reúne uma face integradora e outra de valor econômico, é de relevância para o relacionamento internacional, assim:

A correlação das línguas funciona como uma importante estratégia de integração entre os povos que ampliaram suas fronteiras, posto que o multiculturalismo dos tempos atuais valoriza as identidades linguísticas a tal ponto que não há nenhuma proposição de língua oficial única.

Conforme Calvet (2007), no Brasil, existe a ideologia da ‘língua única’, desde tempos coloniais, o que tem camuflado a realidade plurilíngue do país, parecia haver pouco lugar para as questões empíricas e teóricas levantadas pelos estudiosos das políticas linguísticas. Crê-se na língua única de todos os brasileiros estendendo-se do Oiapoque ao Chui e falando português, sem se importar com as demais línguas indígenas existentes no país e sem se considerarem as variantes do português.

Como na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, elaborada em junho de 1996, a exemplo da Declaração dos Direitos Humanos, todos os países devem respeitar os direitos linguísticos dos cidadãos. E segundo Massini-Cagliari (s/d):

[...] “respeito” parece mesmo ser a palavra-chave para a formulação de uma política linguística positiva no Brasil: respeito com relação aos falantes de outras línguas, respeito com relação às diferentes variedades de Português faladas no Brasil e respeito com relação à nossa própria - e legítima - variedade.

Recuperando a primeira das duas políticas linguísticas mencionadas cumpre citar que, com as reações havidas em relação ao Projeto Estrangeirismos por parte de setores da mídia e por linguistas, o Senado aprovou um substitutivo em 23 de maio de 2003, preparado com a contribuição de várias associações, entre as quais a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) a em que se propõe a renovação dos métodos de ensino de Português nas escolas e o apoio à formação de professores, além de incentivar o estreitamento de relações entre o Brasil e a comunidade de países lusófonos.

Faz parte dessa preocupação o investimento na valorização da “bagagem” cultural e pessoal dos falantes estudantes e professores que tiverem interesse em interagir com membros das comunidades lusófonas e de outras línguas, em um processo produtivo para o contato de nossa face com aquelas dos demais países. Sendo assim, primeiramente, o Estado deve se voltar para a formação de indivíduos com espírito crítico e, sem segundo lugar, buscar uma conexão língua e cultura, privilegiando o Interculturalismo sobre a Globalização, chegando a uma nova dimensão de conhecimento de outra língua na intersecção de língua, comunicação e cultura, o que é relevante para o domínio das línguas materna e estrangeira (inglês, espanhol e francês), por meio de uma efetiva implantação de seu ensino que contemple tal dimensão.

A segunda mais recente das políticas linguísticas selecionadas é o Novo Acordo Ortográfico com discussões iniciais em 1990, por meio da proposta de significativa redução das diferenças de grafia entre o português brasileiro e o português europeu. Relembrando Bastos (2009, p.355),

Convém salientar, primeiramente, que o objetivo de um manual ortográfico como os que já foram publicados em conformidade com o novo acordo, não diferem em princípio do “manual” de João de Barros e dos demais da época (*século XVI*), como por exemplo o de Duarte Nunes do Leão que objetivavam ensinar aos meninos e àqueles que desejassem se iniciar no estudo da Língua Portuguesa.

Assim, lemos em Bechara (2008a, p.9):

Como se trata de um *Manual* destinado às pessoas comuns, não especialistas, que desejam escrever de acordo com o novo sistema, tomamos a liberdade de em alguns momentos, alterar a redação e disposição técnica de um ou outro ponto para tornar o Acordo facilmente compreendido ou levá-lo ao leitor de modo mais didático sem contudo desvirtuar a lição do texto oficial.

Dessa maneira, podemos afirmar que o Novo Acordo busca a unidade na diversidade, revelando uma postura político-linguística de busca do respeito às variantes linguísticas existentes no espaço lusófono, por meio de uma interação comunicativa efetiva e significativamente relevante entre falantes lusófonos, o que aproxima escritas entre membros da comunidade lusófona que devem ser considerados como mesmos nos outros (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses).

Isso posto, podemos concluir que hoje, mais do que nunca, a existência de uma política linguística reforça as dimensões histórica, linguística e cultural de um povo, inserindo-o no mundo globalizado e, principalmente, situando-o como nação dotada de identidade própria.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Neusa M. O. Bastos e BRITO, Regina H. Pires de. “Lusofonia: políticas linguísticas e questões identitárias”. In: MARTINS, Moisés de Lemos; SOUSA, Helena e CABECINHAS, Rosa. (orgs.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura dos media*. ed. Porto : Campo das Letras e Universidade do Minho, 2007, v.1, p. 111-122.
- _____. “Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia”. In: MARTINS, Moisés de Lemos; SOUSA, Helena e CABECINHAS, Rosa. (orgs.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. ed. Porto : Campo das Letras - Universidade do Minho, 2007, v.1, p. 65-87.
- BASTOS, Neusa M. O. Bastos. “Uma reflexão sobre a ortografia – séculos XVI a XXI”. In
- BECHARA, Evanildo. *A Nova Ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2008a.
- _____. *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2008b.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola. 2007.
- _____. *Les Politiques Linguistiques*. Paris: Presses. 1996.
- GOMES DE MATOS, Francisco. Como explicar variantes de uso no português? Um desafio descritivo-prescritivo. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 21: 93-96. 2001.

- KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia Técnico-Científica: Políticas Linguísticas e Mercosul. In *Ciência e Cultura* - vol.58, nº2 São Paulo Apr./June. 2006.
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200017&script=sci_arttext - Acesso em 08 de junho de 2009.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. (s/d) *Política Lingüística: precisamos disso?* http://proex.reitoria.unesp.br/informativo/WebHelp/2004/edi__o46/edi46_arq06.htm - Acesso em 08 de junho de 2009.
- MOREIRA, Maria Eunice; SMITH, Marisa Magnus e BOCCHESI, Jocelyne da Cunha (orgs.) *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – questões para além da escrita*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009.
- ORLANDI, Eni P. *Política Linguística na América Latina*. Campinas: Pontes. 1996.

NORMA EM CURTO: TRANSGRESSÕES *PASQUINIANAS*

Terezinha Bittencourt
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Este artigo tem por escopo discutir o conceito de correção idiomática, à luz da história dos acontecimentos políticos e sociais que, a partir dos anos sessenta do século passado, marcaram a nova orientação dos estudos linguísticos nas universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: correção idiomática, gramática normativa, ideologia, imprensa

ABSTRACT: This article discusses the concept of idiomatic correctness in light of the history of political, social and economic events which, from the 1960's, marked a new direction of linguistic studies in Brazilian universities.

KEY WORDS: idiomatic correctness, prescriptive grammar, ideology, press

A década de sessenta do século passado, no ocidente, foi marcada por movimentos sociais que se transformaram em verdadeiras rebeliões populares. Revendo-se a história dos fatos que marcaram esse período, tem-se a impressão de que os segmentos oprimidos da população resolveram manifestar-se e soltar sua voz num protesto que refletia todas as contradições e conflitos ocultos na prática autoritária a que estavam submetidos. Todos os valores, símbolos, ideologias tidos até então como modelos transmitidos de uma geração a outra num pacífico processo de conformada aceitação são postos em xeque. É uma época de iconoclastia: nenhuma ideia, nenhum discurso, nenhuma atitude são apresentados sem antes serem questionados.

Quem primeiro solta a voz, rompendo o silêncio num grito de protesto são os jovens. Irrompe, assim, uma série de manifestações estudantis em diferentes pontos do planeta, cada uma das quais representando reivindicações específicas em função das condições sociopolíticas em que ocorriam, mas unidas em torno de um ideal comum: o de mudar o curso da história, transgredindo o *status quo*, desobedecendo às regras estabelecidas, subvertendo as práticas sociais vigentes. Uma nova cosmovisão começava a delinear-se, dando diferentes contornos à realidade, sem que a práxis tradicional desaparecesse, gerando, assim, um

confronto profundo entre os membros das duas gerações que procediam ao embate: a geração dos “velhos” e a geração dos jovens

Cada nova geração ocupa um espaço vazio, deixado pela geração anterior. Esta, que se constitui, evidentemente, de pessoas mais velhas, tenta incutir na que vai substituí-la seus próprios valores ou aquilo que julga importante seja mantido no seio da comunidade. A geração dos sessenta, todavia, ocupou esse espaço de forma *sui generis*, pois, além de não se conformar com a imposição do conjunto de regras transmitido pela geração precedente, tentou marcar sua presença com valores culturais específicos, entre os quais a linguagem sobressai, criados especialmente por ela e para ela.

É mister salientar que as mudanças só se tornaram possíveis porque o mundo estava ingressando numa era de razoável tranquilidade econômica, particularmente na Europa ocidental, onde a implementação do *welfare state* garantia aos filhos de classe média uma vida com a qual seus pais sequer ousaram sonhar. Entre nós, ainda que as facilidades fossem ínfimas se comparadas às do mundo industrializado, é inegável ter havido apreciável florescimento cultural e consideráveis melhorias econômicas nesse período, permitindo a explosão do número de jovens à procura de formação universitária. Comprova-se o expressivo aumento de candidatos ao ensino superior com as famosas passeatas estudantis de 1968, cuja principal reivindicação era o aumento de vagas nos cursos oferecidos (Aron, R. 1982, p.302-303).

A imprensa, por seu turno, não poderia deixar de sentir os efeitos desse clima cultural. Cumpria, por conseguinte, “inventar” uma nova linguagem que servisse, entre outras finalidades, à veiculação – por intermédio de uma nova roupagem - de novas ideias. O terreno já estava pronto para o aparecimento da chamada *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*, como era denominada, por oposição à chamada *grande imprensa*, representada pelos jornais de maior circulação da época, como o Jornal do Brasil, O Globo, Folha de São Paulo etc.

O Pasquim – cujo aparecimento ocorreu em 1969 - foi que inaugurou essa nova imprensa, servindo, mesmo, de paradigma para muitos outros jornais, vindos a lume posteriormente. Constituiu-se, no ínfimo espaço que a censura dos governos militares concedia, em polo de resistência à ditadura e de denúncia ao regime de força instalado pelo golpe militar, refletindo com fidelidade o período de transformações sociais que caracterizavam a época. O Pasquim funcionou como modelo não só para os jornais alternativos publicados posteriormente mas também para os jornais da grande imprensa que ele próprio tinha por fim criticar e combater. Sua aceitação em todo o território nacional foi tão grande, que surpreendeu seus próprios editores. Basta lembrar que o primeiro número

saiu com a tiragem de dez mil exemplares e, apenas quatro meses depois de lançado, já alcançava a espantosa cifra de 225.000 exemplares.

A influência sobre seu vastíssimo público leitor, estudantes de todo o Brasil, foi poderosa a ponto de criar uma legião de seguidores, que se autodenominavam “pasquimaníacos” e que adotavam (ou faziam questão de crer que adotavam) o *modus vivendi* propugnado pelo jornal. A palavra de ordem do jornal pode ser sintetizada na conhecida fórmula do “é proibido proibir”, criada pelos estudantes franceses de 68 e tomada como bandeira pelos jovens brasileiros.

De fato, O Pasquim surgiu como a resposta de alguns grupos sociais à situação de crise que se instaurara no tocante aos valores estabelecidos e sua função era, justamente, contestá-los. Para cumprir tal papel, o jornal tinha de possuir, *a fortiori*, determinadas características, tanto no aspecto formal quanto no material, que servissem como uma espécie de traço distintivo para opô-lo aos demais jornais, lidos pelos “velhos”, transformando-o, assim, numa espécie de “termo marcado” em relação aos outros veículos de imprensa. Além do humor irreverente, foi a linguagem empregada, sem sombra de dúvida, o instrumento de apelo mais forte junto à juventude da época. O emprego de expressões de gíria e de calão era deliberado, feito com o propósito de marcar as fronteiras entre o novo e o antigo jornalismo. Para mostrar de maneira explícita seu caráter intencional, muitos articulistas eram convocados a dar sua contribuição ao debate, discutindo com seriedade a questão em diferentes seções do jornal.

Na condição de membro pertencente à geração dos jovens dos sessenta e leitora do saudoso *Pasca*, pensei que ele pudesse fornecer precioso material de investigação de linguagem, sobretudo no que concerne às variações determinadas pelos fatores socioculturais e estilísticos, para a obtenção de certos efeitos de sentido no discurso. Selecionei, para minha tese de doutoramento (Bittencourt, 1999), um *corpus* constituído dos exemplares dos anos de 1970, analisando, em seus aspectos formais e semânticos, todos os textos (propagandas, entrevistas, cartas, artigos de opinião, charges etc) que compunham o jornal.

Encontrei, efetivamente, amplo material sobre variados temas de interesse da juventude da época (v.g. feminismo, preconceito, liberdade sexual, homossexualidade, drogas, hippies) tratados com inacreditável ousadia, sobretudo, considerando-se que estávamos atravessando a fase mais sombria da ditadura militar, os anos do general Garrastazu Médici. Ademais, o uso de gírias e de palavrões (apareciam sob a forma de asteriscos) já era, por si só, um corajoso ato revolucionário, tanto que serviu, depois da entrevista concedida pela atriz Leila Diniz, de pretexto para a prisão da equipe de jornalistas pelo temido DOI-CODI e para a implantação da censura prévia na imprensa.

Esperava de um jornal que se qualificava (e era qualificado por seus leitores) de “contestador”, “progressista”, “revolucionário”, “democrático”, “avançado”, voltado inteiramente para a *geração jovem*, e que rotulava os jornais da grande imprensa, lidos pela *geração velha*, de “caretas”, “tradicionais”, “ultrapassados”, “conservadores”, esperava desse jornal um comportamento igualmente transgressor, no que concerne ao conceito de correção de linguagem.

Entretanto, não só não encontrei transgressão alguma nesse sentido, mas ainda verifiquei que o próprio jornal e seus jovens leitores funcionavam como verdadeiros aristarcos, a terçar armas com qualquer um que se atrevesse a cometer o mais ínfimo desvio aos padrões de correção. Essa posição fica bem ilustrada nos comentários feitos pelo “respondedor” do jornal à carta de um leitor:

Vimos por meio desta expressar o teor do nosso brado de guerra contra este jornaleco, impúdico, cheio de malícias avançadas que não passam de revelação de mal caráter. Despedimos, esperando que este jornalzinho morra.

*A gente prefere que você continue vivendo, pois talvez consiga um dia escrever português corretamente (coisa indispensável a um crítico de quem escreve). Bonecos, não é “este jornaleco ou jornalzinho” e sim, “esse”, não é “impúdico”, é “impudico”, sem acento, não é “mal caráter”, mas “mau”, e despedimos deveria ser “despedimo-nos”, certo? (O Pasquim. RJ 23 a 29/9/70, n.66, p.2)

Vale lembrar que não se trata de uma carta isolada. Há muitas outras nas quais o “respondedor” faz comentários semelhantes, como no texto transcrito, a respeito de todos aqueles que cometem “desvios” verbais de qualquer natureza (ortográfica, sintática etc) no nível da norma. E mais: todos os textos – quer dos articulistas quer dos próprios leitores - são escritos num rígido padrão em relação às regras prescritivas. O conflito decorrente do choque irreconciliável entre o revolucionário projeto de uma nova linguagem e o emprego da norma estabelecida pela tradição gramatical fica mais evidente, quando se observa que os próprios jornalistas demonstram ter consciência da rigidez de tais regras e da vontade (nunca realizada) de infringi-las, como mostra o texto abaixo, escrito por Vinicius de Moraes, assíduo colaborador d’O Pasquim:

Perfis d’O Pasquim

Meu Maria [refere-se ao famoso cronista Antônio Maria], se você ainda estivesse por aqui, garanto que estaria na patota d’O Pasquim. Essa (que palavra chata) homenagem que prestamos, nós a fazemos também pelo seu pioneirismo. Você

foi o primeiro a liberar a língua do seu engravatamento vernacular. Você escrevia como vivia: livremente e sem medo, comprometido com o amor e candando e agando para as leis gramaticais. Sua regência era a da espontaneidade: natural como a fala dos que se comunicam sem formalismo e pé atrás. (O Pasquim, RJ 14 a 20/5/70, n.47, p.8)

O poeta, não obstante afirmar que segue o “pioneirismo de Antônio Maria”, ao “liberar a língua do seu engravatamento vernacular”, não leva a sério sua afirmação de estar “andando e agando para as leis gramaticais”, pois a norma por ele utilizada não revela a “espontaneidade dos que se comunicam sem formalismo e pé atrás”. Basta observar, no pequeno fragmento transcrito, o rigor no emprego do pronome demonstrativo, da pontuação e das regras de concordância, para concluir-se que o texto é integralmente construído de acordo com os preceitos da norma prescritiva. Note-se que não se faz concessão nem ao uso do pronome reto na função de sujeito (“nós a fazemos...” e, não, “nós fazemos ela”), fato que caracteriza o português falado no Brasil, sobretudo na linguagem coloquial, estilo empregado permanentemente pelos jornalistas d’O Pasquim.

Em virtude mesmo dessa contradição, os textos muitas vezes assumem um caráter artificial e caricaturesco, beirando até o ridículo, pois se pretende atingir um leitor jovem com gírias e palavrões, que se julga supostamente ser de seu agrado, mas, ao mesmo tempo, tal texto é vazado no mais absoluto “engravatamento vernacular”, como se pode constatar na seguinte propaganda de curso pré-vestibular:

Você ainda não fez vestibular? Ou já se (*) neste último? Por quê? Não fez cursinho! Ou fez um cursinho de (*)! Meteram-lhe uma (*) de matéria na cuca às vésperas do vestiba e você não morou em (*) nenhuma! Tem aulas em turmas grandes para (*)! Ninguém deu a mínima pras suas deficiências pessoais? Venha conhecer o Dinâmico. (O Pasquim, RJ 26/2 a 4/3/70, n.36, p.25).

Eugenio Coseriu (2001,p.17) adverte para o risco de se considerarem as línguas como entidades concretas, autônomas e independentes da atividade de fala, em virtude de tal concepção, além de não corresponder ao real linguístico, implicar uma série de perigos que podem conduzir o investigador a erros na análise do objeto. Entre os cinco “perigos” por ele arrolados, o que interessa mais de perto para a discussão do tema da correção, como procurarei mostrar depois, é aquele em que o mestre romeno trata da atitude do falante em relação à investigação levada a cabo pelo cientista. Diz ele:

Le danger que la conception naïve du langage, c'est-à-dire la conscience que les sujets parlants en tant que tels ont du langage, soit trop vite rejetée ou même ignorée. Or, si cette conception ne peut valoir comme une explication ou une interprétation du langage, elle doit cependant être considérée comme une condition importante et réelle de son fonctionnement, étant donné que le langage ne fonctionne pas pour les linguistes et grâce aux linguistes, mais bien pour les locuteurs et grâce aux locuteurs. Et, à cet égard, tout ce que le parlant naïf pense de sa langue est déterminant pour le fonctionnement de celle-ci: les opinions du sujet parlant à propos de la langue appartiennent, à la rigueur, à l'objet "langue" et, par conséquent, on ne saurait pas les ignorer. (Os grifos são meus.)

Se não é tarefa fácil, no âmbito de qualquer ciência, separar-se o sujeito da investigação do objeto investigado, atingir tal objetivo nas ciências da linguagem determina um empenho muito maior, já que ambos, objeto investigado e instrumento da investigação, são idênticos materialmente, assim como o sujeito cientista e o sujeito falante se consubstanciam numa única pessoa. Daí que, para o linguista, separar o *parlant naïf* que ele próprio é do observador dispensa um grande esforço de abstração, que, embora custoso, não pode deixar de ser perseguido e alcançado, sob pena de se distorcerem os fatos investigados.

Essa separação implica a distinção entre saber linguístico, concernente ao falante, e saber metalinguístico, atinente ao linguista. De um modo muito singelo e conciso, pode-se dizer que o primeiro diz respeito ao conjunto de regras e de unidades sócio-linguísticas que permite ao falante construir e interpretar textos numa língua determinada e o segundo, por seu turno, consiste na explicação desse conjunto de regras que compõe o saber linguístico do falante. Cabe, pois, ao linguista explicar não apenas as regras acionadas pelo falante para dizer algo, mas também *les opinions du sujet parlant à propos de la langue*.

As opiniões dos falantes, todavia, não têm sido, via de regra, levadas em consideração por alguns linguistas, quando tratam do espinhoso tema da correção idiomática. De fato, podem-se encontrar distorções conceituais e explicações falaciosas de toda ordem em muitos trabalhos que abordam o assunto, gerados pela desconformidade entre o que o falante sabe sobre sua língua e o que o linguista - que também é falante, e portanto, sujeito às mesmas coerções sociais - pensa acerca desse mesmo saber.

Faraco (2008), discutindo a questão do estabelecimento da norma culta brasileira, faz algumas considerações muito acertadas sobre a variação, mostrando a diversidade de construções à disposição do usuário para expressar-se. Todavia, como qualquer *parlant naïf*, opta, via de regra, em seu texto, pela variante abonada pelas regras prescritivas. Assim, afirma, a propósito da

contração da preposição com o pronome sujeito ou com o determinante de um sintagma nominal sujeito de uma oração reduzida de infinitivo, que “muitos consideram inadequada sua ocorrência na escrita culta”, e critica tal comportamento, dizendo que “não há, porém, para esse juízo prescritivo nenhum fundamento plausível”(2008, p.53). Não interessa aqui “se há ou não fundamento plausível” para tal regra, o que importa perceber é que o falante Faraco, em vez de optar pela construção que o linguista Faraco justifica, opta justamente por aquela estabelecida pelo “juízo prescritivo”, como exemplificam as seguintes passagens: “... e a urgente necessidade de a sociedade brasileira democratizar...” (2008, p.88); “... se deve ao fato de os autores desses bons instrumentos normativos, por serem estudiosos sistemáticos da língua...” (2008, p.95); “Pelo fato de a lógica incluir necessariamente uma discussão dos juízos...” (2008, p.134). Ainda refletindo o mesmo conflito entre o que o linguista diz e o que o falante faz, Faraco, a respeito da regência dos verbos *implicar* (= *ter como consequência, acarretar*) e *assistir* (= *presenciar*), afirma, sobre o primeiro, que “originalmente o verbo *implicar* neste sentido é transitivo direto[...] Passou a ser normal dizer e escrever *implicar em [...]*” (2008, p.91) e, sobre o segundo, que “os manuais da norma **curta** dizem que ele **exige** a preposição **a** (*assistir a um filme*). No entanto, os nossos bons instrumentos normativos reconhecem como adequado seu uso sem a preposição.” (2008, p.107). Parece, todavia, que o falante Faraco dá sempre, em seu texto, preferência às construções abonadas pela “norma **curta**”, como se pode constatar nos seguintes trechos transcritos: “Por isso, assistiu-se a uma longa polêmica em torno de qual variedade tomar...” (2008, p.146); “Isso implica entender a língua [...] Implica também desenvolver críticas[...]” (2008, p.162)

Bagno outro estudioso que se tem dedicado ao tema da correção, também permite perceber em seus textos a mesma contradição. Ao comentar a condenação do uso do gerúndio em determinada reportagem veiculada pela revista *Época*, cita uma canção popular portuguesa, em cuja letra se encontra a seguinte construção com o verbo *preferir*: “antes prefiro morrer/do que contigo viver”. A respeito da construção, condenada pelas regras da gramática normativa, diz o seguinte: “Aproveito para chamar a atenção para o *antes prefiro... do que*, indício de que os portugueses também ‘erram’ na hora de usar o verbo *preferir*... É claro que não erram coisa nenhuma, nem nós muito menos: simplesmente, lá como cá, o verbo passou por um processo de reanálise e teve sua referência alterada para melhor expressar a ideia de comparação.” (Bagno, 2009, p.45). Ainda que o linguista Bagno justifique a nova regência, argumentando em seu favor com o fato de “expressar melhor a ideia de comparação”, o falante

Bagno prefere a regência tradicional àquela empregada hodiernamente pelos brasileiros, como comprova seu próprio texto: “Ao comentar a declaração do ex-ditador brasileiro João Batista Figueiredo de que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo,[...]” (Bagno, 2009, p.117). Igualmente, na tradução, também opta pela mesma regência: “...a *Priscianus scribo* deveria preferir-se Priscianus scribit” (Bagno, 2001, p.43). Tecendo algumas comparações entre o “português brasileiro” e o “francês quebequense”, afirma que “em ambas as línguas também se verifica o desaparecimento do pronome *cujo* (*dont* em francês)” (Bagno, 2001, p.16), mas, surpreendentemente, traduz da seguinte forma do francês para o português o período: “Os gramáticos se extenuam em definir noções cuja validade eles não se dão o trabalho de verificar.” (Bagno, 2001, p.18) e ainda “..., cujo valor de caso não apresenta nenhuma ambiguidade.” (Bagno, 2001, p.40), comprovando, assim, que o pronome *cujo*, ao menos na variante de que ele se vale, continua dando mostras de estar vivíssimo.

Notam-se semelhanças conspícuas entre o comportamento de Faraco, Bagno e Vinicius de Moraes, quer na condição de sujeito que usa a língua quer na condição de sujeito que sobre ela reflete, pois suas “transgressões” são, a rigor, *pasquinianas*, no sentido de que o que dizem em suas reflexões metalinguísticas não fazem em seus próprios textos, atribuindo, assim, como qualquer *parlant naïf*, “um valor quase sagrado aos instrumentos normativos” (Faraco, 2008, p.88). Talvez tal comportamento seja resultado de que, enquanto falantes, sabem que “num meio de ouvintes ou leitores cultos, pode prejudicar o prestígio do expositor” (Camara, 1985, p.129) revelar o desconhecimento de tais regras. E, por isso, há de se dar razão a Coseriu (2006, p.118) quando argumenta que

la gramática normativa, com sus defectos, tiene buenas razones de ser; y que el liberalismo lingüístico es una actitud no democrática y reaccionaria que obliga al hablante a quedarse aislado y sin poder participar en la cultura mayor de una comunidad : presenta como libertad el “hable como quiera que la cultura la hacemos nosotros”, pero ellos mismos, los que presentan esta actitud como democrática, no hablan como aquellos cuyas libertades pretenden defender”.

Poderia enfileirar muitos outros exemplos dessa natureza, retirados quer dos textos d’O Pasquim quer dos textos dos próprios linguistas, mas os que foram transcritos acima bastam para ilustrar o que quero comprovar, no tocante ao problema da correção: o conflito entre a atitude do falante quando produz seu discurso e a atitude do linguista quando reflete sobre a linguagem. Tal

situação tem de ser compreendida no campo da ciência a fim de que possa ser superada, pois, além de revelar contradições, acarreta graves consequências para a política de idioma e, naturalmente, para o ensino de língua materna.

Não se trata de mero fruto do acaso essa polêmica em torno da correção idiomática ter retornado nos anos sessenta, pois foi nesse período, marcado pela iconoclastia e pelas “guerras culturais ideológicas do século XX” (Judt, 2011, p.27), que a linguística chegou às universidades brasileiras, apresentando um modelo de investigação da linguagem ainda desconhecido entre nós. Antes do advento da nova ciência, ou se estudava a língua sob a perspectiva da gramática normativa ou sob a perspectiva da filologia, ambas voltadas para a investigação do texto literário.

É preciso lembrar que combates dessa natureza não eram travados apenas no Brasil, dizendo respeito à vida universitária no ocidente de modo geral e, especialmente, na França (Judt, 2007; Dosse, 1993), que ainda não tinha perdido o lugar, para os Estados Unidos, de centro irradiador da cultura. As ideias discutidas pelos intelectuais franceses influenciavam fortemente o debate nas universidades brasileiras, porque, até aquele período, nosso modelo educacional tinha inspiração francesa. O tema da correção linguística, por seu turno, acabou por confundir-se com as discussões políticas travadas numa atmosfera de arrebatamento sectário, como ilustra a seguinte passagem:

Na sua conferência inaugural no Collège de France, Roland Barthes usou e abusou de suas técnicas para “liberar” pessoas e conceitos do poder, sob todas as suas formas; tudo o que controla, restringe e é, portanto, fascista; a destruição de normas linguísticas é, por analogia, um exercício liberador. (Judt, 2007, p.420. Os grifos são meus.)

A divisão ideológica, resultado da polarização política do pós-guerra, provocou o aparecimento de uma espécie de “ideocracia” (Aron, 1982, p.271), caracterizada por um maniqueísmo pueril, que punha em oposição duas categorias antagônicas, com fronteiras vagas e imprecisas, manifestadas, via de regra, pelas seguintes expressões: “povo”, “classe dominada”, “progressista”, de um lado, e “elite”, “classe dominante”, “conservador”, de outro. Essa dicotomia encontrou abrigo nas discussões acadêmicas, o que pode ser explicado pelo fato de o estudioso ser um cidadão comum e sofrer também as influências políticas do momento histórico de que faz parte. No entanto, se o emprego de tais termos – baseados em valores inteiramente impressionistas e subjetivos – pode encontrar sua justificativa nos efeitos retóricos perseguidos pelo discurso

político, mostra-se inteiramente impróprio e inadequado no âmbito da ciência, onde o rigor exige metodologia clara e dados objetivos. Tais rótulos – sobre serem indefinidos, redutores, simplistas e mistificadores (mesmo no terreno da política) –, no campo científico, engessam as ideias, intimidam o pesquisador e distorcem o real linguístico. Ademais, seu emprego traduz ainda indisfarçável arrogância autoritária, pois pressupõe a certeza de um suposto conhecimento acerca do que seja melhor ou pior para o “povo”, sem que este possa ser consultado, por se tratar de entidade abstrata, vaga, sem fronteiras definidas, quase sobrenatural.

Não resta dúvida de que, em qualquer sociedade, todos devem ser atraídos para o debate sobre a coisa pública, a fim de participar das decisões que terão reflexos na vida do país. No entanto, as posições políticas assumidas pelo cidadão não podem transformar-se em óbice para a reflexão crítica, sob pena de se fecharem os olhos às incoerências, aos equívocos e às contradições, sobretudo nas discussões que, de forma direta ou indireta, se refletem no trabalho científico. Por isso, a associação entre ciência e ideologia de qualquer natureza é, por princípio, espúria, devendo ser rejeitada e combatida. Quando tal associação é levada a cabo, habitualmente sob a égide de estados totalitários, produz resultados catastróficos para a pesquisa.

Os governos autoritários, para tentar legitimar seus atos discricionários, costumam convocar cientistas e intelectuais para a tarefa. Tal papel, em nome da ideologia, é muitas vezes aceito pelo pesquisador. Basta lembrar os fatos da história recente, como as brutais experiências com humanos feitas por cientistas alemães, em nome da ideologia nazista, para constatar as verdadeiras aberrações produzidas pelo infame casamento. Em nome da ideologia, na antiga União Soviética, por exemplo, N.J. Marr criou, tomando de empréstimo algumas categorias do pensamento marxista, doutrina linguística tão absurda e estapafúrdia que o próprio Stalin, a quem o estudioso queria bajular, combateu-a, proibindo-a por determinação oficial do partido (Coseriu, 2004, p.38).

Os fundamentos da ciência e da ideologia apontam para direções distintas e perseguem objetivos diversos: a ideologia (e a religião) parte de crenças e crenças baseiam-se na fé que se manifesta no discurso de autoridade. Por isso, o verdadeiro crente, “quando diante de uma evidência empírica ou lógica que está em aparente contradição com as exigências da fé, não tem outra escolha sensata a não ser negar o que ele vê, ouve ou pensa” (Judt, 2007, p.214). A ciência, por seu turno, orientada pelos princípios da identidade e da não contradição, expressa-se pelo discurso da razão, e tem por escopo discutir postulados, testar

experimentos e verificar hipóteses. A ideologia (e a religião) não está livre para divergir e menos ainda para contestar; a ciência, por seu lado, só pode ser levada a cabo onde há liberdade para questionar e discordar. De fato, como ensina Coseriu (2006, p.74),

la ciencia constituye un único universo de discurso (aunque internamente diferenciado, según las distintas ciencias, en cuanto se refiere a los significados manejados), ya que corresponde a un único modo de conocer que obedece a un criterio idealmente único: el de “decir las cosas como efectivamente son” em sí mismas [...], independientemente del sujeto empírico que las observa, las interpreta o experimenta con ellas, es decir, independientemente de las actitudes o de las opiniones y creencias precientíficas de este sujeto.

Em suma: enquanto a ideologia (e a religião) está sob o domínio do pensamento dogmático, a ciência, só pode estar – se não é farsa travestida de ciência - sob o controle do pensamento crítico e do ceticismo esclarecido. O comportamento do pesquisador tem de se guiar, pois, exclusivamente pela ética, o que implica excluir, por total incompatibilidade de fins, a ideologia (e a religião) do exame de seu objeto de estudo.

A linguística implantou-se nas universidades brasileiras nessa fase conturbada da história, cuja turbulência ainda foi mais aprofundada entre nós por causa do golpe militar de 1º de abril de 64. Por isso, não ficou imune, nem ela nem seus representantes, aos eventos políticos do período. Para impor-se como novo paradigma, a linguística precisava questionar o arcabouço teórico anterior, o que não podia ser feito sem embates, uma vez que havia, como era de se esperar, forte resistência por parte daqueles estudiosos habituados com o tipo de estudo já consagrado pela tradição.

Todos os que estudamos nos cursos de letras das universidades brasileiras nos anos sessenta e setenta tivemos oportunidade de assistir à e participar da celeuma entre o antigo e o novo modelo. Naturalmente que o primeiro era defendido, via de regra, pelos professores mais velhos e o segundo, pelos jovens docentes que iniciavam sua carreira universitária. Ambos os lados tentavam defender seus pontos de vista com muito ardor e com excesso de paixão, permitindo vislumbrar, numa visão retrospectiva, a confusão generalizada, funesta para a pesquisa, entre ciência e ideologia. Apenas à guisa de ilustração do panorama beligerante que caracterizou o período, transcrevo um pequeno fragmento do grande (e saudoso) filólogo Gladstone Chaves de Melo, representante dos docentes que pugnavam pela manutenção do ensino nos moldes da tradição:

[...]Porque reacionário é quem reage. Reage às agressões; reage, principalmente, contra as ideias que combatem as que tem por certas. [...]

Atulham as cabeças dos alunos com uma série de nomes abstrusos, quase todos terminados em *-ema*, e ficam os pobres diabos tontos ou às vezes, empavonados, repetindo coisas que não entenderam, dadas por quem talvez não as tenha entendido, [...] Geralmente nada sabem de funções sintáticas, nem de concordância, nem de regência, nem de colocação, mas falam em *taxema*, *sintagma*, *sema*, *lexema* e *lexia*, para, afinal, não ficarmos só nas rimas. (Melo, 1978, p. 27-33)

A intensidade das emoções decorrente do partidarismo ideológico, porém, transformou-se em obstáculo para a percepção dos estudiosos de que os dois modelos de investigação não eram excludentes, encontrando ambos sua legitimidade em diferentes planos de análise do fenômeno linguístico. De fato, o exame da linguagem verbal pode ser feito, conforme estabelecem as regras da lógica, nas dimensões ôntica (“Que é /Como é a linguagem?”) e deôntica (“Como deve ser?”). Na primeira dimensão, encontram-se a linguística teórica (v.g. Que é morfema/oração?) e a linguística descritiva (v.g. Como se manifesta o morfema/a oração na língua X?) - ambas com objetivos estritamente científicos de teorização da linguagem e descrição dos idiomas, respectivamente - e, na segunda dimensão, encontra-se a gramática normativa, que não tem caráter científico e atende a objetivos eminentemente práticos.

Mas, ao fim e ao cabo, o novo paradigma trazido pela linguística se impôs nos cursos de letras. E a guerra declarada nos anos sessenta entre os modelos antigo e novo terminou na universidade (só na universidade) por falta de combatentes, uma vez que os representantes da antiga geração ou já se aposentaram ou já faleceram.

Refletindo essas transformações, o ensino de língua materna, nos níveis fundamental e médio, hoje preconizado pelos estudiosos é muito diferente daquele propugnado pelos docentes de outrora. Além de insistir, acertadamente, na necessidade de centrar as aulas de língua portuguesa na produção e interpretação de textos de qualquer natureza, o novo modelo orienta os professores no sentido de repudiar com vigor o preconceito contra qualquer variante utilizada pelo aluno em sua atividade discursiva.

Todavia, apesar dos avanços alcançados nos planos da teorização linguística e da descrição idiomática, as aulas de língua portuguesa nas escolas revelam que os estudantes de letras assimilaram muito pouco ou de forma distorcida conceitos básicos da linguística. Os equívocos conceptuais e as confusões terminológicas, particularmente no que concerne à dimensão deôntica da

linguagem, constituem - não obstante a distância que nos separa do período conturbado dos anos sessenta – consequência direta da polêmica instalada nas universidades e refletem, ainda, a fase de paixões ideológicas que polarizou as discussões do período.

Os problemas relativos à correção idiomática, de cujo exame o linguista não pode abster-se, têm sido expressos, por força de terem voltado à cena depois dos atribulados anos sessenta, pelo discurso ideológico, o que implica ser investigado sem a serenidade e a racionalidade exigidas pela ciência. Não se trata de tarefa fácil, é necessário reconhecer, já que, antes de tudo, o investigador deve assumir uma posição tanto quanto possível distante (e desapaixonada) do objeto submetido a exame. Ademais, uma vez que o objeto investigado nesse caso específico é a língua, objeto empírico-cultural que o falante conhece (é seu usuário), suas opiniões acerca desse objeto não podem ser desconsideradas pelo pesquisador, porque “les opinions du sujet parlant à propos de la langue appartiennent, à la rigueur, à l’objet “langue” et, par conséquent, on ne saurait pas les ignorer”.

Se o falante reconhece o conceito de correção, o linguista, na condição de cientista, não está autorizado a condenar ou rejeitar ou repudiar *tout court*, suas opiniões, sejam tais opiniões expressas pelos jornalistas “da mídia reacionária”, pelos representantes das “classes dominantes”, pelo “senso comum”, pela “direita conservadora”, pela “esquerda progressista”, pelo “povo oprimido”, pela “elite opressora”, pois seu papel enquanto cientista, torno a destacar, consiste em explicar as razões pelas quais o falante, enquanto falante, age de tal e tal forma e, não, desprezar sua opinião por não se embasar nos “avanços da ciência da linguagem” (Bagno, 2009, p.138). O falante conhece sua língua como falante e, não, como linguista. Trata-se, a rigor, de contradição absurda pretender que se faz ciência sem ouvir o falante em todos os seus “vareios do dizer”, como diz nosso poeta Manoel de Barros. Essa situação perturbadora e confusa, com consequências graves para o usuário, já foi percebida e criticada por alguns estudiosos dedicados aos problemas relativos ao ensino de língua materna:

Simplemente criticar como “das classes dominantes” a linguagem que predomina nas escolas é uma atitude superficial. Há de ser aceito que o contrário é que poderia ser tachado de discriminatório, já que representaria negar aos alunos o ingresso nesse mundo “das classes dominantes” (Neves, 2001, p.327)

O conceito de correção idiomática, na nossa tradição, inspirou-se no modelo estabelecido pela Antiguidade greco-latina, em especial na *Téchne gram-*

matike, cuja autoria se atribui a Dionísio da Trácia. Todavia, é mister assinalar que, embora as regras de caráter normativo se manifestem de modo explícito e ordenado apenas nas sociedades letradas, uma vez que só a escrita goza das propriedades de fixar e registrar exigidas para as reflexões metalinguísticas mais acuradas (Auroux, 1992, p.18), a correção idiomática se encontra também entre povos ágrafos, como comprovam os trabalhos de Bloomfield com a comunidade indígena menomini dos Estados Unidos:

According to the scientists view of the matter, then, a small community of people speaking a uniform language, and above all, a community without schools or writing, would not distinguish “good” and “bad” language. When I first such studied such a community, I found, to my great surprise, that these distinctions were made, if perhaps less frequently than among us.

The Menomini Indians of Wisconsin, a compact tribe of some 1700 people, speak a language without dialectal differences and have no writing. Yet the Menomini will say that one person speaks well and another badly, that such-and-such a form of speech is incorrect and sounds bad, and another too much like a shaman’s preaching or archaic (“the way the old people talked”).(Bloomfield, 1970, p.152. Os grifos são meus.)

Quando faz considerações epilinguísticas, o *parlant naïf* se refere ao plano deontico da linguagem, aquele no qual se manifesta o “dever ser”, decorrente da dimensão histórico-social das línguas e, não, ao plano ôntico que ele, enquanto falante, sequer conhece. Tais reflexões manifestam-se tanto em singelas perguntas e declarações como “*Imexível* existe em português?”; “such-and-such a form of speech is incorrect and sounds bad”; etc. quanto em considerações relativas ao ensino de língua, como revela este pequeno fragmento de entrevista que abaixo transcrevemos:

-O estilo de sua escrita muitas vezes subverte a estrutura da língua portuguesa, atitude raramente valorizada pelos professores quando manifestada pelos alunos. O senhor acredita que há pouca flexibilidade na forma de lecionar o português? J.S. – A escola deveria ensinar a ouvir. Cabe a ela ensinar o aluno a escrever corretamente e também explicar por que as regras são assim, e não de outra maneira. Mas a escola não será o lugar onde se subverte e revoluciona a estrutura da língua. Essa tarefa pertence aos escritores, se estes consideram que têm motivos para o fazer. - A maneira como a língua é ensinada não influi no surgimento de novos estilos? J.S. - Os estilos saem do ovo da sua própria necessidade. Ensine-se a pensar claro e a escritura será clara. E, já agora, gostaria que houvesse uma luta

implacável contra o erro de ortografia. A língua é uma ferramenta de comunicação – de todas a mais perfeita, e as ferramentas (pergunte-se a um operário) têm de estar limpas e em condições de trabalhar eficazmente. - É difícil criar uma nova maneira de redigir quando existe toda uma norma culta que impõe regras a quem usa a língua? J.S. - Como eu disse, a escola não é o lugar em que se subverte a estrutura da língua porque ela não tem preparação própria suficiente para se arriscar nessa aventura. As regras são como os sinais de trânsito numa estrada. Estão ali para orientar e dar segurança ao condutor. Claro que é possível viajar por uma rodovia onde não haja sinais de trânsito, mas para isso é indispensável ser um bom condutor. Aí está a diferença.

Se o linguista deixar-se contaminar, em sua investigação, pelo ranço do discurso ideológico, certamente dirá que o entrevistado, no texto acima transcrito, deve ser algum porta-voz da “mídia conservadora” que quer impor a norma da “classe dominante” à sociedade. Mas encontrará muita dificuldade para explicar, com esses frágeis argumentos, como justamente tais declarações foram feitas por José Saramago, escritor que, conforme sabem todos os que apreciamos sua obra, além de ter origem humilde, sempre faz questão de deixar claras suas posições políticas que longe estão de poder ser consideradas “opressoras”, “reacionárias”, “conservadoras”, etc etc.

É curiosa a semelhança, até na escolha das analogias, entre as sagazes opiniões do falante José Saramago e as preciosas e seguras explicações do linguista J. Mattoso Camara, em obra infelizmente hoje relegada a injustificado ostracismo, na qual discorre em inúmeros capítulos acerca do tema da correção:

Muitas normas e convenções de gramática representam uma experiência longa e coletiva em matéria de expressão linguística, e acatá-las é seguir uma estrada batida e correr menos riscos,[...] é perfeitamente lícito afirmar que uma atitude de independência em face das regras gramaticais cabe de direito aos literatos, antes que aos que usam a língua com objetivo prático. Do literato espera-se uma visão pessoal em questões de forma linguística, já que a língua é a sua preocupação primária e a matéria-prima de sua arte. Não nos devem surpreender da parte dele soluções novas e efeitos inesperados; umas e outros, ao contrário, só podem causar estranheza e desconfiança nas condições comuns da vida social, e, na melhor das hipóteses, desviam para a forma linguística a atenção que se deveria concentrar no assunto concreto exposto. (Camara, 1985, p.15)

Não se trata de mera casualidade serem justamente os jornalistas e os escritores, profissionais cujo instrumento de trabalho primordial é a língua escrita, aqueles que mais se têm pronunciado acerca da correção idiomática,

como se pode constatar em diversas matérias publicadas em diferentes veículos da mídia impressa. Suas opiniões, sobretudo as dos jornalistas, por força das sanções a que se encontram expostos diariamente, se devem ao fato de eles se encontrarem em condições favoráveis que lhes permitem apresentá-las e discuti-las, a fim de que seus textos cumpram a finalidade comunicativa a que se destinam, seja tal finalidade de natureza predominantemente informativa ou expressivo-apelativa.

Ainda que na fala espontânea, sobretudo aquela do cotidiano, em que o falante produz textos simples, cuja finalidade está mais orientada para alcançar a satisfação de alguma necessidade imediata, também haja a manifestação do “dever ser” (dimensão deontica) da linguagem, é especialmente no texto escrito que tal comportamento se manifesta em sua plenitude. E não poderia ser de outra forma, pois a substância escrita apresenta características muito diferentes daquelas encontradas na fala. Por isso, as regras estabelecidas para sua manifestação servem “como os sinais de trânsito numa estrada. Estão ali para orientar e dar segurança ao condutor”, conforme mostra Saramago com surpreendente sensibilidade e perspicácia metalinguística, no texto atrás transcrito.

Diferentemente da oralidade, na qual o eixo pessoa/tempo/espço e a presença dos contextos facilitam a comunicação entre falante e ouvinte, na escrita, ao contrário, a situação enunciativa é bem mais complexa. Além de os entornos serem vagos e incertos ou mesmo desconhecidos do leitor, o escritor não está diante de seu leitor, que é sempre virtual em muitos casos (v.g. jornais, bulas de remédio, leis, textos científicos), e por isso não pode obter o *feedback* imediato, permitido pela atividade oral, a fim de desfazer qualquer possível interpretação equivocada. As regras prescritivas consistem, pois, - no texto escrito em especial - em recursos de que o escritor pode dispor para apresentar suas ideias com mais clareza, conforto e segurança, e acatá-las, como ensina Mattoso com sabedoria, “é seguir uma estrada batida e correr menos riscos...”

É inegável que se pode perfeitamente produzir um texto escrito sem o conhecimento das regras prescritivas, mas, como adverte Saramago, para isso “é indispensável ser um bom condutor”. Caso contrário, correm-se riscos desnecessários, especialmente em alguns tipos de textos, de não se alcançar a dupla finalidade da linguagem, em virtude dos possíveis mal entendidos e ambiguidades. Corre-se, também, o risco de se receber a temida sanção social, aquela que se apresenta normalmente como a sombra de um censor (visível ou invisível) e da qual procuraram precaver-se prudentemente tanto os jornalistas e leitores d’O Pasquim quanto Faraco e Bagno, ao produzirem seus próprios textos, como ficou visto mais atrás.

Quando o falante, na infância, começa a adquirir um instrumento linguístico, não recebe instruções metalinguísticas para falar. O processo ocorre, como em qualquer outra atividade, no próprio exercício: ouvindo falar e falando. No processo de aquisição da escrita, todavia, a metalinguagem não só é indispensável – ainda que seja muito singela – mas também é a primeira sistematicamente organizada que o falante conhece. Daí que, quando, na idade adulta, faz reflexões sobre a linguagem, estas invariavelmente se encontram voltadas para a escrita (Bloomfield, 1970, p.149), o que se pode comprovar com a confusão entre letra e som, com a tentativa de transpor para a fala sinais próprios da escrita e com os juízos de correção centrados na língua escrita. Também por essa mesma razão, o dicionário, que consiste num mero registro do léxico linguístico de uma determinada sincronia, na consciência do falante costuma apresentar-se como autoridade para dirimir dúvidas acerca do que “existe” ou “não existe” na língua.

Todavia, curiosamente, os dicionaristas nunca foram acusados de estar a serviço das “classes dominantes” e da “elite” por arrolarem as palavras com seus valores semânticos e respectivas grafias padronizadas impostas a todos. Os gramáticos do passado, ao contrário, cujo único propósito era atender às expectativas do falante no que respeita à dimensão deontica da linguagem, sofreram, injustamente, sentença condenatória, sem direito à apelação, não obstante suas preciosas lições ainda sejam seguidas à risca por muitos. De fato, antes de deitar ao fogo purificador a obra desses estudiosos, no auto de fé epistemológico iniciado nos anos sessenta, cada um, por precaução, tratou de guardar, para seu próprio consumo, um exemplarzinho de compêndio gramatical...

Pode-se até aceitar (parcialmente) que “a gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral”(2009, p.74), conforme afirma Bagno em tom de acusação. Mas o faz deliberadamente porque visa, em primeiro lugar, à língua escrita e a escolha desse objeto de investigação é tão legítima quanto a opção feita pela língua oral, objeto privilegiado pela linguística.

Os gramáticos, seguindo uma tradição ininterrupta de estudos que começa na Antiguidade, dispensavam tratamento especial à língua escrita, constituindo o *corpus* com o qual trabalhavam com os textos retirados de obras literárias de autores consagrados do passado. Cumpre destacar que, ao contrário do que diz o discurso ideológico, tais autores não poderiam (como mostram suas biografias) pertencer às “classes dominantes ultraconservadoras”, - se o critério utilizado para o estabelecimento das famigeradas classes é econômico - pela simples razão de que faziam parte das camadas médias da população. É possível afirmar, sem arriscar-se a ser prontamente contestado pela história, que

Camões, Vieira, Alencar, Machado de Assis, Drummond, para citar apenas alguns dos autores que com frequência aparecem nos *corpora* das gramáticas normativas, representem a “elite econômica” do país? Tamanho absurdo é evidente para todos os que se deixam guiar pelo bom senso. Por outro lado, se, nesse caso, o termo “elite” se refere a uma plêiade de intelectuais que souberam com maestria ímpar – reconhecida, ainda que de forma tácita, pelos usuários da língua - utilizar-se dos recursos que o sistema idiomático encerra, creio que a comunidade lusófona se sente muito bem representada, uma vez que continua a considerá-los modelos, uma espécie de ideal de perfeição linguística.

Ressalte-se também que, diferentemente dos linguistas da atualidade que contam com um aparato tecnológico cada vez mais sofisticado para servir às suas finalidades (gravador, computador etc) e com financiamento para suas pesquisas concedido pelas agências governamentais (Capes, CNPq etc), os filólogos e gramáticos, durante largo tempo, só puderam valer-se da produção escrita e de seus próprios recursos financeiros. De fato, não se pode perder de vista as dificuldades de toda ordem em que trabalhavam tais estudiosos, impostas tanto pela distância que separava o Brasil dos principais centros culturais, dificultando assim a aquisição de obras atualizadas, quanto pela ausência absoluta de qualquer estímulo à pesquisa. A precariedade, todavia, das condições em que trabalhavam não se transformou em escolho para nos legarem uma obra de altíssima qualidade, na qual importantes conceitos da linguística moderna – v.g. variação, mudança – já recebiam rigoroso tratamento, como se pode constatar em muitos de seus textos .

Cumpre ainda lembrar que, se antes de 1960 a maioria dos europeus jamais havia frequentado uma escola e menos ainda uma universidade (Judt, 2008, p.398; Hobsbawn, 1995, p.290; Aron, 1982, p.302), no Brasil, a situação educacional era ainda muito pior, pois, além de o índice de analfabetismo ser escandaloso, o número de cursos universitários era absolutamente inexpressivo. Não havia, portanto, é importante assinalar, antes dos anos sessenta, a classe social designada genericamente de “estudante universitário”, tal como hoje a conhecemos. Devido às grandes dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria da população até a década de 50 – não se pode perder de vista as duas grandes guerras e o trágico período da chamada “Grande Depressão” que martirizaram o século passado - mesmo o jovem da classe média era obrigado a ingressar, recém saído da infância, no mercado de trabalho, uma vez que seus ganhos eram indispensáveis para compor o orçamento familiar (Judt, 2008, p.354).

Ora, se não existiam estudantes de nível superior no ocidente industrializado e rico, no Brasil - país cujo sistema educacional dispensa qualquer comentário

em matéria de atraso e de carência –, os detentores de diploma de nível superior formavam um segmento insignificante. Daí que a acusação feita aos gramáticos de tomarem um *corpus* artificial, produzido por escritores para fins estéticos, em vez de se basearem em textos produzidos por falantes “cultos” (=com 3º grau), tarefa que se levou a cabo posteriormente com o projeto NURC, baseia-se em falsos argumentos, ou melhor, em argumentos que não se sustentam na realidade, se considerados à luz das condições históricas do período no qual foram elaborados tais *corpora*. De fato, os gramáticos não poderiam usar um *corpus* retirado de uma classe que ainda não se havia constituído, ou melhor, que sequer existia como classe.

O projeto da Norma Urbana Culta (NURC), cujas ocorrências se valem dos textos produzidos oralmente por falantes com nível superior completo, não por acaso só foi criado em 1970. A rigor, só a partir de então começou-se a constituir um segmento estável formado por cidadãos com curso universitário completo que pudessem funcionar como informantes, a fim de permitir ao linguista responder à pergunta “Como falam os brasileiros “cultos” (= com nível de escolaridade de 3º grau) dos principais centros urbanos do país?”

Tal questão, importantíssima para a ciência, por permitir, com base numa metodologia rigorosa, a investigação de dados controlados, concerne à dimensão ôntica da linguagem (descrição idiomática) e, não, à prescrição das regras utilizadas no agir verbal. Entretanto, revela, ainda que de maneira disfarçada ou não deliberada, a preocupação com o plano deôntico, o que fica evidente na escolha do adjetivo “culto” que integra o nome do projeto. Era de se esperar que isso ocorresse, pois o linguista é falante e enquanto tal também conhece a necessidade das regras referentes ao plano do “dever ser”, exigidas por qualquer instituição social. E a língua, como já ensinava Saussure, também é uma instituição social, seguramente a mais importante de todas por ser condição e fundamento das demais.

Uma vez que o modelo dos gramáticos havia sido condenado, era mister estabelecer-se outro alternativo, fundamentado nos pressupostos da novel ciência. O modelo apresentado serviu aos propósitos do linguista, mas não, aos do falante. De fato, o projeto NURC não responde à pergunta do falante “Como deve ser?” - a única que, a rigor, o sujeito falante faz - e, cumpre destacar, nem se propõe a fazê-lo, pois tem por escopo fornecer dados, com base nos quais o cientista possa descrever os fatos linguísticos. Por isso mesmo, seus consulentes são os linguistas e, não, os falantes, que continuam à procura incessante de quem lhes possa responder, por exemplo, se “É *presidente* ou *presidenta*?”. E ainda que o linguista pondere, declarando que “tanto faz, pois

ambas as unidades pertencem ao sistema da língua, ao lado de *infanta*, *gerente*, *amante* etc, servindo, portanto, a igual propósito comunicativo”, o falante não ficará satisfeito e replicará com outra pergunta “Mas qual é o certo?” Porque, para ele, *parlant naïf*, a língua se apresenta, em sua consciência, homogênea, atemporal, estática, uniforme e identificada sempre com a variante prestigiada pela comunidade. E ele está sempre disposto a adotar os modos linguísticos dos sujeitos a quem atribui “superioridade cultural”, como comprova o conhecido fenômeno da hipercorreção, esteja ou não esta suposta “superioridade” baseada apenas em falsas impressões. Naturalmente que o cientista sabe (ou deve saber) que o prestígio, sendo aleatório, é fruto do acaso. Trata-se, como argumenta Coseriu (1979, p.77) “do prestígio de um sujeito em face de outros sujeitos, ou de uma comunidade em face de outra comunidade”.

Na verdade, essa atitude não se restringe à linguagem, estendendo-se a qualquer instituição social: vestuário, esporte, música, dança, arquitetura, artes plásticas, literatura etc. A comunidade atribui prestígio, baseada em diferentes razões, a determinados representantes de cada atividade cultural, de tal modo que eles passam a ser considerados modelos a serem seguidos pelos demais membros, constituindo-se em verdadeiras autoridades (o substantivo “autoridade” não deve ser confundido com o adjetivo “autoritário”) em seus respectivos setores. Se a comunidade adota esses modelos, o faz não por imposição das “classes dominantes” às “classes dominadas”, mas porque os valoriza, entendendo que, naquela área específica, seu(s) criador(es) tem(têm) competência para tanto. Não ocorre assim, por exemplo, no futebol, atividade na qual alguns jogadores são escolhidos para constituir a seleção (a escolha do termo “seleção”, aliás, demonstra de modo eloquente o fato), justamente por se lhes atribuir “superioridade” no trato com a bola? Por que, então, cumpre perguntar, seria diferente com a linguagem, se o instrumento comunicativo também se consubstancia como instituição social? É inteiramente justificável que, tal como ocorre com as demais atividades sociais, os falantes busquem, entre aqueles que dedicam seu exercício profissional a estudar a língua – gramáticos, filólogos, linguistas – as regras para pautar seu comportamento verbal. Os gramáticos, por seu turno, ao tempo em que desempenhavam o papel que hoje cabe (ou deveria caber) aos linguistas (na área da linguística aplicada que trata das políticas de idiomas), guiaram-se pela segura estrada longamente percorrida pela tradição grega, tomando como modelo para o estabelecimento de regras o texto literário.

O *parlant naïf*, em seu agir verbal, está voltado exclusivamente para o funcionamento do instrumento linguístico de que se vale para atender a sua finalidade comunicativa imediata. Por tal razão, não costuma fazer reflexões

metalinguísticas, a não ser quando ocorre o inesperado, o inabitual, o anormal, no sentido atribuído por Coseriu (1979; 2004) ao termo. Sua consciência de sujeito histórico manifesta-se tão somente no sentido de querer “*falar como outros*, isto é, como já se falou de acordo com a tradição” (Coseriu, 1979, p.65). O linguista, por seu turno, sabe que a língua não existe concretamente, porquanto é apenas um sistema e, como tal, fruto de uma abstração, só se manifestando em uma de suas múltiplas variantes em cada ato de fala. De modo que, para o linguista, “os menino saiu” ou “os meninos saíram” são apenas duas construções que realizam duas diferentes variantes do português. Mas ele também sabe que a comunidade elege, com base em critérios extralinguísticos, uma dessas normas, em detrimento da outra, a fim de realizar seu ideal de perfeição linguística.

A ciência não pode, portanto, desconsiderar a dimensão deontica da linguagem, como tem ocorrido. Essa advertência, aliás, foi feita há bastante tempo por um dos maiores nomes da sociolinguística, ao alertar que “this dimension of functional superiority and inferiority is usually disregarded by linguists, but it is an essential part of the sociolinguist’s concern”. (Haugen, 1982, p.103) A prova incontestável dessa recusa em reconhecer tal dimensão se revela, entre nós, na terminologia ambígua utilizada para referir-se à variante de prestígio: norma culta, norma gramatical, norma prescritiva, norma exemplar, norma padrão etc, sem que se tenha clareza a respeito do valor significativo das expressões. Em decorrência dessa confusa situação, exige-se do falante escolarizado o conhecimento da norma de prestígio, sem que se conheça o que se encontra nela abrigado e ainda sem que se saiba com segurança quem por ela responde.

Justamente por não ter atendido às expectativas dos falantes nessa dimensão – expectativas atendidas outrora pelos gramáticos/filólogos – a linguística deixou um lugar vago que tem sido preenchido, improvisadamente, isto é, sem basear-se nos dados de que a ciência da linguagem dispõe atualmente, por aqueles que, dentro da comunidade, por força de suas atividades profissionais, mais necessitam das regras relativas a tal dimensão: os jornalistas. A recusa de tratar dos problemas de linguagem relativos à referida dimensão é que tem determinado a publicação de “manuais de estilo” e o ressurgimento dos antigos “consultórios gramaticais” por alguns veículos de imprensa do país. E se “fazem sucesso entre os leigos”, como denuncia Bagno (2009, p.197) é porque os “leigos” - que são leigos em linguística, mas não em linguagem, já que são falantes - lhes atribuem autoridade. É sempre bom lembrar que são justamente os “leigos” a única razão de ser da linguística, já que “le langage ne fonctionne pas pour les linguistes et grâce aux linguistes, mais bien pour les locuteurs et grâce aux locuteurs”.

É mister salientar, ainda, que a norma linguística, como qualquer instituição social, não se impõe ao falante, que dela tão somente dispõe – se quiser acatá-la (e sempre quer, conhecendo-a ou não, por força da dimensão de alteridade da linguagem) – para manifestar-se. Seu caráter de obrigatoriedade deve ser entendido, como ensina Coseriu (1979, p.42), como “empenho ou compromisso contraído”, ou ainda, como “obrigação livremente consentida”, pois, “quien es sujeto de una actividad libre acepta, al mismo tiempo, ciertas normas de esta actividad, normas que son su deber ser” (Coseriu, 2006, p.114). Trata-se, destarte, de uma espécie de contrato social cujas regras são aceitas e adotadas pela comunidade. Claro está que tais regras, por dizerem respeito à língua, que é um objeto histórico – e, portanto, algo que se faz e se refaz continuamente na própria atividade – são sempre mutáveis, refletindo apenas um momento do conjunto de hábitos linguísticos que caracterizam o falar da comunidade.

Barros (1981, p.94-95), fundamentando-se na distinção entre sistema e norma apresentada por Coseriu, estabelece importante distinção entre norma social, norma padrão e norma prescritiva. Consoante seu entendimento, a primeira corresponde ao “como se diz”, a segunda, ao “como se diz melhor ou preferencialmente” e a terceira, por fim, diz respeito ao “como se deve dizer”. Naturalmente que, por serem tais normas espécies do mesmo gênero, isto é, da língua a partir da qual são feitas tais formalizações, há muito mais coincidência que divergência entre as três. E mais: uma norma acaba por fornecer elementos para a outra, havendo permanente trânsito entre os modos de dizer. É o que explica as diferentes construções com os verbos *assistir*, *implicar* e *preferir*, comentadas mais atrás.

A norma não é *curta*, como quer Faraco, nem está *oculta*, como diz Bagno, tanto que ambos a empregam com frequência em seus próprios textos. Ela está **em curto**, ou, para empregar uma antiga e bem humorada epígrafe d’O Pasquim, “está mais pra epa que pra oba”. Porque os linguistas – ainda como consequência do que ocorreu nas universidades nos anos sessenta - têm-se recusado a tratar da dimensão deontica da linguagem. Talvez até por temor de serem estigmatizados, como ocorreu com os gramáticos do passado, com aquela feira de elogios já conhecidos (“elitistas”, “conservadores”, “autoritários”...). Todavia, os linguistas não podem abrir mão de uma função que lhes pertence de direito. Cabe a eles traçar com clareza as diretrizes fundamentais para uma política precisa e definida do idioma, que será útil a toda a comunidade. E já não é sem tempo.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. *O espectador engajado: entrevistas com Jean-Louis Missika e Dominique Wolton*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- BARROS, Luiz Martins Monteiro de & BITTENCOURT, Terezinha. Expressão oral e escrita: o pensamento de Mattoso Camara Jr. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.5, 2008, p. 154-163.
- BARROS, Luiz Martins, Monteiro de. *Princípios e métodos estruturais aplicados ao sistema verbal do português*. 1981 – 263f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BITTENCOURT, Terezinha. *Jornalismo de transgressão: análise do discurso d'O Pasquim/1970*. 1999. 284f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Literate and illiterate speech*. In: HOCKETT, C.F. (Ed.). *A Leonard Bloomfield anthology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1970, p.149-152.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMARA, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral & escrita*. 8ªed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAVALIERE, Ricardo. Norma, exemplaridade e ensino do português. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.3, 2004/2005, p. 164-170.
- COSERIU, Eugenio & Lamas, Óscar Loureda. *Lenguaje y discurso*. Navarra: Eunsa, 2006.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. 2ª reimpr., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- _____. *L'homme et son langage*. Louvain: Peeters, 2001.
- _____. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo I: o campo do signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1993.
- _____. *História do estruturalismo II: o canto do cisne, 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1994.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

- HAUGEN, E. “Dialect, language, nation”. *Sociolinguistics: selected readings* edited by J.B. Pride and Janet Holmes. New York:Penguin, 1972.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos:o breve século XX: 1914:1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUDT, Tony. *O século XX esquecido: lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- _____. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. *Passado imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2ªed. São Paulo: Humanitas, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio & BANDEIRA, Elaine S. *Liberdade versus igualdade: o mundo em desordem*. Vol.1: 1914-1945. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MELO, Gladstone Chaves de. O cultivo da língua literária. *Linguagem*. Niterói, n.1,1978, p. 27-43.
- NEVES, Maria Helena de Moura. “Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema”. In Urbano *et al. Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: caminhos e desca- minhos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- TEREZINHA BITTENCOURT. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Professor Associado de Linguística da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

A PREDIÇÃO NA TEIA DE ESTRATÉGIAS DE COMPREENSÃO LEITORA

Vera Wannmacher Pereira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo explicitar a predição na teia de estratégias de compreensão. Primeiramente apresenta fundamentos teóricos sobre compreensão leitora, estratégias de leitura e predição leitora. Após, demonstra-os utilizando um texto numa determinada situação de leitura. Por último, nas considerações finais, retoma o conteúdo desenvolvido e abre perspectivas de pesquisa e ensino.

PALAVRAS-CHAVE: predição; compreensão leitora; estratégias; teia.

***ABSTRACT:** This article aims to explain the prediction in the web of comprehension strategies. First presents the theoretical foundations on reading comprehension, reading strategies and reading prediction. After, shows them using a text in a specific reading situation. Finally, in the final considerations, incorporates the content developed and opens perspectives for research and teaching.*

***KEYWORDS:** prediction; reading comprehension; strategies; web.*

Introdução

O presente artigo tem como eixo temático a predição leitora, com apoio nos estudos psicolinguísticos sobre leitura. Está situado no caminho de pesquisa e ensino que vem sendo seguido pela autora, por considerá-lo especialmente relevante para a compreensão leitora. Os objetivos pretendidos são explicitar essa estratégia, no que se refere ao seu funcionamento, às relações com outras importantes estratégias de leitura e à sua contribuição para o êxito na compreensão, e levantar possibilidades para aplicação na pesquisa e no ensino.

Para isso, primeiramente são apresentados alguns fundamentos teóricos sobre tópicos que constituem o tema – compreensão e processamento da leitura, estratégias de leitura, predição leitora. A seguir é feita a demonstração dos procedimentos possivelmente utilizados por um suposto leitor ao predizer em deter-

minada situação de leitura. No fechamento, são realizadas considerações finais, retomando o conteúdo desenvolvido e abrindo perspectivas de pesquisa e ensino.

1 Fundamentos

São apresentadas a seguir, sucessivamente, concepções sobre compreensão leitora, estratégias de leitura e predição como uma dessas estratégias.

1.1 Compreensão leitora

Do ponto de vista psicolinguístico, a compreensão da leitura é examinada não só como a apropriação do conteúdo lido, mas como o processamento realizado pelo leitor para realizar essa apropriação.

Os estudos que vêm sendo realizados sobre esse tópico indicam dois tipos de processamentos básicos – o *bottom-up* e o *top-down* (SCLIAR-CABRAL, 2008), que se diferenciam no que se refere à direção do raciocínio de leitura – das unidades menores para as maiores (o primeiro) e vice-versa (o segundo). A escolha de um ou outro está associada a algumas variáveis – tipo/gênero textual, objetivo de leitura, conhecimentos prévios do leitor e seu estilo cognitivo.

O processamento *bottom-up* consiste no uso de procedimentos com tendência linear, em que as marcas textuais assumem grande importância. Seu uso é provável em situações em que o leitor tem poucos conhecimentos prévios sobre o conteúdo do texto, ou tem pouco domínio sobre o código linguístico utilizado, ou ainda necessita fazer decodificação cuidadosa. Também ocorre seu uso em situações em que a leitura tem como objetivos, por exemplo, a elaboração de um resumo, ou a realização de uma prova avaliativa, ou ainda a organização de um comentário crítico. Do mesmo modo, pode ser mais frequente em situações em que o objeto de leitura se caracteriza por organização linguística complexa (lexical, sintática, textual), como é o caso dos editoriais, das defesas de tese, dos comentários críticos, das exposições de motivos, dos relatos científicos, das divulgações de natureza científica.

O processamento *top-down* é de natureza descendente, ocorrendo na direção das unidades linguísticas maiores para as menores. Apoiando-se fortemente nos conhecimentos prévios do leitor, as marcas linguísticas deixadas pelo autor são selecionadas para realização de antecipações e para testagem de hipóteses. Caracteriza-se, então, como um processamento global que favorece ao leitor a escolha dos segmentos de leitura. Considerando essas características, ele é utilizado predominantemente em situações em que o leitor tem armazenados na memória bastantes conhecimentos sobre os tópicos desenvolvidos no texto.

Também ocorre seu uso em situações com objetivos de leitura, como verificar se o livro é adequado a um determinado público, ou fazer uma escolha preferencial entre vários textos, ou organizar livros numa prateleira, ou verificar se já conhece o texto, ou ainda preparar uma leitura detalhada, antecedendo-a. Pode do mesmo modo ocorrer em textos de natureza lexical, sintática e textual pouco complexa, exigindo baixo esforço cognitivo. É o caso, por exemplo, de narrativas lineares, ou de textos com significados predominantemente explícitos, ou ainda de textos com alta previsibilidade.

Esses dois processamentos básicos não são excludentes, uma vez que o leitor pode utilizá-los alternadamente. Imaginemos, por exemplo, que C. deve ingerir um medicamento prescrito por seu médico e tem dúvida sobre a dosagem. Resolve, então, consultar a bula. Trata-se de um texto de léxico e sintaxe específicos, que não faz parte do cotidiano do leitor, o que gera algumas dificuldades para sua compreensão. Por outro lado, tem uma estrutura textual previsível. Essas duas características encaminham C. para o uso dos dois processamentos. Primeiramente faz um movimento *top-down* pelo texto como um todo, realizando uma leitura global. Durante esse processamento, fixa seus olhos no título *Dosagem*. Passa a ler cuidadosamente (*bottom-up*) cada palavra e cada frase, buscando confirmar na memória as informações que gradativamente vai reunindo. Chega, então, à compreensão e à decisão relativa à dosagem que deve utilizar, alcançando seu objetivo de leitura.

Esses processamentos estão vinculados às estratégias de leitura, explicitadas no item a seguir.

1.2 Estratégias de leitura

Os estudos psicolinguísticos com frequência abordam o tópico estratégias de leitura (KATO, 1987; LEFFA, 1996; SOLÉ, 1998). Definidas como procedimentos utilizados pelo leitor para processar a compreensão, são categorizadas como cognitivas e metacognitivas.

As estratégias cognitivas são intuitivas e não conscientes e as metacognitivas são reflexivas e conscientes. São exemplos do primeiro grupo o reconhecimento natural de que um texto disponível é coerente, de que a escrita (ocidental) se desenvolve da esquerda para a direita. São exemplos do segundo grupo o estabelecimento de semelhanças e diferenças entre textos, o reconhecimento de um erro e sua superação, o direcionamento da atenção para algum ponto do texto, o controle do objetivo de leitura (PEREIRA, 2009a).

Essa categorização em cognitivas e metacognitivas traz em si uma certa dificuldade, uma vez que está diretamente relacionada ao domínio que o leitor

tem sobre o objeto da estratégia. Controlar o objetivo de leitura, por exemplo, pode estar bastante automatizado no caso de o leitor fazer isso com frequência e repetidamente na mesma situação. Cabe também referir o fato de que é de grande complexidade o estabelecimento da oposição entre consciente e não consciente, o que vem gerando a idéia de níveis de consciência, sendo considerado como mais alto o êxito na compreensão e a explicitação eficiente do processo e o mais baixo o fracasso na compreensão e a não explicitação do processo realizado. É importante ainda registrar que essas definições sobre estratégias de leitura precisam acolher os estudos neurocientíficos, como os de Dehaene (2007, 2009), sobre as características do processo de consciência, que afirmam que, a partir do tempo de 270-300 milissegundos é possível ver diferença entre o processamento consciente e o inconsciente, momento em que diferentes áreas do cérebro entram em sincronia, buscando intencionalmente um foco lingüístico específico e utilizando informações periféricas a esse foco, o contexto.

Os estudos psicolingüísticos sobre estratégias de leitura trazem alguns tipos e procuram caracterizá-los, de modo a estabelecer diferenças entre eles. No entanto, essa intenção é alcançada parcialmente, uma vez que tais estratégias têm diferentes níveis de abrangência e apresentam vínculos, formando uma espécie de teia de conexões. Encontram-se explicitadas a seguir algumas delas.

O *skimming* consiste numa estratégia de leitura de natureza *top-down*, que permite um passeio global pelo material escrito sem uma busca específica. Consiste numa aproximação que pode contribuir para o levantamento de percepções e entendimentos gerais. Pode ser utilizado numa situação, por exemplo, em que o leitor, diante de um balcão de livros, deseja adquirir algum para ler nas férias. É possível que ele passe os olhos pelas capas, vire algumas folhas, de modo a verificar se pode interessá-lo. Pode ser também empregado numa situação em que precise avaliar o tempo de que precisará para ler um artigo científico. Passa então os olhos pelas páginas, observando a extensão, o tamanho das letras, o espaçamento entre as linhas, o assunto, um pouco do léxico, a extensão dos parágrafos.

O *scanning* é uma estratégia de leitura que, assim como o *skimming*, faz uma varredura no material de leitura, mas em busca de algo específico. Constituem-se em situações frequentes de uso do *scanning*, a busca, por exemplo, de um nome no guia telefônico, de uma data no calendário, de uma palavra no dicionário, do prazo de validade numa embalagem. Numa situação em que o objetivo de leitura é a descrição minuciosa da cena de uma narrativa em que ocorre o desabamento de uma ponte, por exemplo, é provável que o leitor faça primeiramente um *scanning* para localização dessa cena no texto.

A leitura detalhada pode ser definida como uma estratégia *bottom-up* em que o leitor percorre linearmente o texto, compondo, a partir de unidades pequenas, gradativamente, uma totalidade. No caso de não ter obtido entendimento de um segmento lido, por falta de conhecimentos prévios sobre o conteúdo ou sobre o código lingüístico, a solução pode estar na leitura detalhada. Do mesmo modo, se a informação é especialmente relevante, como cuidados com o uso de produtos tóxicos, é conveniente que o leitor se dedique à leitura paciente de cada vocábulo, de cada frase das instruções do produto.

A inferência é uma estratégia de leitura explicitada tanto pelos estudos psicolingüísticos como pelos pragmáticos. Consiste na realização de uma dedução a partir de elementos lingüísticos do texto e de dados contextuais, contribuindo para a predição, uma estratégia de grande amplitude que conta com outras estratégias, conforme está exposto no item a seguir.

1.3 Predição, uma estratégia abrangente

Neste item, é explicitada a estratégia de predição, de especial relevância na compreensão leitora, uma vez que possibilita prever letras, morfemas, palavras, frases, enfim até o tema do texto e a situação de produção do texto.

Trata-se de uma estratégia de leitura que consiste na antecipação (GOODMAN, 1991; SMITH, 2003) do que ainda não foi lido, com base nos conhecimentos prévios do leitor e nas pistas lingüísticas deixadas pelo autor no texto. Essa antecipação, também chamada de adivinhação, se realiza na formulação e testagem de hipóteses, num jogo de risco automonitorado (PEREIRA, 2002).

Essas pistas lingüísticas estão distribuídas entre os diversos planos lingüísticos (GOMBERT, 1992) - grafo-fônico (relação fonema/letra, rima, aliteração), morfossintático (limite e estrutura de palavra, estrutura de frase), semântico (significado, sentido vocabular), textual (organização, moldura, coerência, coesão) e pragmáticos (relação texto/situação de uso), estando vinculadas à natureza dos textos – gêneros e tipos (ADAM, 2008). Assim, as pistas grafo-fônicas, por exemplo, são mais predizíveis nos poemas, assim como as pragmáticas nos textos fortemente marcados contextualmente, indicando a correlação entre situação de compreensão, gêneros textuais, pistas lingüísticas e estratégia de predição (PEREIRA, 2011).

Dada sua abrangência, a predição se realiza na interação com outras estratégias, especialmente a inferência, o automonitoramento, a autoavaliação e a autocorreção.

A inferência, do ponto de vista pragmático, constitui-se num percurso cognitivo que ocorre entre uma afirmação inicial e uma afirmação final (con-

clusão), sendo a base para cálculos de relevância. Nesse sentido, faz a âncora, o suporte para a realização da predição, estratégia fundamental para a compreensão (PEREIRA, 2009b). Entre as diferentes categorizações, cabe referir a inferência episódica e a inferência metalingüística. Na primeira, os conteúdos, os fatos, as informações do texto são as pistas determinantes para a predição. Na segunda, é a própria linguagem que consiste na pista de decisão. As inferências metalingüísticas sustentam as predições especialmente nos trava-línguas, nas parlendas, nos poemas, nas quadrinhas, no que se refere às aliterações e às rimas. As episódicas com frequência dão suporte às predições de elementos de narrativas, como por exemplo, as ações dos personagens, a sucessão dos fatos, a formação do desfecho.

Sendo a predição uma estratégia de antecipação, necessita de um conjunto de estratégias mais específicas para que se efetive - a formulação de hipóteses, o automonitoramento, a autoavaliação e a autocorreção (PEREIRA, 2009c, 2009d). A formulação de hipóteses consiste no levantamento de possibilidades sobre dados, fatos e situações do texto que ainda não foram lidos com base no que já foi lido e nos conhecimentos prévios do leitor. Durante a leitura de uma história que gira em torno de um crime, por exemplo, a busca do leitor é desvendá-lo. Faz então uma hipótese sobre o criminoso. Seguindo a leitura, fica em constante automonitoramento, atento a todos os detalhes, procurando sempre fortalecer sua hipótese. No entanto, surgem algumas dúvidas, fazendo o leitor hesitar e encaminhando-o para uma autoavaliação. Percebe, então, que aquele personagem não pode ser o criminoso, pois se encontrava muito distante do local do crime no momento em que ocorreu. Faz então, uma alteração da hipótese (autocorreção) e segue sua leitura até o final, sempre testando sua nova hipótese.

Diante do aqui exposto, cabe registrar que a estratégia de predição tem como âncora a inferência e conta, para seu uso, com a formulação de hipóteses, o automonitoramento, a autoavaliação e a autocorreção, o que evidencia que é de grande complexidade, estando em conexão continuada com as demais estratégias.

Além disso, a predição pode ocupar um ponto numa sequência encadeada de outros ainda, como já referido inicialmente. No exemplo apresentado por último, é provável que o leitor, ao ter dúvidas sobre sua própria hipótese, tenha retornado ao segmento em que o crime é narrado, por meio de um *scanning*, e tenha dirigido atenção a ele por um tempo significativo realizando uma leitura detalhada. Fica assim fortalecida a idéia exposta já no título deste artigo de que a predição faz parte de uma teia de estratégias que conduzem à compreensão.

No item a seguir, é utilizado um texto para demonstrar um possível percurso da predição como estratégia leitora em rede.

2 Demonstração

Neste item, é apresentado primeiramente o texto, reescrito pela autora do artigo com base na fábula original, e posteriormente são expostos os possíveis caminhos de predição de um dado leitor numa determinada situação de leitura.

O leão e o burro

Um burro vinha caminhando pela floresta.

De repente, apareceu à sua frente um leão.

Sentiu-se incomodado e disse a ele:

- O que você está fazendo aqui? Quem pensa que é para atravessar meu caminho? Saia da minha frente, pois quero passar.

O leão pensou no seu tamanho, na sua força, nos seus fortes dentes e nas suas grandes patas, enquanto observava o burro em sua arrogância e ignorância.

Então, seguiu seu caminho sem nada dizer.

O processamento no uso da predição descrito a seguir é hipotético, constituindo-se numa possibilidade entre muitas, sendo, o leitor, um aluno de 10 anos que procura atender à solicitação da professora: descobrir o final da história, uma vez que ele está coberto por uma tarja.

Ao receber a tarefa, o leitor entende que deve fazer uma descoberta. Dirige sua atenção imediatamente para a última frase que está coberta, fazendo um *scanning*. Detém-se ali (leitura detalhada) e percebe, por sua extensão, que é uma frase curta.

Volta, então, ao título do texto (*scanning*), examinando sua memória, na expectativa de já conhecer a narrativa e tê-la ali armazenada. Não encontra nenhuma informação e admite que precisa ler o texto.

Faz então uma busca rápida no texto (*skimming*) e percebe que os vocábulos leão e burro se repetem. Direciona sua atenção para o travessão (leitura detalhada) e observa que eles falam. Utiliza, então, seus conhecimentos e deduz (inferência) que o texto é uma fábula.

De posse dessas informações, volta ao topo do texto, lê novamente o título e confirma sua hipótese (automonitoramento e autoavaliação).

Lê, então, as duas primeiras frases. Coteja-as com os seus conhecimentos prévios e infere uma desigualdade de forças entre os personagens, favorecendo o leão. Levanta então uma hipótese – o leão atacará o burro (predição).

Passa para a leitura da terceira frase. Sente um estranhamento em relação ao fato de o burro ter ficado incomodado. Pensa que pode ter feito uma leitura errada (automonitoramento) e volta à terceira frase, lendo cuidadosamente a elipse inicial e a anáfora (leitura detalhada).

Fica ainda com dúvida e resolve ler a quarta frase (automonitoramento). Verifica, então, que realmente o burro acha que pode enfrentar o leão. Com base nesses dados e nos seus conhecimentos prévios, tenta prever o desfecho – um confronto entre os personagens em que o leão agredirá o burro, vencendo-o.

Faz então a leitura da quinta frase. Percebe a prepotência do burro e a força do leão e confirma sua hipótese para o desfecho (automonitoramento e autoavaliação). Examina um pouco mais o caminho que percorreu e busca nos seus conhecimentos prévios desfechos de outras fábulas (automonitoramento), em que nem sempre a força é a característica mais importante. Relê com atenção a frase e infere que o leão parece não querer usar sua força. Altera, então, sua hipótese (autocorreção) e faz nova predição – o leão não dará importância às palavras do burro e seguirá seu caminho. Essa será sua vitória.

Apresenta, então, à professora sua descoberta, explicando como chegou a ela. A professora promove um debate na turma e, ao final, apresenta a frase final do texto: “E o leão seguiu seu caminho sem nada dizer.”. Vê, então, confirmada sua predição final.

A demonstração aqui feita do processamento do uso da predição numa situação determinada indica essa estratégia como central, considerando a tarefa proposta. Revela também que está integrada a outras numa rede, numa teia. É importante considerar esses dois pontos no desenvolvimento de pesquisas e na proposição de aplicações no ensino.

Considerações finais

A exposição realizada até aqui, decorrente predominantemente de pesquisas realizadas pela autora, define a predição leitora como uma estratégia predominantemente *top-down* de antecipação do conteúdo do texto com base nas pistas lingüísticas deixadas pelo autor no texto e nos conhecimentos prévios do leitor. No processamento da leitura, integra uma teia de estratégias: tem como âncora a inferência; abrange a formulação de hipótese, o automonitoramento, a autoavaliação e a autocorreção; e se conecta a outras (*skimming*, *scanning*, leitura detalhada), dependendo da situação de leitura.

Tais características estão demonstradas neste artigo, numa suposta situação de leitura em sala de aula em que cabe ao leitor prever o final da fábula intitulada

“O leão e o burro”. Para realizar o objetivo proposto pela professora, o aluno (hipoteticamente) utiliza a predição como estratégia central, tomando a inferência como âncora para antecipação, realizando-a por meio do levantamento de hipótese, do automonitoramento, da autoavaliação e da autocorreção, e estabelecendo elos com o *skimming*, o *scanning* e a leitura detalhada. Seguindo esse percurso, o aluno obtém êxito, descobrindo a última frase do texto objeto de leitura.

As informações e análises disponibilizadas evidenciam a relevância da predição para a compreensão leitora, o que aponta para a necessidade de realizar investigações sobre esse tópico, de modo a conhecer mais precisamente seu modo de processamento e sua contribuição para o êxito na compreensão.

Cabe, assim, examinar correlações existentes entre compreensão e predição, considerando variáveis vinculadas ao leitor, como idade, gênero, escolaridade, objetivo de leitura, conhecimentos prévios, domínio da linguagem, e variáveis vinculadas ao material de leitura, como gênero textual, sequências dominantes, conteúdo do texto.

É especialmente relevante investigar os procedimentos preditivos utilizados pelo leitor, considerando essas mesmas variáveis. Para isso, é importante utilizar instrumentos diversos, que, ao darem diferentes informações, podem compor um mosaico de informações. Cabe utilizar desde os mais simples, como os questionários e as entrevistas, pela natureza básica e pela facilidade de aplicação. Os protocolos introspectivos, que podem ser aplicados *on-line* e *off-line*, também são importantes por agregarem dados qualitativos, embora dependam fortemente da competência do sujeito. São muito interessantes as ferramentas computadorizadas, uma vez que permitem a filmagem dos movimentos do sujeito com o *mouse* e o registro do tempo usado em cada um deles. Em dimensão mais sofisticada, podem ser utilizados os equipamentos que permitem examinar a consciência, como o eletroencefalograma, e a ativação de áreas cerebrais, como a ressonância funcional. É possível ver que são muito os caminhos investigativos, que, naturalmente, permitem a obtenção de diferentes dados, o que é importante para a composição de um corpo de conhecimentos sobre o funcionamento da predição.

Quanto à aplicação no ensino, há que considerar as definições da predição leitora aqui apresentadas. A natureza do texto e seus traços lingüísticos dominantes, a definição do objetivo de leitura e os conhecimentos prévios do leitor são pontos cruciais, uma vez que encaminham as tarefas a propor aos alunos. Desse modo, há que variar esses elementos da situação de leitura de modo que os estudantes tenham a possibilidade de viver diferentes procedimentos preditivos deles decorrentes.

É, assim, importante estimular a predição que exija a manipulação dos diferentes planos que estruturam a língua – fônicos, morfológicos, sintáticos, léxico-semânticos, textuais e pragmáticos. Para tanto, há que propor ao aluno fazer predições das rimas, dos vocábulos, do possível autor, do possível leitor, do gênero textual, de segmentos que estruturam o texto, sendo para isso necessário orientar o aluno para observar os elementos lingüísticos presentes.

Também cabe estimular a predição em situações que o aluno disponha de níveis diferentes de conhecimentos prévios, de modo que ele perceba, por exemplo, que quando dispõe de poucos desses conhecimentos, deve direcionar fortemente sua atenção para as pistas lingüísticas do texto.

É especialmente necessário encaminhar o aluno para explicitar como realizou as predições, de modo a desenvolver a consciência sobre o uso dessa estratégia de leitura. Debates da turma a esse respeito, de modo a conhecer os caminhos utilizados individualmente, certamente contribuem para o desenvolvimento da competência de predição e, conseqüentemente, para o êxito na compreensão.

Em suma, é importante que os professores, os órgãos mantenedores do ensino estejam atentos às descobertas que estão continuamente se fazendo, especialmente considerando as grandes dificuldades de compreensão da leitura evidenciadas pelos estudantes de todas as idades. No caso da predição, cabe uma atenção especial considerando seus vínculos na teia das diversas estratégias leitoras, donde a relevância do papel que desempenha na compreensão.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *A Linguística: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- DEHAENE, Stanislas. Signatures of consciousness – a talk by Stanislas Dehaene. *Edge in Paris*, 2009. Entrevista concedida a Edge Foundation, Inc. Disponível em http://www.edge.org/3rd_culture/dehaene09/dehaene09_index.html. Acesso em 15 de julho de 2010.
- DEHAENE, Stanislas. *Les neurones de la lecture*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- GOMBERT, Jean Émile. *Metalinguistic development*. Chicago: The University of Chicago Press: 1992.
- GOODMAN, Kenneth S. Unidade na leitura – um modelo psicolingüístico transacional. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n.86, dez. 1991, p. 9-43.

- LEFFA, Vilson J. *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre; Sagra-Luzzatto, 1996.
- PEREIRA, Vera Wannmacher. Arrisque-se... Faça o seu jogo. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 128, v. 37, jun. 2002, p. 47-64.
- _____. Estratégias de leitura virtuais e não virtuais no Ensino Fundamental. *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa: Ideia, 04 a 07 mar. 2009a, p.4590-4 (CD) .
- _____. Predição leitora e inferência. In: Costa, Jorge Campos da (org.). *Inferências lingüísticas nas interfaces*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009b, p. (CD).
- _____. Predição leitora: procedimentos e desempenhos em ambiente virtual e ambiente não virtual. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.44, n.3, jul.-set. 2009c, p.22-27.
- _____. Estratégia de predição leitora nas séries iniciais: resultados de pesquisas e aplicação no ensino. *Acta Scientiarum . Language and Culture*. Maringá: EDUEM, v.31, n.2, jul.-dez. 2009d, p. 133-38.
- _____. Predição, compreensão e situação de compreensão. *Desenredo*. Passo Fundo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, v. 7, n.1, 2011, p.91-103.
- SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003

A QUESTÃO DO SEGREDO NAS ANTILÍNGUAS: UMA VISÃO ECOLINGUÍSTICA

Hildo Honório do Couto

Universidade de Brasília

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Universidade Federal de Goiás

RESUMO: Nosso objetivo neste artigo é discutir a questão do segredo nas chamadas antilínguas, que são criadas por grupos *underground* ou qualquer grupo cujos membros queiram por um motivo qualquer comunicar-se entre si sem ser entendidos pelos membros da comunidade envolvente. Usando o arcabouço teórico da Ecolinguística, analisamos a ‘antilíngua’ dos meninos de rua, dos ciganos (calon e kalderash) e a *dread talk* do movimento rastafari jamaicano. Por menor que seja o grupo, sua pequena comunidade não foge do ecossistema fundamental da língua, segundo o qual só teremos uma modalidade linguística se houver um grupo de pessoas (P), que se encontra em determinado espaço/território (T), usando a linguagem (L) que lhe é específica. No caso, com exceção da língua dos kalderash, essa linguagem é apenas um pequeno vocabulário, usado no contexto da gramática portuguesa. Por fim, constatamos que os imigrantes de segunda e terceira geração, ou mais, também usam o pouco que ainda mantêm da língua dos ancestrais como uma espécie de antilíngua.

PALAVRAS-CHAVE: antilíngua, meninos de rua, ciganos, rastafári, criptoleta

ABSTRACT: *Our interest in this paper is to discuss the issue of secrecy in the so called anti-languages, which are created by underground groups or any group whose members want for whatever reason to communicate with each other without being understood by the members of the surrounding community. Using the theoretical framework of ecolinguistics, we analyze the anti-language of street children, as well as the one from the gypsies (calon and kalderash) and the dread talk of the Jamaican Rastafarian movement. No matter how small is the group, their small community does not escape from the fundamental ecosystem of language, according to which we will only have a linguistic expression*

if there is a group of people (P) which is in a particular area / territory (T), using its specific language (L). In this case, with the exception of Kalderash language, this language is only a small vocabulary used in the context of Portuguese grammar. Finally, we note that the immigrants of the second and third generation or more also use the little devices that still retain from the language of their ancestors as a sort of anti-language.

KEY WORDS: *anti-language, street children, gypsies, rastafari, criptoletto.*

Introdução

Existem muitas grupos no interior de comunidades maiores que criam uma linguagem própria com a finalidade de manter segredo frente aos que não pertencem ao grupo. Isso ocorre no domínio da maioria das línguas do mundo, sobretudo aquelas que fazem parte de sociedades complexas, com diversos segmentos sociais e grupos dos mais variados tipos. Em geral, essa linguagem, ou criptoletto, consta apenas de um vocabulário específico. Este, por seu turno, normalmente se constitui de lexemas tirados da língua dominante, mesmo que às vezes parcialmente adulterados, devido aos fins a que se destinam. Deve ser notado que essas alterações, ou até mesmo mesmo adulterações de palavras originais, não violam os padrões silábicos e, frequentemente, nem os morfológicos da língua circundante.

Nós temos estudado algumas dessas linguagens, chamadas de antilínguas por M. A. K. Halliday. Elza investigou a linguagem dos meninos de rua e a língua dos ciganos kalderash de Aparecida de Goiânia-GO. Hildo estudou a trajetória dos ciganos e orientou diversas monografias de alunos de pós-graduação sobre o assunto. Além disso, ele estudou pessoalmente outras manifestações de antilínguas e assunto correlatos, como a *dread talk* do movimento rastafari jamaicano, o cafuzo de Santa Catarina, o callahuaya, o pachuco e o shelta, além de comunidades ameríndias e de ex-quilombos. No presente momento, estamos os dois investigando a língua dos ciganos de Aparecida de Goiânia.

Nosso objetivo principal é discutir a questão do segredo exemplificando com manifestações linguísticas como as que acabam de ser mencionadas. Assim sendo, na próxima seção (2), apresentamos sucintamente o arcabouço teórico em que nos baseamos, que é a jovem disciplina Ecolinguística. Na seção seguinte (3), reproduzimos a conceituação original de antilíngua de Halliday. Na seção 4, começamos a entrar na análise de casos pela linguagem dos meninos de rua. Na seção seguinte (5), falaremos dos ciganos, tanto os chamados kalderash quanto os calons. A seção 6 é dedicada à linguagem conhecida como *dread talk*,

criada e usada pelos membros do movimento rastafari da Jamaica. Na seção 7, procuramos juntar todos os estudos de caso que apresentamos no contexto maior da Ecolinguística, com o fito de mostrar que ela é um ótimo arcabouço teórico para se estudarem essas questões.

Por fim, temos as observações finais, seção 8.

1. Ecolinguística

Nosso arcabouço teórico maior é a **Ecolinguística**. Ela é uma jovem disciplina, definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente (Fill, 1993; Couto, 2007, 2009). Como o prefixo ‘eco’ já dá a entender, ela parte da perspectiva da Ecologia, de onde deriva a maioria de seus conceitos e todos os seus princípios. Assim sendo, faz-se necessário salientar os conceitos ecológicos mais importantes e averiguar como são apropriados pelos estudos linguísticos. Mais especificamente, temos que responder as seguintes perguntas:

- (1) O que é língua?
- (2) O que é meio ambiente da língua?
- (3) De que tipo são as relações entre a língua e seu meio ambiente?

Responder a segunda pergunta não é nada fácil, inclusive porque na Ecologia biológica geral não se usa a expressão ‘meio ambiente’ como termo técnico. Essa expressão é mais comum na Ecologia social e/ou na filosófica. Nos estudos biológicos, os conceitos que mais se aproximam do de meio ambiente são os de *habitat*, nicho, biótopo e **território**. Eles fazem parte de um todo maior, o **ecossistema**, que vem sendo definido como sendo o conjunto formado por uma **população** de organismos e as **inter-relações** que se dão entre eles e o entorno bem como das que se dão entre os próprios organismos da população entre si. Ecologicamente, o que importa não são os organismos (animais ou vegetais) em si, mas as inter-relações.

É preciso salientar que a vitalidade do ecossistema é diretamente proporcional à maior ou menor quantidade de espécies existentes em seu meio. Vale dizer, a **diversidade** é uma de suas propriedades mais importantes. Há ainda outras características dele que são relevantes para o estudo ecológico dos fenômenos linguísticos. Pelo menos algumas delas serão mencionadas mais abaixo ao analisarmos os dados de nosso *corpus*.

Vejamos quais são os equivalentes dos conceitos de ecossistema, território (meio ambiente, *habitat*, nicho ou entorno), população e interações

(inter-relações) em Ecolinguística. Ao ecossistema biológico corresponde naturalmente o **ecossistema linguístico**, que consta de uma **população** (P) ou povo, vivendo em determinado lugar ou **território** (T) e se comunicando pela maneira tradicional de se comunicar localmente (L). Vê-se, assim, que esses padrões de interação (que são a língua/linguagem) são o equivalente das interações (inter-relações) ecológicas. Por sinal, essa é a concepção que o leigo tem de língua. Quando se lhe menciona o nome de determinada língua pela primeira vez, ele quer saber, antes de tudo, que povo (P) a fala. A seguir, quer saber onde (T) esse povo se localiza. Essa tríade, ou seja, P, T e L, constitui o ecossistema linguístico fundamental, vale dizer, o **ecossistema fundamental da língua**. No interior desse ecossistema linguístico, o conjunto formado por P e T constitui o **meio ambiente fundamental da língua**. Mais abaixo veremos que no interior desse ecossistema existem pelo menos três subecossistemas. O fato é que ele é tão importante que não é apenas ‘fundamental’. Ele é mesmo ‘fundacional’, pois é ele que fornece as “fundações” das quais emerge tudo na língua. Não é para menos que recebe outros nomes, dependendo da perspectiva a partir da qual é observado.

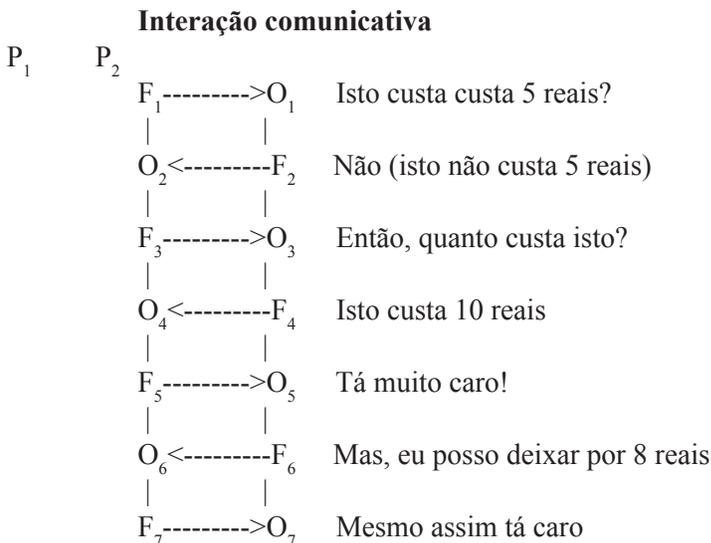
Ao falar dessas equivalências, já demos uma caracterização de língua, ou seja, ecolinguisticamente ela é vista como o modo pelo qual os membros da comunidade interagem verbalmente de modo tradicional. Seguindo a concepção de Coseriu (1967), o ponto de partida deve ser o **ato de interação comunicativa** (AIC) concreto. Partindo de uma determinada quantidade deles, o observador abstrai o sistema, ou seja, os padrões de interação verbal vigentes na comunidade. Esses padrões são o que se tem chamado de regras (sintáticas, morfológicas, fonológicas etc.), isto é, a ‘gramática’.

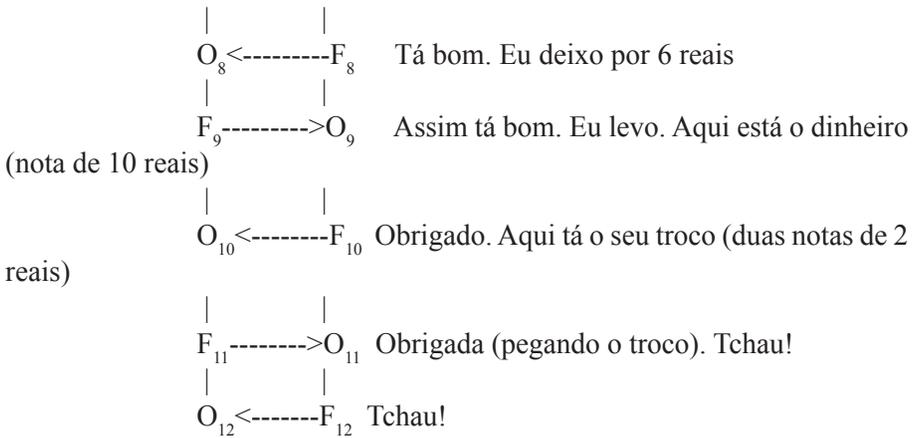
O AIC se dá no contexto da **ecologia da interação comunicativa** (EIC). Como sabemos, a EIC consta, inicialmente, de um falante (F) que se dirige a um ouvinte (O), em geral próximos e de frente um para o outro. A F corresponde o EU e a O o TU (você). Há também os circunstantes, quer presentes, quer ausentes. Junto do EU temos ELE_1 , ou seja, aquele ou aqueles que estão com EU. Junto do TU temos o ELE_2 . ELE_1 e ELE_2 , juntos, constituem o ELES. O EU mais ELE_1 formam o NÓS exclusivo, como no tupi-guarani *oré*. EU mais TU formam o NÓS inclusivo, como o tupi-guarani *jandé*. O TU mais ELE_2 formam o VÓS exclusivo e TU (junto ou não com ELE_2) mais ELE_1 constituem o VÓS inclusivo. As duas últimas formas existem no crioulo inglês da Papua-Nova Guiné conhecido como tok pisin.

Não é possível alinhar todos os componentes da EIC, uma vez que cada ecologia é única. No entanto, pelo menos mais alguns deles devem ser mencio-

nados, como os dêiticos. Associados ao EU temos o dêitico espacial AQUI, o temporal AGORA e o modal ASSIM, entre outros. Associados ao TU existem pelo menos o espacial AÍ, o temporal ENTÃO e o modal ASSADO. Temos ainda os demonstrativos ESTE (relacionado a EU), ESSE (relacionado a TU), AQUELE (relacionado a ELE). Dependendo da perspectiva, poderíamos acrescentar os dêiticos temporais ONTEM, HOJE, AMANHÃ etc. Na EIC estão implícitos todo o cabedal de conhecimentos e as experiências tanto de F quanto de O: praticamente toda a cultura da comunidade de ambos. Aqui alinhamos apenas alguns poucos exemplos do que pode entrar em um AIC. Vejamos mais de perto a dinâmica da interação entre F e O, no que tradicionalmente vem sendo chamado de diálogo, interlocução ou simplesmente **interação comunicativa**.

Suponhamos uma freguesa em uma feira de rua. Diante de determinado produto, ela pode perguntar ao feirante “Isto custa cinco reais?” (nível 1), uma vez que já havia visto o produto com esse preço em outra barraca. O feirante pode retrucar que não, ou às vezes, “Isto não custa cinco reais” (nível 2). A freguesa pode continuar perguntando, “Então, quanto custa isto?” (nível 3). E assim por diante, formando um fluxo de interação comunicativa (fluxo interlocucional ou dialógico) que, no exemplo a seguir compreende doze níveis. O importante a reter é que há diversas outras possibilidades, ou direções, que o fluxo pode tomar. Inclusive pode haver mais níveis, indefinidamente, dependendo das circunstâncias. Tudo isso está representado na figura abaixo, em que o membro da população ou pessoa P_1 é falante inicial e P_2 é o ouvinte inicial.





Como se pode ver, a interação comunicativa se dá de modo cíclico. O pontapé inicial é dado pela uma pessoa (P₁) que, nesse momento, é o falante (F₁). É P₁ que desencadeia toda a interação comunicativa, mediante uma primeira solicitação a uma segunda pessoa (P₂), que exerce o papel de ouvinte (O₁). A seguir, temos uma resposta de P₂, agora já como falante de nível 2, ou seja, F₂. O falante inicial passa a ouvinte de nível 2 (O₂). E assim sucessivamente, *ad libitum*. Toda a interação se baseia em padrões de interação aceitos comunitariamente, de modo que, além das regras da gramática já mencionadas, temos as regras de interação, sobre as quais pode-se começar lendo Koch (2001).

Dissemos acima que, dependendo do modo como encaremos o ecossistema fundamental da língua, ele pode receber outros nomes. Um deles, já mencionado, é ‘ecossistema fundacional da língua’. Mas, no presente contexto, a denominação mais comum é a de **ecossistema natural da língua**, justamente pelo fato de seus componentes serem L, P e T encarados como entidades físicas, naturais. Nesse caso, o **meio ambiente natural da língua** é constituído por P e T, isto é, ele é formado pelo território, as águas, o ar, os membros da população *qua* corpos físicos, entre outros. Assim sendo, a língua não é reificada, uma vez que equivaler às interações da Ecologia, de modo que quando falamos em MA da língua, estamos nos referindo ao ‘lugar’ em que essas relações se dão, às entidades entre as quais as relações têm lugar.

Dependendo do modo como encaramos os fenômenos da língua/linguagem, podemos ver que as relações que a constituem podem se dar ainda em pelo menos mais duas situações. A primeira ainda tem a ver com os indivíduos da comunidade como entidades físicas. A diferença é que agora focamos a atenção no cérebro de cada um deles. É aí que as relações da linguagem se formam, são

armazenadas e processadas. Aqui a língua é a imensa teia de inter-relações que se dão nas conexões neurais, as sinapses. Isso constitui o **ecossistema mental da língua**. Em seu interior, o cérebro ou, mais especificamente, as conexões neurais constituem o **meio ambiente mental da língua**. A Psicolinguística, a Neurolinguística e o Conexionismo têm tentado desvendar os mistérios desse ecossistema linguístico. A Gramática Gerativa também.

O terceiro ecossistema da língua/linguagem é conhecido como **ecossistema social da língua**. Muitos estudiosos pensam que ele é o único ecossistema da língua, como o caso do próprio pai da Ecolinguística, Einar Haugen. De acordo com ele, o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a fala (Haugen, 1972). Ela é o **meio ambiente social da língua**.

Para mais pormenores sobre esses três ecossistemas, e respectivos meios ambientes, da língua, pode-se consultar Couto (2007). É chegado o momento de entrarmos na análise de nossos dados, tendo em mente que diversos outros conceitos ecológicos ainda não mencionados podem ser introduzidos oportunamente. Entre eles temos o de **diversidade** e algumas características do ecossistema ainda não mencionadas, como a **porosidade**. Veremos que os microecossistemas que vamos examinar são altamente fluidos, estão sempre influenciando e recebendo influência do ecossistema maior de que fazem parte. Na verdade, não há uma fronteira rigidamente delimitada entre eles.

2. Antilíngua

Ao caracterizar esse conceito, seu proponente, Michael A. K. Halliday, começa dizendo que “dos diversos tipos de ANTI-PALAVRAS, tais como antibiótico, anticorpo, antinovidade, antimatéria e outras, o que é entendido como tal aqui é o que é representado por antissociedade”. A seguir ele afirma que “uma antissociedade é uma sociedade que se cria no interior de outra sociedade como uma alternativa a ela. Ela é um modo de resistência, que pode assumir a forma de simbiose passiva ou de hostilidade ativa e até mesmo de destruição”. Para ele “uma antilíngua não é apenas paralela a uma antissociedade, mas gerada por ela”. “Uma antilíngua está para a antissociedade assim como uma língua está para a sociedade”. Por fim, diz ele, frequentemente a antilíngua é veículo de uma contracultura (Halliday, 1976: 570).

Do ponto de vista estritamente linguístico, a antilíngua consiste em usar “palavras novas por velhas, isto é, ela é uma língua relexificada”. De modo que “o princípio é o de mesma gramática, vocabulário diferente; mas vocabulário diferente apenas em algumas áreas, especialmente aquelas que são vitais para

as atividades da subcultura” (Halliday, 1976: 571). Ao falar de algumas antilínguas mais abaixo, veremos alguns processos empregados na substituição de itens lexicais da língua para formar uma antilíngua. Porém, as características da antilíngua podem atingir também a fonologia, a morfologia, a semântica lexical e talvez até mesmo a sintaxe (Halliday, 1976: 576-579). Como se vê, a antilíngua apresenta muitas semelhanças com os anticrioulos (Couto, 2002a), porém, apresenta também muitas diferenças em relação a eles. É o que veremos a seguir, começando pelas primeiras.

Antes, porém, gostaríamos de lembrar que uma denominação alternativa para pelo menos algumas antilínguas seria **criptoleto**. Esse termo é composto de “cripto-” que, em grego, significa secreto, e do morfema “-leto”, também de origem grega, que aparece em “dialeto”, “socioleto” e nos termos crioulísticos “basileto/mesoletto/acroleto”. Em suma, criptoleto significaria algo como “variedade linguística (leto) secreta, ou para manter sigilo”. De modo que, para aqueles que não gostam de nada que contenha “anti-”, criptoleto é uma alternativa.

A antilíngua é criada conscientemente para ser o símbolo de uma oposição à língua da sociedade maior. Portanto, frequentemente ela é artificial, não tem uma história, por assim dizer, natural. A antilíngua não é língua materna de ninguém. Ela é muito dinâmica, está sempre se transformando para se adaptar a novas circunstâncias e, às vezes, até mesmo a modismos. As formas específicas de antilíngua têm a mesma forma da língua envolvente em subjacência. Praticamente todos os termos das antilínguas elencados abaixo têm como referência o equivalente na língua contra a qual se opõem. A antilíngua é uma língua parcial. Ela nunca preencheu todas as necessidades comunicativas de seus usuários.

Halliday apresenta três exemplos de antilíngua. O primeiro é a “*pelting* (=paltry) speech” dos vagabundos e criminosos que constituíam a contracultura da era elizabetana (século XVI). De acordo com os poucos exemplos de 1567 dados por Thomas Harman, essa antilíngua constava de expressões como *crashing-cheats* (dentes), *smelling-cheat* (nariz; também *jardim, quintal*), *belly-cheat* (avental). Como se vê, *cheat* significa “coisa que...”. Outros exemplos seriam *stalling-ken* (casa que receberá objetos roubados) < *stall* (fazer ou ordenar) + *ken* (casa) e *queer-ken* (casa de prisão) < *queer* (nulidade) + *ken*.

O segundo exemplo é a língua do submundo de Calcutá, amplamente documentada no livro *Language of the underworld of west Bengal*, de Bhakti-prasad Mallik (Calcutá: Sanskrit College, Research Series n. 76, 1972). Halliday reproduz algumas características fonológicas e morfológicas que se notam na formação do “antiléxico” dessa antilíngua a partir de material do bengali.

Na fonologia essa antilíngua faz uso de cerca de 30 processos. Entre eles podem-se citar: (a) metátese: *kodaan* (loja), do bengali *dokaan*; *karcaa* (servente), de *cakaa*; (b) inversão: *khum* (boca) < *mukh*; (c) mudança consonantal: *konaa* (ouro) < *sonaa*; (d) inserção silábica: *bituri* (com “t” e “r” retroflexos, ‘mulher velha’) < *buri* (com “r” retroflexo); (d) inversão mais sufixação: *chappi* (bunda) < *paach*.

Do ponto de vista morfológico, notam-se também muitos processos. Assim, temos (a) sufixação: *kotni* (com “t” retroflexo, ‘bolsa de algodão’) < do inglês *cotton*, *dharaan* (sequestrador) < *dharaa* (segurar); (b) composição: *bilaakhaanaa* (bordel) < *bilaa* (termo pejorativo) + *khaanaa* (ouro, lugar para); (c) empréstimo: *khaalaas* (assassinato), do árabe *halaas* (fim), no lugar da forma bengali *khun*.

Um outro recurso para a criação do “antiléxico” é atribuir valor metafórico a expressões já existentes na língua que a antilíngua pretende contestar. Assim temos (a) *saainbor-olaa* (mulher casada), em referência à marca vermelha na testa das mulheres casadas, mais *olaa* (proprietário/a); (b) *sutaa* (“t” retroflexo ‘cigarro’), de *sukh* (alegria) + *taan* (“t” retroflexo ‘baforada’).

O terceiro exemplo de antilíngua apresentado por Halliday é a *grypserka*, ou seja, a língua da subcultura das prisões polonesas e escolas de correção, descrita por Adam Podgórecki em “*Second life*” and its implications (mimeo, 1973). No caso, “*Second life*” é o nome da antissociedade de que a *grypserka* é veículo. Halliday não reproduz nenhum exemplo dessa antilíngua.

Além dos três exemplos recém-vistos, Halliday menciona outros casos de usos e/ou registros linguísticos que apresentam características antilinguísticas. Um deles é o *gobbledygook*, a “língua secreta do humor da classe trabalhadora vitoriana”. Nesse tipo de linguagem, uma expressão como “erect a luxurious block of flats” se transformaria em *erectify a luxurimole flackoblots*. Isso lembra um pouco a nossa “língua do p”. Outros exemplos incluiriam a “linguagem dos guetos” e os dialetos. Segundo o autor, “o uso popular opõe *dialeto*, como ‘anti-’, a língua (padrão), como a norma estabelecida. Um dialeto não padrão que é usado conscientemente para propósitos estratégicos, defensivamente para manter uma realidade social particular ou ofensivamente para resistência e protesto vai na direção da antilíngua” (Halliday, 1976: 579-80).

Ainda na Inglaterra temos outros casos de uso linguístico de grupos específicos que se enquadrariam na categoria de antilíngua. Um deles é o *polari*, também conhecido como *palare*, *palyaree* e *palary*, que deve ter sua origem no italiano e, talvez, na língua franca medieval (Couto, 2002b). O próprio nome provém do italiano “parlare”. Essa antilíngua consta de uns 80 a 100 itens lexicais

que, atualmente, só são usados no teatro, no circo, no mundo dos espetáculos e na linguagem de certas comunidades homossexuais, sobretudo aquelas que têm alguma ligação com o mundo dos espetáculos (Hancock, 1984: 390-391). Entre os exemplos alinhados por esse autor, incluem-se [djent] (dinheiro) < italiano *argento*, [tchinke] (cinco) < italiano *cinque*; [djòge] (jogar, cantar, entreter-se) < italiano *giocare*, etc. O próprio Hancock associa essa linguagem com a antilíngua de Halliday (Hancock, 1984: 393). Atualmente o polari está em extinção. No entanto, há movimentos no sentido de revivê-lo, inclusive com alguns *sites* na Internet.

Um outro exemplo de antilíngua inglesa é o *cant*. Ele é “um léxico criptolálico, derivado basicamente do inglês mediante processos de mudança semântica, no contexto gramatical do inglês, que tradicionalmente se diz que é empregado por ladrões e membros da comunidade dos criminosos. Há elementos dessa manifestação linguística no shelta” (Grant, 1994: 123). Para um conceito mais amplo de *cant*, pode-se consultar Bonfante (1966).

A comunidade mística chamada Santo Daime também parece ter uma linguagem própria, ou melhor, um registro especial do português que apresenta algumas características da antilíngua. Infelizmente, porém, não dispomos de informações linguísticas sobre o assunto. Para uma abordagem antropológica a essa comunidade, pode-se consultar (Silva, 1983).

3. Os meninos de rua

Começemos pelos meninos de rua. O excerto de diálogo abaixo já dá uma ideia do uso de gíria que constitui a linguagem deles:

- D: *o que é fazer uma fita junto?*

- I: *uma fita junto ((risos)) ... é roubar... o modo de dizer que a gente fala ..fita... porque... a forma da gíria que... reproduzida... os maluco... na hora d doidura fala .. as coisas que não faz sentido... mas se pego...continua gíria*

- D: *mas é uma forma de vocês falarem que os outros não entendem né?*

- I: *poucos não entendem NÉÉÉ?*

No trecho acima, observa-se que o informante deixa claro o sentido social e secreto da gíria. Quando essa gíria passa a ser usada por outros grupos, como o dos *playboys* torna-se, então, fraca e perde sua função de antilíngua, que é a de segredo e proteção contra a hostilidade da sociedade envolvente.

Vejamos mais alguns exemplos, de expressões isoladas de sua gíria.

- apetite de correria = ter habilidade, malícia para roubar
- aprontar = roubar
- cinco cinco = furto
- cinco sete = roubo a mão armada
- crescer o olho = querer o que está vendo, querer roubar
- dar um rolê = passear, roubar
- fazer um bote = roubar
- guenta = roubo
- passar o pano = vigiar na hora do roubo
- sujou = chegaram os policiais
- um sete um = estelionatário

Apesar de visar a manter segredo, muitas palavras são tiradas do número de artigos do Código Penal, como se pode ver nos três exemplos a seguir.

- cinco cinco < Artigo 155;
- cinco sete < Artigo 157;
- um sete um < Artigo 171.

Tiram termos da própria sociedade hostil a eles e os inserem no próprio contexto, tornando-os ininteligíveis aos de fora. Com isso, constituem uma antilíngua ou criptoletão para uso próprio. Para mais detalhes sobre a linguagem dos meninos de rua, pode-se consultar Murata (2005).

4. Os ciganos

Passemos à língua dos ciganos. O nome que normalmente se dá a ela é **romani**, tirado de *rom* (gente, homem), que é o como eles se chamam. Alguns grupos mundo afora preferem o nome **romanês**, que significa literalmente ‘falar à moda dos *roma*’ (plural de *rom*). Os ciganos de Aparecida de Goiânia que estudamos estão nesse caso: eles afirmam que falam ‘romanês’. Mas, eles são apenas um dos diversos grupos de ciganos existentes no Brasil e, sobretudo, na Europa.

De qualquer forma, os dois principais grupos existentes no Brasil são os *kalderash*, aos quais pertencem os que estudamos, e os *calons*.

Os *calons* começaram a imigrar no século XVI, vindos da Península Ibérica. Há informações da existência desses ciganos no Brasil já por volta de 1530. A variedade linguística desse grupo difere um pouco da das demais, justamente

por estar bastante desgastada pelo contato, primeiro com o espanhol, depois com o português lusitano e, finalmente, com o brasileiro. Sua língua principal é o português, sendo o calon usado entre eles em poucas situações, entre elas manter segredo frente aos *gadjé* (não ciganos), donde seu caráter de antilíngua.

Para este ensaio, baseamo-nos na pesquisa de Melo (2005), que investigou o grupo que se encontra em Mambáí, norte de Goiás. Vejamos dois exemplos de sua linguagem:

- 1) o rõ camela a ruín ‘o rapaz ama a moça’
- 2) o avê chinardô o cais com o forron ‘o tio cortou a árvore com o facão’

Como se vê, os itens lexicais são calons, mas a gramática é inteiramente portuguesa. Essas palavras não passam de umas 500, além de algumas expressões complexas, em geral formadas nos moldes da gramática portuguesa. Isso significa que o calon não é uma língua plena, como a dos kalderash, mas apenas uma antilíngua, caracterizando-se como um verdadeiro criptoletto.

Os kalderash vieram do Leste Europeu, a partir do final do século XIX, embora sua origem primeira seja a região central do norte da Índia. No Brasil, eles se concentram em Campinas (SP) e em Gravataí (RS), embora pequenos grupos possam ser encontrados em todo o país. Os kalderash de Aparecida de Goiânia são um grupo de cerca de 25 famílias, 250 ciganos. A família que mais serviu de informante mora em uma tenda de lona em um terreno de 10x40m, com um espaço grande na frente onde colocam cadeiras em dias de culto (domingo às 20h), uma vez que se tornaram evangélicos uns anos atrás. Na tenda, há uma mesa grande, pia, armários, geladeira e fogão, tapetes e cama de solteiro onde dorme a matriarca. Os outros dormem em colchões que colocam sobre os tapetes. Ao lado dos colchões empilhados, há um computador e um televisor. As roupas ficam nas malas e algumas em um varal. A água e a luz são ligações clandestinas da casa do vizinho a quem pagam uma certa quantia. Fora da tenda, existe um banheiro, com pia e chuveiro, e tanque para lavar as roupas. Em outubro de 2009, esses informantes mudaram-se para uma casa, que fica a cinco quadras de onde moravam. Nos primeiros meses, a matriarca estranhava muito, pois, na barraca, sempre havia ciganos para conversar e participar das refeições. Eles ganham a vida como vendedores ambulantes de panelas, tacho, jogos de bacias, toalhas de banho, bolachas e, sobretudo, maçãs. Atualmente, vendem mais *kits* de colchas e panelas.

Mesmo sendo já sedentarizados, eles viajam muito para outras cidades, não só para comerciar, mas também para visitar grupos aparentados e parentes. A

maioria dos kalderash de Aparecida de Goiânia mora em casas próprias, apenas cinco famílias residem em tendas de lona, por falta de condições financeiras.

Esses kalderash são bilíngues em sua maioria, como acontece com grande parte dos kalderash do Brasil. Eles falam romanês e português desde a infância. No entanto, só usam o romanês nas interações intragrupais. Para a comunicação extragrupal, usam o português. É a língua para se comunicarem com os *gadjes* (não ciganos), cujo singular é *gadjo*. Se há um *gadjo* por perto, eles geralmente falam em português. No entanto, se quiserem que ele não entenda o que estão falando, usam o romanês, o que mostra que sua língua tem também a função de manter segredo, mesmo sendo uma língua plena, com léxico e gramática própria, não mera antilíngua derivada da língua da comunidade envolvente, como é o calon.

Vejamos alguns exemplos de expressões romanesas.

- 1) E kêr si parnô
‘A casa é branca’
- 2) E gadjá kindiá le islága
‘A mulher não cigana comprou os brincos’
- 3) Vôn volím-pe (eles amam-se): pronome após o verbo
‘Eles se amam’
- 4a) Si ma (tenho eu); 4b) nai ma (não-tenho eu)
‘eu tenho’ ‘eu não tenho’

Pelos exemplos se pode ver que o dialeto romanês do romani apresenta flexão nos verbos, nos substantivos e nos adjetivos. Além disso, o pronome reflexivo vem depois do verbo. O verbo ‘ter’ no presente do indicativo, afirmativo ou negativo, flexiona-se diferentemente do português.

O romanês é a língua da identidade, da intimidade e da manutenção dos segredos culturais. Como já perderam o território original (eram nômades), mesmo tentando recompô-lo nos acampamentos e, mais modernamente, ajuntando-se em bairros periféricos das cidades, têm que se firmarem mais na língua para manterem a própria identidade. Por conviverem íntima e diariamente entre si, seus membros constituem uma comunidade, no sentido de que são um povo (P), convivendo em um bairro (T) e falando o romanês internamente (L). Com isso, mantêm uma miniatura do ecossistema fundamental da língua, ou seja, P, T e L.

Como se vê, o romanês tem funções próprias das antilínguas, no entanto, é também uma língua plena, que preenche todas as necessidades expressivas

e comunicativas de seus usuários. Ele nos mostra que o conceito de Halliday visto acima precisa ser revisto a fim de incluir realidades como esta. Para mais detalhes, ver Couto (2002a) e Melo (2005).

5. A *dread talk* do movimento rastafari jamaicano

Gostaríamos de mencionar ainda a linguagem do movimento rastafari jamaicano, a *dread talk*. Os adeptos da comunidade rastafari criaram uma linguagem própria a fim de afirmar sua identidade afro-americana frente à sociedade opressora dos ex-colonizadores ingleses. Na época do surgimento dessa comunidade, havia o movimento *back to Africa*. A *dread talk* visava a exprimir toda essa cultura, da qual faz parte o ritmo musical *reggae*.

A *dread talk* é inteiramente tirada da língua jamaicana, que é uma variedade crioulezada do inglês britânico. Seus falantes a formaram estritamente nos padrões de formação de antilínguas, como caracterizadas acima. Além disso, procuravam adequar a linguagem ao mundo. Assim, como *understand* não era tido como adequado para significar ‘entender’, substituíam o termo por *overstand*. O conceito de oprimir, segundo eles, não pode ser *oppress*, mas *downpress*. Havia ainda todo um vocabulário especial para tratar das drogas e outros assuntos. Na verdade, os lexemas da *dread talk* têm sido classificados em quatro categorias, de que damos alguns exemplos a seguir.

Vejam os exemplos delas.

Categoria I, na qual entram formas já existentes no crioulo jamaicano com novo significado, como “chalice” (cálice), tubo para fumar *ganja* (marijuana):

- *Babylon* (Babilônia) = a. o establishment” corrupto; o sistema, a igreja e o estado; b. a polícia, um policial;
- *burn* (queimar) = fumar *ganja*;
- *cool* (fresco) = OK, tudo bem, fique frio;
- *dread* (medo) = a. pessoa com *dreadlocks*; b. coisa séria; c. pessoa ou coisa perigosa; d. o poder terrível (*dreadful*) do sagrado; e. confrontação terrível com pessoas que têm uma identidade primordial mas historicamente negada;
- *dreadlocks* = a. cabelo não penteado nem cortado; b. pessoa que os usa.

Categoria II, em que se procura suprimir a arbitrariedade do signo, ou seja, visa-se a uma iconicidade entre significado e significante:

- *downpress* (< *oppress*) = oprimir;
- *higherstand* (< *understand*) = compreender, entender;
- *Jamdown*, *Jamdung* = Jamaica;

- *outformer* (<infomer) = informante da polícia, dedo-duro;
- *overstand* (< understand) = o mesmo que *higherstand*;
- *blindgaret* (cigarette) = cigarro.

Categoria III, formada pelas palavras [ay], de *I* (ego, eu). Há dois subtipos:

- a. a função pronominal: *I*, *I-man*, para *me* (eu) do crioulo;
- b. substituição de sílaba inicial por *I*: *I-lalu* por *callaloo* do crioulo (tipo de legume) ou por *y*:

- *I AN I A KNACKA* (heart is good) = estou bem;
- *I AN I* (I and I) = eu, nós, meu, eu mesmo;
- *I-cient* (< I + ancient) = velho, antigo;
- *I-ditate* (< I + meditate) = meditar;
- *I-dure* (< I + endure) = suportar, agüentar;
- *I-laloo* (< I + callaloo) = tipo de legume muito popular;
- *I-man* (< I + man) = eu, me, nós, meu, nosso (o mesmo que *I AN I*);
- *I-men* (< I + amen) = amém;
- *I-nana* (I + banana) = banana;
- *I-pa* (<I + pepa = pepper) = pimenta;
- *IRONS* (<I + iron) = arma;
- *I-serve* (< I + deserve) = merecer;
- *I-sire* (< I + desire) = desejar;
- *I-tal* (< I + vital) = vital, puro, natural, orgânico, comida sem sal, comida rastafari;
- *yanks* (< I + thanks) = obrigado;
- *yife* (< I + life) = vida;
- *yountry* (< I + country) = país.

Categoria IV, constituída de criações novas, como *bald head* para os não adeptos do rastafarianismo:

- *backative* = estamina, força;
- *bongoniah* (<Bungo Niah) = um rastafariano, um rasta;
- *deaders*, *dedahs*, *deddas* = comida;
- *dunny*, *dunney*, *dunza* = dinheiro;
- *freenana* (< free + banana) = banana;
- *JAH* = Deus; provavelmente uma abreviação de Jahweh ou Jehovah (JAH Ras Tafari, Hailé Selassié, rei dos reis, senhor dos senhores, leão conquistador da Judéia; a personificação do Todo Poderoso);
- *sata*, *satta* = relaxar; fique onde está; sentar-se; fique calmo;
- *spliff* = *ganja*, marijuana.

Portanto, a *dread talk* visava a expressar não apenas a própria identidade e o segredo frente à sociedade envolvente. Visava também a ter uma linguagem que expressasse uma maior harmonia com a natureza e as pessoas. Era um movimento ecológico mesmo em uma época em que isso não era modismo. Para maiores detalhes, pode-se consultar Couto (2002a: 60-65).

6. Discussão

Enfim, os três casos aqui apresentados confirmam o modelo básico da Ecolinguística, de acordo com o qual para que haja uma linguagem (L), tem que haver um grupo de pessoas (P) convivendo em determinado espaço ou território (T) que a use, por menor que seja esse grupo. A linguagem existe justamente para manter a coesão do grupo, além da identidade e de poder falar sem ser entendido pelos de fora. No caso das antilínguas e assemelhadas, elas existem para a comunicação, mas uma comunicação intragrupo, ininteligível aos de fora.

O pequeno diálogo dos próprios meninos de rua com a entrevistadora Elza mostra que eles têm consciência do dinamismo de sua linguagem. Mais do qualquer outra, ela é muito aberta, está sempre se adaptando às circunstâncias. Lembra muito estágios avançados das comunidades iniciadas por espécies pioneiras, na Ecologia. Dado seu dinamismo, nem a linguagem em especial nem a comunidade de meninos em geral chega ao estágio de comunidade clímax, como é o caso dos ciganos. Como o ecossistema da Ecologia, que é fluido, poroso e aberto, também a comunidade e a linguagem desses meninos é fluida, porosa e aberta. Está sempre se modificando, a fim de se adaptar às novas circunstâncias que se lhes apresentam. Enfim, sua linguagem está sempre sendo influenciada pela da sociedade envolvente, embora eles mesmos sejam seu sujeito, são eles que a criam, usam e dominam. Toda influência da comunidade envolvente se dá mediante o uso da linguagem por eles próprios. Tudo isso está em perfeita sintonia com a visão ecolinguística dos fenômenos da linguagem. A Ecolinguística os vê com o faz Coseriu (1967), ou seja, o que existe concretamente são os atos de interação comunicativa. O sistema é abstraído pelo observador, logo, ele não tem existência fora dos atos concretos de fala.

O caso dos ciganos kalderash é um tanto diferente, uma vez que eles são herdeiros de uma longa tradição que vem da Índia na Idade Média. Na origem, certamente constituíam uma grande comunidade com povo, território e língua próprios. Mesmo hoje, no Leste Europeu (Hungria, Romênia) ainda existem comunidades em que pelo menos até pouco tempo era possível encontrar falantes monolíngues de romani. Por isso, sua linguagem é menos fluida, menos

instável. Por terem se desgarrado de uma comunidade do Leste da Europa mais recentemente, dispõem de uma linguagem própria (romani, representado pelo dialeto romanês) que preenche todas as suas necessidades expressivas e comunicativas.

Mesmo assim, eles mantêm sua linguagem específica para se afirmarem frente à sociedade brasileira envolvente e para poderem comunicar entre si sem ser entendidos pelos *gadjes*. Em seu imaginário, ainda fica grande parte da cultura original, mesmo que em início de obsolescência devido ao atrito com a cultura dominante envolvente. No geral, querem manter esses dados culturais em segredo, pois acham que compartilhá-los é enfraquecer-se como grupo, como comunidade que tem sua própria identidade. Mesmo assim, essa linguagem tem características de antilíngua, vale dizer, o ser símbolo de identidade e a finalidade de manter segredo.

As outras manifestações linguísticas são todas claramente antilíguas. Infelizmente, não há tempo para um aprofundamento do assunto da perspectiva ecolinguística. Para mais detalhes, pode-se consultar Couto (2002a, 2007).

Observações finais

Tratar do segredo de grupos minoritários significa estudar o que é marcante em sua cultura, pois o segredo neste caso não é apenas manter o que move os seus costumes, mas também a própria ação e essência do grupo. Afinal, ela faz parte da sua visão de mundo, sua interação com outros grupos que caracterizam seu cotidiano e sua língua. O segredo dos costumes mantidos pela língua em uso (gíria, romanês etc.) refere-se à manutenção das experiências vividas pelo grupo que funcionam como um sistema dinâmico, formando o inventário do vivido de seus ancestrais.

Há um querer manter o mistério como uma forma de preservar a integridade cultural ameaçada no contato com outros grupos. Na vivência dos grupos minoritários frente ao grande grupo podemos perceber que é sobretudo pela língua e na língua que eles mantêm os segredos de suas vivências.

Para enfrentar lutas particulares de sobrevivência, temos os *schèmes* de confrontar, distinguir do regime diurno. Esse regime, cuja imagem principal é o sol, sintetiza a força, a ascensão, o poder, a lucidez, a clarividência, o imutável e o imperioso. É dinamizado por aquele que pretende enfrentar a morte, purificar os ambientes ou pessoas, separando o que é bom do mau, verticalizando-se, enfrentando o perigo com as armas na mão, ou seja, enfrentar o perigo de seus segredos virem à tona por meio da língua.

A partir da assimilação dessas imagens, os grupos minoritários, meninos de rua, ciganos e outros conseguem, pela língua em uso e ancorados nas imagens diurnas, resguardar as imagens da intimidade que é o ponto chave na vivência do grupo. Centrada nas imagens, sobretudo da exclusão própria do regime diurno, dirigem-se à busca de estabilidade em seu viver, figurativizado conscientemente na proteção de seus costumes.

Para terminar, gostaríamos de acrescentar que os grupos de imigrantes em geral usam sua língua original quando falam entre si no meio dos falantes da língua dominante do país em que se encontram. Quando são de segunda, terceira geração ou mais, frequentemente usam pelo menos palavras isoladas nas mesmas circunstâncias em que se usam as demais mencionadas acima, mesmo já tenham perdido por completo a língua dos ancestrais. É o caso dos descendentes de japoneses, como a segunda autora deste ensaio, que, no contexto familiar e/ou entre os *nihon jin* (japoneses ou descendentes), às vezes usa termos como *takai* (caro), *kirei* (bonito), *nedan* (preço), *sukôshi* (um pouco), *oishi* (saboroso, gostoso), *kusai* (fedido), *kanê* (dinheiro), *kanê nai* (não tem dinheiro), *motai nai* (que desperdício!) e outros. Isso se dá quando não querem ser entendidos pelos *gai jin* (“estrangeiros”). O curioso é que, no caso, “estrangeiros” (*gai jin*) são os demais brasileiros. Em suma, trata-se de um uso linguístico que claramente se caracteriza como antilíngua.

Referências

- Bonfante, G. Cant. *Encyclopedia americana* vol. V, 1966, p. 527-528.
- Coseriu, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madri: Editorial Gredos, 1967.
- Couto, Hildo Honório do. *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus, 2002a.
- _____. *A língua franca mediterrânea – Histórico, textos e interpretação*. Brasília: Oficina Editorial IL-UB/Editora Plano, 2002b.
- _____. *Ecolinguística – estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. *Linguística, ecologia e ecolinguística – contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- Fill, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- Grant, Anthony P. Shelta: The secret language of Irish Travellers viewed as a mixed language. In: Bakker, Peter; Mous, Maarten (orgs.). *Mixed languages*. Amsterdam: IFOTT, 1994, pp. 123-150.

- Halliday, M. A. K. Anti-languages. *American anthropologist* v. 78, n. 3, 1976, pp. 570-584.
- Hancock, Ian. Shelta and Polari. In: Trudgill, Peter (org). *Language in the British Isles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 384-403.
- Haugen, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, pp. 325-339.
- Koch, Ingedora Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.
- Melo, Fábio J. D. *Os ciganos calon de Mambai*. Brasília: Thesaurus, 2005.
- Murata (do Couto), Elza K. N. N. *Em busca da casa perdida*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Preti, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.
- Silva, Clodomir Monteiro da. *O palácio de Juramidán* (Santo Daime: um ritual de transcendência e despoluição). UFPE, Diss. de Mestrado, 1983.

PROCESSOS DE INTENSIFICAÇÃO EXPRESSIVA EM MACHADO DE ASSIS

Castelar de Carvalho
Liceu Literário Português

RESUMO: Descrição e análise dos processos de intensificação morfossintática empregados por Machado de Assis em seus romances e contos. A intensificação como traço estilístico da língua literária do autor.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; intensificação; estilística; língua literária.

ABSTRACT: *Description and analysis of the morphological and syntactic processes of intensification used by Machado de Assis in his novels and short stories. The author's literary language and the intensification processes as a characteristic of his style.*

KEY WORDS: *Machado de Assis; intensification; stylistics; literary language.*

Introdução

A caracterização intensiva, não raro com valor superlativo, exerce a função de realçar estilisticamente uma condição, qualidade ou ação própria do ser ou do processo verbal. Pode ser expressa por meio de diversos recursos mórficos e/ou sintáticos, alguns dos quais descrevemos abaixo. A maior parte dos exemplos (destacados em itálico) foi extraída do livro de contos *Várias histórias* (VH). Alguns contos de *Papéis avulsos* (PA) e *Páginas recolhidas* (PR) também foram utilizados. Os demais exemplos foram extraídos dos seguintes romances: *Dom Casmurro* (DC), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (BC) e *Esau e Jacó* (EJ).

Intensificação (processos)

1) Adjetivos

– ***Bela mulher! grande mulher! belos e grandes amores!*** (“Mariana”, VH. A entonação exclamativa amplifica o valor intensivo dos adjetivos em-

pregados. Repare-se que os adjetivos estão colocados antes dos substantivos, o que lhes realça a conotação afetiva).

Era uma mulher de quarenta anos, italiana, morena e magra, com grandes olhos sonsos e agudos. (“A cartomante”, VH. Caracterização descritiva iniciada pela preposição *com*. O adjetivo *grandes*, anteposto ao substantivo, realça o tipo de olhos da personagem. Em *olhos sonsos*, Machado criou uma hipálage a partir de uma metonímia (olhos, a parte pelo todo; sonsa, na verdade, é a cartomante), cujo objetivo é enfatizar o lado moral da personagem, melhor dizendo, sua charlatanice. O adjetivo *agudos*, colocado depois do substantivo *olhos*, destaca a capacidade de penetração psicológica da esperta cartomante).

Que lhe salvasse a mulher, e prometia-me trezentos, – não menos, – trezentos padre-nossos e trezentas ave-marias. E repetia enfático: trezentos, trezentas, trezentos... (“Entre santos”, VH. O papel de intensificador é desempenhado pelo numeral adjetivo *trezentos* e sua reiteração. Note-se que o próprio narrador chama a atenção para esse valor do numeral, ao fazer o seguinte comentário metalinguístico: “E repetia enfático”. As reticências depois do numeral sugerem que a ladainha do avaro Sales era interminável, na sua ânsia de conquistar a benevolência do santo protetor para a sua súplica. O personagem prometia rezar até mil orações, promessa fácil de fazer e de cumprir, porque não custa nada. O que o apavorava, na verdade, era ter de gastar um centavo que fosse comprando velas ou fazendo doações à igreja).

O dia estava lindíssimo. Não era só um domingo cristão; era um imenso domingo universal. (“Uns braços”, VH. O emprego do superlativo *lindíssimo*, do artigo indefinido *um*, com valor intensivo, a escolha e colocação dos inusitados adjetivos *imenso* e *universal*, tudo isso contribui para intensificar, para realçar a beleza do dia contemplado pelo adolescente Inácio. A propósito, no próprio título do conto, já se percebe o valor intensivo do artigo indefinido: “Uns braços” = Que braços!, Que belo par de braços!).

– Não é muito, dez libras só; é o que a avarenta de sua mulher pôde arranjar, em alguns meses. (DC, CVI. Capitu conseguiu economizar uma parte do dinheiro que Bentinho lhe dava para as despesas. O adjetivo *avarenta*, substantivado e seguido da preposição *de*, realça a iniciativa da personagem. Na verdade, trata-se de uma antífrase, pois o que Capitu quis enfatizar é que ela foi econômica, e não propriamente avarenta. Naturalmente, esse adjetivo substantivado, no contexto do diálogo, apresenta certo humor irônico e uma dose de autoelogio de Capitu).

2) Advérbios

Quintília conversava comigo *mais largamente e mais intimamente*, a tal ponto que chegou a correr que nos casávamos. (“A desejada das gentes”, VH. O advérbio pode servir de intensificador do próprio advérbio, como se vê nos sintagmas destacados em itálico, em que *mais* tem valor intensivo. A repetição dos advérbios terminados em *-mente*, ligados pela conjunção *e*, enfatiza a informação de que a esquiva personagem Quintília dava uma atenção especial ao narrador).

Toda a gente emigrou [saiu da sala], e andando é que se podia ver *bem como era graciosa a filha do escrivão*. (“O diplomático”, VH. Os advérbios *bem* e *como* são determinantes, respectivamente, de um verbo (*ver*) e de um adjetivo: *graciosa*. O primeiro tem valor modal; o segundo, intensivo).

“– Por que está você com esse ar, *toda cheia de si, toda enrolada...?*” (“Um apólogo”, VH. Neste caso, o pronome indefinido *toda*, convertido em advérbio, tem o sentido de “completamente” e intensifica dois adjetivos: *cheia* e *enrolada*. O advérbio, em princípio, é uma palavra invariável, mas, em casos como este, costuma ocorrer a concordância atrativa do advérbio com o adjetivo, por isso *toda* está no feminino singular).

No que eles estavam todos de acordo é que ela era *extraordinariamente bela*. (“A desejada das gentes”, VH. O advérbio em itálico, de base adjetiva, foi empregado em sua função básica: a de intensificador do adjetivo, atribuindo-lhe grau superlativo: “ela era belíssima”. O fato de a beleza da personagem ser excepcional fica bastante realçado pelo tipo de advérbio escolhido por Machado de Assis. Sua estrutura mórfica encorpada também contribui para enfatizar o processo de intensificação superlativa).

Aqui o demônio da avareza sugeria-lhe uma transação nova, uma troca de espécie, dizendo-lhe que o valor da oração era *superfino e muito mais excelso que o das obras terrenas*. (“Entre santos”, VH. Neste exemplo, o advérbio *mais* intensifica o adjetivo *excelso*; *muito*, por sua vez, intensifica o advérbio *mais*. Dupla intensificação, de primeiro e segundo graus).

Cogitou (...) se a crise política e pessoal, *tão dura de roer agora, não teria algum dia tanto valor como os velhos diários*. (“Papéis velhos”, PR. Na expressão *tão dura de roer*, o advérbio de intensidade *tão* e o infinitivo passivo *roer* [de ser roída] enfatizam o valor superlativo do adjetivo *dura*: “a crise era duríssima”).

3) Pronomes

Que de lágrimas verteu por ele! Que de maldições lhe saíram do coração contra os pais. (“Mariana”, VH. Machado gostava de usar, em frases exclamativas, esse pronome indefinido intensificador *que de* (= quantos, quantas), de sabor clássico, mas já em desuso em sua época).

Estava tão bem! falava-lhe com tanta amizade! (“Uns braços”, VH. O papel intensificador do pronome indefinido *tanta* é realçado pela entonação exclamativa da frase).

Boa e patusca viúva! Com que alma e diligência arranjou ali umas danças, logo depois do jantar, pedindo ao Pestana que tocasse uma quadri-lha! (“Um homem célebre”, VH. Aqui também o valor intensivo do pronome indefinido *que* (quanta) é enfatizado pelo tom exclamativo da frase. Note-se que os adjetivos *boa* e *patusca* também exercem papel intensificador, no caso, enfatizando o temperamento alegre e descontraído da referida viúva).

As sovas de meu pai doíam por muito tempo. (“Conto de escola”, VH. O pronome indefinido *muito* é um intensificador do substantivo *tempo*. Nesse sintagma, Machado nos transmite uma informação importante a respeito dos métodos brutais então empregados na educação das crianças).

4) Prefixos (*atualmente, há uma tendência para o emprego do superlativo prefixal: supersensível, ultrafácil; nos textos machadianos pesquisados, os exemplos são raros*)

Aqui o demônio da avareza sugeria-lhe uma transação nova, uma troca de espécie, dizendo-lhe que o valor da oração era *superfino*. (“Entre santos”, VH. Um dos poucos exemplos de intensificação prefixal em Machado de Assis. O prefixo *super-* impregna o adjetivo de valor superlativo: *superfino* = finíssimo).

O credor era *arquimilionário*, não dependia daquela quantia. (DC, LXXX. Outro caso de superlativação por meio de prefixo: *arquimilionário* = riquíssimo, ou melhor, milionaríssimo).

5) Sufixos (*o mais comum é -íssimo; -rimo, erudito, é mais raro; comparando-se com o superlativo analítico (muito rico), o sintético (riquíssimo) parece ter mais força expressiva; o diminutivo -inho também pode apresentar valor intensivo, inclusive junto a advérbios: pertinho, juntinho*)

Eram tantos os castelos que [meu pai] engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados, sem padecer um forte abalo no organismo. (BC, XLIV. O pai de Brás Cubas sonhava casá-lo com

Virgília, por interesse. Para enfatizar o ardente desejo do pai, o narrador não vacilou em transgredir a norma gramatical, submetendo ao grau superlativo (*tantíssimos*) o pronome indefinido *tanto*, que, em princípio, não admite gradação).

Desfiz o embrulho, (...). Cinco contos em boas notas e moedas, tudo asseadinho e arranjadinho, um achado raro. (BC, LII. Do ponto de vista gramatical, os dois diminutivos têm valor intensivo: “tudo muito asseado, muito arranjado”. Do ponto de vista afetivo, enfatizam o contentamento de Brás Cubas com o seu achado: um pacote contendo cinco contos de réis).

José Dias desculpava-se: “Se soubesse, não teria falado, mas falei pela veneração, pela estima, pelo afeto, para cumprir um dever amargo, um dever amaríssimo...”. (DC, III. A forma erudita *amaríssimo* (*amarissimus*, a, um) é o superlativo absoluto sintético do adjetivo “amargo” (a forma corrente é *amarguíssimo*). A forma portuguesa *amargo* resulta da evolução do latim vulgar **amaricus* (forma hipotética), uma vez que o adjetivo no latim clássico era *amarus*, a, um. Note-se que Machado contrapõe o vernáculo *amargo*, no grau positivo, ao seu superlativo erudito *amaríssimo*, estilizando a fala do personagem, como era do seu costume).

– **Deixe a sua fisiologia usual; este caso é particularíssimo.** (“A desejada das gentes”, VH. Com efeito, o caso justifica o uso do superlativo “particularíssimo”: a personagem Quintília tinha aversão ao sexo. Confirma o leitor lendo o conto na íntegra).

Naquele muro aspérrio brotou uma flor descorada e sem cheiro, mas flor. (“Entre santos”, VH. A forma *aspérrio* é o superlativo erudito de *áspero*, do latim *asper*).

Sílvia caminhará agora ao pé de Sílvio, no sermão que o cônego vai pregar um dia destes, e irão juntinhos ao prelo. (“O cônego ou metafísica do estilo”, VH. Neste caso, o sufixo diminutivo *-inho* tem valor superlativo. O adjetivo *juntinhos*, predicativo do sujeito, apresenta afinidade semântico-sintática com o advérbio correspondente: *juntíssimos*).

– **A última vez que a vi achei-a frescalhona.** (“Mariana”, VH. O grau aumentativo também se presta a exprimir o grau superlativo, como se vê neste exemplo).

Podia ser algum negócio grave e gravíssimo. (“A cartomante”, VH. É um estilema machadiano usar um adjetivo e depois repeti-lo, enfaticamente, no grau superlativo, como fez o autor neste exemplo).

Já perto de casa viu vir dois homens; um deles, passando rentezinho com o Pestana. (“Um homem célebre”, VH. Outro exemplo de advérbio no grau superlativo, expresso pelo sufixo diminutivo *-inho*).

6) Repetição (*reiteração do adjetivo, advérbio ou verbo*)

Camilo (...) teve assim uma sensação do futuro, longo, longo, interminável. (“A cartomante”, VH. A repetição intensiva do adjetivo *longo* é enfatizada por outro adjetivo do mesmo campo semântico: *interminável*. Quando chegamos ao desfecho trágico do conto, com o assassinato de Camilo e Rita, é que nos damos conta de que essa frase do narrador Machado de Assis está impregnada de amarga ironia. Com efeito, um futuro longo e interminável, representado pela morte, esperava o infeliz personagem).

Fortunato, à porta, onde ficara, saboreou tranquilo essa explosão de dor moral que foi longa, muito longa, deliciosamente longa. (“A causa secreta”, VH. Maria Luísa acabara de falecer. Fortunato, seu marido, surpreende o amigo Garcia, em prantos, beijando o cadáver da falecida. Naquele momento, teve a percepção de que o amigo amava sua esposa. Mas, em vez de se irritar, enciumado, sente um mórbido prazer em presenciar a dor de Garcia. A repetição do adjetivo *longa*, intensificado por dois advérbios, descreve minuciosamente a reação de Fortunato: um misto de sadismo e de vingança, um prazer íntimo imenso, requintado, com que o sádico personagem “saboreou” o sofrimento do amigo. Atente-se para o papel do advérbio *deliciosamente*: ele intensifica e, ao mesmo tempo, modaliza o adjetivo *longa*, ao descrever, do ponto de vista do personagem, a sensação de sádico prazer por ele experimentada. Note-se também que o sintagma nominal “deliciosamente longa” pode ser desdobrado em “deliciosa e longa”, em que o primeiro adjetivo apresenta afinidade semântica com o verbo empregado por Machado: “saboreou”).

No dia seguinte, estando na repartição, recebeu Camilo este bilhete de Vilela: “Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te”. (“A cartomante”, VH. A reiteração intensiva do advérbio *já* expressa a ansiedade de Vilela em acertar contas com seu rival. Como sabemos, Camilo não foi “já, já”, mas acabou indo. O que a charlatã da cartomante fez, com suas “predições”, foi empurrá-lo para a morte. No final, trágico, os dois amantes (Camilo e Rita) acabaram assassinados pelo marido traído).

Manso e manso, entrou-lhe o amor no coração. (“A causa secreta”, VH. Um primor de frase machadiana, concisa, elegante e altamente expressiva. Vários de seus traços estilísticos estão aqui presentes. Começamos pelo binarismo: a reiteração do adjetivo *manso* (tranquilo, sereno; sua escolha não foi casual), no papel de advérbio, descreve como o sentimento de amor por Maria Luísa foi sutilmente tomando conta do coração de Garcia. A conjunção *e*, ligando os dois advérbios, contribui para intensificar essa idéia de ação suave, lenta, pro-

gressiva. Note-se a perícia estilística do mestre Machado de Assis: topicalizou o adjunto adverbial, deslocando-o para o início da frase, e colocou o sujeito depois do verbo, deixando nos extremos da frase o que ele queria realçar: o processo verbal progressivo e o importante substantivo *coração*. O animismo de que está impregnado o substantivo abstrato *amor* concretiza esse sentimento e realça sua condição de sujeito do verbo de movimento *entrar*. A par disso, criou um verso alexandrino perfeito: doze sílabas métricas, com hemistiquio na 6ª sílaba, como é de praxe nesse tipo de verso. O emprego do pronome *lhe* (= seu), com valor possessivo, também é um signo de concisão frasal. Com um mínimo de recursos linguísticos, Machado consegue produzir um máximo de expressividade e beleza. Não é por acaso que ele é o maior escritor da literatura brasileira. Não é por acaso que seus leitores o admiramos tanto).

Um nevoeiro cobriu tudo, – menos o hipopótamo que ali me trouxera, e que aliás começou a diminuir, a diminuir, a diminuir, até ficar do tamanho de um gato. (BC, VII. Reiteração intensiva do verbo com noção de aspecto progressivo descendente. O aspecto é uma categoria gramatical que diz respeito à duração do processo verbal).

Ela tossia, tossia, e não se passou muito tempo que a moléstia não tirasse a máscara. (“A causa secreta”, VH. A reiteração intensiva da forma verbal *tossia*, com noção de continuidade, expressa o avanço inexorável da doença (a tísica, “velha dama insaciável”) que haveria de matar a trágica personagem Maria Luísa).

7) Frases feitas (com valor superlativo; às vezes baseia-se na comparação)

A área que havia no centro da casa era cercada de gaiolas de canários, que faziam cantando um barulho de todos os diabos. (DC, XV. Note-se o emprego da preposição *de* com valor comparativo: “um barulho semelhante ao produzido por todos os diabos”, ou seja, “um barulho infernal”. A comparação intensiva tem conotação hiperbólica).

“O diabo não é tão feio como se pinta” (Título do capítulo XCII de *Dom Casmurro*. Sendo negativa, a frase feita funciona como uma espécie de intensificação atenuada).

Era uma pilhéria do Calisto, feio como o diabo [feíssimo]. (“O diplomático”, VH).

No oitavo dia, entrei na vida dos meus predecessores, uma vida de cão. (“O enfermeiro”, VH. Note-se o valor comparativo da preposição *de*: “uma vida de cão” = semelhante à de cão).

Não tarda o sol do outro dia, um sol dos diabos, impenetrável como a vida. (“O enfermeiro”, VH).

– **Qual austero! Já morreu [o coronel], acabou; mas era o diabo.** (“O enfermeiro”, VH).

Esse Curvelo era um pouco levado do diabo. (“Conto de escola”, VH).

8) Comparações (geralmente com valor superlativo; processo muito explorado por Machado de Assis).

Uma e outra [a agulha e a linha] iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana [agilíssimos] – para dar a isto uma cor poética. (“Um apólogo”, VH. A comparação é perfeita. Os galgos são cães de caça, ágeis e velozes, e Diana é a deusa dos caçadores na mitologia grega. O comentário metalinguístico de Machado de Assis, no final da frase, realça ainda mais a comparação intensiva feita por ele).

Não tarda o sol do outro dia, um sol dos diabos, impenetrável como a vida. (“O enfermeiro”, VH. A comparação da vida com algo impenetrável deixa transparecer, por trás do discurso do personagem-narrador, o dedo filosófico de Machado de Assis).

– **Achei-os, porém, tão unidos como se fossem noivos.** (“Mariana”, VH. A locução *como se* torna a comparação hipotética, mas não lhe retira o valor superlativo: *tão unidos como ...* = unidíssimos).

Opinião pânica e falsa, falsa como Judas e outros diamantes. (“O cônego ou metafísica do estilo”, VH. Note-se a ironia machadiana: não satisfeito em ressaltar a falsidade de Judas, ainda sapeca-lhe uma metáfora mordaz: *diamante*).

– **Que ele é usurário e avaro não o nego; usurário, como a vida, e avaro, como a morte.** (“Entre santos”, VH. Comparações altamente expressivas. De fato, a vida, às vezes, nos cobra juros altíssimos, e a morte, depois que nos subtrai a existência, não a devolve mais. A antítese vida/morte contribui para realçar o processo intensificador expresso pela comparação).

– **Ele pediu a sua mãe que o deixasse trazer consigo, e ela, que é boa como a mãe de Deus, consentiu.** (DC, XXV. Frase de José Dias, o homem dos superlativos. Aqui, preferiu recorrer a uma comparação, mas geralmente ele usa a derivação sufixal. No caso, diria: “ela é boníssima”).

Capitu era tudo e mais que tudo. (DC, CXIII. Comparação intensificadora usada por Bentinho para realçar seu amor por Capitu. Depois, iria bani-la de sua vida, corroído pelo ciúme delirante).

9) Correlação consecutiva (a oração subordinada consecutiva intensifica a qualidade ou a ação enunciada na oração principal; a estrutura correlativa geralmente apresenta valor superlativo)

Fiquei tão alegre com esta ideia, que ainda agora me treme a pena na mão. (DC, II. Vale dizer: "fiquei alegríssimo").

Escrevo todas as noites que é um desespero. (DC, XIV. A correlação intensifica o processo verbal: "escrevo que é um desespero" = escrevo desesperadamente).

Rangel ouviu isto com singular deleite; a voz era tão doce, a expressão tão amiga, que ele esqueceu tudo. ("O diplomático", VH. Note-se o valor superlativo da correlação: "voz tão doce que...; expressão tão amiga que..." = voz dulcíssima; expressão amicíssima).

Quintília mostrou-se-lhe tão graciosa, que ele cuidou estar aceito. ("A desejada das gentes", VH. Outro caso de correlação superlativa: "tão graciosa que..." = graciosíssima).

Era nada menos que uma briga com o marido, tão violenta, que chegaram a falar de separação. ("D. Paula", VH. Entenda-se: "tão violenta que..." = violentíssima).

10) Superlativo relativo

A ilustre dama, no fim de dois meses, achou-se a mais desgraçada das mulheres. ("O Alienista", III, PA).

– **Estou risonha e alegre, tudo porque o melhor dos homens entrou nesta sala.** ("Mariana", VH).

– **Chamava-se Quintília? Conheci de vista (...) uma linda moça com esse nome. Diziam que era a mais bela da cidade.** ("A desejada das gentes", VH).

Ele mesmo o declarou ao vigário, acrescentando que eu era o mais simpático dos enfermeiros que tivera. ("O enfermeiro", VH).

Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola. ("Conto de escola", VH).

11) Superlativo absoluto (v. "Suffixos", item 5)

12) Superlativo hebraico (ou bíblico)

Trata-se de uma fórmula sintática de realce, usada na Bíblia, para indicar excelência em alto grau. Serve de exemplo o epíteto "o Mestre dos Mestres",

usado após o nome de Jesus Cristo. Machado de Assis, autor cujo estilo é marcado pela sobriedade, usa com moderação esse tipo de superlativo. Nos exemplos abaixo, destacamos em itálico o superlativo hebraico.

Agora, a verdade última, a verdade das verdades, é que já me arrependia de haver falado a minha mãe antes de qualquer trabalho efetivo por parte de José Dias. (DC, XLII. Bentinho, ansioso para se livrar do seminário, foi falar com D. Glória antes da intervenção diplomática de José Dias, defensor de sua causa. Agora, usa um superlativo hebraico para enfatizar seu arrependimento).

Nunca dos nuncas poderás saber a energia e obstinação que empreguei em fechar os olhos, apertá-los bem, esquecer tudo para dormir, mas não dormia. (...). Sobre a madrugada, consegui conciliá-lo [o sono], mas então nem peraltas, nem bilhetes de loteria, nem sortes grandes ou pequenas, – nada dos nadas veio ter comigo. (DC, LXIII. Com a finalidade estilística de enfatizar o sonho angustiante que Bentinho tivera, Machado de Assis, o *ghost writer* por trás do narrador, não hesitou em cometer um desvio gramatical, submetendo ao grau superlativo o advérbio *nunca* e o pronome indefinido *nada*).

E bem, qualquer que seja a solução, uma coisa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve! (DC, CXLVIII. Bentinho enfatiza a suposta traição de Capitu, usando a fórmula superlativa acima destacada. Em sua fantasia delirante, devia considerar-se um rei dos reis, vendo Capitu como uma espécie de Judas Iscariotes. Nos sintagmas “tão extremosos” e “tão queridos”, repare-se que o advérbio *tão* exerce papel intensivo, e os adjetivos apresentam-se carregados de ironia).

O sorriso parecia chover luz sobre a pessoa amada, abençoada e formosa entre as formosas. (EJ, VI. Era a maneira como Santos via a mulher, Natividade, finalmente grávida depois de dez anos à espera de um filho. Note-se que o verbo intransitivo *chover* foi usado transitivamente, o que lhe confere valor causativo: “chover luz” = fazer chover luz).

– **Vem cá, serpe, fel rasteiro, peçonha das peçonhas, queres tu ser a embaixatriz de teu pai, para reaver as obras de teu pai?** (“Adão e Eva”, VH. Frase do diabo dirigida à serpente. O capeta tenta convencer o réptil a penetrar no paraíso e tentar o casal Adão e Eva, fazendo-os comer do fruto proibido. Nessa espécie de contraparódia, Machado muda o final da história, apresentando o casal bíblico como virtuoso, imune às tentações do maligno, e livre, portanto, do famoso “pecado original”).

Conclusão

Os processos de intensificação expressiva, descritos e analisados neste artigo, dão conta da apurada sensibilidade linguística de Machado de Assis. Nosso maior escritor soube explorar, com maestria e em benefício de seu texto narrativo, os recursos de estilística léxica e sintática postos à disposição do escritor pelo sistema linguístico do português. Desse modo, enriqueceu e valorizou a língua literária por ele empregada nas pequenas obras-primas que são os contos aqui citados, a par dos romances pesquisados.

Bibliografia

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CARVALHO, Castelar de. *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.
- LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa* (org. Afrânio Coutinho). 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. (3 vols.).
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- MONTEIRO, José Lemos. *A estilística: manual de análise e criação do estilo literário*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OLIVEIRA, Maria Manuela Moreno de. *Processos de intensificação no português contemporâneo*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1962.

ASPECTOS DA AUSÊNCIA DA DELIMITAÇÃO DE INTERLOCUTOR EM PRODUÇÕES TEXTUAIS ESCRITAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Rafaela de Cássia Franzoi

Universidade Estadual de Maringá

Renilson José Menegassi

Universidade Estadual Julio Mesquita Filho

RESUMO: Este artigo, subsidiado nos pressupostos de Bakhtin/ Volochinov (1995), Bakhtin (2003) e Vygotsky (1988), expõe como a ausência do interlocutor e o interlocutor implícito professor, nos comandos de escrita, interferem e se manifestam nos textos escritos por estudantes da 7ª. série do Ensino Fundamental, de um colégio da rede privada, da região Noroeste do Paraná. As análises demonstraram que os estudantes, mesmo não possuindo uma imagem de interlocutor delimitado, buscam demarcar um outro que participa do processo dialógico. A não delimitação do interlocutor nas propostas de produções textuais propiciou, automaticamente, a professora da sala de aula como interlocutor/real, com função de avaliador, como, também, ocasionou a presença de vários interlocutores em um mesmo enunciado, dificultando à escolha das estratégias para se dizer o que se tem a dizer, segundo Geraldí (1997).

PALAVRAS-CHAVE: interlocutor, produção textual, interação, mediação, ensino fundamental.

ABSTRACT: *Foregrounded on the theories by Bakhtin/ Volochinov (1995), Bakhtin (2003) and Vygotsky (1988), current research shows how the lack of an interlocutor and the implicit teacher interlocutor at the control of writing interfere and manifest themselves in the written texts of students in the 7th grade of the private primary school in the northwestern region of the state of Paraná, Brazil. Although students may not have an image of the delimited interlocutor, analyses show that they seek another one to participate in the dialogic process. The non-delimitation of the interlocutor in textual productions automatically provides the teacher as the true interlocutor with the function of an evaluator. This fact also triggers the presence of several interlocutors*

in the same enunciation and thus makes difficult the choice of strategies to say what has to be said (Geraldi, 1997).

KEYWORDS: *interlocutor; text production; interaction; mediation; fundamental teaching.*

Considerações iniciais

O projeto de pesquisa “Manifestações do interlocutor nas produções textuais escritas no ensino fundamental” (FRANZOI, 2009) teve o intuito de verificar como ocorrem as manifestações do interlocutor nas produções textuais escritas, em sala de aula de Ensino Fundamental, delimitando o nível de importância desse elemento, que é, de acordo com Bakhtin (2003), um dos responsáveis pela compreensão responsiva ativa e um dos eventos essenciais para a realização de produção textual. Com isso, objetivou-se compreender: a) quais são os elementos que demarcam a influência do interlocutor na produção textual, em sala de aula; b) como a ausência do interlocutor no comando de produção de texto se manifesta nos enunciados escritos dos alunos; c) se as noções de interlocutor real e virtual interferem e se revelam nesses enunciados concretos constituídos pelos educandos.

Para este estudo, o interlocutor/outro é uma das principais características para a constituição da escrita. Porém, é necessário ressaltar que essa essencialidade resulta da delimitação inicial da finalidade, como ensinam Bakhtin/Volochinov (1995) e Bakhtin (2003), determinando o “intuito de dizer”, ao evidenciar que todo enunciado deve, primeiramente, ter uma razão para ser elaborado e, por meio dessa razão, determinam-se o interlocutor e o gênero textual.

Assim, a pesquisa investigou os textos escritos por estudantes da 7ª. série, do Ensino Fundamental, de um colégio de rede privada, da região Noroeste do Paraná. A escolha por essa série originou-se pelo fato de ser o início do último ciclo do Ensino Fundamental, pressupondo-se que as características para a produção da escrita já foram desenvolvidas anteriormente. Este artigo, subsidiado pelos pressupostos de Bakhtin/Volochinov (1995), Bakhtin (2003) e Vygotsky (1988), expõe como a ausência do interlocutor e o interlocutor implícito professor, nos comandos de escrita, interferem e se manifestam nos textos escritos desses educandos.

1. Linguagem, interação, escrita e interlocutor¹

A partir do momento em que se constitui uma pesquisa que tem o propósito principal o estudo da produção textual escrita, torna-se essencial atentar para o caráter histórico da linguagem, sua diversidade externa e interna, descartando a possibilidade de compreendê-la como uma unicidade lógica imanente. De acordo com Garcez (1998), a linguagem é uma atividade humana que sofre interferências temporais e depende profundamente do contexto em que ocorre, não podendo ser entendida como simples produto dos sistemas cognitivos ou de tratamento das informações que são aplicadas no mundo, nem mesmo como resultados que surgem por meio de uma gramática de base biológica.

A linguagem depende de fatores socioculturais, principalmente, pelo fato de os falantes usufruírem da língua, segundo o seu conhecimento prévio, sua experiência de vida, seus objetivos e desejos, desenvolvendo um diferencial de competência em relação à adequação comunicativa. Essa competência é desenvolvida em parceria com a noção de adequação, ou seja, demarcam-se aspectos: “[...] o quê, com quem, onde e de que maneira falar, levando-se em consideração também a internalização de atitudes, julgamentos, habilidades mentais, valores, motivações a respeito da língua.” (GARCEZ, 1998, p. 47), para que o falante possa construir e entender novas sentenças apresentadas em determinada situação.

O locutor usufrui da língua de acordo com as suas necessidades de enunciação concretas, como afirmam Bakhtin/Volochinov (1995), tendo como centro de gravidade da língua a nova significação que adquire no contexto, atentando para o ponto de vista do receptor, que pertence à mesma comunidade linguística e que “também considera a forma linguística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995, p. 93). O centro organizador e formador da expressão não se situa no interior, mas no exterior, sendo a expressão a organizadora da atividade mental, “que modela e determina sua orientação.” (*Op. Cit.*, p.112). A aquisição da língua, portanto, depende principalmente da experiência social, das necessidades e das motivações, em que, num círculo infinito, a própria língua favorece a renovação dessas experiências

1 O termo ‘interlocutor’ é utilizado, com maior frequência, na obra de Bakhtin/Volochinov (1995), ao contrário do que se observa em Bakhtin (2003), que apresenta o termo ‘outro’, ao referir-se àquele que estabelece a compreensão responsiva ativa no processo de interação verbal. Nesta pesquisa, optou-se pelo emprego de interlocutor para referir-se ao interactante do processo de escrita dos alunos.

sociais, dessas necessidades e dessas motivações. A língua, como evidenciam os postulados de Bakhtin/Volochinov, constitui-se pela interação de dois indivíduos socialmente organizados, na qual “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir dos seu próprio interior, a estrutura da enunciação.*” (1995, p. 113, grifo dos autores). Dessa forma, torna-se justificável a importância da participação do outro na construção de textos escritos. A forma e o estilo da enunciação são determinados pela situação e pelos participantes mais imediatos e a sua estrutura interna é constituída segundo “as pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995, p. 114).

A interação verbal permite que os indivíduos denominam-se como sujeitos que constroem enunciados concretos, de acordo com a situação social, o contexto, a relação entre os interlocutores, as leis convencionais e o sistema de referência. Declara-se, com isso, que uma das características da interação verbal é o processo dialógico entre falantes e os outros participantes: locutor e interlocutores; que constituem enunciados concretos, possibilitando a formação de um produto que comporta duas faces: a palavra.

Afirmar que a palavra possui duas faces significa que ela é determinada tanto pelo fato de que se procede de alguém como pelo fato de que se dirige a alguém, ou seja, a palavra propicia que o locutor se defina em relação ao interlocutor e até mesmo à coletividade, na qual é considerada como “uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e interlocutor.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995, p. 113).

Ao encaminhar a palavra ao interlocutor, essa variará, segundo esse outro participante, pois existem alterações no discurso oral ou escrito ao se estabelecer a quem se refere, a que grupo social pertence, se possui relação com o locutor, além do fato de que há “[...] um certo *horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995, p. 112).

Escrever é buscar a compreensão responsiva ativa do enunciado por meio do interlocutor, apresentando características que comprovam a qual grupo social pertence, qual a linguagem social utilizada, qual a sua ocupação na sociedade, com o intuito de ser coerente com as instâncias desse meio social, delimitando-se social e historicamente.

Outra característica da interação verbal é a delimitação estrutural e composicional do enunciado concreto, que só acontece por meio da interação entre

os sujeitos dos discursos, situação e meio social. Essa interação entre locutor e interlocutor e a situação social propiciam o processo denominado como monologização da consciência, como expõem Bakhtin/Volochinov (1995), que ocorre quando a situação social interfere e determina a estrutura do enunciado, num percurso que se inicia no contexto social e vai ao individual, que, posteriormente, ao exteriorizar-se, adapta o pensamento interior aos aspectos externos: “é verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995, p. 111).

A interação verbal, também, desencadeia a constituição do auditório social do indivíduo, como mencionam Bakhtin/Volochinov (1995). Esse auditório é formado pela interação dos sujeitos participantes do discurso, que possibilita as construções de deduções interiores, motivações, apreciações, compondo o conhecimento prévio do falante, pois, “quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório da criação verbal ideológica, mas, em todo caso, o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definida” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995, p. 113). O interlocutor é aquele que está imerso num contexto social real, delimitado social, histórica e ideologicamente, possibilitando, por meio da interação, que o locutor se constitua como sujeito.

Ao se elaborar um dizer, tendo como outro uma pessoa que pertence ao mesmo grupo social que o locutor, o enunciado se constituirá de uma determinada maneira. Por outro lado, quando se possui como interlocutor um indivíduo que não se refere ao grupo social do produtor, tem-se a construção de outro tipo de discurso, com características distintas daquele que foi formado segundo a imagem do destinatário, que vivencia no mesmo contexto social que o locutor. A questão da posição na hierarquia social e os laços mais ou menos estreitos entre locutor e interlocutor, evidenciam Bakhtin/Volochinov (1995), interferem na elaboração daquilo que será exposto pelo enunciador.

Toda compreensão considerada plena e real é de caráter ativo e responsivo: o locutor espera a compreensão ativa responsiva, independentemente da maneira em que ela for constituída. O falante, portanto, não constrói um enunciado para receber uma compreensão passiva, que “não corresponde ao participante real da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Espera-se “uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc.” (BAKHTIN, 2003, p. 272).

Dessa forma, é essencial ressaltar que os interlocutores podem se delimitados como outro interno ou externo. O outro é interno quando o locutor

dialoga consigo próprio, isto é, passa a ser é o outro de si mesmo, o próprio interlocutor que cada indivíduo possui dentro de si. O outro externo se refere ao interlocutor que pertence ao contexto social do locutor, apresentando-se como real, virtual ou superior.

O interlocutor real é aquele que possui uma imagem física que influencia, diretamente, o locutor, por estar presente durante o processo dialógico, como, por exemplo, no contexto escolar, é o professor, com o qual o aluno tem contato face a face, direto. Por outro lado, tem-se a possibilidade de se estabelecer um processo dialógico com outro/real/externo, que apresenta uma imagem física que direciona a constituição do enunciado do locutor, pertencendo ao mesmo contexto social, porém não se encontrando no momento do processo da comunicação.

O outro é virtual quando se delimita a imagem do interlocutor, no qual o locutor não possui contato direto com esse destinatário, mas é pertencente ao mesmo contexto social. Em um contexto de Concurso de Vestibular, por exemplo, como declaram Menegassi & Fuza (2006), a banca examinadora é o interlocutor virtual do educando, que se torna a responsável em ler e avaliar o que foi produzido. O aluno constrói um enunciado escrito a alguém que não conhece fisicamente, mas tem consciência de que o interlocutor/virtual possui algumas regras de produção que devem ser seguidas. Dessa forma, o outro/virtual interfere diretamente na elaboração do texto escrito do educando, pois os estudantes têm o intuito de cumprir os critérios exigidos pela banca examinadora.

Determina-se como interlocutor/superior aqueles que são os responsáveis em orientar padrões e regras que são respeitados ao se produzir um enunciado, evidenciando-se a internalização do social no individual. O outro/superior, no contexto do Concurso Vestibular, “é a instituição de ensino superior que impõe seus padrões e faz com que o aluno os siga ao escrever seu texto” (MENEGASSI & FUZZA, 2006, p. 2).

A partir disso, ao constituir um enunciado, considera-se “o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário” (BAKHTIN, 2003, p. 302), isto é, até que ponto o interlocutor está compreendendo o que está sendo exposto pelo locutor: “as suas concepções e convicções, os seus preconceitos, as suas simpatias e antipatias” (*Op. Cit.*, p. 302) proporcionarão a compreensão responsiva ativa do discurso e a delimitação do interlocutor definirá a escolha do gênero do enunciado; a escolha dos procedimentos composicionais e dos meios linguísticos: o estilo do enunciado – a exauribilidade do objeto e do sentido; a intenção discursiva; formas típicas composicionais e do gênero.

2. As manifestações do interlocutor nas produções textuais escritas

Para a investigação foram selecionados: a) três alunos considerados como excelentes: educandos que atingiram média final entre 9,0 a 10,0 pontos, na disciplina de Laboratório de Texto, no término do terceiro ciclo (6^a. série); b) três alunos medianos: estudantes com média final entre 7,0 a 8,9 pontos, na disciplina de Laboratório de Texto, no término do terceiro ciclo (6^a. série); c) três alunos razoáveis: aprendizes que atingiram média final entre 6,0 a 6,9 pontos, na disciplina de Laboratório de Texto, no término do terceiro ciclo (6^a. série). Estabelecidos os critérios, procedeu-se à coleta dos materiais produzidos por esses nove estudantes, como mostra representativa dos demais. Dentre esses, escolheram-se dois alunos e seus textos para serem analisados.

Foi adotado, segundo a direção do colégio e da coordenação pedagógica, o livro *Todos os Textos: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos*, de Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, 7^a. série, 3. ed., Editora Atual, 2007, para ser utilizado como material didático durante todo o período letivo de 2008, quando ocorreu a aplicação e o recolhimento dos registros. Esse foi o material de apoio para elaborar as atividades prévias às produções textuais, como, também, suporte para a construção dos comandos que propiciaram a construção dos textos, que foram documentos para a investigação neste estudo.

A partir disso, organizou-se o planejamento bimestral, delimitando quais os textos que seriam utilizados como atividades prévias e construídos os comandos para a produção textual. Foram elaborados: a) um comando de produção de texto que não possui marca de interlocutor; b) uma proposta que não demarca, explicitamente, o interlocutor, mas, implicitamente, tinha-se o professor como o outro; c) um enunciado de produção que apresenta um interlocutor real/externo da sociedade; d) um comando de escrita com interlocutores real, virtual, externo da sociedade; e) uma proposta de construção de texto que não possui a delimitação do interlocutor. Desse modo, tinham-se comandos de produções textuais com diferentes delimitações de interlocutores. Cada proposta de escrita resultou em textos que foram analisados.

Neste artigo, apresentam-se as análises dos enunciados escritos, construídos pelos alunos H e I, segundo comandos de produções de textos que não possuíam marcas de interlocuções e uma proposta que não demarcava, explicitamente, o interlocutor, mas, implicitamente, tinha-se o professor como o outro, com o objetivo de se compreender como a escrita é constituída nessa

situação específica, típica da sala de aula de ensino de língua materna. Torna-se essencial descrever, também, as atividades prévias que antecederam a aplicação desses comandos de produções textuais, para compreender o percurso que proporcionou a construção de cada um dos textos analisados.

3. Ausência de delimitação do interlocutor na produção da crônica

Para a aplicação da proposta de produção de texto que não apresentava a delimitação do interlocutor, realizou-se, como atividade prévia a essa construção da escrita, o estudo da crônica “Mulheres ao volante...”, de Luís Fernando Veríssimo (FRANZOI, 2009). A realização desse estudo processou-se por meio de discussões sobre as características do gênero textual crônica e dos elementos essenciais para a constituição do enunciado escrito, segundo Geraldi (1997), como: o lugar da publicação original, o objetivo do texto, a linguagem utilizada, o interlocutor, o narrador. Questionou-se a respeito do fato eventual que poderia ter inspirado o autor a escrever essa crônica, na qual a maioria dos alunos argumentou que Veríssimo se inspirou em um acidente que envolvia mulheres, veículos e trânsito e/ou poderia ter presenciado uma cena em que se tinha uma mulher totalmente nervosa, neurótica, dirigindo um veículo como os homens. Em seguida, foram entregues questões referentes ao texto e pediu-se que os estudantes as respondessem.

Ao término dessa aula, retomaram-se as questões que foram respondidas pelos educandos, solicitando-lhes que evidenciassem suas conclusões sobre aquilo que foi perguntado, estabelecendo um processo interacional: os estudantes declaravam suas opiniões, discutindo e confrontando com as opiniões dos outros alunos.

É fundamental ressaltar que se assumiu uma metodologia de trabalho em que a atividade de escrita é definida como um processo contínuo e a atividade prévia é o ponto de partida para a produção textual (SERCUNDES, 1997), que, por sua vez, não é a finalização de nenhum exercício, é parte de um processo de aprendizagem contínua, que pode desencadear outras propostas de ensino.

Apresentou-se, na aula seguinte, a primeira proposta de produção textual. Essa não possuía marca de interlocutor, pois, tinha-se o intuito de verificar como a ausência do outro no comando de produção de texto se manifestava na escrita escolar. Essa atividade, inicialmente, expôs dois textos: Texto 1 e Texto 2; em seguida, a instrução para a construção do enunciado escrito.

Proposta de produção

Leia o texto 1 e o texto 2.



Texto 2

Trecho da entrevista com a procuradora Luiza Nagib, publicada na revista **Veja**, janeiro de 1999, por Angélica Santa Cruz.

Veja – O que é “se fazer respeitar?” É falar grosso e pisar duro?

Luiza – A masculinização é uma bobagem. Até bem pouco tempo atrás, as mulheres se masculinizavam para entrar no mercado de trabalho em profissões dominadas por homens. Na prática, elas apenas reforçam o estereótipo de que o bom era o masculino. As mulheres inglesas ganharam muito mais direitos com suas manifestações e protestos do que Margaret Thatcher no cargo de primeira-ministra. Isso porque ela fazia questão de ocultar suas características femininas para ser como um homem no poder. Como diz o cientista político italiano Norberto Bobbio, a grande revolução deste século é das mulheres. E é mesmo. Isso significa que é preciso abrir espaço público para elas e o doméstico para os homens.

Agora, redija uma crônica com o tema “Homem e mulher: papéis iguais ou diferentes na sociedade atual?”. Faça um rascunho e só passe seu texto a limpo depois de realizar uma revisão cuidadosa.

Os alunos foram orientados a realizar a leitura dos textos, que subsidiavam tematicamente a produção da escrita e do comando. Solicitou-se, portanto, que produzissem a crônica, segundo as orientações apresentadas na proposta, não se destacando, em momento algum, os elementos necessários para condicionar a escrita como produção textual, ou seja, não se demarcou a finalidade, o interlocutor, o portador textual, de acordo com os ensinamentos de Bakhtin (2003) e Geraldi (1997); houve, somente, a delimitação do gênero ao indicar uma constituição de enunciados baseados na ordem “*redija uma crônica*”.

Os educandos não fizeram nenhum questionamento sobre essas questões, não se preocuparam em ter uma razão para dizer o que se tem a dizer, em ter para quem dizer: não se atentaram à finalidade da escrita, ao interlocutor, à linguagem, à delimitação do conteúdo, à intenção discursiva; como evidencia Bakhtin (2003). Ao se analisarem os textos produzidos pelos estudantes H e I, observou-se que eles demarcaram imagens de interlocutores em seus enunciados escritos, apesar de que o comando de produção textual não delimitava um interlocutor preciso.

O texto do aluno H:

O domínio das mulheres

Às vezes fico pensando, o que será que a mulher importa na nossa sociedade. Para mim acho que importa pouco, ou estou enganado? Mas como enganado se tem uma frase clássica “mulher ao volante, perigo constante. Às vezes fico em dúvida, porque ninguém completa esta frase, quando o homem interfere: “Homem do lado, perigo dobrado”. Mas agora tenho certeza que “elas” não são tão inúteis assim, porque no trânsito elas não querem se metidar, que nem os homens. Mas estou esquecendo de que quando precisa concerta o carro, retificar motor quem que faz tudo isto, os homens é claro. Mas o mundo muda tanto que elas estão invadindo estes espaços.

Às vezes, ou sempre, as mulheres são bem espertas, querem casar com homens bonitos e ricos só para não trabalhar e não economizar no cartão de crédito, inclusive jóias caras, de ouro que elas “não gostam”. Mas quando a classe é baixa são elas que limpam a casa, cuidam dos filhos, fazem a comida, lavam louça. É acho que me engano quando digo eu elas são “folgadas”. Quando chegamos cansado do trabalho, são estas pessoas do sexo feminino que agradam. E estas pessoas estão cada vez mais conquistando seu espaço, inclusive nos serviços pesados. E também há casos em que as Garotas recebem mais que nós.

Mas e os homens, vão ficar parados, deixando-as deita e rolar e conquistando nosso espaço. Bem enfim aquela pergunta que deixei no começo estava realmente enganado, pois as mulheres são extremamente importantes nas nossas vidas; e vão dominar o mundo.

Nas primeiras frases do texto: “*Às vezes fico pensando, o que será que a mulher importa na nossa sociedade. Para mim acho que importa pouco*” verifica-se que o aluno iniciou seu discurso escrito, estabelecendo um diálogo

com um interlocutor, que provavelmente, fez refletir sobre qual a importância da mulher na sociedade. Esse outro participante do processo dialógico, conseqüentemente, proporcionou a constituição de uma resposta: *“Para mim acho que importa pouco”*. Ao utilizar o verbo achar, o locutor expôs sua opinião sobre a importância do papel da mulher na sociedade, interagindo com o seu interlocutor, demonstrando que a palavra procede de alguém com o propósito de se dirigir a alguém: a palavra que faz com que o locutor se defina em relação ao interlocutor, segundo Bakhtin/Volochinov (1995). Tem-se, nesses primeiros enunciados do aluno H, o início de um processo dialógico com o outro, mesmo que este não tenha sido explicitamente definido.

Ao questionar: *“ou estou enganado?”*, o educando permaneceu com esse processo dialógico, apresentando uma opinião oposta a do locutor, induzindo-o a pensar que poderia estar enganado. No entanto, ao responder, o educando utilizou a conjunção adversativa *“Mas”* para posicionar-se também opostamente ao interlocutor ainda em incógnita. Para enfatizar que, realmente, a mulher não possuía papel importante na sociedade, o estudante acrescenta que *“As vezes fico em dúvida, porque ninguém completa esta frase, quando o homem interfere: ‘Homem do lado perigo dobrado’.”*

A partir disso, passa-se a refletir quem seria o leitor desse enunciado construído por esse aluno. A princípio, delimita-se como interlocutor/real a professora da sala de aula: única pessoa que iria ler o texto e que ocasionou discussões, durante a atividade prévia à produção, a respeito da posição machista do homem e qual a importância da mulher na sociedade. O interlocutor é real quando pertence ao mesmo contexto social do locutor, que se encontra presente no momento da constituição do enunciado e influencia diretamente na elaboração do discurso tanto oral quanto escrito, devido a sua presença face-a-face.

O educando H, ao considerar a professora como interlocutor/real, teve o intuito de enquadrar o seu enunciado escrito segundo o perfil desse outro/real, pois ela assumiu uma posição feminista durante as atividades prévias do texto, demonstrando, ao recolher o texto construído, que iria corrigi-lo. Bakhtin/Volochinov (1995) declaram que, ao encaminhar a palavra ao interlocutor, essa variará de acordo com o outro participante, existindo alterações no discurso ao se estabelecer a quem se refere. Por isso, ao colocar que *“Mas, agora tenho certeza que ‘elas’ não são tão inúteis assim, porque no trânsito elas não querem se medir, que nem os homens”*, acredita-se que, com a expressão *“Mas, agora”*, ele lembrou dos enunciados que foram expostos pela professora, como também, que esta era pretensamente feminista, demonstrando que *“agora”* seria possível acreditar que a mulher pudesse ter algum valor na sociedade, pois a

professora é do sexo feminino e se considera importante para a sociedade. No entanto, o aluno H volta a deixar marcas linguísticas nesse mesmo fragmento, demonstrando que, por outro lado, ainda há mulheres que são definidas como seres inúteis, ou seja, que não possuem nenhuma importância na sociedade. Comprova-se essa afirmação ao observar o pronome relativo do caso reto “*ela*”, escrito entre aspas, representando que algumas mulheres não são tão inúteis, mas que há seres do sexo feminino inúteis. Além disso, o intensificador “*tão*” indica que elas não são totalmente inúteis, mas que continuam com uma porcentagem dessa característica, como se dialogasse com o interlocutor eleitor, a professora.

Quando usou a expressão “*Bem enfim*”, deixou evidente que terminaria seu enunciado escrito, segundo o que agradaria o seu interlocutor/real/professora/feminista. O termo “*Bem*” suscita que, se em algum momento, no texto, ele se posicionou ao contrário do que a professora defendia, deveria anular essas colocações e considerar que ele estaria, realmente, enganado: “*Bem enfim aquela pergunta que deixei no começo estava realmente enganado, pois as mulheres são extremamente importantes nas nossas vidas; e vão dominar o mundo*”, pois, como expôs no título, as mulheres dominarão.

O estudante H constituiu o seu discurso, de acordo com a imagem do seu interlocutor: ao atentar-se às expressões “*Bem enfim*”, observa-se que se tem uma marca de diálogo entre o locutor e interlocutor; resgatando os conceitos abordados por Bakhtin/Volochinov (1995), ao afirmarem que o enunciado tanto oral como escrito se constitui e varia de acordo com a delimitação do interlocutor.

A ausência do outro no comando para a construção dessa escrita ocasionou, também, a delimitação discursiva do homem/machista como interlocutor/virtual/externo. O interlocutor é virtual/externo quando pertence ao mesmo contexto social do locutor, influenciando-o diretamente na elaboração do enunciado, mas que não se encontra no momento da constituição do discurso, tendo sua imagem construída pelo locutor.

No último parágrafo do texto, dialogou-se com esse interlocutor/virtual/externo/homem machista ao declarar “*Mas e os homens, vão ficar parados, deixando-as deita e rolar e conquistando nosso espaço.*”, em que o locutor H se enquadra como membro desse grupo, ao usar o pronome possessivo “*nosso*”, questionando os homens e a si mesmo se ficariam parados, deixando as mulheres conquistarem os seus espaços.

Nesse texto, não se apresentaram marcas linguísticas que delimitassem um diálogo com outros tipos de interlocutores além do outro/real/professora/feminista e do interlocutor/virtual/externo/homem/machista.

O texto do educando I:

“Direitos iguais ou diferentes?”

Na sociedade atual, eu, tenho observado muitas diferenças entre o homem e a mulher, mesmo que eles sejam da mesma espécie humana. Acho que isso é tão ridículo que acaba sendo idiota.

Eu, por exemplo, raramente vejo uma mulher na presidência de um país, talvez ela governe até melhor do que os homens. Tem uma outra questão também que eu acho estranha: uma menina, por exemplo, que fica com todo mundo, fica com fama, e muito mal falada. Agora veja um menino, ele pode ficar com Marialva, mas não terá mais fama que uma menina pegaria se ficasse com o colégio, às vezes, é até bonito para o grupinho do garoto.

Eu acho isso uma coisa muito estranha, por que todos temos direitos iguais na sociedade.

Eu mesma vou confessar, acho estranho ver uma mulher dirigindo com seu marido ao lado, sentado. Não sei bem o motivo, mas acho que é porque me acostumei com os homens ao volante.

Mas algumas coisas também não são muito vantajosas para os homens, por exemplo, aquele homem que trabalha o dia inteiro para ganhar seu dinheiro, chega em casa exausto no outro dia, cadê o dinheiro? Sim, meu caro, sua esposa gastou tudinho. Geralmente a mulher gasta o dinheiro que o homem ganhou com tanto sacrifício!

Mas algumas vezes, enquanto o folgado do homem dorme, a mulher está lá, limpando a bendita casa! O homem nem para ajudar a limpar a casa serve, com exceção de alguns, enquanto a mulher limpa a casa ele está lá sentado no sofá vendo seu futebol! Nem para fazer uma comidinha esse cidadão serve!

Não estou criticando os homens porque sou mulher, só estou comentando que ando percebendo na sociedade.

Será que um dia seremos iguais, tendo assim direitos iguais?

Ao iniciar a análise do texto produzido pelo aluno I, atenta-se que o título é uma pergunta: “*Direitos iguais ou diferentes?*”, feita a alguém, com o objetivo de obter uma resposta, que virá de um destinatário, pois toda compreensão plena

e real, como versa Bakhtin, é de caráter ativo e responsivo, independente da forma em que ela se dê: ao constituir um enunciado se espera “uma resposta, uma concordância, uma participação, uma execução etc.” (2003, p.272).

Considera-se que se utilizam as aspas para indicar que o enunciado não é constituído pelo locutor que o declara. É possível afirmar que, ao usar esse recurso no título, o aluno demonstrou que aquele discurso pertence a outro locutor. Porém, Bakhtin ensina que uma vez que se opera um discurso “em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão” (2003, p.294), tornando-se um novo enunciado, pois, para o falante, a palavra existe em três aspectos: palavra da língua neutra, que não pertence a ninguém; palavra alheia dos outros e repleta de ecos dos enunciados dos outros e, também, como minha palavra.

Ao retomar a atividade prévia mediada pela professora, no qual o assunto discutido foi sobre os direitos iguais entre homens e mulheres, acredita-se que esse enunciado, que constitui o título, pode ter sido elaborado pela professora e utilizado pelo aluno em seu texto.

Com isso, ao atentar-se para o primeiro parágrafo: “*Na sociedade atual, eu, tenho observado muitas diferenças entre o homem e a mulher, mesmo que eles sejam da mesma espécie humana. Acho que isso é tão ridículo que acaba sendo idiota*”, tem-se o educando dialogando com esse interlocutor, que elaborou o discurso que foi utilizado como título, colocando-se entre aspas. Nesse momento, o locutor respondeu se os direitos são iguais ou diferentes, estabelecendo uma comunicação com o interlocutor que, provavelmente, construiu a pergunta: “*Direitos iguais ou diferentes?*”; pois o discurso, segundo Bakhtin (2003), não está voltado somente ao seu objeto, mas refere-se ao enunciado do outro sobre esse objeto, propiciando um aspecto dialógico entre falante e ouvinte, que busca atingir a compreensão responsiva ativa.

Ao supor que a única pessoa que leria esse texto seria a professora da sala de aula, com um perfil feminista, o discurso escrito encaminhou-se a essa educadora delimitada também como interlocutora real do texto. O estudante enquadrou seu enunciado segundo a imagem que possuía desse interlocutor/real/professora/feminista, declarando-se, também, feminista ao expor: “*Acho que isso é tão ridículo que acaba sendo idiota.*”, posteriormente, ao exemplificar que é muito ridícula a diferença entre o homem e a mulher, pois as mulheres poderiam agir muito melhor que os homens: “*Eu, por exemplo, raramente vejo uma mulher na presidência de um país, talvez ela governe até melhor do que os homens*”. Nesse fragmento, realiza-se o que Bakhtin/Volochinov (1995) ensinam: ao dirigir a palavra ao outro, essa variará de acordo com esse outro participante, que desencadeia

alterações no discurso oral e escrito ao se estabelecer a quem se refere, a que grupo pertence, se possui relação com o locutor. Torna-se possível afirmar que a professora/feminista é o interlocutor/real, com quem o educando estabeleceu um diálogo, defendendo uma atitude, também, feminista.

No terceiro parágrafo do texto, I evidenciou que considerava a desigualdade algo muito estranha: *“Tem uma outra questão também que eu acho estranha: uma menina, por exemplo, que fica com todo mundo, fica com fama, e muito mal falada. Agora veja um menino, ele pode ficar com Marialva, mas não terá mais fama que uma menina pegaria se ficasse com o colégio, às vezes, é até bonito para o grupinho do garoto.”*, pois os direitos são iguais: *“Eu acho isso uma coisa muito estranha, por que temos direitos iguais na sociedade”*. Nesse momento, observa-se que o aluno tentou responder, novamente, a pergunta instaurada no título, colocando-se como integrante do grupo que defende os direitos iguais: *“temos direitos iguais”*, exemplificando o porquê de considerar *“tão ridículo que acaba sendo idiota”* as diferenças entre homens e mulheres.

No quinto parágrafo do texto, o aluno I passou a delimitar, como fez o estudante H, uma outra imagem de interlocutor, que não era a professora da sala de aula. Evidencia-se que, nesse momento, ele parou de dialogar com o interlocutor/real/professora/feminista e passou a questionar um outro/virtual/externo/homem: *“Mas algumas coisas também não são muito vantajosas para os homens, por exemplo, aquele homem que trabalha o dia inteiro para ganhar seu dinheiro, chega em casa exausto no outro dia, cadê o dinheiro?”*. Esse diálogo com o outro/virtual/externo/homem pode ser claramente observado quando ele respondeu para esse outro participante: *“Sim, meu caro, sua esposa gastou tudinho. Geralmente a mulher gasta o dinheiro que o homem ganhou com tanto sacrifício!”*. As expressões *“meu caro”*, *“sua esposa”* confirmam esse tipo de interlocutor. No penúltimo parágrafo: *“Não estou criticando os homens porque sou mulher, só estou comentando que ando percebendo na sociedade.”*, detecta-se, novamente, uma interação comunicativa com esse interlocutor/virtual/externo/homem: ao afirmar que *“Não estou criticando os homens porque sou mulher”*, o locutor estaria negando uma possível afirmação masculina de que se criticam os homens porque o falante I é uma mulher. Justifica-se, portanto, a presença de um interlocutor/virtual/externo/homem que propiciava uma possível compreensão responsiva ativa, segundo os pressupostos bakhtinianos.

No entanto, o texto analisado não apresenta apenas esse tipo de interlocutor/virtual/externo, tem-se, também, a imagem de outro/virtual/externo, como sendo as mulheres/donas-de-casa: *“Mas algumas vezes, enquanto o folgado do homem dorme, a mulher está lá limpando a bendita casa! O homem nem*

para ajudar a limpar a casa serve, com exceção de alguns, enquanto a mulher limpa a casa ele está lá sentado no sofá vendo seu futebol! Nem para fazer uma comidinha esse cidadão serve!". O locutor I, também, dialoga com um interlocutor/virtual/externo/mulher, especificamente, dona de casa, criticando o homem e demonstrando sua posição feminista, concordando, possivelmente, com o discurso de mulheres que são donas-de-casa e que possuem um marido folgado. Ao usar as expressões como, por exemplo: "*o folgado do homem dorme*", "*O homem nem para ajudar*", justificam essa afirmação.

No fragmento final de seu texto, ao usufruir do verbo na primeira pessoa do plural: "*seremos*": "*Será que um dia seremos iguais, tendo assim direitos iguais?*"; é possível declarar que o estudante I delimita, além da professora/feminista, os colegas da sala de aula como interlocutores/reais, pois o verbo se refere ao pronome pessoal do caso reto, nós, que inclui o locutor e os outros seres que ocupavam aquele ambiente da construção da escrita.

Nesse texto produzido pelo educando I, não se apresentaram marcas linguísticas que delimitassem um diálogo com outros tipos de interlocutores além dos interlocutores/reais: professora/feminista e colegas da sala de aula; outros/virtuais/externos: homens e mulheres/donas-de-casa.

Com isso, atenta-se que, mesmo não evidenciando uma possível imagem de interlocutor no comando de produção textual, os alunos delimitaram interlocutores reais e virtuais, demonstrando o que Bakhtin/Volochinov (1995) e Bakhtin (2003) ensinam: o enunciado se constitui do fenômeno social da interação verbal entre locutor e interlocutor, em que a palavra varia de acordo com a imagem que se estabelece do outro com o qual se dialoga, com o propósito de atingir a compreensão responsiva ativa. Apesar disso, a multiplicidade de interlocutores delimitados acaba por produzir um texto fragmentado discursivamente.

Considerações finais

As análises realizadas evidenciaram que os alunos, mesmo não possuindo uma imagem de interlocutor delimitada, buscam demarcar um outro que participa do processo dialógico. Na prática se verificam os ensinamentos de Bakhtin/Volochinov (1995) e Bakhtin (2003), quando versam que a palavra comporta duas faces, pelo fato de que se procede de alguém como pelo fato de que se dirige a alguém, no qual o locutor se define como sujeito ao interagir com esse interlocutor.

Dessa forma, quando os alunos H e I definiram os seus outros, tinham o intuito de se constituir como sujeito num contexto social. Além disso, observa-se

o quanto é importante que o educador considere que o enunciado se constitui do fenômeno social da interação verbal entre locutor e interlocutor, em que a palavra varia de acordo com a imagem que se estabelece do outro com o qual se dialoga, com o propósito de atingir a compreensão responsiva ativa.

Detectou-se que o interlocutor é elemento intrínseco da interação com o locutor, que determina diretamente a constituição do enunciado, pois a palavra variará a partir da imagem que se delimita do outro participante do processo dialógico, no qual nunca é construído, como ensina Bakhtin (2003), da mesma forma para todos os tipos de interlocutores existentes. Ao se elaborar um discurso, tendo como outro uma pessoa que pertence ao mesmo grupo social que o locutor, o enunciando se constituirá de uma determinada maneira.

Por outro lado, quando se possui como interlocutor um indivíduo que não se refere ao grupo social do produtor, tem-se a construção de um outro tipo de discurso, com características distintas daquele que foi formado segundo a imagem do destinatário, que vivencia no mesmo contexto social que o locutor. A questão da posição na hierarquia social e os laços mais ou menos estreitos entre locutor e interlocutor interferem na elaboração daquilo que é exposto pelo enunciador, conforme se detectou por meio das análises.

Com isso, o professor compreende que os estudantes necessitam da imagem de um interlocutor para quem o discurso escrito será encaminhado, pois, como versam Bakhtin/Volochinov (1995), há alterações tanto no discurso oral quanto escrito, quando se estabelece para quem se refere o enunciado. Nos textos dos estudantes H e I, observou-se, em vários momentos, esse processo de adequação do discurso de acordo com o perfil do outro participante do processo dialógico, em que, geralmente, apropriavam-se de discursos alheios para manter o diálogo existente. Geraldi (1997) versa que o enunciado escrito é a entrada para o diálogo com os outros textos que remetem a discursos passados e que farão surgir novos textos. Em relação a isso, é fundamental compreender que essa apropriação já era uma atitude adequada definida por Bakhtin (2003, p. 249), que declara que uma vez ao operar um discurso “em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão.”, tornando-se um novo enunciado, pois, para o falante, a palavra existe em três aspectos: palavra da língua neutra, que não pertence a ninguém; palavra alheia dos outros e repleta de ecos dos enunciados dos outros e, também, como minha palavra, no qual o enunciado é um elo entre os falantes e os outros participantes da comunicação por meio da interação verbal.

No entanto, as análises dos discursos escritos pelos locutores H e I demonstraram que as influências dos interlocutores podem ser verificadas por elementos

como: frases interrogativas; conjunção adversativa; pronomes possessivos e demonstrativos; aspas; omissões de informações; discursos pedagógicos, midiáticos e moralistas; gírias; estrangeirismos; linguagens informais; vocativo; adjetivos. A não delimitação do interlocutor nos comandos para a constituição da escrita ocasiona a demarcação, automaticamente, da professora da sala de aula como interlocutor/real com função de avaliador, como, também, ocasiona a presença de vários interlocutores em um mesmo enunciado, dificultando a escolha das estratégias para se dizer o que se tem a dizer, segundo Geraldi (1997).

É possível ressaltar que, para se obter um resultado adequado nas atividades de escrita, o comando de produção textual precisa apresentar uma finalidade para se escrever; um interlocutor definido, que propicie a exauribilidade do objeto e do sentido; a delimitação discursiva, das formas composicionais e do gênero do acabamento, favorecendo a compreensão responsiva ativa, que é o primeiro e mais importante critério da conclusibilidade do enunciado.

Os alunos, nesse percurso de trabalho, apresentaram alguns textos que possuíam lacunas que deveriam ser completadas pelos interlocutores. No entanto, ao omitir informações, como foi possível verificar nas análises, acredita-se que se tinham o intuito de estabelecer um diálogo com o outro participante à medida que esse fosse completando os enunciados. Essas lacunas, porém, não são consideradas formas adequadas para se desenvolver um processo dialógico entre locutor e interlocutor, pois pode ocorrer a não compreensão dos enunciados expostos pelo falante, comprometendo a compreensão responsiva ativa.

O educador necessita compreender que os pressupostos teóricos são os suportes para uma prática coerente de produção textual. É essencial que ele se mantenha como mediador num processo interacional com o educando, pois, o professor possui um papel fundamental: “suas intervenções sistematizadas, durante e após a atividade de produção textual, é que podem favorecer ao aluno a compreensão do funcionamento da língua” (EVANGELISTA, 1998, p.119). Quando motiva os educandos sobre as condições de produção, o educador os motivará a escrever, levando-os a pensar sobre os temas, promovendo discussões sobre os assuntos levantados pelo professor e/ou por eles.

A sala de aula é delimitada como um lugar de interação verbal, onde os diálogos entre os sujeitos, locutor e interlocutor, que possuem diferentes saberes, são ações constantes, concebendo ao aluno o papel de participante ativo numa relação interlocutiva. A palavra do estudante, seu conhecimento prévio, seu ponto de vista são indicadores dos caminhos que propiciam a produção textual, juntamente com as leituras e as discussões de outros textos, que realizam com o professor.

A partir desses resultados, reflete-se sobre a importância de se diminuir a artificialidade das atividades de escrita realizadas na escola ao delimitar uma imagem adequada de interlocutor, que propicia o desenvolvimento do processo dialógico entre locutor e interlocutor, considerando os elementos necessários para a realização da produção textual, de acordo com os estudos de Bakhtin/Volochinov (1995), Bakhtin (2003) e Geraldi (1997), inclusive na elaboração dos comandos que orientam os educandos para a constituição do discurso escrito.

Referências:

- DOM BOSCO, apostila. *Língua Portuguesa*, 7ª. série/8º ano.
- BAKHTIN; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Todos os textos: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos*. 7ª. série, 3ed. São Paulo : Atual, 2007.
- EVANGELISTA, A. A. M. et. al. *Professor-leitor, aluno-autor: reflexões sobre a avaliação do texto escolar*. Intermédio: cadernos CEALE. Belo Horizonte : Formato/Ceale (FAE-UEMG), 1998.
- FRANZOI, R. C. O interlocutor na produção de texto no livro didático. In.: MENEGASSI, R. J. (org.). *Interação e Escrita: 1º Seminário de Ensino e Aprendizagem de Línguas*. Maringá : Departamento de Letras Editora, 2007.
- _____. Manifestações do interlocutor nas produções textuais escritas no ensino fundamental, 2009. *Dissertação* (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá.
- GARCEZ, L. H. C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília : UNB, 1998.
- GERALDI, J. W. Da redação à produção de textos. In.: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Orgs.). *Aprender e ensinar com textos de alunos*. Vol. 1. São Paulo : Córtes, 1997, p. 17-24.
- MENEGASSI, R. J. A influência do interlocutor na produção textual. *Revista UNIMAR*, Maringá-PR, n.19 (1): p.111-125, 1997.
- _____; FUZA, A. F. A finalidade da escrita no livro didático: influências da imagem do interlocutor. *Revista Acta Scientiarum Human and Social Sciences*. Maringá. V.28, n2. 2006.

- SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever. In: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Orgs.) *Aprender e ensinar com textos dos alunos*. Vol 1. São Paulo : Cortez, 1997, p.75-97.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 2.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1988.

ASPETOS LINGÜÍSTICOS NA *GAZETA DE LISBOA*: PROPOSTA DE UMA ANÁLISE HISTÓRICO-INFORMÁTICO-LEXICAL

Susana Fontes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO: Neste artigo, pretendemos apresentar o nosso projeto de doutoramento, que ambiciona constituir-se como mais um contributo para os estudos históricos da língua portuguesa, recorrendo à *Gazeta de Lisboa*, através de um *corpus* que integra dois blocos de texto (1715-16 e 1815), representativos de dois séculos diferentes. Neste sentido, procederemos a uma análise linguística comparativo-contrastiva destes dois períodos através de programas de análise automática de texto. Neste momento, é nosso intento apresentar os resultados referentes ao estudo informático-lexical de parte do *corpus* que nos propusemos estudar inicialmente, à qual atribuímos a designação de *subcorpus*, levado a cabo através do programa *NooJ*.

PALAVRAS-CHAVE: linguística de *corpus*, *Gazeta de Lisboa*, análise lexical, *NooJ*

ABSTRACT: *In this article, we intend to present our PhD project, which aims to establish itself as another contribution to the historical studies of the Portuguese language, using the newspaper Gazeta de Lisboa, through a corpus which includes two blocks of text (1715-16 and 1815) that represent two different centuries. Thus, we will carry out a comparative-contrastive linguistic analysis of these two periods through computer programs for automatic text analysis. Now, it is our intent to present the results concerning the computer-lexical study from part of the corpus that we initially proposed to study, which we called subcorpus, undertaken through the program NooJ.*

KEYWORDS: *corpus linguistics, Gazeta de Lisboa, lexical analysis, NooJ*

Gazeta de Lisboa: um olhar sobre a realidade circundante

A *Gazeta de Lisboa* surge em 10 de Agosto de 1715¹ como o periódico² mais duradouro da primeira metade do século XVIII, assumindo uma importância considerável ao permitir ao leitor português o contacto com o mundo da época:

O aparecimento da *Gazeta de Lisboa*, em Agosto de 1715, é, sem dúvida, um acontecimento histórico cuja projecção tem sido subestimada ou analisada superficialmente. Portugal passa a dispor de um órgão de informação que põe o leitor português, até aí ignorante ou mal informado, em contacto com o grande mundo da época, por onde poderá seguir os movimentos mais variados de uma Europa em permanente transformação. (VIEIRA, 1991, p. 21).

Para compreendermos a sua importância e procedermos a uma análise criteriosa deste periódico, não podemos ignorar a sua especificidade, no sentido em que se trata de um jornal do Antigo Regime, que apresenta características diferentes das que actualmente presidem à construção de um jornal. Este assume-se como um veículo de informação com circulação restrita, que não era concebido para informar o grande público, como depois aconteceu com o “jornalismo de massas”.

Esta publicação vai sofrer alterações nos diferentes títulos que apresenta ao longo da sua história. Depois de se assumir enquanto *Gazeta de Lisboa*, no seu segundo número, em 17 de Agosto de 1715, passou a intitular-se de *Gazeta de Lisboa Ocidental*, a partir de Janeiro de 1718, motivada pela divisão da cidade em parte oriental e ocidental, até Agosto de 1741, altura em que esta divisão deixou de existir.

O 1º ciclo de vida da *Gazeta* termina em 1760, com a morte de José Freire Monterroio Mascarenhas, sendo o privilégio, nesse momento, concedido à Secretaria de Estado da Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, uma vez que existiria uma proximidade entre as funções deste órgão e o conteúdo do periódico, dominado por questões internacionais. Para além desta alteração (a passagem do privilégio de uma pessoa para uma secretaria do Estado),

1 Nesta data, é publicada com o título de *Notícias do Estado do Mundo*, sendo apenas nos números seguintes que recebe a denominação de *Gazeta de Lisboa*.

2 A periodicidade adquire nesta altura uma conceção ligeiramente diferente da que temos hoje: “periódica nesta altura é uma publicação que difunde notícias regularmente no tempo presente, mas fá-lo de forma repetitiva, instaurando uma duração e uma continuidade na leitura.” (BELO, 1999, p. 626-7).

indicadora de uma centralização do privilégio, o título desta publicação muda, *Lisboa*, o que poderá ser entendido como uma forma de apresentar algo novo, com um rumo diferente do anterior.

De seguida, adotou outras designações, sendo que algumas refletem o cenário político em que se encontra o país como *Diário do Governo*, *Diário da Regência*, *Crónica Constitucional de Lisboa*, *Gazeta Oficial do Governo*, *Gazeta do Governo*, *Diário de Lisboa*.

Estruturado anualmente em forma de livro, este jornal oficial divulgava notícias sobre o governo, o país e o estrangeiro, tal como anunciava no frontispício. A capa apresenta-nos um dado importante como é o nome do redator, que surge pela primeira vez, quebrando a tradição do anonimato, normalmente característico da produção jornalística.

A *Gazeta de Lisboa*, tal como acontecia com outras publicações jornalísticas suas coetâneas, apresenta uma estrutura intermédia entre o livro e o jornal.

Com uma impressão semelhante à dos livros, a *Gazeta* conserva o seu aspeto, mas de formato pequeno, *in quarto*. Neste sentido, o formato de livro implicava a continuidade existente entre os diferentes números, o que nos permite, por um lado, inseri-la no género histórico. Esta continuidade era conseguida através de uma numeração e paginação contínuas. A numeração, feita em cada exemplar, e a paginação eram concebidas para o seu futuro formato de livro anual, onde apresentava, no início de cada ano, uma capa impressa a maiúsculas com o título de *Historia Annual Chronologica, e Politica do Mundo, e especialmente da Europa*³. Tendo por base a leitura de um anúncio⁴ publicado na *Gazeta* em 1759, apercebemo-nos de que esta capa ou folha de rosto, onde constava o título referido, era vendida na oficina onde se imprimia o periódico, a fim de que os leitores pudessem encadernar a sua coleção anual.

Inserida neste esquema híbrido, a *Gazeta* apresenta, para além do formato próximo do livro, uma estrutura mais jornalística, como se percebe pela sua circulação também em folhetos.

3 Apresentava como título completo o seguinte: *Historia Annual Chronologica, e politica do Mundo, e especialmente da Europa onde se faz memoria dos nascimentos, despozorios, e morte de todos os Emperadores, Reys, Principes, e pessoas consideraveis pela sua qualidade, ou empregos; encontros, sitios de Praças, e Batalhas terrestres, e naveas; vistas, e jornadas de Principes, Tratados de Aliança, Tregoa e Paz, com todas as mais acções militares, civis, e negociações politicas, e sucessos mais dignos da attenção, e curiosidade.*

4 GL, 1759, nº 52

Este formato permitia-lhe circular de mão em mão, prática corrente na altura, para além do fenómeno de leitura em voz alta, que nos impede de avaliar com precisão o número dos seus leitores. A este nível, considera-se que o número de pessoas que leem ou têm contacto com a *Gazeta* e outros periódicos semelhantes é superior à sua tiragem⁵, assinantes e compradores. Tal como acontecia com outras publicações europeias deste género, devem ter existido diferentes possibilidades de venda da *Gazeta* (por assinatura⁶, a venda de volumes anuais ou de um único número, avulso), em diferentes locais (nos livrinhos e nos locais onde era impressa).

No que concerne à sua estrutura, as notícias são precedidas de alguns dados que nos permitem localizá-las temporal e geograficamente: o nome da nação de proveniência é impresso em maiúsculas, seguindo-se, em letras mais pequenas, a data e o nome da capital ou cidade de origem. Por fim, surge o corpo da notícia, apresentando uma estrutura quase sem parágrafos, que ocupa toda a dimensão das páginas e um estilo que muitas vezes denuncia claramente uma tradução apressada e resumida ao essencial. Os anúncios, publicados no final da última página, surgem com um tipo de letra ainda mais reduzido e itálico, o que dificulta a sua leitura.

Dando continuidade à estrutura presente nas suas congéneres europeias, verificamos que grande parte do corpo da gazeta era ocupado com informações do estrangeiro⁷, como mostra a carta de privilégio de 1715, notícias designadas de políticas, traduzidas e resumidas de gazetas europeias, trabalho que estaria a cargo do seu redator, José Freire Monterroio Mascarenhas, que ocupa este lugar até 1760. O longo período em que este se responsabilizou pela redação da *Gazeta* conduziu a uma identificação muito próxima entre a conceção deste

5 No caso da *Gazeta* existem registos sobre a sua tiragem a partir da década de 40, mas nada se encontrou sobre os seus assinantes.

6 O sistema de assinatura denota já uma preocupação com um público, que se pretendia fixar e fidelizar.

7 “O noticiário europeu da *Gazeta de Lisboa* pôde exercer e exerceu, com certeza, um importantíssimo papel, ainda por estudar, na actualização dos conceitos político-sociais e económicos das camadas populacionais até aí privadas de uma informação regular e completa. Anteriormente, só uma medíocre percentagem de personalidades, ligadas à máquina administrativa ou diplomática da corte, poderia beneficiar de informações válidas sobre o desenrolar dos acontecimentos além-fronteiras.” (VIEIRA, 1991, p. 21)

jornal e a própria personalidade do seu redator, que explica a denominação com que terá ficado conhecida neste período⁸, como a *Gazeta de Monterroio*. A parte final desta publicação, ainda antes dos anúncios, evidenciando uma tendência de aproximação geográfica, era ocupada pelo noticiário nacional. Este movimento centrípeto culmina com a produção de um noticiário nacional, que constituía uma parte reduzida deste periódico, marcado por uma vigilância mais acentuada comparativamente às notícias de âmbito internacional, o que se repercute em informação menos descritiva e abundante, e mais cautelosa.

O reduzido espaço disponível para estas notícias estava limitado pela periodicidade semanal que se impunha. No caso das notícias sobre o estrangeiro, parte predominante deste e de outros periódicos do género, as notícias, essencialmente políticas e militares, eram preparadas com tempo, uma vez que não se impunha um nível de atualidade tão elevado.

As notícias sobre a Corte, na capital, preenchiam maioritariamente este espaço reduzido, ainda que por vezes surgissem informações sobre outras localidades, obtidas através de correspondência. Por último, existia uma “secção” dedicada a anúncios, tendo sido precisamente na *Gazeta* que surgiu o primeiro anúncio comercial, designado de “aviso”.

Apresentação do projeto de investigação

A *Gazeta de Lisboa* foi precisamente o periódico escolhido para a constituição do nosso *corpus* de trabalho, que se localiza temporalmente nos séculos XVIII (1715-1716) e XIX (1815), períodos marcados por alterações profundas ao nível económico, político e sócio-cultural, reflexos dos novos ideais que as Luzes introduziram em Portugal; e também das revoluções liberais, que agitaram profundamente o panorama político português, com consequências evidentes em todos os outros planos da vida nacional. O pensamento jornalístico

8 Este primeiro período de vida da *Gazeta* (1715-1760) foi trabalhado em teses académicas, de uma forma aprofundada, ultrapassando a vertente superficial com que este periódico tinha sido aflorado na historiografia jornalística. Referimo-nos às teses de mestrado e doutoramento de André Belo. A primeira intitulada de *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1997 e a segunda, intitulada de *Nouvelles d’Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l’information manuscrite au Portugal (1715-1760)*, apresentada na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales em 2005. A tese de doutoramento de João Luís Lisboa é também uma referência nesta linha de investigação: *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal*, apresentada no Instituto Universitário Europeu, Florença, em 1998.

destes séculos constituiu uma base importante para a história do jornalismo português, pois começam a surgir algumas preocupações prementes para o desenvolvimento do jornalismo enquanto área autónoma, com um discurso, preocupações e finalidades próprias.

No nosso trabalho de investigação, que corresponde à tese de doutoramento, pretendemos reconstruir/relembrar a história do jornalismo português desde a sua génese até ao século XIX, estabelecendo sempre uma base de comparação com o panorama europeu, não descurando as circunstâncias histórico-culturais que condicionaram este percurso.

Depois desta contextualização, iremos proceder à edição semi-diplomática do nosso *corpus*, ao que se segue uma análise comparativo-contrastiva entre a primeira parte do *corpus*, referente a 1715-1716, que corresponde ao momento do nascimento da *Gazeta de Lisboa* e a segunda parte, a de 1815, o que nos permite avaliar as principais alterações lexicais operadas neste jornal decorrido um século, para além de outras considerações linguísticas relevantes.

Este texto será, pela primeira vez, analisado sob uma perspetiva linguística e tendo por base um programa informático, *NooJ*, o que permitirá uma série de análises contrastivas e lexicais mais objetivas e rigorosas, reveladoras de uma aproximação cada vez mais evidente entre a linguística e a informática.

No final, será necessário proceder ao tratamento dos dados que recolhemos com as ferramentas linguísticas de forma a concluir determinados aspetos no âmbito da linguística e também das temáticas principais do jornalismo referente aos séculos XVIII e XIX.

Estudo estatístico-lexical da *Gazeta de Lisboa* (Agosto de 1715)

3.1 Importância da Informática na análise de textos

A abordagem lexical que pretendemos levar a cabo será facilitada pela utilização de um recurso informático de processamento automático de texto que nos permite obter resultados mais fiáveis e sistemáticos num curto espaço de tempo. O uso das novas tecnologias potenciou a execução de um conjunto de tarefas que facilitam o trabalho ao investigador que, ainda assim, continua a ser o condutor principal da sua investigação e o responsável pela leitura dos resultados facultados por estes programas.

Na nossa investigação escolhemos o *NooJ*, programa desenvolvido por Max Silberstein, que reconhece e trabalha mais de 100 formatos de texto. Este software permite-nos executar um conjunto de tarefas, das quais destacamos:

- a etiquetagem linguística do *corpus*;
- a elaboração de listas de formas a partir do lema, da classe ou subclasse, ou de outro traço morfológico;
- o estabelecimento de concordâncias tendo por base qualquer dado linguístico;
- a organização da listagem dos *Digrams*;
- a construção de dicionários e gramáticas flexionais, morfológicas ou sintáticas, necessárias para ultrapassar alguns problemas que não conseguem ser resolvidos pelos recursos linguísticos eletrónicos já existentes.

No caso do *NooJ*, referimo-nos aos dicionários eletrónicos⁹ de grande qualidade e ampla cobertura produzidos pelo Laboratório de Engenharia Linguística, que constituem o sistema LABEL-LEX¹⁰ (*Label*: www.Label.ist.utl.pt). Os léxicos desenvolvidos apresentam dois módulos: 1) LABEL-LEX sw, que contém mais de 1500000 formas flexionadas e o 2) LABEL-LEX-mw, formado por mais de 75000 unidades lexicais multipalavra.

3.2 Método de trabalho

Depois de apresentarmos o recurso informático escolhido para a nossa análise e de explicitarmos algumas das suas características e potencialidades, passamos a descrever o método de trabalho por nós usado.

O texto que iremos trabalhar neste momento é uma espécie de *subcorpus* do *corpus*¹¹ a que nos propusemos trabalhar no doutoramento. Trata-se apenas do mês de Agosto da *Gazeta de Lisboa*, que constitui um total de 24 páginas. É nosso propósito, como já foi referido, começar pela edição desta parte do periódico, que passaremos a denominar como *GL-08-1715*, seguindo-se um estudo lexical, para o qual contamos com o precioso auxílio do programa *NooJ*. Iniciámos o processo da edição com a transcrição integral do mês de Agosto de 1715 da *Gazeta de Lisboa*, visto que necessitávamos de uma versão do

9 “Um dicionário electrónico é um léxico computacional concebido para ser usado, sem intervenção humana, por programas informáticos em diversas operações de processamento de linguagem natural.” (RANCHHOD, 2001, p. 14).

10 Tivemos acesso a estes recursos linguísticos através de um protocolo estabelecido entre o Centro de Estudos em Letras e o Laboratório de Engenharia Linguística, sendo também de destacar o importante contributo de José Paulo Tavares na adaptação destes recursos para o formato *NooJ*.

11 Sardinha (cf. 2004, p. 20-22) apresenta os principais tipos de corpora tendo em conta os seguintes critérios: o modo (falado ou escrito), o tempo (sincrónico, diacrónico, contemporâneo ou histórico), seleção (de amostragem, monitor, dinâmico ou orgânico, estático, equilibrado), conteúdo (especializado, regional ou dialectal ou multilingue), autoria (de aprendiz ou de língua nativa).

documento em Word para depois o inserir no programa *NooJ* e uma vez que a possibilidade de conversão das imagens em texto através de um programa de OCR¹² não se tornou possível devido a um conjunto de gralhas que resultaram deste processo. Esta edição teve como critério a aproximação rigorosa ao texto original, apresentando como única alteração o desdobramento da abreviatura *q*, na forma do pronome/conjunção *que* e da conjunção *porque*, que passaram a ser registados como *que* e *porque*¹³.

Depois de verificado o texto, e terminado este processo de edição, procedemos às alterações necessárias para que o documento ficasse sem qualquer tipo de formatação, processo com que nos tínhamos preocupado no momento da edição do texto, como era o caso dos parágrafos, quebras de linha, quebras de página, itálicos, negritos, tipos e tamanhos de letra diferentes, etc.

De seguida, executámos o programa *NooJ*, que iniciou o processo de anotação automática, tendo por base os léxicos do *LabEL*, adaptados a esse mesmo formato. Deste trabalho, resultaram os seguintes dados:

	GL-08-1715
Unidades de texto (parágrafo)	146
Nº de caracteres	78032
Nº de ocorrências/tokens	15778
Nº de formas diferentes	3218
Formas desconhecidas	1319
Anotações	33818

Tabela 1: Dados gerais da *GL-08-1715* obtidos com os recursos do *LabEL*

A observação desta tabela permitiu-nos confirmar um dado que já havíamos antecipado, que se prende com o número elevado de formas desconhecidas, como era de esperar, devido à diferente forma gráfica de muitas palavras, justificável por estarmos a utilizar os recursos linguísticos do *LabEL*, que se centram no léxico atual, e que por isso não reconhecem muitas formas diferentes presentes num texto do século XVIII.

12 Esta sigla refere-se à tecnologia de Reconhecimento Ótico de Caracteres.

13 A preocupação relativamente ao desdobramento da abreviatura através do itálico está unicamente ligada ao processo de edição, e nada tem a ver com o programa, uma vez que o *NooJ* não reconhece este tipo de formatação.

Se, por um lado, as formas desconhecidas são indicadoras de um baixo nível de cobertura dos recursos linguísticos existentes, apenas 59%, tendo em conta que não reconhecem 40,98%, equivalente às 1319 formas, elas podem servir como forma de enriquecimento dos recursos linguísticos, uma vez que exigem a construção de novos recursos como poderá ser o caso de novos dicionários ou gramáticas.

Antes desse processo, será necessário detetar o motivo desta falha ao nível da cobertura dos recursos disponíveis, os do *LabEL*, e claramente concluímos tratar-se de uma questão de grafia, que separa estes séculos.

3.3 Formas desconhecidas

As principais diferenças gráficas presentes neste *corpus* são as seguintes:

- 1) as duplas consoantes, como é o caso de *abbade*, *difficuldade*, *elle*, *approvedo*, *oposição*, *applicado*.
- 2) os topónimos e antropónimos com grafias diferentes das atuais, dos quais destacamos *Rebinsky*, *Dolhorouki*, *Leverpool*, *Mattheos*, *Joseph*
- 3) diferenças na acentuação:
 - 3.1) o ditongo nasal -ão, que surge, alternadamente, com a forma atual -ão ou com a forma -ãõ, visível nos exemplos que se seguem:
 - nos nomes *accusação/accusaçaõ*; *treyçaõ/treyçãõ*; *grão/graõ*; *embarcação/embarcaçaõ*, *guarnição/guarniçaõ*; *oposição/opposiçaõ*; *satisfação/satisfaçaõ*; *condição/condiçaõ*;
 - nos verbos, onde esta oscilação da grafia é visível nas terceiras pessoas do plural, das quais destaco o caso do pretérito perfeito do Modo Indicativo (*mandaraõ/mandáraõ/mandàraõ*, *fizeraõ/fizerãõ*; *foraõ/forãõ*; *obrigáraõ/obrigàraõ*; *tiverãõ/tiveraõ*, *voltáraõ/voltàraõ*); do pretérito imperfeito (*deviãõ/deviaõ*, *haviãõ/haviaõ*) e também do Futuro (*darãõ/daraõ*, *mandaraõ/mandaráõ*, *serãõ/seraõ*).
 - 3.2) o plural do ditongo nasal -ão, que nós hoje realizamos como -ões, apresenta no corpus duas formas diferentes. São elas em -oens e em -oês, como fica claro pelos exemplos que se seguem: *batalhoens/batalhoês*, *declaraçoens/declaraçoens*, *embarçaçoens/embarçaçoens*, *esquadroens/esquadroens*, *milhoens/milhoens*.
 - 3.3) a omissão do acento agudo na vogal tónica, como é o caso da terceira pessoa do singular do verbo *haver* no Presente do Modo Indicativo, *ha*, dos nomes *sabbado* e *secretario*, do advérbio *ja*, e do adjetivo *necessario*.
 - 3.4) a alternância entre o acento agudo ou grave e o circunflexo, como se nota nas diferentes formas que adotam as palavras: *està/estâ*, *jà/jâ*, *sómente/sômente*.

3.5) o recurso ao til para atribuir nasalidade, em substituição do -m ou n-, como é notório nas formas dos artigos hũ e hũa, que coexistem com hum e huma, e também em outras palavras como impaciência, frequentemente, Parlamêto, também/tambem.

4) a junção do clítico à forma verbal sem o recurso ao hífen, como por exemplo concedendolhe, manterse, pedindolhe, porse, entregarseha, concederseha, etc.

Apesar de haver muitas outras diferenças gráficas, consideramos importante fazer este levantamento pois estas são as mais frequentes, o que nos permite, numa segunda fase do trabalho, construir gramáticas morfológicas, capazes de reconhecer estas diferenças e de classificar cada uma destas entradas devidamente.

Antes de apresentarmos os vários grafos construídos para o efeito, julgamos necessário lembrar que o NooJ trabalha com a tecnologia de estados finitos. Os grafos correspondem precisamente a FST (finite-state transducer) que apresentam algumas potencialidades ao nível do tratamento automático de textos escritos. Servem para construir dicionários eletrónicos e gramáticas. Estas podem ser criadas para resolver variados problemas ao nível ortográfico, morfológico, sintático, o que explica a existência de i) gramáticas flexionais e derivacionais (ficheiros com a extensão .NOF), ii) lexicais, ortográficas, morfológicas ou terminológicas (ficheiros com a extensão .NOM), iii) sintáticas ou semânticas (ficheiros com a extensão .NOG).

No momento da construção dos grafos, o programa dá-nos apenas um estado inicial, simbolizado por \rightarrow e o estado final, simbolizado por \oplus , sendo depois o investigador que acrescenta os dados que lhe interessa. “The text sequences are described in the input part of the FST; the corresponding results are described in the output part of the FST.” (SILBERZTEIN, 2008, p. 13).

3.4 Construção de gramáticas lexicais (ou morfológicas)

Passamos, desta forma, a enumerar as várias gramáticas morfológicas criadas e as operações que elas possibilitam:

Para todas as formas com consoante dupla intermédia, usámos o grafo seguinte, que relaciona a grafia própria do século XVIII com a forma atual, de consoante simples, e recupera as respetivas informações da entrada do dicionário. No nosso *corpus* só temos a consoante dupla, o que nos permite o reconhecimento das formas *abbade*, *ella*, *accuso*, por exemplo; no entanto este grafo, que deve ser aplicado em baixa prioridade, resolveria também o problema de uma vogal dupla.

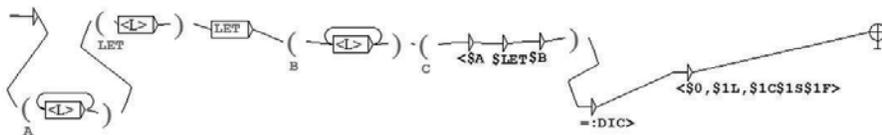


Ilustração 1: FST de reconhecimento de formas com consoante dupla interior

No caso do ditongo nasal -ão, que é representado graficamente no nosso *corpus* como -ãõ, criámos uma gramática que nos permite associar o ditongo -ãõ ao atual -ão.



Ilustração 2: FST de alteração de terminação nasal

Para reconhecimento de nomes próprios, construímos uma gramática morfológica, que deve ser aplicada em baixa prioridade, para atribuir a etiqueta de nome próprio às palavras dadas como desconhecidas pelos recursos aplicados na análise linguística que comecem com letra maiúscula ou sejam todas escritas com letra maiúscula.

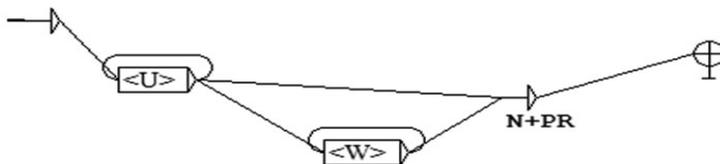


Ilustração 3: FST heurístico de etiquetagem de nomes próprios

No caso das palavras cuja grafia ainda não contempla a acentuação na vogal tónica, como acontecia com *ha* ou *ja*, usámos a próxima gramática morfológica que, quando aplicada, procedimento que deve ser feito em baixa prioridade, identifica formas em que o -a, apresentado no texto do século XVIII, corresponde a um -á na grafia atual, quer este grafema esteja em posição ini-

cial, medial ou final. Este grafo recupera essa entrada desde que encontre essa correspondência no dicionário¹⁴.

Construímos esta gramática para este caso específico da vogal -a, que nos pareceu ser a mais frequente, no entanto o mesmo procedimento poderia ser adotado para outras vogais pretendidas, constituindo uma gramática por cada substituição.

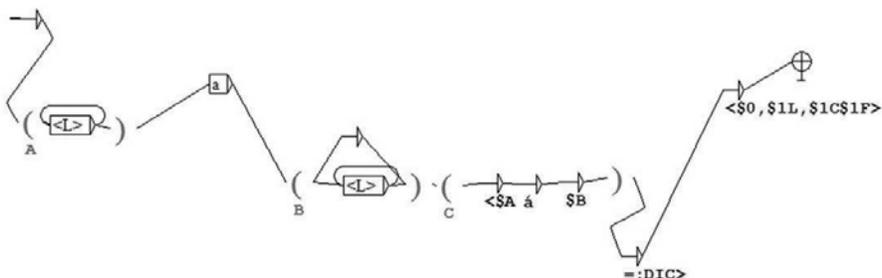


Ilustração 4: FST de reconhecimento de formas grafadas com vogal sem acento correspondentes a vogal acentuada

Para separação e classificação de formas que compreendem a duas (ilustração 5) ou três (ilustração 6) palavras não separadas, desde que cada uma exista no dicionário, utilizámos estas gramáticas morfológicas, aplicadas também elas em baixa prioridade.

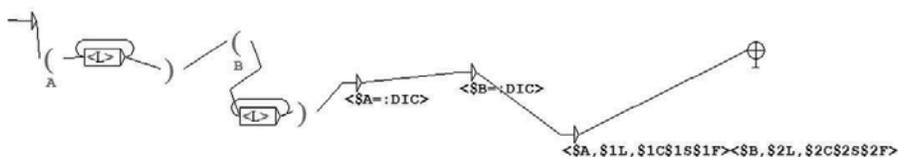


Ilustração 5: FST de identificação de complex tokenization¹⁵ (duas palavras)

14 Persistem, ainda, alguns problemas decorrentes da ambiguidade, como é o caso da forma água, que o programa não altera ou reconhece como água, devido à existência do verbo aguar.

15 A *tokenization* ou itemização “consiste na separação das unidades ortográficas, normalmente por meio da inserção de espaços em branco ou quebras de linha entre elas.” (SARDINHA, 2004, p. 128).

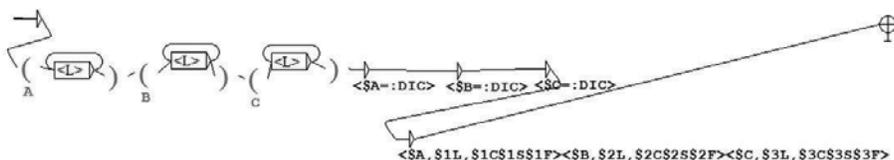


Ilustração 6: FST de identificação de complex tokenization (três palavras)

3.5 Construção de dicionários eletrônicos

Depois de constituídas estas gramáticas, faltavam ainda resolver várias palavras desconhecidas que não se inseriam nestes seis casos, o que nos conduziu à construção de um dicionário, que intitulamos de dicionário da gazeta setecentista, e um dicionário de abreviaturas, ao qual atribuímos este mesmo nome.

A criação de dicionários eletrônicos no *NooJ*, enquanto ficheiros de extensão *NOD*, implicou a ação de etiquetagem¹⁶ das diferentes formas que foram classificadas como desconhecidas, o que exigiu a associação da palavra à sua categoria e propriedades morfossintáticas. As etiquetas podem ser simples quando apresentam apenas uma informação, como é o caso da classe gramatical, ou podem ser complexas, quando a etiqueta contempla vários dados (para além da classe, o lema, número, género, etc). Uma das características destas etiquetas prende-se com a sua reduzida extensão, e daí o recurso a abreviaturas ou códigos, de forma a agilizar o processo de etiquetagem. O investigador terá aqui um papel decisivo na escolha da informação que inclui em cada entrada, opções estas que estarão condicionadas pelo tipo de abordagem que pretende levar a cabo.

Neste momento da investigação, e apesar da existência de diferentes tipos de etiquetagem, centramos os nossos esforços em informações de âmbito morfossintático, que juntamente com a lematização nos simplificam o tratamento dos dados e facilitam a análise do *corpus*.

As entradas do nosso dicionário são compostas por um mínimo de três elementos, não contabilizando as vírgulas: forma, lema, classe gramatical (POS), podendo apresentar também a subclasse+os atributos morfológicos.

Por exemplo:

Academicos, Académico, N+m+p

Academicos, Académico, A+m+p

16 Segundo Costa (2001, p. 38), “[...] anotar um corpus significa associar informação linguística a segmentos de texto, recorrendo para o efeito a um conjunto de símbolos, as etiquetas, por forma a identificá-los, com vista ao seu tratamento automático. Esta operação é designada de etiquetagem, constituindo o produto final um corpus anotado.”

	GL -08-1715
Unidades de texto (parágrafo)	146
Nº de caracteres	78032
Nº de ocorrências	15778
Nº de formas diferentes	3218
Formas desconhecidas	0
Anotações	48777

Tabela 2: Dados gerais da GL-08-1715 obtidos com os recursos do LABEL e os novos recursos linguísticos

A leitura desta tabela levou-nos a destacar dois elementos: por um lado, o valor das formas desconhecidas, que reduziu drasticamente devido à aplicação dos novos recursos eletrónicos; por outro lado, o valor elevado das anotações, que remete para a noção de ambiguidade, como se percebe pela relação direta entre as anotações (“text annotation structure”) e a taxa de ambiguação, que neste caso será também elevada. Apesar desta verificação, não iremos, neste momento, proceder à desambiguação do nosso *corpus*, ato que seria obrigatório caso quiséssemos proceder a um estudo aturado da utilização de determinada classe de palavras.

3.7 Tokens mais frequentes

Nº de ordem	Forma	Ocorrência	Nº de ordem	Forma	Ocorrência
1	de	922	21	Mag	55
2	que	485	22	sua	53
3	a	438	23	À	53
4	o	330	24	seu	53
5	se	317	25	huma	45
6	da	205	26	O	45
7	para	178	27	das	43
8	do	171	28	tropas	41
9	os	170	29	Conde	36
10	em	166	30	Tem	35
11	com	150	31	Corte	34
12	as	120	32	Cidade	32
13	dos	96	33	suas	32
14	S.	89	34	seus	32
15	na	81	35	sobre	31
16	por	69	36	Julho	31
17	ao	67	37	ha	31
18	no	63	38	grande	31
19	hum	61	39	não	29
20	Havia	57	40	aos	29

Tabela 3: Lista dos 40 tokens mais frequentes

A análise a esta tabela permite-nos rapidamente confirmar que a maioria destas formas corresponde a palavras gramaticais ou funcionais. As preposições ocupam neste *corpus* um lugar de destaque, lideradas por *de*, ao que se seguem muitas outras formas, como é o caso do *em*, *com*, *por*, *sobre*, a contração da preposição com artigos (*da*, *do*, *dos*, *na*, *no*, *das*, *à*, *aos*) e uma forma ambígua, *a* (que pode ser caracterizada como artigo, preposição, nome ou pronome). Em segundo lugar, como acontece na generalidade dos corpora, surge-nos o *que*, uma das formas mais ambíguas em Português, que ocupa precisamente o primeiro lugar das formas ambíguas. Os verbos têm uma representatividade muito reduzida, com três ocorrências, duas formas do verbo *haver* e uma do verbo *ter*. Outra forma que merece uma referência é precisamente o determinante/pronome possessivo *seu*, flexionado no masculino, feminino, singular e plural, e representado na abreviatura *S.*, que desdobrámos no dicionário como *Sua*, e que ocupa o 14º lugar das primeiras 40 formas do *corpus*. Por sua vez, os adjetivos são representados apenas por uma forma, *grande*, que ocupa uma das últimas posições, valor que está de acordo com a neutralidade reclamada pelo estilo informativo do texto jornalístico, que não se coaduna com um número elevado de adjetivos.

Depois de analisarmos estas classes, resta-nos tentar perceber a importância que têm os nomes destacados a cor diferente na tabela: *Mag.* (abreviatura de *Magestade*, que juntamente com a abreviatura *S.* constitui a expressão *Sua Magestade*), *tropas*, *conde*, *corte*, *cidade* e *Julho*. Sabemos que um dos critérios de noticiabilidade, que transformam um facto em notícia, foi e continua a ser a referência a pessoas de elite ou dados sobre países importantes no contexto internacional. O redator selecionava os acontecimentos dignos de registo com base na notoriedade dos seus intervenientes, produzindo uma história das elites, onde figuram as notícias sobre os atores sociais dominantes, como acontece hoje em dia. Os jornais surgiram para responder a uma necessidade de informação e satisfazer a curiosidade humana, daí a referência a informações políticas, religiosas, militares ao nível nacional e internacional, o interesse pelos povos e culturas distantes, pelo movimento portuário e a forte curiosidade pelo que se passava na Corte. No fundo, se compararmos esta situação com a atualidade, verificamos que esta necessidade de informação em relação às novidades que se sucedem na corte não foi só uma característica da centúria setecentista, mas continua a alimentar várias revistas “cor-de-rosa”. Como se percebe, o critério das figuras famosas como protagonistas das notícias é intemporal e está profundamente inscrito na nossa cultura.

Retomando o grupo dos cinco nomes que se destacam entre as 40 formas mais frequentes, verificamos que a *Corte*, *Sua Magestade* e o *Conde* são figu-

ras nucleares neste ambiente de elite que atrai jornalistas e público. Por outro lado, temos a referência às *tropas*, que denota uma preocupação evidente por informações militares. Por último, os nomes *Cidade* e *Julho* são reveladores de uma categorização da informação em função de um espaço geográfico e por isso a noção de Cidade, em detrimento do mundo rural que não tem lugar num jornal da época, e a referência a um tempo específico, Julho, que era normalmente antecedido do dia e local para que o leitor pudesse situar as notícias num espaço e tempo determinados. Esta organização das notícias tinha por base uma referência direta ao tempo e espaço (país e cidade), num movimento de aproximação geográfica, com as notícias sobre o território nacional limitadas sempre à última parte do periódico, o que permitia ao leitor um acesso à informação de uma forma mais organizada, evitando uma possível sensação de caos.

Os periódicos reproduziam o ambiente da corte, apresentando um discurso que estaria, de certa forma, condicionado por esta relação estreita, uma vez que muitas notícias eram oficiais, recolhidas no próprio paço e não eram, obviamente, sujeitas à censura por parte do redator, que apenas registava a opinião oficial.

As palavras selecionadas podem ser caracterizadas pela sua frequência elevada neste *corpus*, o que nos permite atribuir-lhes a classificação de palavras-tema, cuja análise poderá ser muito útil para o investigador “caracterizar áreas temático semânticas típicas” (GENOUVRIER e PEYTARD, s/d, p. 317-318).

A análise das formas mais frequentes foi seguida de uma contagem das palavras de frequência 1, o que nos permitiu concluir acerca da variedade vocabular do texto. Ainda que se trate de um *corpus* de reduzida extensão, verificamos que, num total de 3218 formas diferentes, 1998 tokens ocorrem uma única vez, alcançando uma percentagem de 62%, o que nos permite confirmar que estamos perante um texto com um vocabulário muito variado¹⁸.

3.8 Classes de palavras

Num segundo momento interessava-nos conhecer a frequência com que cada classe surgia no nosso *corpus*, o que nos levou à pesquisa de cada uma delas através da funcionalidade “locate”, onde inserimos o output que pretendíamos. Desta forma, no caso do nome, por exemplo, inserimos <N> na opção “NooJ regular expression”, o que nos permitiu visualizar todos os nomes que surgem no texto, inseridos no seu contexto, o que será muito útil se pretendermos estabelecer concordâncias. Este procedimento foi adotado para todas as

18 A variedade vocabular será tanto maior quanto maior for o número de palavras a ocorrer apenas uma vez e menor o número das que ocorrem duas ou mais vezes.

classes de palavras, sendo também possível, com esta mesma funcionalidade, ordená-los por ordem alfabética, estratégia que poderá facilitar um trabalho de pesquisa posterior. Depois de um número total de ocorrências, interessava-nos também conhecer o número de formas diferentes que cada classe apresenta. Este propósito foi conseguido através da opção “1 example per match”, que se tratou de uma forma de limitar a nossa pesquisa.

Depois de organizados estes dados, surgem os seguintes resultados, que apresentamos na tabela:

Totais de frequências				
Classe gramatical	Ocorrências	Média	Formas diferentes	Média
Nomes	6108	31,03%	1870	43,25%
Adjetivos	1348	6,84%	645	14,92%
Verbos	3446	17,50%	1271	29,40%
Determinantes	2026	10,29%	128	2,96%
Pronomes	2909	14,78%	149	3,44%
Preposições	2118	10,76%	42	0,97%
Advérbios	512	2,60%	132	3,05%
Conjunções	1052	5,34%	63	1,45%
Interjeições	162	0,82%	23	0,53%
Totais	19681	100%	4323	100%

Tabela 4: As Classes de palavras e sua distribuição percentual na *GL-08-1715*

Como podemos verificar pela análise desta tabela, os nomes ocupam claramente uma posição de destaque¹⁹, com uma percentagem de 31,03%, aos quais se seguem os verbos, com 17,50%, e os pronomes com 14,78%. As interjeições ocupam o último lugar, sendo que, se procedêssemos a uma total desambiguação do *corpus*, o valor da sua percentagem reduziria drasticamente.

A coluna das formas diferentes permite-nos constatar uma alteração relativamente às posições cimeiras ocupadas pelas classes de palavras. Se o nome continua a liderar, ainda que agora mais próximo do verbo, que apresenta uma ampla possibilidade de flexão, o terceiro lugar passa a ser ocupado pelo adjetivo, seguido, com uma percentagem muito inferior, pelo pronome. A este nível, os pronomes, juntamente com as conjunções, preposições, apresentam uma grande diferença entre a frequência das ocorrências e das formas diferentes, reveladora de um número reduzido de formas que estas têm na nossa língua. Esta é

19 A visão da linguagem como sistema probabilístico, em que assenta a linguística de corpus, revela que ao nível da análise morfossintática os nomes surgem com mais frequência do que qualquer outra categoria gramatical. (cf. SARDINHA, 2004, p. 31).

precisamente uma característica das palavras gramaticais (categoremáticas e morfemáticas, segundo Bechara, 2002, p. 112), uma vez que elas existem em número finito. Contrariamente a esta situação, as palavras plenas ou lexicais (também designadas de lexemáticas por Bechara, 2002, p. 112) existem em número potencialmente ilimitado e são também elas as que se encontram mais expostas à mudança diacrónica, quer na forma quer no seu significado, apresentando uma percentagem elevada neste *corpus*, de 57,97%. As palavras gramaticais ou funcionais, que se caracterizam por ser mais estáveis ao longo do desenvolvimento histórico da língua, surgem com uma percentagem mais reduzida, ocupando um total de 42,03% das ocorrências.

Depois de fazermos a procura das ocorrências de todas as classes e das formas diferentes em que surgem no *corpus*, concentrar-nos-emos apenas na classe destacada, o nome. Neste sentido, iniciamos a pesquisa das ocorrências pelos nomes próprios, por considerarmos que são várias as referências a antropónimos e topónimos presentes neste texto. Lembramos que esta pesquisa só se tornou possível devido à criação de um grafo que permitiu o reconhecimento dos nomes próprios, visto que a maioria deles foi classificada como desconhecida. Desta forma, a pesquisa de todos os nomes próprios através da aplicação Locate <N+PR> teve como resultado 638 ocorrências (*Gabel, Almeyda, Diniz, Joseph, Suecia, Hessen Castel, Rugen*); no entanto é preciso não esquecer que outros nomes próprios, que não apresentaram diferenças gráficas relativamente às formas atuais, já tinham sido classificados pelos dicionários eletrónicos do LabEL, sendo que, para o traço semântico +Humano <N+Hum>, encontramos 118 ocorrências de nomes próprios (*Caetano, Lourenço, Rocha, Botelho, Gaspar*) e para o traço +Topónimo <N+Top> 284 (*Turquia, Viena, Europa, Veneza, Alexandria, Londres, Inglaterra*), perfazendo um total de 1040 nomes próprios.

Estes dados permitem-nos confirmar a importância de uma categorização espacial, visível nos vários topónimos que inundam este *corpus*, aliada a uma referência direta aos muitos protagonistas (antropónimos) que celebrizaram os vários acontecimentos.

Os nomes comuns remetem para dois campos temáticos principais: o religioso, visível nos exemplos que se seguem *altar, capella, padre, conego, convento, religioso, sacramento, vaticano* e o militar, como o comprova a proliferação de vocábulos relacionados com esta área: *batalha, armada, tropa, exercito, conquista, canhaõ, guerra, hostilidade, inimigo, morte, soldado*. Paralelamente, é de destacar o número significativo de títulos usados para qualificar os protagonistas das notícias, forma de mostrar o papel determinante das elites

nos jornais: *magestade, general, duque, cõde, marichal, marquez, procurador, governador*, etc.

Considerações finais

Depois de uma breve apresentação do periódico que marcou o panorama jornalístico português, procedemos à exploração do nosso *corpus*, para o que decidimos aproveitar as potencialidades dos programas informáticos de tratamento automático de texto. O uso destas ferramentas em linguística torna-se imprescindível para conseguirmos analisar quantitativa e qualitativamente determinados dados linguísticos que, desta forma, serão facilmente classificados de maneira eletrónica. Neste corpus específico, os principais problemas que surgiram prenderam-se com as diferenças gráficas, próprias de um texto do século XVIII, o que nos conduziu à criação de gramáticas e dicionários, que nos permitiram a classificação de todas as formas do texto. A construção deste novos recursos eletrónicos atrasou, por um lado, a análise do nosso texto, no entanto consideramos que o tempo e o trabalho dispendidos nesta atividade serão compensados em todas as análises que podem ser efetuadas em textos da mesma centúria. Neste sentido, percebemos que o trabalho facilitado pelas ferramentas informáticas necessita, em grande escala, de ser complementado por uma intervenção humana crítica ao nível da criação de novos recursos, da resolução de vários problemas, que permitem aperfeiçoar os sistemas existentes, e ao nível da posterior reflexão sobre os resultados obtidos.

Referências bibliográficas

- BELO, André. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- BELO, André. *Nouvelles d'Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2005.
- COSTA, Maria Rute Vilhena. *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH, 2001.
- GENOUVRIER, Emile, e Peytard, Jean. *Linguística e Ensino do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, s/d.

- GUIRAUD, Pierre. *Les Caractères Statistiques du Vocabulaire. Essai de Méthodologie*. Paris: P.U.F, 1960.
- LISBOA, João Luís. *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal*. Tese de Doutoramento. Florença: Instituto Universitário Europeu, 1998.
- MACHADO, José Barbosa. *Tratado de Confissom (1489) Edição semi-diplomática, Estudo histórico, informático-lingüístico e glossário*. Dissertação de Doutoramento. Vila Real: UTAD, 2002.
- RANCHHOD, E. O uso de dicionários e de autómatos finitos na representação lexical das línguas naturais”. In.: RANCHHOD, E. (org.) *Tratamento das línguas por computador: uma introdução à linguística computacional e suas aplicações*. Lisboa: Caminho, 2001, p. 13-47.
- SARDINHA, Tony Berber. *Lingüística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.
- SILBERZTEIN, Max. *NooJ v2 Manual*, www.nooj4nlp-net, 2008
- TAVARES, José Paulo da Costa. *Pressupostos teóricos e metodológicos para o estabelecimento e exploração de um corpus paralelo Latino-Português*. Dissertação de Mestrado. UTAD: Vila Real, 2006.
- VIEIRA, Júlio. *O jornalismo setecentista. A Inglaterra e a Gazeta de Lisboa (1715-1720)*. Lisboa: Palas Editores, Lda, 2001.

ESTUDO FILOLÓGICO DE MANUSCRITO SETECENTISTA DOS VEREADORES DA CÂMARA DE CUIABÁ

Kênia Maria Corrêa da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso
Elias Alves de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade investigar, sob a perspectiva filológica, uma carta manuscrita de 2 de junho de 1764, pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura. Serão feitas as edições fac-similar e semidiplomática, buscar-se-á descrever e analisar aspectos linguísticos, paleográficos e codicológicos, contribuindo para o resgate, a transmissão do patrimônio cultural escrito de um povo, uma língua e uma determinada cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia, Edições, Paleografia, Codicologia.

***ABSTRACT:** The present study aims to investigate, through a philological perspective, a handwritten letter from the second of July 1764, belonging to the Public Archive of the State of Mato Grosso (APMT), sent by the city councilors of the Municipal Council of Cuiabá to the Main Captain of the captainship of Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura. It will be done its facsimile and semi-diplomatic editions, it will be sought to describe and analyze linguistic, paleographic and codicological aspects, therefore contributing to the recovery and transmission of the written cultural background of a people, a language and a given culture.*

***KEYWORDS:** Philology, Editions, Paleography, Codicology.*

Introdução

Desde a Antiguidade, o homem preocupa-se em conservar os escritos antigos, devido a sua relevância cultural, linguística e histórica e por representá-lo ideologicamente. Assim, o presente artigo tem por finalidade investigar,

sob a perspectiva filológica, uma carta manuscrita de 2 de junho de 1764, pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Conde de Azambuja, Governador Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura, relatando atritos que ocorriam entre os mesmos e os oficiais da Intendência e solicitando aprovação para continuar seguindo as Leis Reais. Segundo Spina (1977, p. 75), “[...] a Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado [...]”. Dessa forma, serão feitas as edições fac-similar e a semidiplomática. A primeira é a reprodução mecânica do documento, o fac-símile, a fotocópia, em que se preservam praticamente todas as características do original; a segunda já se configura como uma baixa intervenção do editor no texto, em que, além de sua transcrição para sinais tipográficos, desdobram-se as abreviaturas, mantendo-se todas as demais características. A partir dessas edições, com base nas ciências auxiliares à Filologia, como a Paleografia, a Codicologia e a História, buscar-se-á descrever e analisar os aspectos linguísticos, paleográficos e codicológicos. Essa atividade está vinculada à área de Estudos Linguísticos do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem-Mestrado-MeEL, aos projetos de pesquisa “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII - MeEL/IL/UFMT e “Para a História do Português Brasileiro-Mato Grosso-PHPB-MT”

1. A Filologia

Segundo Sapaggiari e Perugi (2004, p. 15),

Mudam no tempo os materiais de suporte, desde a pedra gravada até as tábuas de madeira ou de barro, para chegar finalmente aos códices de pergaminho e, enfim, de papel: o que não muda é o hábito de transmitir ou de fixar em forma rigorosamente manuscrita qualquer aquisição intelectual [...].

A Filologia nasceu na Grécia Antiga, em torno dos séculos II e I a.C., na Biblioteca de Alexandria, no Egito, por iniciativa dos eruditos estoicos que se tornaram os primeiros diretores, Zenódoto de Éfeso, Erástotenes de Cirene e o primeiro a se chamar filólogo, Aristófanos de Bizâncio. Afirmo Spina (1977, p. 60) que tal biblioteca possuía 490 mil volumes e mais 43 mil colocados no museu Serapeum, contíguo à Biblioteca, tendo se tornado, assim, o maior centro de cultura helênica da Antiguidade.

Segundo Spina (1977, p. 61), “Voltados para a restauração, inteligência e explicação dos textos, o labor desses eruditos consistia em catalogar as obras, revê-las, emendá-las, comentá-las, provê-las de sumários e de apostilas ou anotações, [...]”, dentre outros, salvaguardando assim esses documentos para as gerações futuras.

A Filologia, de acordo com Spina (1977), Azevedo Filho (1987), Cambraia (2005) “[...] não subsiste se não existe o texto, pois o texto é sua razão de ser, e ainda, possui o intuito de explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”.

Santiago-Almeida (2009, p. 224), por sua vez, define a filologia em duas direções, uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira é o estudo da língua em sua plenitude, linguístico, literário, crítico textual, sócio-histórico no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito literário e não-literário, manuscrito e impresso. Já a segunda se concentra no texto escrito, primordialmente literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso, para estabelecê-lo, fixá-lo e restituí-lo a sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

Uma das características mais incitantes da Filologia é a sua transdisciplinaridade, pois, para que se fixe o texto, são necessárias outras áreas do conhecimento, em especial as que têm impacto direto sobre a atividade do filólogo ou crítico textual, tais como a Paleografia, a Codicologia, a Diplomática, a Bibliografia Material, a História, a Linguística, e outras que se debruçam sobre textos do passado. (CAMBRAIA, 2005, p. 22-23).

2. Tipos de edição

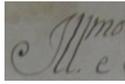
Há diversas formas de se editar um texto, que podem ser, segundo Spina (1977, p. 77-79), Azevedo Filho (1987 p. 29-30) e Cambraia (2005 p. 90-97): a edição fac-similar ou mecânica, a diplomática, a semidiplomática ou paleográfica, a modernizada e a edição crítica.

Neste artigo, serão feitas as edições fac-similar e a semidiplomática. A primeira é a fotografia do texto, reproduzindo com muita fidelidade as características do original, possui um grau baixo de intervenção do editor no texto, próximo a zero. Já a edição semidiplomática ou paleográfica constitui uma forma de interpretação do original, uma tentativa de melhoramento do texto, possui um grau médio de intervenção do editor. Nessa edição, segundo Cambraia (2005, p. 95), “[...] é possível, o desenvolvimento das abreviaturas, inserção ou supressão de elementos por conjecturas etc, (embora qualquer uma dessas operações fique explicitamente assinalada na reprodução) [...]”.

2.1. Critérios de transcrição para a edição semidiplomática

Para a edição semidiplomática, serão utilizados, com adaptações, os critérios de edição estabelecidos no “II Seminário para a História do Português Brasileiro”, realizado no período de 10 a 15 de maio de 1998, em Campos do Jordão, São Paulo:

1. As linhas serão enumeradas de cinco em cinco, uniformizando os parágrafos e todo o texto à margem direita da mancha, ou à esquerda do editor;
2. As abreviaturas serão desdobradas, tendo desenvolvidas em itálico as partes suprimidas:



<Illustrissimo> (2);

3. A pontuação e a acentuação original serão mantidas:



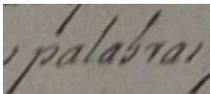
< como as Leis do Reino nos emSignaõ.> (19);

4. As letras maiúsculas e minúsculas serão mantidas como no original:



<cofre da fazendaReal, e outras palabras que por indecentes cala= | mos> (9-10);

5. Na ortografia não ocorrerá nenhuma mudança ou atualização:



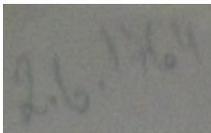
<palabras> (7,9);

6. As fronteiras de palavras serão conservadas como no original:



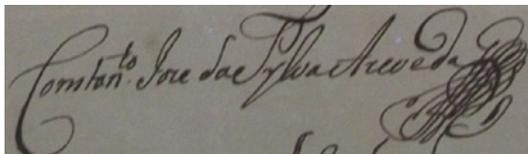
<OsOficiais daCamera daVilla doCuyaba> (22);

7. As intervenções de terceiros serão indicadas entre parênteses ():



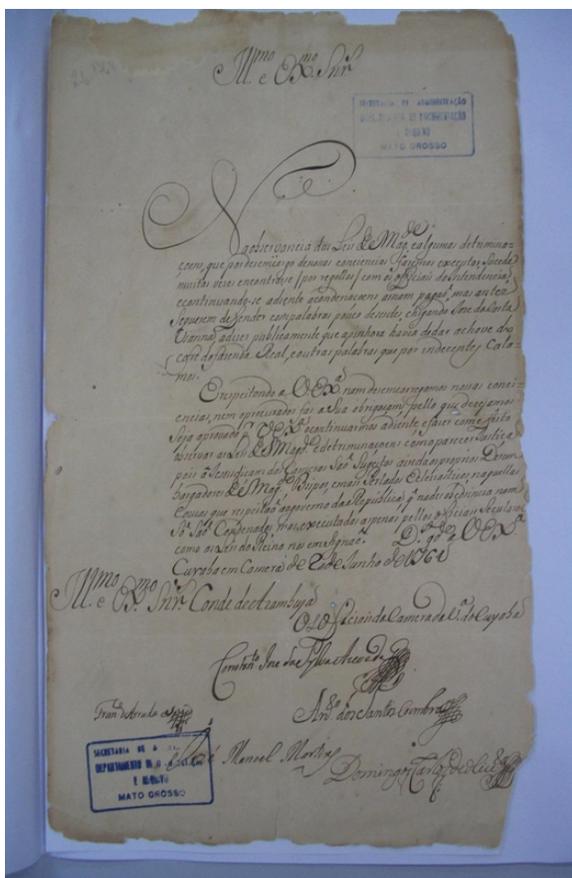
<2.6.1764> (1);

8. As assinaturas serão apontadas entre dipless, < >:



<Constantino Ioze da Sylva Azevedo> (23);

Edição fac-similar



Transcrição - Fólio MS 18	
IDENTIFICAÇÃO	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO	Desentendimentos entre os membros da Câmara de Cuiabá
LOCAL	Cuiabá
DATA	2 de junho de 1764
ASSINATURA	Idiógrafo

(2.6.1764)

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

- Na observancia das Leis de *Sua Magestade* e algumas detrimina=
- 5 coens, que por desemcargo de nossas consciencias fazemos executar, Sucede
muitas uezes encontrarse / por regallos/ com os officiais da Intendencia,
e continuando-se adiente a condenaçoens as nam pagaõ, mas antes
Sequerem defender com palabras pouco desentes, chigando Ioze daCosta
Uianna a dizer publicamente que apinhora hauia de dar a chave do
cofre da fazenda Real, e outras palabras que por indecentes Cala
- 10 mos.
E respeitando a *Vossa Excellencia* nam desemcarregamos nossas conci=
encias, nem o procurador fas aSua obrigaçam, pello que dezejamos
Seja aprouado por *Vossa Excellencia* o continuarmos adiente, e fazer com efeito
observar as Leis de *Sua Magestade* e detriminaçoens como parecer Iusticia
- 15 pois â Iurisdicãm das Cameras Saõ Sugeitos ainda os proprios Dezem
bargadores de *Sua Magestade*, Bispos, e mais Perlados Ecleziasticos, naquellas
Cousas que respeitaõ ao governo da República, *que* na desobediencia nam
Sõ Saõ Condenados, mas executadas apenas, pellos officiais Seculares
como as Leis do Reino nos emSignaõ. *Deus guarde a Vossa Excellencia*
- 20 Cuyaba em Camera de 2., de Junho de 1764
Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Azambuja
Os Officiaes da Camera da Villa do Cuyaba
<Constantino Ioze da Sylva Azevedo G>
<Francisco de Arruda Vaz>
- 25 <Antonio dos Santos Coimbra>
<Joze Manuel Martinez>
<Domingos Carlos de Oliveira>

3. A Paleografia

A Paleografia, etimologicamente definida, é a ciência que estuda a escrita antiga, sua designação é grega e significa: *palaios*= antigo e *graphien*= escrita, particularmente, a escrita feita sobre material brando ou macio, tais como: as antigas tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel, segundo Aciolli (1994, p. 05), Spina (1977), Azevedo Filho (1987) e Cambraia (2005).

Modernamente, afirma Cambraia (2005, p. 23), a Paleografia possui duas finalidades, uma teórica e outra prática. A teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita. E a prática concentra-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

Esta ciência, auxiliar à Filologia, surgiu em épocas bem remotas, afirma Acioli (1994, p. 06), com “[...] a preocupação em discernir manuscritos datados da Idade Média quando se organizaram coletâneas de abreviaturas. Sêneca reuniu cerca de 5.000 Notas Tironianas, para copiar os discursos pronunciados no Senado Romano [...]”. Posteriormente, por ocasião da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Paleografia serviu para auxiliar a Justiça nos julgamentos sobre a autenticidade de documentos. No fim do século XVII, coube ao beneditino francês, Jean Mabillon, sistematizar a Paleografia como ciência, com a publicação da obra *De Re Diplomática*.

Segundo Acioli (1994, p. 05), “Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto a sua autenticidade [...]”.

3.1. Comentários Paleográficos

De acordo com Cambraia (2005, p. 24), para se realizar comentários de natureza paleográfica, é necessária a completa compreensão da escrita em que os testemunhos estão lavrados. Para transcrever os textos, datá-los, interpretá-los e fixá-los deve-se lançar mão de alguns aspectos, tais como:

- a) classificação da escrita, localização e datação;
- b) descrição sucinta de características da escrita, a saber: a morfologia das letras (sua forma), o seu traçado ou ductus (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), o ângulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o módulo (dimensão das letras em termos de pauta) e o peso (relação entre traços finos e grossos das letras);
- c) descrição sucinta do sistema de sinais abreviativos empregado na referida escrita;
- d) descrição de outros elementos não-alfabéticos existentes e de seu valor geral: números, diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear e translinear, paragrafação, etc.;
- e) descrição de pontos de dificuldades na leitura e as soluções adotadas.

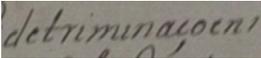
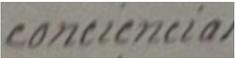
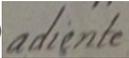
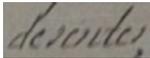
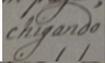
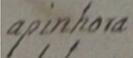
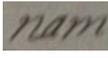
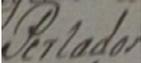
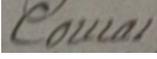
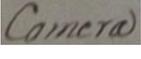
3.1.1. Características ortográficas

A grafia do documento sob análise possui resquícios da escrita humanística ou italiana. Segundo Acioli (2004, p.40), “[...] usada a partir do século XV, pelos renascentistas, imitação da escrita Carolina, [...] é uma escrita minúscula, com capitais maiúsculas no início dos textos ou de parágrafos e de formas arredondadas [...]”



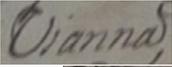
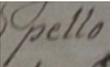
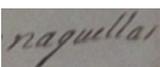
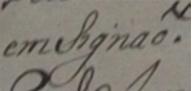
<Na observancia das Leis de Sua Magestade e algumas detrimina=çoens, que por desemcargos de nossas conciencias fazemos executar, Sucede muitas vezes encontrarse / por regallos/ com os officiais da Intendencia,> (03-05)

O documento em estudo, entretanto, apresenta também traços de outros períodos da escrita. Como afirma Coutinho (1976, 71-79) “[...] divide-se a história da nossa ortografia em três períodos: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.” O período fonético compreende o período desde o surgimento dos primeiros documentos em língua portuguesa até o século XVI, fase arcaica do idioma, com traços do galego português. O objetivo dos escritores e copistas da época era facilitar a leitura, aproximando a escrita, tanto quanto possível, da língua falada. Exemplos:

 <detrinacões> (3),  <conciencias> (04)  <adiente> (6),  <desentes> (7),  <chigando> (7),  <apinhora>, (8),  <nam> (11),  <Perlados> (16)  <Cousas> (17),  <Camera> (22);

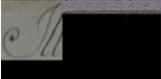
O período pseudo-etimológico estende-se do século XVI até 1904, com a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, consistia em respeitar, ao máximo, as letras originárias das palavras e voltar às suas raízes latinas, passando-se

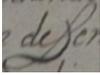
a recuperar no português formas latinas tais como: consoantes geminadas e insonoras, grupos consonantais impropriamente chamados de gregos de letras com *y*, *k* e *w*.

 <Uianna> (8),  <pello> (12),  <naquelas> (16),  <em Signão> (10);

O período simplificado foi marcado pela nomeação pelo Governo Português de uma comissão de linguistas para nortear os princípios básicos para a reforma da Ortografia da Língua Portuguesa a partir de 1904. (COUTINHO, 1976, p. 78-79).

As letras, no manuscrito, apresentam homogeneidade em seu tamanho, regularidade quanto ao *ductus*, ângulo, ordem de sucessão e sentido de seus traços, módulo, relação entre traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita e o peso, relação entre traços finos e grossos das letras. Essas letras são marcadas por serem traçadas em sua maioria com hastes longas ascendentes e descendentes, tanto as maiúsculas como as minúsculas, exemplos:

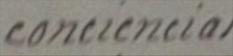
Capitais maiúsculas:  <N> (3),  <I> (2),  <L> (3),  <E> (11);

Letras minúsculas:  <q> (4),  <f> (7),  <p> (15),  <d> (12),  <g> (16);

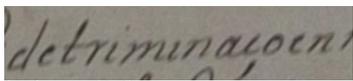
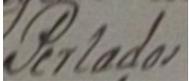
O manuscrito é um texto classificado como idiógrafo, ou seja, escrito por um escrivão e idealizado, assinado por outra pessoa, neste caso cinco pessoas, assinaturas dos Oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá. O documento é do tipo anopistógrafo, escrito apenas no *recto*, com um total de 27 linhas.

Verificaram-se metaplasmos, modificações fonéticas que ocorreram em determinadas palavras de acordo com a evolução, mudanças de uma determinada língua, segundo Coutinho (1976, p. 142). Exemplos:

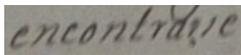
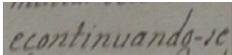
- Síncope: metaplasmo por subtração, os que tiram ou diminuem fonemas à palavra:

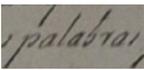
 <conciencias> (4) <s>;

-Metátese: metaplasmo por transposição são os que consistem na deslocação de fonema ou de acento tônico da palavra.

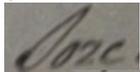
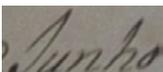
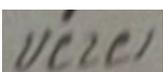
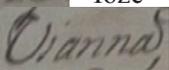
 <detriminaçoens> (14),  <Perlados> (16);

Nota-se o uso da partícula <se> ora grafado junto, ora separado do vocábulo por hífen (-):

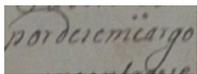
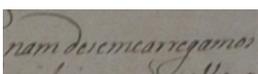
 <encontrarse> (5),  <e continuando-se> (6);

Há ocorrências do vocábulo:  <palabras> (7,9). Neste caso, afirma Coutinho (1976, p. 73), que **b** aparece hoje em situações em que se usa atualmente o **v**, provavelmente por influência do latim ou do espanhol;

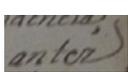
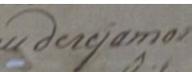
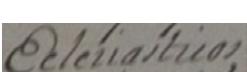
As letras ramistas, **i / j** e **u / v**, introduzidas no alfabeto latino pelo humanista francês do século XVII *Petrus Ramus*, ou *Pierre de La Ramée*, foram propostas em razão de os escribas da Idade Média e os latinos não as distinguirem. Exemplos:

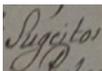
 <Ioze> (10),  <Iunho> (10),  <uezes> (10),  <Uianna> (08);

Uso da letra **m** por **n**:

 < por desemcargo> (4),  < nam desemcarregamos> (11);

Uso de **z** por **s**:

 <antez> (6),  <dezejamos> (12),  <Ecleziasticos> (16);

Uso da letra **g** por **j**:  <Sujeitos> (15).

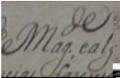
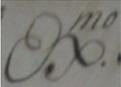
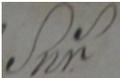
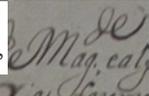
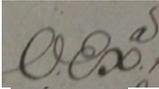
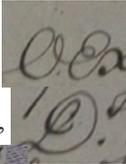
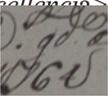
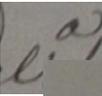
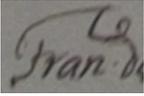
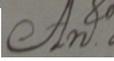
3.1.2. Sistema braquigráfico (abreviaturas)

Foram encontradas no documento dois tipos de abreviaturas, totalizando 26 ocorrências e classificadas segundo Spina (1977, p. 44-49) em:

Sigla: consiste em representar a palavra por sua letra inicial:

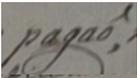
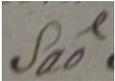
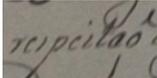
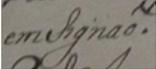
 <Sua> (3),  <Vossa> (11);

Síncope: supressão de elementos gráficos no meio do vocábulo com letra (s) sobreposta (s):

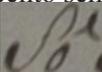
 <Illustrissimo> (2),  <Excellentissimo> (2),  <Se-
nhor> (2),  <Sua Magestade> (3),  <Vossa Excellencia>
(11),  <para> (10),  <que> (17),  <Deus> (19),  <guarda> (19),
 <Villa> (22),  <Constantino> (23),  <Francisco.> (24),
 <Antonio>(25);

3.1.3. Sinais Estigmológicos

Acento semelhante ao til (~) utilizado na semivogal como marca de nasalização:

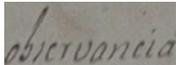
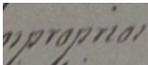
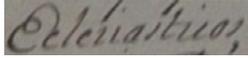
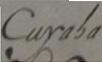
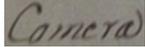
 <pagaô> (6),  <Saô> (15),  <respeitaô> (15),
 <emSignaô.> (19);

Acento semelhante ao til (~) utilizado como o agudo (´) no monossílabo tônico:

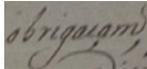
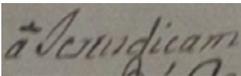
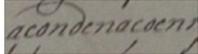
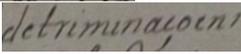
 <Sô> (18);

Quanto aos diacríticos, afirma Santiago-Almeida (2003, p. 76) que nesse período os acentos agudo (´) e circunflexo (^) podem assumir o valor fônico com que atualmente empregariamos apenas o agudo, para marcarmos a tonicidade das vogais ou o timbre aberto das vogais mediais. Naquele estágio da escrita a preocupação era por assinalar a quantidade da vogal.

Nota-se neste documento a ausência de acentuação. Exemplos:

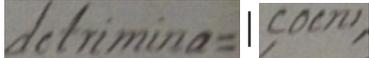
 <observancia> (3),  <proprios> (15),
 <Ecleziasticos> (16),  <Cuyaba> (20),
 <Camera> (20);

Em outras ocorrências faz-se uso das letras **m** e **n** como marca de nasalização:

 <obrigaçam> (12),  <â Jurisdiçam> (15),
 <a condenaçoens> (6),  <detriminaçoens> (14).

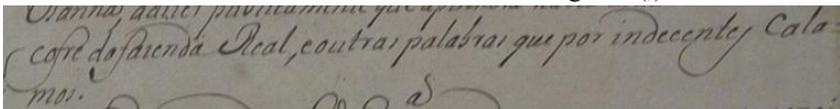
3.1.4. Separação vocabular

Foram encontradas no manuscrito quatro ocorrências de separação intravocabular, sendo também translinear, em três dessas ocorrências usou-se o hífen duplo, em apenas uma, o hífen não foi utilizado.

 <detrimina= | çoens,> (3, 4)
 <cala= | mos> (9,10)
 <conci= | encias,> (11,12)
 <Desem | bargadores> (15,16).

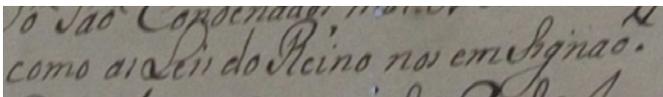
3.1.5. Sinais de pontuação

Encontraram-se 10 ocorrências com o uso de vírgulas (,):



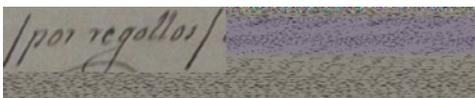
<cofre da fazenda Real, e outras palavras que por indecentes cala= | mos> (9-10);

a) Dois casos com o uso do ponto parágrafo ou final (.).



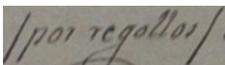
< como as Leis do Reino nos emSignaõ.> (19);

b) Uma ocorrência de um sinal especial na data, semelhante a duas vírgulas:



<2,, de Junho de 1764> (20);

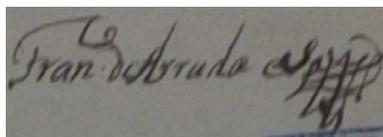
c) Uso de dois traços oblíquos, possivelmente sendo usados como parênteses, ou ainda, indicando pausa na leitura, equivalendo a vírgulas ou ponto e vírgula, como afirma Acioli (1994, p. 226):



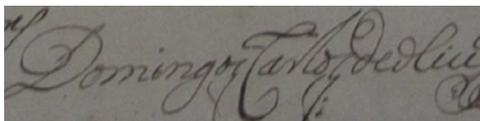
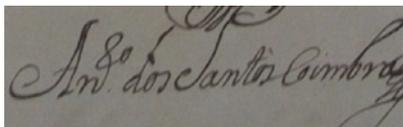
< / por regallos / > (05).

3.1.6. Arabescos

Descritos como recursos ornamentais para ilustrar final de texto, parágrafo ou assinatura, neste documento foram encontrados os seguintes arabescos:



<Constantino Ioze daSylvaAzevedo> (23) <Francisco de Arruda Vaz> (24)



<Antonio dos SantosCoimbra> (25) <Domingo Carlos deOliveira> (27)

3.1.7. Paragrafação

O documento é composto por dois parágrafos com recuo inicial.

4. A Codicologia

A Codicologia é uma ciência que estuda o material empregado na produção do manuscrito e das condições em que esse trabalho se verificou (SPINA, 1977, p. 22). Para Spaggiari e Peruggi (2004, p. 15) a Codicologia “[...] estuda os manuscritos ou códices, no seu aspecto material: qual é o suporte empregado, as dimensões do objeto, sua formação, conteúdo, as mãos que os transcreveram, datação, etc [...]”.

Segundo Cambraia (2005, p.27-28) e Spaggiari e Perugi (2004, p. 15-17), os conhecimentos codicológicos permitem uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos além de serem utilizados pragmaticamente na descrição de códices, apresenta-se então um Guia Básico de Descrição Codicológica:

1. Cota: cidade onde se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte e número ou sigla de identificação.
2. Datação;
3. Lugar de origem;
4. Folha de rosto;
5. Colofão;
6. Suporte material: papiro (papiroáceo), pergaminho (membranáceo) ou papel (cartáceo);
7. Composição;
8. Organização de páginas;
9. Particularidades;
10. -Encadernação;
11. Conteúdo;
13. Descrições prévias;

4.1. Comentários Codicológicos

O documento é constituído por papel, *cartáceo*, provavelmente papel de madeira com 75 gramas, na cor bege escuro, possivelmente escurecido pela ação do tempo. A largura é de aproximadamente de 21,8 mm, o comprimento de 33,5 mm, possui pontusais e vergaturas, margem esquerda medindo 50 mm, sem margem direita e existe uma marca d' água ou filigrana. A mancha possui 31 mm e a letra capital maiúscula mede 4,5 mm. Há dois carimbos iguais com a inscrição: “SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO MATO GROSSO”.



Considerações finais

O objetivo deste artigo foi realizar um estudo filológico a respeito de um documento escrito pelos vereadores da Câmara de Cuiabá, datado de 2 de junho de 1764, enviado ao Conde de Azambuja, Governador Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura, relatando atritos que ocorriam entre os mesmos e os oficiais da Intendência e solicitando aprovação para continuar seguindo as Leis Reais. Sob a luz da filologia, foram feitas as edições fac-similar e semidiplomática, preparando este documento para as diversas ciências que se utilizam dessas edições para realizar seus estudos, como a história, a sociologia, o direito, etc, e ainda enfatizar a importância de se editar documentos mato-grossenses. Através dessas edições, foram realizados comentários linguísticos, paleográficos e codicológicos em que foram observados aspectos da escrita utilizada como ortográficos, fonéticos, acentuação, pontuação dentre outros, contribuindo assim, para a configuração do Português Brasileiro.

Por fim, tanto no tocante a aspectos linguísticos como sócio-históricos, culturais, sociológicos, dentre outros, de Mato Grosso e Cuiabá no período colonial, o documento resgata e exprime uma rica fonte para empreenderem-se diversas pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: Ed. Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Plano de Guerra da Capitania de Matto Grosso Janeiro de 1800*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

- ANDRADE, Elias Alves de. *Cotejo de manuscritos do século XIX*. Caligrama (UFMG), v. 15, 2010, p. 161-187.
- ANDRADE, Elias Alves de. *Aspectos da sintaxe em manuscritos modernos*. Revista Philologus, v. 37-1, 2007, p. 64-91.
- AZEVEDO FILHO, Leogedário A. de. *Iniciação em Crítica Textual*. EDUSP, 1987.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: Manuscritos do século XVI ao XIX*. 3ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. *Os manuscritos e impressos antigos: A via filológica*. In: Beatriz Daruj Gil; Elis de Almeida Cardoso; Valéria Gil Condé. (Org). Modelos de Análise Linguística.
- SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro. Ed. Lucerna, 2004.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: Crítica textual*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977.

EVIDÊNCIAS DA RELAÇÃO ENTRE DURAÇÃO SEGMENTAL
E PERCEPÇÃO DE FRICATIVAS SURDAS
E SONORAS EM ATAQUE SILÁBICO¹

Audinéia Ferreira-Silva

Faculdade de Ciências e Letras de Ararajuara

Vera Pacheco

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO: A duração segmental é, em muitas línguas naturais, um parâmetro fonético que contribui para a distintividade entre consoantes surdas e sonoras (KENT; READ, 2002). Em se tratando de fricativas, Kent e Read (2002) afirmam que, para o inglês, a duração do ruído fricativo é um parâmetro importante para a percepção do contraste entre fricativas surdas e sonoras. Assim, neste trabalho objetiva-se verificar, a partir da redução e ampliação da duração do ruído fricativo, qual a influência da duração segmental para a percepção de fricativas surdas e sonoras.

PALAVRAS-CHAVE: Duração segmental; Fricativas; Percepção.

ABSTRACT: *The segmental duration is, in many natural languages, a phonetic parameter that contributes to the distinction between voiced and voiceless consonants (KENT; READ, 2002). In if treating of fricatives, Kent and Read (2002) affirm that the duration of the noise fricative is an important parameter for the perception of the contrast between voiced and voiceless fricatives. Like this, in this study it is aimed at to verify, starting from the reduction and amplification of the duration of the noise fricative, which the influence of the segmental duration for the perception of voiced and voiceless fricatives.*

KEYWORDS: *Segmental duration; Fricatives; Perception.*

1 Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa “A Relação Entre Duração Segmental e a Percepção de Consoantes Surdas e Sonoras” desenvolvidos no período de 01.08.2007 a 31.07.2009 e financiados pela Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

1 Considerações iniciais

1.1. Considerações acerca das durações segmentais

Durante muitos anos as características suprasegmentais e prosódicas das línguas foram pouco estudadas nas pesquisas fonológicas. Somente nos últimos anos, dentro da perspectiva não-linear, características prosódicas e suprasegmentais, como a duração das sílabas e dos segmentos, passaram a ser vistas como unidades e processos constitutivos dos sistemas fonológicos das línguas (LIBERMAN; PRINCE, 1977; SELKIRK 1980; NESPOR; VOGEL, 1986; DURAND, 1990).

Em uma perspectiva fonética, House e Fairbanks (1953) realizaram um estudo acústico das vogais do inglês e evidenciaram que a duração vocálica sofre influência de fatores como vozeamento e ponto de articulação das consoantes adjacentes. Dentre esses fatores, o vozeamento da consoante seguinte é o que mais interfere na duração das vogais. Esses autores afirmam que as vogais tendem a ser mais longas quando seguidas de consoantes sonoras e mais curtas quando sucedidas de consoantes surdas.

No que se refere à duração consonantal, pesquisas têm mostrado que a distinção de sonoridade das oclusivas e fricativas está relacionada diretamente à duração segmental dessas consoantes.

De acordo com Lisker e Abramson (1964), as oclusivas sonoras se caracterizam por ter um VOT (voice onset time) mais curto e as oclusivas surdas por possuírem um VOT mais longo. Do mesmo modo, as fricativas surdas e sonoras se diferenciam pela duração do ruído. As fricativas sonoras apresentam um ruído mais longo que as fricativas surdas (KLATT, 1976; KENT; READ, 2002).

Assim, a distinção entre consoantes sonora e surda é caracterizada pela vibração ou não das pregas vocais e também pelo alongamento ou não do VOT e do ruído fricativo para as oclusivas e fricativas, respectivamente. Desta forma, podemos dizer que a duração segmental oferece informações linguísticas importantes para a caracterização das consoantes oclusivas e fricativas das línguas naturais.

1.2 Considerações acerca dos sons fricativos

De acordo com Kent e Read (2002), as fricativas são consoantes produzidas por uma forte constrição do trato vocal. Nesse sentido, a produção dessas consoantes conta com a participação da fonte de ruído, resultante da turbulência de ar gerada pela constrição do trato vocal.

As fricativas podem ser classificadas de acordo com o vozeamento e ponto de articulação. Assim, elas podem ser surdas e sonoras (estas contam ainda com a participação da fonte laríngea, ou seja, a vibração das pregas vocais) e, quanto ao ponto de articulação, podem ser labiodentais [f e v], alveolares [s e z] e palatoalveolares [ʃ e ʒ].

Ainda de acordo com aqueles autores, as fricativas surdas tendem a ter a duração do ruído mais longa do que as sonoras. Autores como Hogan and Rozsypal (1980), Crystal e House (1988), Stevens et al. (1992), Pirello et al. (1997), para o inglês; e Jesus (2001) e Jesus e Shadle (2002), para o português europeu, também atestam que as fricativas surdas apresentam duração do ruído maior que as fricativas sonoras.

Cohen (1969), *apud* Jesus (2001), mostra que, para a língua alemã, as fricativas surdas são aproximadamente 50ms mais longas do que as fricativas sonoras. Jesus (2001) afirma que para o português europeu as fricativas surdas são em média 40 ms mais longas que as sonoras.

Em se tratando do PB, os resultados encontrados por de Samczuk (2004) e Haupt (2007) corroboram aqueles mencionados anteriormente sobre a duração do ruído fricativo. De acordo com Samczuk (2004), no PB, as fricativas surdas são mais longa que as sonoras. Segundo a autora, a fricativa /f/ mostrou-se 64ms mais longa do que /v/; a fricativa alveolar /s/ se mostrou 63ms mais longa do que /z/; e a fricativa palatoalveolar /ʃ/ se difere em 50ms da fricativa /ʒ/.

Os dados de Haupt (2007) evidenciam que, em posição de onset silábico, a duração da fricativa alveolar surda é em média 50ms mais longa que a sua contraparte sonora, CV e CVC. Já a fricativa palatoalveolar surda é em média 50ms mais longa do que a palatoalveolar sonora.

Kent e Read (2002) afirmam que a diferença na duração das fricativas surdas e sonoras pode ser um parâmetro importante para percepção da distinção entre fricativas esses sons.

1.3 Considerações acerca da percepção da fala

O som da fala é o produto da interação dos processos neuro-lingüístico-motor, realiza-se por meio do aparelho fonador e se caracteriza por uma relação espectral complexa, o sinal acústico, que varia rapidamente em função do tempo (PISONI; LUCE, 1987), cuja decodificação é feita pelo sistema auditivo. De maneira simplificada, pode-se dizer que o sinal acústico é um intermediário entre a produção e a percepção da fala (KENT; READ, 1992).

A fala humana é, portanto, um sinal acústico complexo e contínuo que contém um grande número de informações apresentadas ao mesmo tempo. Mas,

apesar de a fala ser um contínuo sonoro, os ouvintes conseguem perceber o sinal acústico em termos de unidades discretas, como os segmentos fonéticos (GLEASON; RATNER, 1998). O processo de percepção da fala consiste, assim, na captação do sinal acústico, por parte do ouvinte, e a transformação desse sinal em mensagens com significado (PACHECO, 2007).

Pode-se, pois, afirmar que a percepção da fala consiste na extração de significado do complexo sinal acústico produzido pelo falante e na associação desse sinal a suas funções de ordens lingüísticas, como a gramática da língua, a escolha de palavras, bem como com as expectativas do falante e do ouvinte que são afetadas por questões culturais. Nesse sentido, portanto, a fala não pode ser separada da linguagem (HAWKINS, 1999).

Dessa forma, Gleason e Ratner (1998) afirmam que a percepção da fala pode ser influenciada por fatores como o sinal acústico, a velocidade de fala-comum segmetno é realizado, fatores semânticos (os autores afirmam que a percepção de palavras com significado se difere da percepção de palavras sem sentido) e fatores sintáticos (palavras apresentadas em contexto frasal têm a percepção diferenciada das palavras apresentadas isoladamente) (GLEASON; RATNER, 1998).

Na tentativa de compreender como ocorre a percepção da fala, uma das questões fundamentais a ser investigada, de acordo com Gleason e Ratner (1998) e Pacheco (2006), é saber como os ouvintes conseguem organizar e interpretar o sinal acústico de acordo com o padrão da língua.

Nesse sentido, é importante investigar de que maneira detalhes fonéticos, como a duração segmental, podem interferir na percepção de categorias fonológicas, como a sonoridade consonantal.

2- Objetivos propostos

Partindo da hipótese de que a duração segmental pode contribuir na distintividade de fricativas surdas e sonoras, neste trabalho, objetiva-se avaliar em que medida a duração do ruído fricativo pode influenciar na percepção da distintividade dessas consoantes por falantes de uma variedade do Português Brasileiro. Busca-se, especificamente, determinar se diferentes tamanhos do ruído fricativo podem alterar a perceptibilidade dessas consoantes. Além disso, busca-se verificar se a vogal que segue a fricativa e o seu ponto de articulação podem interferir nesse processo.

3- Material e métodos

Com o objetivo de verificar a possível relação entre duração segmental e percepção de fricativas surdas e sonoras, foram montados dois *corpora*, um de monossílabos e outro de dissílabos.

3.1 *Corpus I – Monossílabos*

Considerando que, no Português Brasileiro, em posição de ataque silábico, as fricativas surdas e sonoras labiodentais (/f,v/); alveolares (/s,z/) e as palatoalveolares (/ʃ,ʒ/) encontram-se em relação de oposição (CÂMARA JR, 1970), foi montado um *corpus* constituído de palavras monossílabas, reais e logatomas (palavras que não existem, mas que estão de acordo com a fonotaxe da língua) com estrutura CV, que tinham na posição de ataque silábico essas consoantes na posição de núcleo silábico as vogais /a/, /i/ e /u/.

Assim, compôs esse corpus os seguintes monossílabos: “Fa”, “Va”, “Sa”, “Za”, “Chá”, “Já”, “Fi”, “Vi”, “Si”, “Zi”, “Chi”, “Ji”, “Fu”, “Vu”, “Su”, “Zu”, “Chu” e “Ju”.

3.2 *Corpus II – Dissílabos*

O segundo *corpus* foi constituído de palavras dissílabas reais e logatomas com estrutura CV. CV, tendo na posição de ataque ora as fricativas surdas e sonoras, ora as oclusivas surdas /t/, /p/ e /k/. Esse corpus foi composto de dissílabos do tipo: “faca”, “vaca”, “sapa”, “zata”, “chata”, “jaca”, “cafá”, “cavá”, “tazá”, “caçá”, “tachá” e “cajá”.

3.3 *Gravação dos corpora*

As palavras dos corpora foram inseridas na frase veículo “digo X baixinho” com vistas a homogeneizar o ambiente fonético de realização das fricativas. As frases veículos foram impressas em cartão e apresentadas a dois informantes masculinos, naturais de Vitória da Conquista – BA, que deveriam ler essa frase em voz alta.

As gravações das leituras das frases veículos foram realizadas em câmara audiométrica no Laboratório de Pesquisa em Estudos Fonéticos e Fonológicos (LAPEFF) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Cada uma das frases foi repetida e gravada três vezes.

4.4 *Manipulação do arquivo sonoro*

Após a gravação das frases veículos, foram feitas, a partir da melhor gravação das seis obtidas pelos dois informantes masculinos, as manipulações da duração do ruído fricativo.

Essas manipulações do arquivo sonoro consistiram em ampliação e redução do ruído fricativo em quatro porções: 0%, (ausência de manipulação) 25%, 50% e 75%.

Manipulações de ampliação e redução foram aplicadas aos monossílabos e para os dissílabos somente a redução

Todas as manipulações foram feitas manualmente através do Software de análise de fala PRAAT.

Após as manipulações da duração do ruído fricativo, foram montados dois arquivos sonoros (um com os monossílabos e outro com os dissílabos) nos quais as frases-veículo foram dispostas aleatoriamente em quatro repetições.

3.4 Testes de percepção

Foram realizados dois testes de percepção: um para o arquivo sonoro com os monossílabos e outro para o arquivo sonoro com os dissílabos.

O teste de percepção para os monossílabos foi realizado com seis informantes (três homens e três mulheres). Já o teste de percepção dos dissílabos foi apresentado a quatro informantes (dois homens e duas mulheres).

O teste de percepção consistiu na apresentação dos arquivos sonoros a cada informante que deveria ouvir o arquivo sonoro, repetir o que ouviu e marcar em cartões a frase que julgava ouvir.

As respostas dos informantes foram comparadas cautelosamente com as respostas dadas nos cartões com vistas a identificar as fricativas que estavam em suas respostas, as quais foram contrastadas com as fricativas manipuladas do sinal sonoro.

Após catalogação dos dados, as médias das taxas de identificação de fricativas surdas e sonoras para as diferentes taxas de manipulação da duração do ruído (0%, 25%, 50% e 75%) foram submetidas a testes estatísticos com vistas a identificar se as diferenças entre essas médias eram significativas.

3.5 Análises estatísticas

As análises estatísticas foram feitas por meio do software BioEstat 5.0 (AYRES, et al., 2000) e definidas em função do critério de distribuição normal dos dados.

Para os dados que seguiram distribuição normal foi utilizado o teste de variância Anova-um critério e para os dados que não seguiram distribuição normal foi utilizado o teste não paramétrico de comparação de médias Kruskal-wallis. Foram consideradas diferenças significativas para valores de $p < 0.05$.

4. Resultados e discussões

Autores como Kent e Read (2002) afirmam que a duração do ruído fricativo é um parâmetro importante na identificação de fricativas surdas e sonoras, pois, segundo eles, as fricativas surdas apresentam a duração do ruído maior do que as sonoras o que, de certa forma, constitui uma pista fonética adicional no processo de percepção da sonoridade dessas consoantes.

Diante disso, nesse trabalho, perguntamos: qual o efeito da ampliação e da redução do ruído na identificação de fricativas surdas e sonoras por falantes de uma variedade do português brasileiro?

A análise dos nossos dados evidenciou que a ampliação e a redução do ruído têm efeitos diferentes nesse processo. De um lado, temos que a ampliação do ruído não altera significativamente a perceptibilidade das fricativas surdas e sonoras, conforme apresentado na tabela 1, havendo uma de perda de perceptibilidade em torno de 20%, como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Média de recuperação das fricativas com relação à taxa de ampliação da duração do ruído fricativo e vogal seguinte, em monossílabos

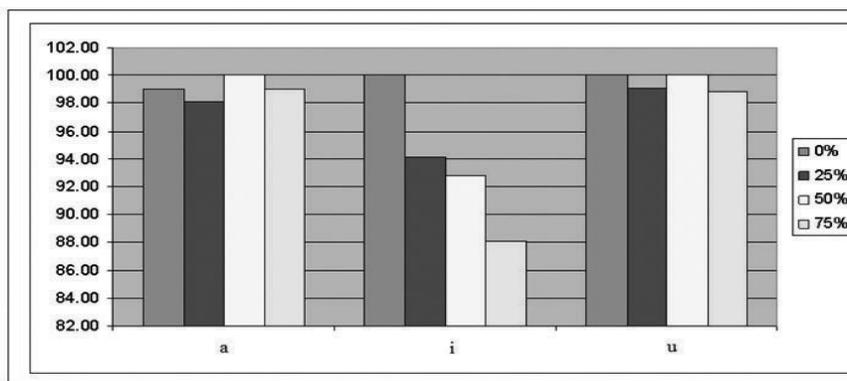
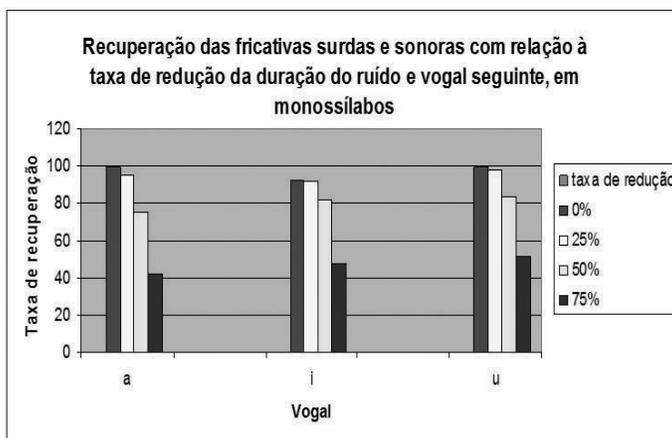


Tabela 1: Valores de p para recuperação das fricativas com relação à taxa de ampliação da duração do ruído fricativo e vogal seguinte, em monossílabos.

Vogal	Taxa de redução/ valor de p			
	0%	25%	50%	75%
/a/	> 0.05	> 0.05	> 0.05	> 0.05
/i/	> 0.05	> 0.05	> 0.05	> 0.05
/u/	> 0.05	> 0.05	> 0.05	> 0.05

Por outro, como podemos observar no Gráfico 2 e tabela 2, as taxas de redução da duração do ruído fricativo podem alterar em maior ou menor magnitude a percepção das fricativas, podendo ser significativa ou não.

Gráfico 2: Média de recuperação das fricativas com relação à taxa de redução da duração do ruído fricativo e vogal seguinte em monossílabos.



Assim, reduções da duração do ruído fricativo da ordem de 25% afeta a perceptibilidade da fricativa em torno de 20%, valor muito próximo do obtido para o sinal sem redução do ruído (0%), pois em ambos casos (0% e 25%), a média de recuperação das fricativas é superior a 80%.

Nos casos de redução de 50% e 75%, contudo, podemos observar que a média de recuperação da fricativa com a duração do ruído reduzido a essas taxas é menor, tendendo a ser menor que 80%, ou seja, uma perda de perceptibilidade acima de 20%.

Essas diferenças são significativas, de acordo com os valores de p dispostos na tabela 1, especificamente para as médias de recuperação das fricativas com a duração do ruído reduzido para as taxas de redução de 50% e 75%.

Tabela 2: Valores de p para recuperação das fricativas com relação à taxa de duração do ruído fricativo e vogal seguinte, em monossílabos.

Vogal	Taxa de redução/ valor de p			
	0%	25%	50%	75%
/a/	0.4159	0.6711	< 0.0001	< 0.0001
/i/	0.1026	0.2238	0.1599	0.0118
/u/	0.4159	0.5326	0.2039	< 0.0001

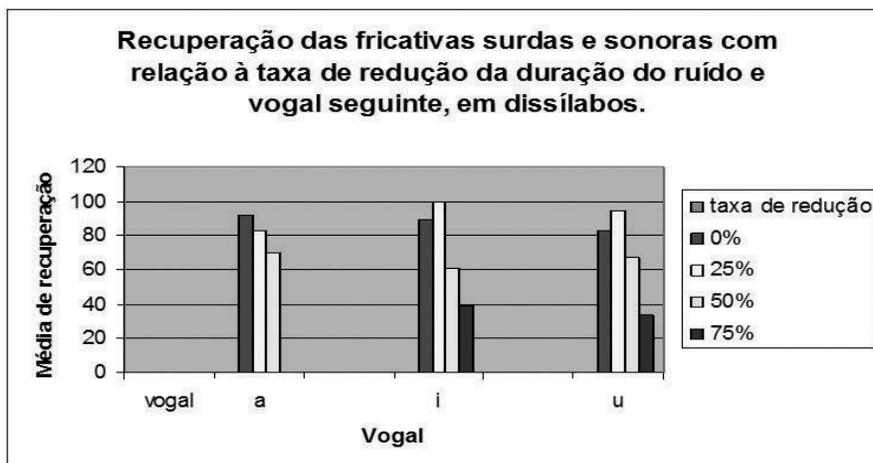
Podemos observar, na tabela acima, que os valores de p encontrados para as reduções de 0% e 25% não foram significativos, ou seja, os valores são maiores que 0.05, o que em termos fonéticos, evidencia que, extrair 25% do ruído fricativo não altera o processo de percepção desses segmentos consonantais, bem como a manutenção do tamanho original do ruído é importante para a percepção dos mesmos.

Todavia, para as reduções de 50% e 75%, resultados diferentes são obtidos. Avaliando os valores de p , de acordo com a tabela 2, para as taxas de redução de 50%, para a vogal /a/ ($p < 0.001$, altamente significativo) e de 75%, para as vogais /a/, /i/ e /u/ (respectivamente, $p < 0.0001$, $p = 0.0118$ e $p < 0.0001$), verificamos que se tratam de valores significativos.

Em outras palavras: a redução do ruído fricativo em 50%, no caso da vogal /a/, e em 75%, no caso das três vogais avaliadas, traz consequências para a perceptibilidade dessas consoantes. Essas reduções afetam negativamente a capacidade de o ouvinte perceber essas fricativas.

Os resultados encontrados para os dissílabos se assemelham aos encontrados para os monossílabos, conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3: Média de recuperação das fricativas com relação à taxa de redução do ruído fricativo e vogal seguinte, em dissílabos.



De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, verificamos que a recuperação das fricativas com a redução da duração do ruído a taxas de 0% e 25% foi superior a 80%, como nos resultados dos monossílabos. Nota-se que a recuperação da fricativa com a redução do ruído a taxas de 50% e 75% foram mais prejudicadas. Sendo que, a redução de 75% foi a que mais interferiu na recuperação das fricativas. Podemos observar que a média de recuperação das fricativas a essa taxa foi inferior a 40%.

Os dados estatísticos evidenciam, por sua vez, que as médias de recuperação das fricativas com a redução da duração do ruído a taxas de 0% e 25% não foram significativas. Já as médias de recuperação das fricativas para a redução de 50% e 75% foram em sua maioria significativas, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3: Valores de p para recuperação das fricativas com relação à taxa de redução da duração do ruído fricativo, em dissílabos.

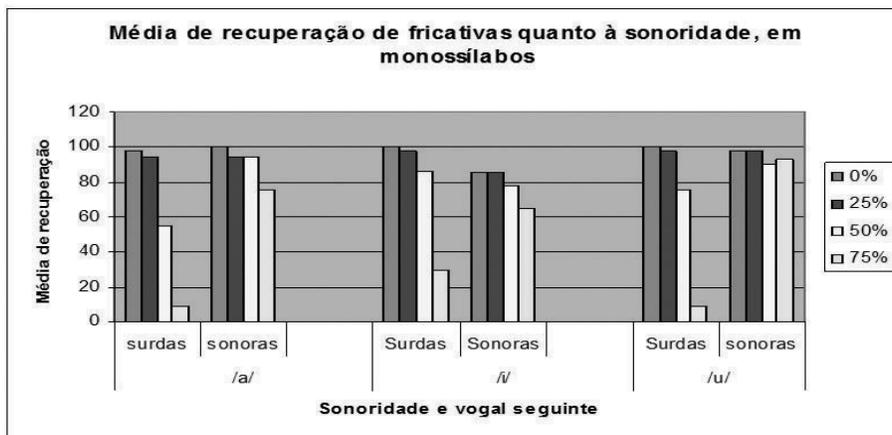
Vogal	Taxa de redução/ valor de p			
	0%	25%	50%	75%
/a/	0.2722	0.3045	0.0020	0.0094
/i/	0.3375	*	0.0308	0.0130
/u/	0.7175	0.3959	0.0127	0.0763

Podemos observar que apenas o valor de p para a taxa de redução de 75% em contexto de vogal /u/ não foi significativo, ou seja, foi maior que 0.05.

Com base nos resultados apresentados podemos levantar a hipótese de que quanto maior a taxa de redução da duração do ruído, menor a média de recuperação das fricativas. Ou seja, nossos dados corroboram com a hipótese de autores como Kent e Read (2002) que afirmam que a duração segmental é um fator importante para a percepção das fricativas.

No que se refere à recuperação das fricativas quanto à sonoridade, em monossílabos, nossos resultados evidenciam que a redução da duração do ruído fricativo prejudica principalmente a percepção de fricativas surdas, como podemos observar no Gráfico 4.

Gráfico 4: Média de recuperação de fricativas quanto à sonoridade, em monossílabos.



Como ficou evidenciado no Gráfico 2 para a recuperação da fricativa com a duração do ruído manipulado, a redução da duração do ruído fricativo a taxa de 50% e 75% são as que mais prejudicam a percepção das fricativas. Já no Gráfico 4 acima, podemos observar que, a essas taxas de redução, as fricativas surdas são as que têm sua percepção mais prejudicada. Podemos notar que a recuperação das fricativas surdas não ultrapassa 30%, quando da redução de 75% da duração do ruído, enquanto que as fricativas sonoras, na mesma taxa de redução, têm uma média de recuperação superior a 60%.

Os resultados estatísticos evidenciam também que as diferenças entre as médias de recuperação das fricativas surdas e sonoras são significativas, como podemos observar na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Valores de p para recuperação de fricativas quanto à sonoridade, em monossílabos.

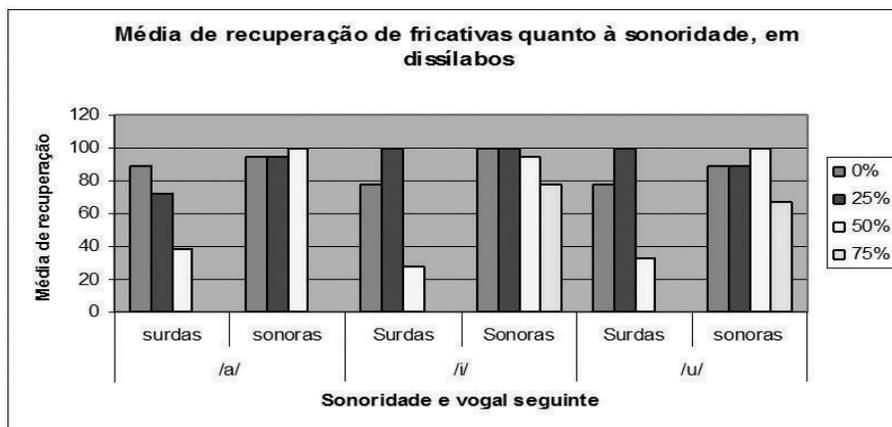
Vogal	Fricativas	Valor de p
/a/	Surdas	0.000
	Sonoras	0.0009
/i/	Surdas	0.000
	Sonoras	0.2782
/u/	Surdas	0.000
	Sonoras	0.2161

Podemos notar na tabela acima que os valores de p encontrados para as

fricativas surdas são todos significativos, enquanto que para as sonoras apenas o valor de p encontrado para as fricativas em contexto de vogal /a/ foi significativo.

Para os dissílabos, os resultados evidenciam que as fricativas surdas foram as mais prejudicadas pela redução da duração do ruído fricativo, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Média de recuperação de fricativas quanto à sonoridade, em dissílabos.



Como podemos observar, a média de recuperação das fricativas surda é inferior a 40% nos casos de redução a taxas de 50% e média de 0% nos casos de redução a taxa de 75%. Contudo, no caso dos dissílabos, podemos observar que as fricativas sonoras também tiveram sua percepção prejudicada quando da redução de 75%, e em contexto da vogal /a/.

Os resultados obtidos com a análise estatística evidenciaram que as médias de recuperação das fricativas surdas e sonoras são significativas, como podemos observar na Tabela 5.

Tabela 5: Valores de p para recuperação de fricativas quanto à sonoridade, em dissílabos.

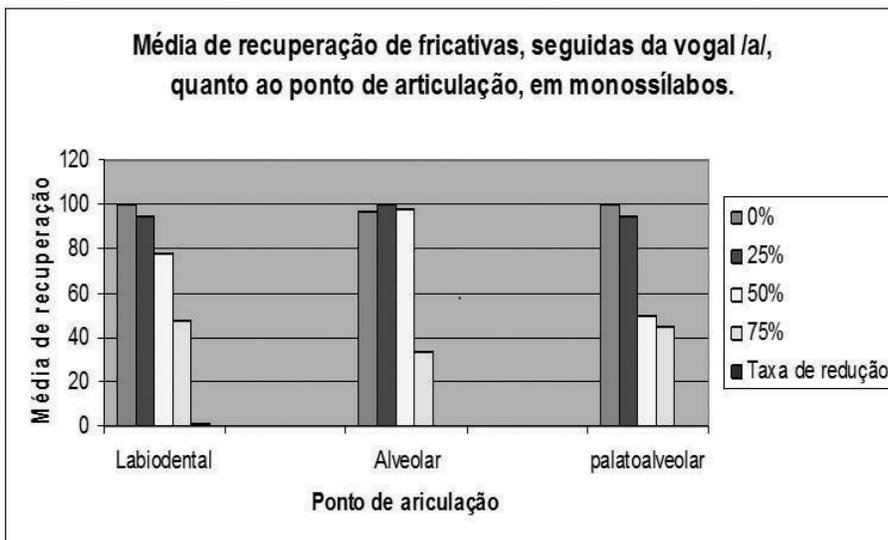
Vogal	Fricativas	Valor de p
/a/	surdas	0.0005
	sonoras	0.0912
/i/	Surdas	0.0009
	Sonoras	0.2052
/u/	Surdas	0.0004
	sonoras	0.2936

Na tabela acima podemos notar que os valores de p encontrados para as fricativas surdas são significativos em todos os contextos vocálicos. Já para as fricativas sonoras, os valores de p não foram significativos, ou seja, são todos maiores que 0.05.

Como afirmam Kent e Read (2002), as fricativas surdas apresentam duração maior que as fricativas sonoras. Para estes autores, essa diferença na duração pode ser relevante para a distinção entre esses segmentos. Assim, podemos levantar a hipótese de que a duração do ruído é um parâmetro relevante para a identificação das fricativas surdas, uma vez que, como evidenciou nossos resultados, uma maior redução da duração do ruído interfere decisivamente na percepção desses segmentos.

Com relação à recuperação das fricativas e o ponto de articulação, os resultados evidenciam que, em contexto da vogal /a/, não há uma grande diferença de recuperação entre os pontos de articulação das fricativas, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6: Média de recuperação de fricativas, seguidas da vogal /a/, quanto ao ponto de articulação, em monossílabos.

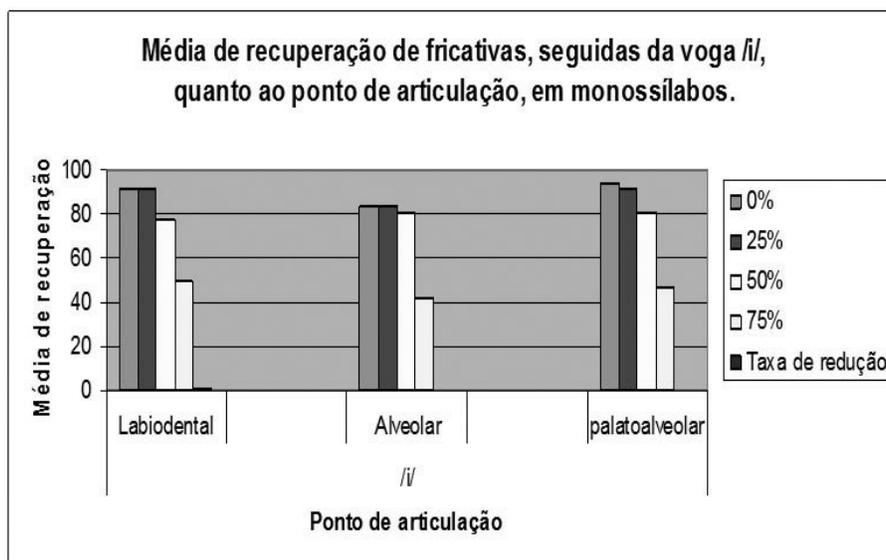


No gráfico acima podemos notar que as médias de recuperação das fricativas com relação ao ponto de articulação são semelhantes. Os dados do

gráfico evidenciam que na taxa de 75% de redução da duração do ruído (taxa de redução que mais interfere na percepção das fricativas) as fricativas alveolar surda e sonora são as que tem sua percepção mais prejudicada em contexto de vogal /a/. As fricativas labiodentais e palatoalveolares apresentam média de recuperação superior a 40%.

Em contexto de vogal /i/ as fricativas que têm sua percepção mais prejudicada também são as fricativas alveolares, como podemos observa no Gráfico 7.

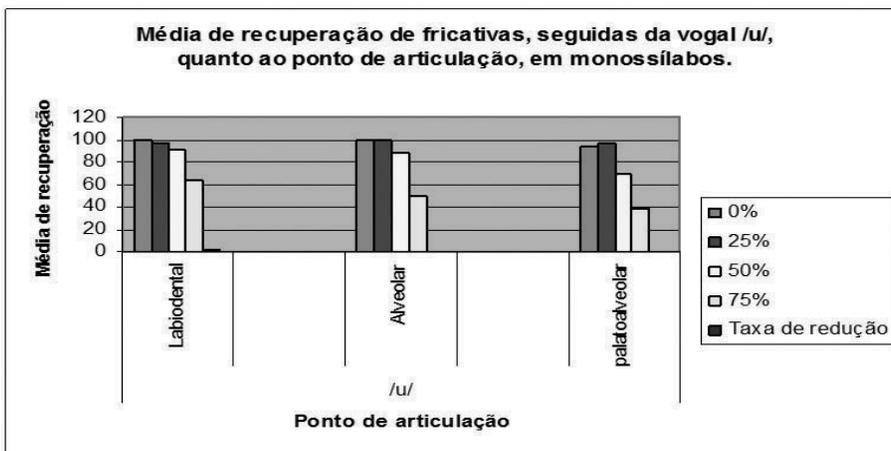
Gráfico 7: Média de recuperação de fricativas, seguidas da vogal /i/, quanto ao ponto de articulação, em monossílabos.



De maneira geral, as médias de recuperação das fricativas em ambiente de vogal /i/ são muito próximas. As fricativas labiodentais apresentam uma média de recuperação de 50%, as palatoalveolares um média de 46% e as alveolares um média de 40%, sendo esta última a que teve sua percepção mais prejudicada, a semelhança do que ocorreu em contexto de vogal /a/.

Já em contexto de vogal /u/, as fricativas que tiveram sua percepção mais prejudicada foram as palatoalveolares, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8: Média de recuperação de fricativas, seguidas da vogal /u/, quanto ao ponto de articulação, em monossílabos.



No gráfico acima podemos verificar que, em contexto de vogal /u/, as fricativas palatoalveolares apresentam uma média de recuperação de 40%, enquanto que as alveolares e labiodentais apresentam médias de 50% e 63%, respectivamente, o que evidencia que estas últimas são menos prejudicadas do que as primeiras quando da redução de 75% (taxa de redução que mais prejudica a percepção das fricativas).

De acordo com os resultados apresentados nos gráficos 6, 5 e 4, podemos afirmar que as fricativas labiodentais são as menos afetadas no processo de percepção, quando há a redução da duração do ruído fricativo, em ambos os contextos vocálicos. Enquanto que, as fricativas alveolares e palatoalveolares são mais prejudicadas em contexto de vogal /a/ e /i/ e em contexto de vogal /u/, respectivamente.

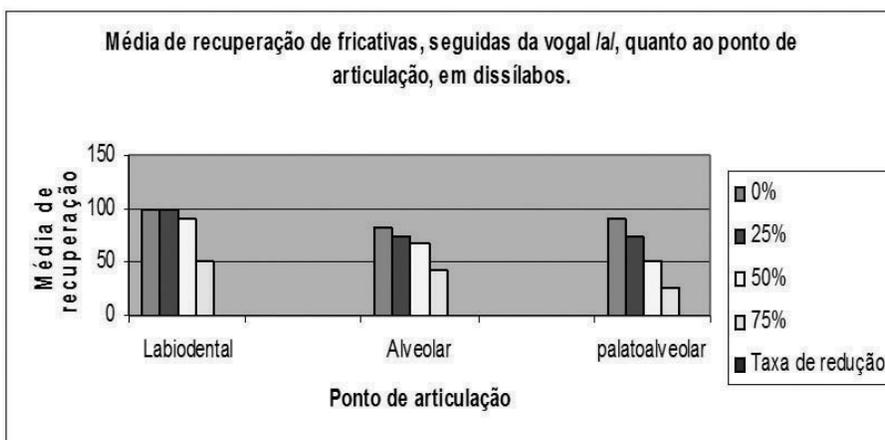
Na Tabela 6, abaixo, podemos observar os valores de *p* encontrados a partir das diferenças entre as médias das fricativas em cada ponto de articulação e contexto vocálico.

Tabela 6: Valores de *p* para recuperação de fricativas, seguidas das vogais /a/, /i/ e /u/, quanto ao ponto de articulação, para redução em monossílabos.

Vogal	Ponto de articulação	Valor de p
/a/	Labiodental	< 0.0001
	Alveolar	< 0.0001
	palatoalveolar	< 0.0001
/i/	Labiodental	0.0001
	Alveolar	0.0112
	palatoalveolar	0.0308
/u/	Labiodental	0.0006
	Alveolar	< 0.0001
	palatoalveolar	0.0001

Nos gráficos 9, 10 e 11 abaixo, podemos observar que no caso dos dissílabos a fricativa que teve sua percepção mais prejudicada quando da redução da duração do ruído foi a fricativa palatoalveolar, conforme gráficos abaixo.

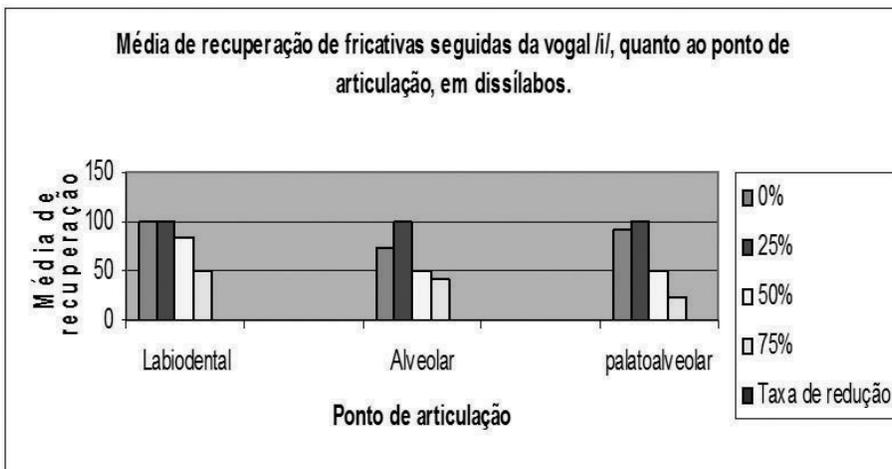
Gráfico 9: Média de recuperação de fricativas, seguidas da vogal /a/, quanto ao ponto de articulação, em dissílabos.



No Gráfico 9, nota-se que a fricativa palatoalveolar, em contexto de vogal a/, teve uma média de recuperação de 25%, com a taxa de redução de 75%, enquanto que as fricativas labiodentais e alveolar apresentam, respectivamente, médias de 50% e 41%.

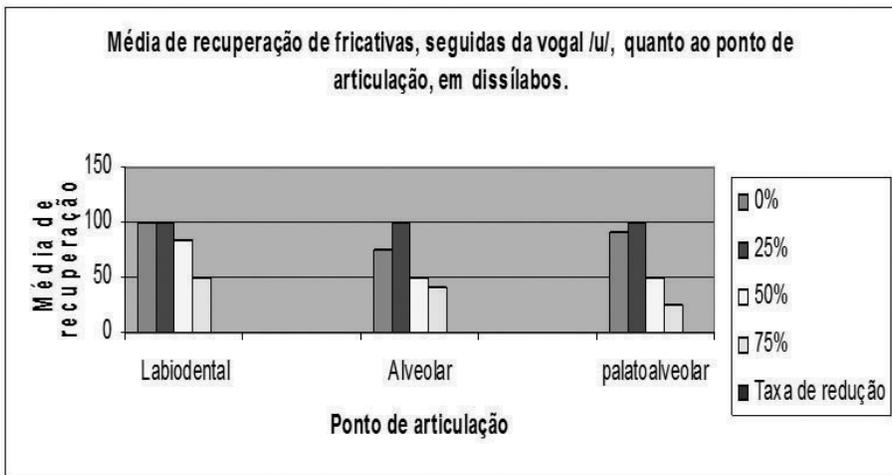
Em contexto de vogal /i/ os resultados são semelhantes aos encontrados em contexto de vogal /a/, como podemos observar no gráfico 10.

Gráfico 10: Média de recuperação de fricativas, seguidas da vogal /i/, quanto ao ponto de articulação, em dissílabos.



No gráfico 11, podemos observar que as fricativas labioentais e alveolares tiveram uma média de recuperação superior a 40% na taxa de 75% de redução da duração do ruído. As fricativas palatoalveolares, por sua vez, tiveram uma média de recuperação de 25%.

Gráfico 11: Média de recuperação de fricativas, seguidas da vogal /u/, quanto ao ponto de articulação, em dissílabos.



Na tabela 7 podemos observar os valores de p encontrados para as diferenças entre as médias de recuperação dos diferentes pontos de articulação das fricativas, nos diferentes contextos vocálicos.

Tabela 7: Valores de p para recuperação de fricativas, seguidas das vogais /a/, /i/ e /u/, quanto ao ponto de articulação, para redução em dissílabos.

Vogal	Ponto de articulação	Valor de p
/a/	Labiodental	0.0026
	Alveolar	0.0051
	palatoalveolar	0.0064
/i/	Labiodental	0.0026
	Alveolar	0.0020
	palatoalveolar	0.0338
/u/	Labiodental	0.0246
	Alveolar	0.0055
	palatoalveolar	0.0047

Como podemos observar, todos os valores de p encontrados para a recuperação das fricativas com relação ao ponto de articulação são significativos, ou seja, são menores que 0.05, em ambos os contextos vocálicos.

Os nossos resultados evidenciaram que com relação ao ponto de articulação, para os monossílabos, parece haver um equilíbrio na recuperação das fricativas. Já no caso dos dissílabos, fica claro, que as fricativas palatoalveolares são as mais prejudicadas quando há uma taxa maior de redução da duração do ruído fricativo.

Com relação a ampliação da duração do ruído nos monossílabos, os resultados evidenciam que a ampliação não interferiu na percepção das fricativas, como podemos observar nas Tabelas 8 e 9 abaixo.

Tabela 8: Valores de p para recuperação de fricativas com relação à taxa de ampliação do ruído, em monossílabos.

Vogal	fricativas	Taxa de redução/Valor de p			
		0%	25%	50%	75%
/a/	Surda	0.3679	0.3679	*	0.3679
	sonora	*	0.3998	*	*
/i/	Surda	0.3679	0.5861	0.3255	0.7055
	sonora	*	0.1683	0.1683	0.1830
/u/	Surda	*	*	*	0.3679
	sonora	*	0.3679	*	*

* O teste estatístico de variância Anova-Um critério não gerou valores para esses casos.

Podemos observar na tabela acima que os valores de p encontrados para as médias de recuperação das fricativas com a duração do ruído ampliado nas diferentes taxas (0%, 25%, 50% e 75%) não se mostrou significativo.

Conclusões

Considerando-se os objetivos propostos e os resultados encontrados, podemos concluir que: 1) A redução da duração do ruído fricativo traz implicações para a percepção da distintividade de fricativas surdas e sonoras. Quanto maior a redução da duração do ruído fricativo, menor a média de recuperação das fricativas. Em contra parte a ampliação da duração do ruído fricativo, nas diferentes taxas de ampliação, não prejudica a percepção das fricativas; 2) Com relação a sonoridade da fricativa, podemos concluir que a redução do ruído fricativo pode causar mais prejuízo para percepção das fricativas surdas do que para as sonoras; 3) Com relação ao ponto de articulação, as fricativas palatoalveolares têm sua percepção mais prejudicada do que as demais fricativas, no caso dos dissílabos. Já no caso dos monossílabos, há um equilíbrio na recuperação das fricativas nos diferentes pontos de articulação; 4) podemos afirmar ainda que, em relação a vogal seguinte, os dados não evidenciam diferenças significativas nas médias de recuperação das fricativas nos diferentes contextos vocálicos.

Diante do exposto, podemos afirmar que a duração segmental é um parâmetro importante para a percepção das fricativas. Os nossos dados evidenciam que as fricativas surdas são as menos percebidas quando da manipulação do ruído. Além disso, entre as fricativas surdas, a fricativa palatoalveolar (que, de acordo com autores como Kent e Read (2002) e Haupt (2007), é a fricativa mais longa) foi a mais prejudicada com a redução do ruído.

Nossa hipótese é que as fricativas surdas necessitam de uma duração maior do ruído para serem identificadas, o que corrobora com a hipótese de

Kent e Read (2002) de que a duração do ruído é um parâmetro importante para a distinção entre fricativas surdas e sonoras.

Referências

- CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, 124p.
- CARLSON, R. e GRANSTROM, B. *Perception of Segmental duration*. Eindhoven: Jornal STL-QPSR, 1975.
- DURAND, J. *Generative and Non-linear Phonology*. London: Longman, 1990.
- GLEASON, Jean Berko; RATNER, Nan Bernstein. *Psycholinguistics*. 2ª ed. Philadelphia: Harcourt Brace College Publishers, 1998.
- HAUPT, C. As fricativas [s], [z], [ʃ] e [ʒ] do português brasileiro. In: *Estudos lingüísticos XXXVI(1)*. Florianópolis: UFSC, 2007.
- HAWKINS, S. Looking for invariant correlates of linguistic units: Two classical theories of speech perception. In: PICKETT, J. M. *The acoustics of speech communication: fundamentals, speech perception theory, and technology*. Allyn e Bacon, 1999.
- HOUSE, A.; FAIRBANKS, G. The influence of Consonant Environment upon the Secondary Acoustical Characteristics of Vowels. *The Journal of the Acoustical Society of America* 25: 105-113, 1953.
- KENT, R. D.; READ, C. *Acoustic analysis of speech*. 2ª ed. Thomson Learning, 2002, p. 38 – 43.
- KLATT, D. Linguistics use segmental duration in English: acoustical and perceptual evidence. *The Journal of the Acoustical Society of America* 59:1208-1221, 1976.
- LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian. *The Sounds of the World's Languages*. Oxford: Blackwell Publishers Ltda, 1996.
- LISKER, L.; AMBRAMSON, A. A cross-languages study of voicing in initial stop. *Word* 20: 384-422, 1964.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- PACHECO, V. Micro-prosodia segmental e estrutura silábica: o caso das oclusivas – dados preliminares. *Inventário*, v. 3, 2004. <http://www.inventario.ufba.br/>.
- PACHECO, V. O efeito dos estímulos auditivo e visual na percepção dos marcadores prosódicos usados na escrita do PB. *Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-Graduação*. Vol. 12, p. 235-245, 2007.

- PISONI, D.B.; LUCE P.A. Trading relations, acoustic cue integration, and context effects in speech perception. In: SCHOUTEN, M.E. H. (org.) **The Psychophysics of speech perception**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1987, p. 155-172. (Nato Aso, 39).
- SELKIRK, E. O. *On prosodic structure and its relation to syntactic structure*. Indiana: IULC. 1980.
- SOUZA, L. C. e PACHECO, V. Duração vocálica e consonantal em monossílabos abertos no PB: informação fonética ou fonológica? In: *Anais do IX CONPEX*. Jequié, no prelo, 2005.

GÊNEROS DISCURSIVOS E ENSINO: UMA PROPOSTA¹

Angela Maria Soares Mendes Taddei
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Esta pesquisa, inscrita no âmbito da Linguística Aplicada, aborda as conexões entre gêneros de discurso e ensino da língua materna. Ancorado na cartografia teórica de Mikhail Bakhtin, e motivado pelo advento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa*, o presente artigo propõe uma oficina de leitura, interpretação e produção de diversificados gêneros discursivos, endereçada a docentes de língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: gêneros discursivos; ensino de língua materna; oficina de gêneros.

ABSTRACT: *This research, inserted in the realm of Applied Linguistics, focuses on the connections between discourse genres and mother-tongue teaching. Grounded on Mikhail Bakhtin's theoretical cartography and motivated by the emergence of Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa (National Curricula Parameters for Portuguese Language), the present article proposes a workshop on reading, interpreting and producing manifold discourse genres, addressed to Portuguese language teachers.*

KEYWORDS: *discourse genres; mother-tongue teaching; genres workshop.*

Pra início de conversa

Há uma grande diferença se fala um deus ou um herói; se um velho amadurecido ou um jovem impetuoso na flor da idade; se uma matrona autoritária ou uma ama dedicada; se um mercador errante ou um lavrador de pequeno campo fértil; se um colco ou um assírio; se um homem educado em Tebas ou em Argos (HORÁCIO, *Arte poética*, p. 118-119, *apud* PRETI, 2003, p. 9).

1 Este artigo é uma síntese de minha monografia do curso de Especialização em Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, gestada sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Falcão Uchôa a quem agradeço pela leitura atenta de meu texto original e os relevantes comentários que contribuíram para o estabelecimento desta versão.

Na condição de falantes de uma língua histórica particular, vivenciamos cotidianamente a diversidade de nossas múltiplas enunciações e a de nossos interlocutores. Com efeito, sabemos, com certa acuidade, modular nosso discurso em função de nosso coenunciador, sua faixa etária, sua maior ou menor escolarização, o grau de intimidade ou formalidade que com ele/ela estabelecermos ou queremos estabelecer.

A evidência de que as línguas não são homogêneas, de que há sempre outros modos de dizer, redarguir, fabular, compromissados tanto com os parceiros das trocas linguísticas quanto com as finalidades e circunstâncias do ato de fala, não chega a ser uma novidade: no enunciado que selecionamos como epígrafe, o poeta latino Horácio, nascido no longínquo ano de 65 a. C. (D'ONOFRIO, 1997, p. 117), anuncia *avant la lettre* o princípio mesmo da variação linguística em suas muitas angulações.

Contudo, entre a intuição horaciana, o reconhecimento pela comunidade científica da heterogeneidade de registros, sotaques regionais, dialetos sociais, modos de expressão díspares, em suma, que coexistem sincronicamente em uma mesma língua, e a efetiva operacionalização dessas diferentes formas de dizer em práticas pedagógicas no âmbito do ensino no Brasil, foi preciso esperar por séculos.

Nesse longo trajeto, assistimos ao advento e à consolidação da Linguística Estrutural, ancorada nos postulados de Ferdinand de Saussure (1975, p. 21-23) que assevera ser a língua (*langue*) uma instituição social, um sistema balizado por normas e regularidades, enquanto a fala (*parole*) seria a realização individual do código. Saussure inova ao dirigir seu foco para a língua falada e sincrônica e ao perscrutar-lhe os modos de funcionamento. Embora a teoria saussuriana tenha sido alvo de críticas por seu viés formalista e não histórico, é inegável que os pressupostos de Saussure – revisitados, ressemantizados, relativizados – vêm engendrando novas formulações a respeito do fenômeno linguístico.

No que tange às relações entre a teoria linguística e o ensino da língua materna entre nós, foco da nossa discussão, vale mencionar a síntese de Maria do Rosário Gregolin (2007, p. 63-68), que sublinha dois momentos históricos bem delineados: o primeiro, nos anos 60 do século passado, quando a Linguística passou a fazer parte dos currículos dos cursos de Letras e foi pouco a pouco questionando o primado da gramática normativa e a exclusividade da modalidade escrita e da variação conhecida como norma-padrão no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa; no segundo momento, a partir dos anos 80, teorias vinculadas mais às instabilidades das práticas de linguagem do que às regularidades do código assumem um papel preponderante. Neste

contexto, releva a importância de Mikhail Bakhtin (1895-1975) e seu entendimento da língua como fator de interação social, radicada às esferas todas da ação do homem.

Por outro lado, o surgimento, em 1998, dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) Língua Portuguesa*, documento avalizado pelo Ministério da Educação que regula o ensino fundamental e médio em todo o país, ratifica uma abordagem da língua mais como construção social, colocando a discursividade no centro do ensino. Gregolin (2007, p. 70) nos adverte, todavia, que o cunho inovador dos PCNs se fundamenta em teorias muito pouco conhecidas pelos professores a quem cabe aplicá-las no dia a dia da sala de aula.

É na esperança de cruzar o fosso entre uma tradição pedagógica cristalizada pelo uso e a implementação de práticas de ensino mais democráticas que este enunciado vai sendo tecido. Nossa questão maior diz respeito à ampliação discente da multiplicidade de gêneros discursivos que circulam em sociedade. É evidente que não temos nem a pretensão nem a ingenuidade de acenar com soluções prontas. Nosso texto ambiciona ser uma conversa ao pé do ouvido com os professores que, como nós, hesitam, experimentam, se arriscam, se enganam, se perdem, e eventualmente se acham nas malhas do trabalho pedagógico.

Nosso percurso enunciativo focalizará, num primeiro momento, o conceito de gênero e seus desdobramentos sob a ótica de Bakhtin e uma releitura de Marcuschi. Em seguida, descreveremos sucintamente os PCNs Língua Portuguesa no que concerne às concepções de língua e gêneros discursivos. O terceiro movimento apresentará uma série de ações didáticas voltadas para professores de língua portuguesa em atividade docente. A oficina que pretendemos sugerir combinará discussão da teoria dos gêneros, estudo dos PCNs, produção e avaliação dos textos produzidos pelos professores/alunos e um registro dos embates, obstáculos e estratégias encontrados ao longo do processo.

1. Dos gêneros

Para Dominique Maingueneau (2002, p. 61), os gêneros de discurso seriam “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes.” O autor lembra (*ibidem*, p. 69-70) que três metáforas de campos semânticos diversos são recorrentemente associadas aos gêneros de discurso: o contrato, da ordem do jurídico; o jogo, do domínio do lúdico; e o papel, da esfera teatral. Cada uma dessas metáforas recorta um aspecto dos gêneros: as regras preestabelecidas (contrato); os arranjos e rearranjos sintáticos (jogo); o entrecruzamento de identidades múltiplas (papel). Discor-

rendo sobre os limites de cada uma dessas posturas, Maingueneau considera que a noção de jogo – que contém em seu bojo tanto a observação de regras como a participação social – poderia sintetizar convenientemente o conceito desde que se atentasse para o fato de que, ao contrário do que acontece com o jogo, as regras do gênero não são nem rígidas, nem eternas.

Já no *Dicionário de análise do discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUE-NEAU, 2004, p. 249-251), em alentado verbete, Charaudeau focaliza a diversidade de perspectivas a respeito do conceito e mapeia as vertentes que levam às definições. Elas se fundamentam seja na “*ancoragem social* do discurso”, em “sua *natureza comunicacional*”; seja nas “*regularidades composicionais* dos textos”; ou ainda, nas “*características formais* dos textos produzidos.” (2004, p. 251, grifos do autor).

Se, no entanto, empreendermos uma viagem à ancestralidade da noção de gênero, remontaremos à Antiguidade da Grécia pré-arcaica para encontrarmos, no relato de Charaudeau (*idem, ibidem*), a atividade discursiva dos poetas, a meio caminho entre a imortalidade dos deuses e a mortalidade dos humanos. Na condição de intermediários entre o transcendente e o imanente, os poetas tanto cantavam e contavam as proezas dos heróis quanto decodificavam os enigmas da ordem divina. Desse discurso peculiar, proferido por locutores especialíssimos, derivam os gêneros épico, lírico, dramático e epidítico da tradição literária ocidental.

Mais tarde, na Grécia clássica e na Roma de Cícero, situa-se uma outra matriz discursiva, afinada com a necessidade da fala no espaço público das cidades; ou bem para gerir contendas jurídicas, clamar por direitos, mediar transações comerciais; ou bem para persuadir, argumentar, arregimentar simpatizantes e seguidores para as causas políticas.

São esses enunciados literários e retóricos, com enunciadores, finalidades sociais e *ethos* diferenciados, que são reconhecidos hoje como o marco zero da teoria dos gêneros. Não admira, portanto, que os limites do conceito nos pareçam fluidos e que polarizações e taxionomias proliferem.

No âmbito da literatura, como nos lembra Tzvetan Todorov (1974, p. 191-192), a teoria dos gêneros fincou raízes sólidas a partir da *Poética* de Aristóteles. A divisão tripartite entre o lírico, o dramático e o épico corresponderia aos protagonistas da enunciação: eu (poesia lírica); tu (drama); ele (epopeia). Uma outra classificação muito difundida contrapõe a tragédia à comédia. Aristóteles não a sistematiza, mas os teóricos do classicismo italiano e francês definiram suas características: a tragédia se marca pela seriedade da ação, a dignidade dos personagens e o desfecho infeliz (a morte); na comédia, as ações estão

vinculadas ao cotidiano, os personagens pertencem a segmentos populares e o desfecho é feliz.

Este panorama muito simplificado dos gêneros que delineamos tornou-se, com o passar dos séculos, e especialmente a partir do Renascimento, mais restritivo. Era mister seguir diligentemente um repertório de injunções bem estabelecidas para que as obras fossem legitimadas no interior da cultura letrada. Assim sendo, o estatuto dos gêneros literários se fortaleceu, reproduzindo-se e perpetuando-se em formas (ó) e formas (ô) canônicas.

A mudança desse estado de coisas, no entanto, ocorreu, como pontua Irene Machado (2010, p. 153), com o advento da prosa romanesca. O romance desconstruiu as classificações dos gêneros por acolher em sua composição fragmentos discursivos múltiplos, instâncias enunciativas plurais, registros linguísticos atinentes a atividades sociais diversas.

Ao inventariar a história do romance moderno, Paul Ricoeur (1995, p. 17) confirma sua vocação de ruptura com os cânones da tradição e sustenta ter ele respondido a uma nova demanda social, mutante e afastada da vigilância de críticos e censores. Durante pelo menos três séculos – do XVIII ao XX –, conta-nos Ricoeur, o romance, “gênero proteiforme por excelência”, tornou-se um “prodigioso canteiro de experimentação” do fazer literário. A ação romanesca deixa de se centrar em personagens célebres e seus feitos extraordinários para narrar as aventuras e desventuras de homens e mulheres comuns, seus embates entre o amor e o dinheiro, suas ambivalências entre os desejos acalentados e os códigos sociais e morais, suas dúvidas existenciais. No que concerne à linguagem, o tom grandiloquente se desdobra numa miríade de dicções, mais próximas ao intercâmbio discursivo do cotidiano.

Dos primórdios aos nossos dias, como vimos, o conceito de gênero, co-nheceu, a partir do romance, um deslocamento semântico que ultrapassou as fronteiras do literário e estendeu seu raio de ação a toda e qualquer manifestação discursiva. O artífice desta transformação foi, sem dúvida, o teórico russo Mikhail Bakhtin. Sejamos mais específicos.

1.1. A visada bakhtiniana

Nos anos vinte do século passado, reuniu-se durante dez anos, na recém-constituída União Soviética, um grupo de intelectuais russos advindos de campos disciplinares diversos (FARACO, 2006, p.15). Amalgamados em torno da figura de Mikhail Bakhtin, esse agrupamento de inteligências, que recebeu *a posteriori* o nome de Círculo de Bakhtin, propôs um enfoque inovador para o tratamento tanto da língua quanto da literatura.

O olhar que Bakhtin e seus pares (2000, p. 279) lançam sobre a linguagem combina dialeticamente ato individual de fala e sistema socialmente partilhado, retomando e reconciliando o binômio *parole/langue*, de extração saussuriana: o devir constante da língua – fluxo, deriva, criação – e a longa duração das estruturas e normas linguísticas. Acima de tudo, uma língua que passa a ser entendida como fenômeno social, assujeitada à historicidade, prenhe de ideologias, passível de mesclar o eu e o outro, capaz de conjugar sincronicamente presente e passado.

Ao identificar a função primordial da linguagem com o processo de interação social, Bakhtin (2000, p. 293-295) sustenta que a fala não se dá na abstração de uma língua sistêmica, mas na concretude de enunciados² proferidos por indivíduos datados e situados historicamente, na alternância de sujeitos falantes. Ainda que formalmente o enunciado (falado ou escrito) se apresente como um monólogo, ele pressupõe o aporte dos enunciados que o precederam e solicita do(s) seu(s) destinatário(s) uma réplica, uma reação/resposta imediata ou mediata. Em termos sintéticos, tudo o que se diz (ou se escreve) já foi dito, negado, corrigido, explicado. Tudo o que se diz (ou se registra por escrito) será necessariamente acolhido, refutado, acrescentado e/ou valorado, por enunciados outros, já proferidos ou a proferir. Dessa perspectiva, nenhum enunciado passado ou presente está concluído uma vez que ele sempre suscita potenciais respostas.

Enunciadores e receptores que partilham a mesma língua não percebem o teor coercitivo das formas linguísticas. No uso prático, a língua não se aparta da ideologia – aqui compreendida não como “mascaramento do real”, no entendimento da trilha marxista, mas como posição axiológica, ponto de vista, visão de mundo (BAKHTIN; VOLOCHINOV, p. 2010, p. 42). Os usuários de uma língua histórica determinada, nas infinitas enunciações de sua prática discursiva, se posicionam a favor ou contra alguma coisa. E embora cada enunciação precise de um indivíduo para realizá-la, o ato de fala não é individual, mas social.

O dialogismo, conceito irradiador e organizador da reflexão bakhtiniana, amplia a noção de interlocução para além do espaço e do tempo. Mais do que uma mudança de turnos na conversação, o diálogo deixa de ser um jogo de

2 Ao contrário do que ocorre com os teóricos da linguagem que o sucederam, especialmente Émile Benveniste (1974) que diferencia enunciação como ato de fala e enunciado como seu produto, em Bakhtin os dois termos são intercambiáveis. O tradutor Paulo Bezerra (*apud* DI FANTI, 2009, p. 99) esclarece que o termo russo *viskázivanie* significa tanto o ato de enunciar quanto o seu resultado. Em nosso texto conservaremos a distinção de Benveniste que nos parece mais operativa para os fins da presente pesquisa.

posições sociais rígidas para se tornar uma arena em que se debatem ideologicamente as muitas vozes que constituem a heteroglossia de um determinado grupo social. Nesse vasto espaço de luta onde se entrecruzam as vozes sociais, atuam forças centrípetas – que buscam uma centralização – e forças centrífugas – que dispersam as forças centralizadoras via a paródia, o riso, a polêmica, a ironia. (FARACO, 2006).

Assim qualificado, o diálogo estende seus efeitos interativos para a linguagem em geral. Qualquer manifestação verbal – oral ou escrita, com os destinatários presentes ou ausentes – se funda numa relação de troca. No dizer de Bakhtin e Volochinov,

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (2010, p. 127).

No universo conceitual de Bakhtin, as rubricas de heteroglossia, plurivocidade, plurilinguismo e polifonia – matizes do campo semântico do diálogo que permeiam sua obra – evidenciam a proposta de um deslocamento dos estudos de linguagem estritamente literários para os estudos propriamente discursivos. Na senda do dialogismo e da heterogeneidade, o romance congrega (e desagrega) discursos de outrem formatados em gêneros tão díspares quanto a conversação cotidiana, a carta de amor, a interlocução fática sobre o tempo, o debate político, as fórmulas de cortesia, a comunicação burocrática, a exaltação lírica.

As articulações entre diálogo, em sentido lato, e gêneros discursivos se estabelecem, por sua vez, em todas as esferas da atividade humana. Por serem múltiplas as atividades sociais, múltiplos são os modos de utilização da língua. Dos muitos modos de dizer, Bakhtin privilegia os enunciados em prosa que circulam, efêmeros e inconclusos, no dia a dia das comunidades linguísticas. Esses enunciados concretos, em versão oral ou escrita, intermedeiam as trocas discursivas em cada uma das esferas sociais e estão marcados por condições históricas singulares e finalidades específicas. Ou, nas palavras de Bakhtin: “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifos do autor).

Em *Estética da criação verbal* (2000), Bakhtin dedica um capítulo justamente aos gêneros. Classifica-os em primários (ou simples), os que se referem

à comunicação verbal espontânea – a réplica do diálogo, a carta íntima, a conversação em família, os discursos do cotidiano –; e secundários (ou complexos), os que estão ligados a campos do saber mais elaborados, como o romance, o teatro, o tratado científico, o ensaio filosófico. Sublinha ainda que, embora haja graus variados de estabilidade entre os gêneros, todos possuem mobilidade no espaço e no tempo porque, enquanto produtos da linguagem, são atravessados pela História. Levando-se em conta a prevalência do intercâmbio social nas trocas linguísticas, o que se celebra é a hibridização de gêneros primários e secundários; ou melhor, as possibilidades de transmutação dos gêneros primários, expressão mesma de uma língua viva, em gêneros outros, orientados para outros fins. Ouçamos o teórico:

Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e [...] perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios – por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta [...] só se integram à realidade existente através do romance [...] concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana (BAKHTIN, 2000, p. 281).

Por esse viés, afirma-se o corolário do enunciado como encarnação de uma língua socialmente partilhada. Menos individualista do que a *parole* saussuriana, ele se define como matéria-prima que, em suas incompletudes e titubeios, erige-se em formas, dispositivos e fórmulas, mais ou menos coercitivos – os gêneros do discurso –, conectados ao inesgotável acervo das atividades humanas.

1.2. Refinando categorias: tipos, gêneros, domínios

Embora a recepção à obra de Bakhtin no Ocidente tenha ocorrido com uma defasagem de décadas por conta de fatores políticos – o período stalinista da União Soviética, a diáspora dos membros do Círculo –, quando Julia Kristeva traduziu Bakhtin para o francês, o impacto de sua teoria não tardou a gerar *réplicas*, para reutilizarmos um termo do léxico bakhtiniano. Seu pensamento complexo (DI FANTI, 2009, p. 99-101) fertilizava diferentes áreas de estudo: Linguística, Literatura, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Semiótica. Em suma, todos os ramos do saber que se interessam pela relação entre língua e vida.

Entre nós, segundo o entendimento de Luiz Antônio Marcuschi (2008), o teórico russo tem sido um ponto de ancoragem seguro para o desenvolvimento do que se convencionou chamar de *linguística enunciativa* (grifos do autor brasileiro). Ainda que haja dessemelhanças entre as várias correntes cujo objeto

é a linguagem, a zona de confluência de todas elas reside no fato de tomarem “a língua como um conjunto de práticas enunciativas e não como forma des-carnada” (2008, p.19, grifos do autor).

No que tange aos gêneros do discurso, Marcuschi lembra que, pelo fato de a concepção bakhtiniana fornecer subsídios de ordem macroanalítica, sua visada acaba se tornando “uma espécie de bom-senso teórico em relação à concepção de linguagem” (2008, p.152). O linguista brasileiro mapeia tendências de vertentes linguísticas inspiradas com maior ou menor fidelidade nos pressupostos de Bakhtin e propõe um desdobramento da teoria dos gêneros. Vejamos como.

De início, é preciso dizer que Marcuschi se alinha à Linguística Textual, corrente teórica que, de acordo com Gregolin (2007, p. 68), surge no final dos anos 80, distancia-se da noção de língua como instrumento de comunicação *tout court* e passa a adotar a enunciação como *leitmotiv*, e, em consequência, a dimensão social dos atos de linguagem. Antes de proceder a um reexame dos gêneros a fim de explicitar alguns de seus matizes, Marcuschi reafirma que, mais do que uma questão de adequação às etiquetas de uma interlocução sempre situada, a apropriação dos gêneros – que ele, *et pour cause*, denomina de textuais e não de discursivos³ – revela-se um mecanismo importante de socialização e legitimação identitária, uma possibilidade de inserção em estratos sociais diferenciados.

Tipo textual, gênero textual e domínio discursivo são categorias propostas por Marcuschi (2008, p. 154-156) que, a seguir, detalharemos.

Os tipos textuais se definem como uma construção teórica em que os aspectos de composição são enfatizados: a seleção lexical, os arranjos sintáticos, os tempos verbais, a progressão lógica. Os tipos, em número reduzido, dizem respeito a sequências linguísticas e retóricas, a modos de dizer que subjazem aos textos, orais e escritos, em sua materialidade discursiva. Descrição, narração, exposição, argumentação e injunção constituem a tipologia textual vislumbrada pelo linguista brasileiro, utilizando-se da classificação de Werlich (1973).

3 Em nota de pé de página, Marcuschi (2008, p. 154) se posiciona a favor de uma utilização intercambiável dos sintagmas *gêneros textuais* e *gêneros discursivos*. É evidente que os adjetivos referenciados aos gêneros não são inócuos. Para Beth Brait (2000, p. 18), por exemplo, eles revelam a diferença entre a visada da Linguística Textual, ainda muito atrelada ao texto em seus aspectos de forma e composição (coesão, coerência), contraposta a uma vertente propriamente bakhtiniana, que privilegia o discurso, a situação de interação social, as condições de produção do evento enunciativo, sua inserção na história. Por essa razão, preferimos gêneros discursivos a gêneros textuais.

Especificando as diferenças entre os tipos textuais, Marcuschi reporta que, em enunciados descritivos, predominam verbos estáticos, com indicação circunstancial de lugar, sequências de localização.

Em enunciados narrativos, há, por sua vez, verbos de mudança no passado, referências temporais e locais, indicação de ações.

Os enunciados expositivos, segundo Werlich (*apud* Marcuschi, 2010, p. 29), subdividem-se ainda entre os que i) identificam fenômenos, utilizando-se de verbos no presente e predicado de base nominal; e ii) apresentam “uma estrutura com um sujeito, verbos da família do verbo ter (ou verbos como: “convém”, “consiste”, “compreende”) e um complemento que estabelece uma relação parte/todo.”

Nos enunciados argumentativos, há sequências contrastivas explícitas, encadeamento de argumentos e tomada de posição sobre o que é enunciado.

Finalmente, os enunciados injuntivos se marcam por verbos no imperativo, incitando à ação. Uma outra variante da injunção consiste no uso de modalizadores, como os verbos dever e poder e/ou a utilização do futuro do pretérito, recursos que atenuam a voz de comando sem, no entanto, descaracterizar a ordem, o pedido, a solicitação ou a súplica.

Ao expor a tipologia textual, Marcuschi evidencia, por meio de uma exemplificação copiosa, a inexistência de tipos “puros”. O que há, nas trocas enunciativas concretas com que nos deparamos cotidianamente, é a prevalência de um desses modos de dizer e só muito raramente a sua exclusividade. Desse modo, uma aula expositiva pode conter uma sequência narrativa; analogamente, um inquérito policial, de cunho prevalentemente expositivo, se vale usualmente de sequências descritivas e narrativas; uma bula de remédio, de teor predominantemente injuntivo, contém sequências expositivas.

Os gêneros textuais (ou discursivos), por seu turno, nomeiam os textos empíricos que de nossas atividades comunicativas; apresentam objetivos sociais específicos; estão ligados aos modos de dizer de instituições historicamente datadas; mostram-se como listagens abertas, incorporando o aporte de novas tecnologias e as possibilidades de hibridização que essas tecnologias favorecem. O telefonema, o comício, o sermão, a conferência, a reportagem, a conversa informal, o romance, a história em quadrinhos, a dissertação acadêmica, a resenha, a receita culinária, a notícia de jornal, o artigo de opinião, o parecer do perito, a entrevista, o cartão postal são alguns do amplo espectro de gêneros textuais que conhecemos e praticamos com maior ou menor competência.

Os domínios discursivos, última categoria da taxionomia de Marcuschi, aproximam-se muito – como admite o autor – do conceito de “esferas da ativida-

de humana” do universo de Bakhtin. São instâncias discursivas de caráter mais geral. Os domínios jurídico, pedagógico, jornalístico e literário, por exemplo, abarcam gêneros particulares de uma mesma atividade.

2. Diálogo com os PCNs

Depois desse sobrevoo teórico, cumpre ouvir o que dizem os *Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa* no que concerne ao ensino da língua em geral e dos gêneros discursivos em particular.

Publicados em 1998, os PCNs sinalizam uma política educacional diferenciada da pedagogia brasileira: enfatizam as modalidades oral e escrita da língua, os vínculos entre participação social e saberes linguísticos, a necessária conexão entre expressão verbal e o exercício da cidadania.

Para Roxane Rojo (2000, p. 27-28), os PCNs rompem com a tradição de grades de objetivos e conteúdos pré-fixados a serem aplicados nas mais heterogêneas realidades de ensino/aprendizagem do território nacional. Neste sentido, o documento oficial é saudado pela grande maioria de professores de língua portuguesa como uma lufada de vento democrático e democratizante.

No entanto, seus atributos menos coercitivos podem ser entendidos como um obstáculo à sua plena implantação uma vez que suas orientações, de cunho mais generalizante, precisam ser complementadas pela elaboração de currículos estaduais e municipais que levem em conta as especificidades das regiões brasileiras. E há ainda a demanda tanto por materiais didáticos mais afeitos às disposições dos PCNs quanto por textos de divulgação das teorias que os fundamentam.

Tomando como ponto de partida o fato de que a língua se mostra nos gêneros, nas interações entre parceiros sociais em situações efetivas de produção de linguagem, os PCNs priorizam a vertente enunciativa e discursiva da linguagem. Segundo esse documento (1998, p. 22),

Produzir linguagem significa produzir discursos. Significa dizer alguma coisa para alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico. Isso significa que as escolhas feitas ao dizer, ao produzir um discurso, não são aleatórias — ainda que possam ser inconscientes —, mas decorrentes das condições em que esse discurso é realizado. Quer dizer: quando se interage verbalmente com alguém, o discurso se organiza a partir dos conhecimentos que se acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que se supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que se tem, da posição social e hierárquica que se ocupa em relação

a ele e vice-versa. Isso tudo pode determinar as escolhas que serão feitas com relação ao gênero no qual o discurso se realizará, à seleção de procedimentos de estruturação e, também, à seleção de recursos lingüísticos. É evidente que, num processo de interlocução, isso nem sempre ocorre de forma deliberada ou de maneira a antecipar-se ao discurso propriamente. Em geral, é durante o processo de produção que essas escolhas são feitas, nem sempre (e nem todas) de maneira consciente.

Alguns pilares da teoria bakhtiniana – como a revalorização da oralidade, o papel das condições de produção do discurso, a ênfase nos gêneros discursivos, as relações dialógicas entre os enunciados já proferidos e a proferir, o parentesco constitutivo e dialético entre as aparentes estabilidades da língua e as aparentes impertinências dos enunciados sustentados por comunidades lingüísticas – são facilmente detectados até mesmo numa primeira leitura dos PCNs. Destacamos, a seguir, recortes que ratificam nosso argumento:

O discurso possui um significado amplo: refere-se à atividade comunicativa que é realizada numa determinada situação, abrangendo tanto o conjunto de enunciados que lhe deu origem quanto as condições nas quais foi produzido.

A produção de discursos não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos. Nesse sentido, os textos, como resultantes da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros. A esta relação entre o texto produzido e os outros textos é que se tem chamado intertextualidade.

Todo texto se organiza dentro de um determinado gênero. Os vários gêneros existentes, por sua vez, constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Pode-se ainda afirmar que a noção de gêneros refere-se a “famílias” de textos que compartilham algumas características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado.

Os gêneros são determinados historicamente. As intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que determinam os gêneros que darão forma aos textos. É por isso que, quando um texto começa com “era uma vez”, ninguém duvida de que está diante de um conto, porque todos

conhecem tal gênero. Diante da expressão “senhoras e senhores”, a expectativa é ouvir um pronunciamento público ou uma apresentação de espetáculo, pois sabe-se que nesses gêneros o texto, inequivocamente, tem essa fórmula inicial. Do mesmo modo, pode-se reconhecer outros gêneros como cartas, reportagens, anúncios, poemas, etc. (PCNs, 1998, p. 23).

Assim alicerçadas, as práticas docentes propostas parecem estar acertadamente vinculadas a um *telos* educativo menos dogmático e mais atento à diversidade social e cultural que nos singulariza. A recepção aos PCNs, contudo, não exclui posturas críticas, especialmente dos educadores responsáveis pela formação de novos professores de língua portuguesa.

Ao analisar os PCNs, Beth Brait (2000, p. 18) pontua que eles “mesclam, indiscriminadamente, *gênero discursivo* e *tipologia textual*.” Na sequência do trabalho didático, “ensino e aprendizagem de língua [se fazem], quase que exclusivamente, a partir de tipologias textuais” (*idem, ibidem*).

Jacqueline Peixoto Barbosa (2000, p. 150), de sua parte, aplaude os ecos bakhtinianos que se fazem ouvir no documento ao mesmo tempo em que deplora a inclusão de critérios formais e funcionais tanto na tipologia dos textos (narração, descrição, argumentação etc.), como vimos na taxionomia de Marcuschi, quanto no agrupamento de suas finalidades (textos informativos, literários, publicitários etc.). A pesquisadora ressalta que a orientação do documento está mais próxima aos “aportes teóricos da Linguística Textual e da Psicologia Cognitiva, do que de um trabalho [...] baseado em gêneros do discurso” (2000, p. 159).

A crítica à tipologia textual é endossada ainda por Cirlene Magalhães-Almeida (2000, p. 128), que relata a experiência de uma transposição didática da categoria de gêneros discursivos, tal como considerada por Bakhtin e sugerida pelos PCNs, na esfera do curso de Letras da Universidade de Brasília.

As réplicas em repúdio a alguns dos construtos teóricos dos PCNs, verbalizadas por Brait, Barbosa e Almeida, não deixam de corroborar o princípio mesmo do dialogismo bakhtiniano: afinal, é nessa arena do discurso – do já dito e do que está por dizer – que as diferentes correntes linguísticas travam seus embates, fincam seus territórios, medem suas forças. De nossa parte, entendemos que os PCNs foram elaborados num esforço de conciliação entre as muitas vertentes linguísticas que já não se restringem à concepção de língua como código ainda que reflexos de uma tradição formalista aflorem cá e lá no documento.

3. O trabalho com gêneros: uma proposta

Antes que nossa proposta seja explicitada, cabe aqui uma observação. Logo que escolhemos os gêneros discursivos como tema, imaginamos que a aplicação do arcabouço teórico pertinente ao nosso assunto pudesse ser viabilizada através de uma série de exercícios destinados a nossos alunos. Com o prosseguimento da pesquisa bibliográfica, contudo, entramos em contato com bem-sucedidas experiências de oficinas de gêneros endereçadas aos professores. E nos decidimos por esse caminho. Valemo-nos de trilhas já abertas, mas nos permitimos não segui-las canonicamente. Começamos por dar os créditos a quem os merece e apontemos a experiência didática que mais nos serviu de estímulo e ancoragem.

Trata-se de uma ação de formação de professores, havida em uma escola da capital paulistana no final do semestre de 1998. Realizada por um grupo de pesquisadoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (LAEL/PUC-SP), e coordenada pelas professoras doutoras Maria Antonieta Celani e Roxane Rojo, essa experiência pedagógica que tematiza os PCNs de Língua Portuguesa está relatada em obra publicada em 2000 (POMPÍLIO *et alii*, 2000, p. 93-126).

A ideia, então, lá como cá, é desenvolver uma oficina focada nos gêneros discursivos. Nosso público suposto são professores de língua portuguesa em atividade mais do que em fase de formação. Este público nos interessa especialmente por três bons motivos: em primeiro lugar, porque reconhecemos o papel que professores naturalmente desempenham como disseminadores e multiplicadores do conhecimento; o outro motivo, mais afeito ao exercício continuado da função docente, vincula-se à salutar necessidade de revezamento de posições e, por conseguinte, de poderes. Voltar aos bancos escolares, ocupar o lugar dos alunos, vivenciar situações de dúvida, de insegurança são experiências que descarrilam certezas absolutas, relativizam nossa tendência à onipotência, ao perfil do *magister dixit*, tão pouco democrático. Uma terceira razão leva em conta o fato de que professores de língua portuguesa, por suas qualidades de leitores e intérpretes competentes, adquirem habilidades discursivas diversificadas: logo, trabalhar a língua criativamente, produzir textos orais e escritos, mais do que um dever de ofício, torna-se – assim esperamos – uma atividade lúdica, prazerosa.

Relembremos a esse respeito os ensinamentos de Maingueneau e as estreitas relações dos gêneros discursivos com o contrato, o jogo e o papel.

Nossa proposta, sem descuidar do aspecto contratual dos gêneros – que, afinal contribui para a economia comunicativa – vai privilegiar as vertentes do jogo e das máscaras sociais que a encenação teatral instrumentaliza. Em outras palavras, nosso objetivo não se bastará em apresentar formas (ó) de expressão oral e escrita e em incitar os professores/alunos a reproduzi-las fielmente. Pretendemos, ao revés, sugerir um trabalho com diferentes gêneros tendo como norte um tema da atualidade.

Uma vez definidos quantos serão os participantes – cujo número, em princípio, não deve ultrapassar 20 professores – preferencialmente heterogêneos no que tange a local de trabalho, faixa etária e atuação docente em escolas das redes públicas e privadas, especifiquemos as sessões da oficina de gêneros que projetamos.

3.1. Oficina de gêneros: atividades

Planejamos um total de cinco encontros, de três horas cada, distribuídos por cinco semanas consecutivas. Esta periodicidade não é fixa: de acordo com as circunstâncias – disponibilidade de local, oportunidade de simpósios e congressos, compromissos anteriormente agendados pelos professores/alunos, – pode-se pensar numa oficina mais intensiva ou mais estendida no tempo. Há vantagens e desvantagens nesses dois formatos. Uma oficina mais condensada favorece a integração mais rápida dos participantes, o que parece ser uma vantagem já que o trabalho criativo será elaborado coletivamente; diluída no tempo, no entanto, a ação didática, por ser mais sedimentada, pode alcançar efeitos mais duradouros. Caso análogo ocorre com a observância de prazos estritos: para alguns, a premência do tempo pode funcionar como estímulo; para outros, pode tornar-se um entrave. Essas considerações sobre periodicidade foram aqui abordadas para que não perdêssemos de vista uma margem de flexibilidade que deve acompanhar cada prática pedagógica sem descurar da consecução de seus objetivos.

3.1.1. Primeiro encontro

Apresentação oral de cada um dos participantes, que deverá ser complementada pelo preenchimento de um questionário. Nele o professor/aluno, além de responder a informações básicas de identificação como nome, instituição onde se formou e local de trabalho, será convidado a discorrer sobre as motivações que o fizeram procurar a oficina e as expectativas que alimenta sobre essa experiência de ensino/aprendizagem.

Serão distribuídos a ementa, a programação de atividades e os textos teóricos a serem discutidos nas sessões subsequentes.

A turma será dividida em 5 grupos. Se os alunos estiverem se encontrando pela primeira vez, a formação dos grupos pode ser feita aleatoriamente, seguindo-se, por exemplo, a lista de chamada. Outras possibilidades de formação dos grupos podem ser aventadas de acordo com as características da turma.

Como os grupos serão instados a produzir textos desde a primeira sessão, importa que cada grupo seja composto de um redator, um crítico, um revisor e um relator. É evidente que esses papéis podem ser comutados entre os alunos, mas convém que haja distribuição de funções para que a responsabilidade pelos acertos e desacertos não fique dissolvida num “todo mundo” que acaba sendo “ninguém”.

Sugerimos que, estabelecida a tarefa a ser cumprida, o grupo discuta entre si e comece a realizá-la. Como as funções de redator e revisor nos parecem autoexplicativas, vejamos no que consistem a de crítico e a de relator. O crítico é aquele que age como “advogado do diabo”, em busca de ambiguidades, possível aparecimento de estereótipos, desenvolvimento superficial do tema, tom preconceituoso, uso de clichês etc. O relator, por sua vez, registrará por escrito o passo a passo do processo de produção textual: hesitações, dúvidas, desentendimentos, consensos. Responsável pela memória do grupo, sua documentação, uma espécie de “caderno de campo”, contribuirá decisivamente para a manutenção do formato planejado ou para a reformulação do modelo inicial em oficinas posteriores.

A atividade de produção textual dessa sessão terá como elemento desencadeador um vídeo. Trata-se de *A coroa do imperador*, primeiro episódio do seriado televisivo *Cidade dos homens*, produzido pela Rede Globo e pela 02 Filmes e veiculado na tevê aberta em 2002. O seriado é um desdobramento do filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles e Kátia Lund, que se baseia, por seu turno, no livro homônimo de Paulo Lins.

Antes que o filme seja exibido, no entanto, os grupos já deverão estar formados. Haverá um sorteio para que se saiba o trabalho que caberá a cada grupo. As especificações deste primeiro exercício são as que se seguem:

a) Resumo do vídeo nas modalidades oral e escrita.

(Este resumo tanto pode ser uma sinopse da ação narrativa quanto uma escaleta, isto é, uma descrição das cenas na ordem em que aparecem. Sugere-se que o resumo seja escrito e depois adaptado para ser oralizado.)

- b) Dissertação sobre como a cidade do Rio de Janeiro é representada no seriado.
(É importante aqui lembrar a ideia de intertextualidade: em que medida o seriado retoma ou rejeita um discurso tradicional sobre a cidade?)
- c) Descrição da escola e perfil físico e psicológico da professora.
(Enquanto professores que trabalham nessa cidade, a representação da escola e da professora é verossímil? Merece aplausos ou reparos? O grupo pode optar por um texto do tipo carta dos leitores, a ser veiculado na grande imprensa, que se inicie por: “Nós, professores da cidade do Rio de Janeiro”...)
- d) Estudo dos personagens protagonistas.
(Acerola e Laranjinha: o que os aproxima, o que os afasta? Situação familiar, superação de problemas, convívio com o narcotráfico, estratégias de sobrevivência.)
- e) E depois? Imaginar a continuação dessa narrativa em forma de diálogo entre os dois protagonistas.
(Aqui a ideia é deixar a imaginação correr solta: o céu é o limite!)

Os textos produzidos deverão ter ao menos uma lauda digitada ou manuscrita. A critério dos grupos, o vídeo, com duração de 30 minutos, poderá ser exibido uma segunda vez.

3.1.2. Segundo encontro

A primeira atividade desse encontro será a apresentação dos textos produzidos. Embora toda a turma assista à apresentação de todos os grupos, cada grupo ouvirá comentários críticos, em princípio, de apenas um outro grupo. Se, no entanto, alguém mais quiser se manifestar, poderá fazê-lo. As questões que orientarão a apreciação crítica dos trabalhos poderiam ser, assim, sintetizadas:

- a) O texto seguiu as instruções propostas? Mostrar por que sim ou por que não.
- b) Ateve-se ao gênero sugerido? Explicitar com marcas textuais.
- c) O texto mostrou-se próximo de uma comunicação de língua viva ou resultou artificial? Especificar.

A segunda atividade será um estudo de textos teóricos, tendo os gêneros discursivos como tema. Os participantes de cada grupo debaterão entre si. O passo seguinte será a apresentação do conteúdo teórico à turma via exposição oral. Os textos a serem lidos e discutidos serão os que se seguem, apresentados nesta ordem:

CHARAUDEAU, Patrick. Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick ; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 249-251.

MAINGUENEAU, Dominique. Tipos e gêneros de discurso. In: *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 59-62.

MAINGUENEAU, Dominique. Utilidade dos gêneros de discurso. In: *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 63-70.

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p.19-25.

Como a exposição oral de um texto teórico implica a seleção de determinados conteúdos e, em consequência, o “esquecimento” de outros, no final de todas as exposições orais, o professor coordenador da oficina poderá retomar as palavras dos grupos e complementar eventuais lacunas. Os grupos serão ainda encorajados a trazer para o encontro seguinte exemplos concretos de diversificados gêneros discursivos a fim de que se compile um banco de textos para uso didático.

3.1.3. Terceiro encontro

Os principais objetivos desta sessão serão o estudo e a discussão do texto original dos Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa e dos comentários críticos de que foram alvo. Todos os alunos receberão os mesmos trechos dos PCNs, mas cada grupo lerá, além dessa base comum, um texto diferenciado a respeito do documento oficial e dos desafios que sua aplicação engendra. Sugere-se que as discussões dos grupos caminhem no sentido de responder às questões:

- a) Em que medida os PCNs se mostram tradicionais ou inovadores? Explicitar.
- b) Como os gêneros discursivos são tratados nos PCNs?
- c) Faça uma avaliação dos Objetivos do ensino de Língua Portuguesa propostos pelo documento.
- d) Que estratégias poderiam ser desenvolvidas para que a aplicação dos PCNs se tornasse mais efetiva em todo o país?

Uma observação deve ser aqui acrescida. Nas duas sessões de estudo e debate de textos teóricos ou normativos, o que se espera não é a repetição *ipsis*

litteris das ideias dos autores selecionados. Nossa expectativa é de que esses textos sejam problematizados pelos respectivos grupos; que se apontem seus pontos fortes e fracos, suas metas exequíveis e inexecutáveis. Seguem os textos:

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1989, p. 15, 22-23, 33.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 149-160.

BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 15-25.

COSTA, Sérgio Roberto. A construção de “títulos” em gêneros diversos: um processo discursivo polifônico e polissêmico. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 67-76.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 207-220.

ROJO, Roxane. Modos de transposição dos PCNs às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 27-38.

3.1.4. Quarto encontro

A atividade inicial dessa sessão será uma retomada das categorias teóricas já abordadas. Preferencialmente, essa revisão deverá ser conduzida pelos relatores de cada grupo que, por manterem uma documentação escrita do passo a passo da oficina, serão capazes de apontar os construtos teóricos mais pertinentes.

A segunda atividade desta sessão, de produção de textos, terá como estímulo a canção *O meu guri*, de Chico Buarque, gravada em 1981 (1989, p. 196). Depois de se distribuir a letra da música e de ouvi-la, seja interpretada pelo autor, seja por Sandra de Sá, acompanhada de um eventual coro dos alunos – dissemos que a dimensão lúdica nos é essencial! –, procederemos ao sorteio dos trabalhos. Estabelecidas as tarefas e antes que os grupos se reúnam, será necessário que toda a turma troque ideias para chegar a um consenso sobre alguns dados que o texto da canção não explicita:

- a) O nome, sobrenome e apelido do “guri”;
- b) Sua idade;
- c) Seu local específico de moradia;
- d) O nome da mãe;
- e) As circunstâncias de sua morte;
- f) O dia de sua morte.

Os textos a serem produzidos pelos grupos deverão observar as características dos gêneros discursivos a que pertencem. Especial atenção deverá ser conferida à variedade linguística de seus locutores, ao teor mais formal ou mais informal do domínio discursivo em que esses textos irão circular, ao maior ou menor grau de plasticidade que poderão conter. As propostas de textos são as que se seguem:

- 1) Carta ao pai do “guri”, escrita pela mãe, contando o ocorrido.
- 2) Notícia de jornal de cunho popular.
- 3) História da vida do “guri” narrada por sua primeira professora.
- 4) Entrevista com um amigo de infância.
- 5) Artigo de opinião: maioria penal aos 16 anos, prós e contras.

3.1.5. Quinto encontro

Em nosso último encontro, começaremos pela apresentação dos textos produzidos e sua conseqüente apreciação crítica. No revezamento entre as funções de produtores/locutores e de leitores/intérpretes, cada grupo receberá críticas de um determinado grupo e criticará outro, de modo que não haja reciprocidade estrita entre críticos e criticados. As observações, comentários e retificações de quaisquer outros alunos não necessariamente designados para exercer o papel de avaliador(a) serão, no entanto, sempre muito bem-vindos desde que sejam mantidas a ordem de entrada em cena – em primeiro lugar, o grupo previamente encarregado da crítica – e a alternância de interlocução. A ressalva merece ser feita porque, analogamente ao que acontece em aulas de conversação de língua estrangeira, os alunos que mais participam costumam ser os de personalidade mais extrovertida e/ou exuberante. O coordenador deve ficar atento para que o direito de se expressar seja exercido por todos, respeitadas as singularidades de cada participante.

A segunda atividade será o recolhimento dos textos de diferentes gêneros discursivos trazidos pela turma para posterior classificação e arquivamento com vistas à criação de um banco de textos e a uma possível publicação deste material afinado com as diversificadas esferas de circulação social, acrescido de sugestões de práticas pedagógicas por ele inspiradas.

Finalmente, ao término da nossa oficina, será necessário avaliar tanto a ação didática como um todo, quanto cada uma de suas “ferramentas”.

Nossa ideia de avaliação aqui é bastante ampla. Em se tratando de uma oficina-piloto, projetada no papel, mas avessa a reproduzir fielmente modelos já testados, o quesito avaliação deverá contemplar todas as etapas do processo. Assim, os professores/alunos farão, por escrito, suas críticas, orientados por questões sobre:

- a) O arcabouço teórico proposto;
- b) O uso da carga horária pelas atividades programadas;
- c) A seleção dos textos-estímulo;
- d) Os exercícios de produção textual propriamente ditos;
- e) A interação com os membros do grupo;
- f) A divisão das tarefas no grupo;
- g) O sistema de avaliação dos textos produzidos;
- h) A pertinência do “caderno de campo”;
- i) A ideia de se elaborar um banco de textos;
- j) A aplicabilidade de conteúdos e exercícios da oficina na prática docente de cada participante.

Haverá ainda espaço para que sejam computadas falhas, incompletudes, excessos e carências de toda ordem. Essas dissonâncias, juntamente com as iniciativas que tiverem logrado êxito, nos servirão de solo concreto para posteriores reajustes e experimentações.

Palavras (quase) finais

Se nós, ao educarmos nossos alunos, estivermos fazendo aquilo que os parâmetros curriculares recomendam: que nós sejamos capazes de fazer com que nossos alunos tenham a possibilidade de produzir textos dos mais variados gêneros, dotados de coesão, que façam sentido etc., de desenvolver essa capacidade nos alunos, estaremos educando cidadãos conscientes, quer dizer, competentes tanto em termos de produção, como de leitura de texto, de compreensão de texto, porque a leitura não é mera codificação de sinais gráficos. Então, essas habilidades são desenvolvidas, sem dúvida, através dos conhecimentos que a linguística proporciona (KOCH, 2005, p. 127).

Em todas as ocasiões da vida em sociedade, somos convocados a responder, perguntar, explicar, pedir, exortar, concordar, discordar, argumentar, reportar histórias, descrever situações, comportamentos, personagens. Em síntese,

somos chamados a agir discursivamente. No âmbito das trocas linguísticas familiares e íntimas, não enfrentamos maiores obstáculos: o regaço da língua materna nos acolhe e inspira. Todavia, para além dessa esfera de cumplicidade e entendimento tácito, novas habilidades discursivas precisam ser aprendidas, exercitadas, postas em prática. A escola surge como agenciadora de saberes e valores que transcendem a vida estudantil enquanto tal e reverberam nos muitos papéis sociais que desempenhamos ao longo de nossa existência. Os múltiplos modos de dizer, referenciados às incontáveis possibilidades do agir humano, desdobram-se em gêneros do discurso, tema central deste artigo.

As relações entre os gêneros discursivos e o ensino da língua materna no Brasil mostram-se, a nosso ver, um campo de investigação promissor, valendo-se da heterogeneidade mesma de que somos constituídos. Ainda que a teoria dos gêneros tenha sido abordada por muitos pesquisadores nos últimos tempos, suas aplicações em situações de sala de aula necessitam de um desenrolar mais contínuo.

Por esse motivo, a questão maior que perpassou as páginas deste texto vincula-se à necessidade, expressa por Koch no excerto que destacamos acima, de nos tornarmos facilitadores e cicerones dos universos discursivos que nossos alunos precisam adentrar para que participem plenamente do diálogo da *res publica*.

A rigor, a interlocução está aberta a todos. O exercício da docência nos ensina, ao revés, que há no alunado incontornáveis disparidades de repertórios, capitais culturais e experiências anteriores. Ainda que conscientes dessas desigualdades, acreditamos que é possível contribuir efetivamente para que nossos alunos ultrapassem o estágio de meros ventríloquos de ideias alheias e se tornem locutores, leitores, intérpretes e autores críticos.

O trajeto de enunciação que palmilhamos tentou conciliar conteúdos teóricos, disposições normativas e sugestões de aplicação em situações de ensino/aprendizagem.

No início de nossa fala afirmamos que nosso propósito era funcionar como uma conversa ao pé do ouvido de nossos colegas professores. Ratificamos este nosso desejo e esperamos que outras reflexões respondam ao nosso chamado. O enunciado que buscamos construir aguarda, portanto, o ecoar de outras vozes que o acolham, contestem, critiquem e prolonguem.

Por razão análoga, nosso subtítulo relativiza com um *quase as palavras finais*: texto que segue, provisório e inconcluso, à espera das suas réplicas. E já que estamos no solo teórico de Bakhtin, vejamos como ele entrelaça a vida, o diálogo e a utopia de um mundo onde todos deveriam ser, além de ouvidos, reconhecidos:

Viver significa tomar parte no diálogo: fazer perguntas, dar respostas, dar atenção, responder, estar de acordo e assim por diante. Desse diálogo, uma pessoa participa integralmente e no correr de toda sua vida: com seus olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com seu corpo todo e com todos os seus feitos. Ela investe seu ser inteiro no discurso e esse penetra no tecido dialógico da vida humana, o simpósio universal (BAKHTIN, 1961, p. 293 *apud* FARACO, 2006, p. 73).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Cirlene Magalhães. Os PCNs e a formação pré-serviço: uma experiência de transposição didática no ensino superior. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 127-147.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.
- _____. VOLOCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 149-181.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.
- BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 15-25.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. Gênero de discurso. In: _____. MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 249-251.
- A COROA do imperador. In: MEIRELLES, Fernando; LUND, Kátia. *Cidade dos homens* (seriado televisivo). Direção: Cesar Charlone. Produção: Rede Globo; 02 Filmes. Rio de Janeiro, 2002 (30 min), son., color.
- DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Enunciação (2) Bakhtin. In: FLORES, Valdir do Nascimento *et alii*. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 99-101.

- D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. São Paulo: Ática, 1997.
- FARACO, Carlos Alberto. Carlos Alberto Faraco. In: XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana (orgs.). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, 63-70.
- _____. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UFGP, 2007, p. 51-78.
- HOLLANDA, Chico Buarque. O meu guri, [1981]. In: _____. *Chico Buarque, letra e música*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 196.
- HORÁCIO *apud* PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. da USP, 2003, p. 9.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Ingedore V. G. Koch. In: XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana (orgs.). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 123-129.
- MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 151-166.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p.19-38.
- POMPÍLIO, Berenice W.; MORI-DE-ANGELIS, Cristiane C. *et alii*. Os PCNs: uma experiência de formação de professores do ensino fundamental. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem na sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 93-126.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* tomo II. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- ROJO, Roxane. Modos de transposição dos PCNs às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem na sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000, p. 27-38.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.
TODOROV, Tzvetan. Gêneros literários. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Dom Quixote, 1974, p.187-194.

LINGUAGEM E AUTISMO: A QUESTÃO DOS “PRONOMES PESSOAIS”¹

Glória Maria Monteiro de Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: Neste artigo, pretendeu-se colocar em discussão os pronomes pessoais, com o objetivo de tirar consequências para uma melhor compreensão da relação entre sujeito e linguagem, no que toca a criança com diagnóstico de autismo. Tomou-se, como ponto de partida, um confronto entre diversos enfoques da aquisição do pronome pessoal, para fundamentar uma proposta de abordagem desses termos em manifestações verbais de um adolescente diagnosticado como autista. Alguns efeitos decorreram dessa abordagem como, por exemplo, a proposta de que a investigação dos “pronomes pessoais”, de sua singularidade coloca em questão a postura de negação em geral implicada na abordagem do autismo.

PALAVRAS-CHAVE: Pronome pessoal. Autismo. Linguagem. Sujeito.

***ABSTRACT:** In this paper, we intend to put into question the personal pronouns, in order to draw consequences for better understanding the relationship between subject and language, with regard to children diagnosed with autism. The starting point is a confrontation of different approaches as for the acquisition of the personal pronouns, to support a proposed approach of these terms in the utterances of a teenager diagnosed as autistic. Some effects are originated from this approach, such as the proposal that the investigation of “personal pronouns” with their singularity calls into question the attitude of denial generally implied in the approach to autism.*

***KEYWORDS:** Personal pronouns, autism, language, subject.*

1 Este artigo decorreu de um Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq ao qual dirijo meus agradecimentos. O destaque em *aspas* da expressão “pronome pessoal” significa que o uso que dela fazemos tem uma conotação particular, no sentido de uma produção *significante*, diferentemente do sentido implicado na abordagem da categoria gramatical nomeada por esses termos. Assim, todas as vezes em que estivermos nos referindo à fala da criança as *aspas* serão usadas nessa expressão.

Introdução

Assumimos, neste artigo, que o investigador da linguagem da criança, ao estudar as produções infantis com seu estatuto de singularidade, deve tentar escutar a resistência que tais produções opõem a seus modelos teórico-empírico-metodológicos. Nessa direção, De Lemos, Lier-De Vitto, Andrade e Silveira (2004), com relação especificamente às idéias de Saussure, discutem a aplicação da teoria linguística como sua redução a um instrumento de descrição da fala, em busca de regularidades. Por sua vez, destacam que a fala da criança sem dificuldades e a fala com dificuldades ou sintomática – em virtude do seu caráter marcadamente heterogêneo e imprevisível – parecem *resistir* a tal busca de regularidades.

No que toca especificamente o autista – diferentemente do destaque dado, por aquelas autoras, a uma resistência –, é comum, na literatura sobre o tema, conceber a existência de um vazio subjetivo, conforme indicam algumas expressões como: *tomadas desligadas, conchas, fortalezas vazias, papagaio*. No tocante a sua manifestação verbal, embora haja várias discordâncias, predomina a concepção de uma imobilidade, como um traço básico da definição de ecolalia, desde a primeira definição proposta por Kanner (1943): “uma combinação de palavras ouvidas e repetidas como um papagaio.” (p.149), *sem valor semântico ou qualquer caráter de comunicação*. Assim, é comum encontrar, na literatura, afirmações negativas decorrentes da concepção de que não se pode considerar o autista como sujeito; nesse sentido, ele estaria fora da linguagem com as várias consequências que essa exclusão acarreta: por exemplo, suas manifestações languageiras, na sua imobilidade, seriam rígidas, cristalizadas, permanentes, não apresentando, dentre outros aspectos, o funcionamento simbólico, nem o pronome pessoal (ou dêitico de pessoa que exige a reversibilidade entre falante e ouvinte).

Na linha de uma positividade, caminhando na contramão dessas afirmações excludentes, propomos escutar a resistência que crianças com diagnóstico de autismo opõem a noções e proposições teóricas assumidas pelo investigador nessa área.

Nessa linha de *escuta para a resistência*, perguntamos, então: qual seria o estatuto dos “pronomes pessoais” (eu, tu/você, ele...) nas manifestações verbais de adolescentes com diagnóstico de autismo?

Indagamos, ainda, se esses termos fazem parte de um bloco ou se já se inserem em algum tipo de movimento a partir da fala do outro.

Assim, colocando em questão uma postura de negação em relação ao autista, pretendeu-se abrir uma fenda pela qual se possam vislumbrar, nele, algumas possibilidades, particularmente no que diz respeito aos pronomes pessoais concebidos como o lugar onde a subjetividade se constitui.

A perspectiva aqui adotada, implica, em última análise, uma tentativa de evitar a exclusão, ou em outras palavras, uma tentativa de evitar a exclusão do singular, do diferente. Tal exclusão – que tantas consequências negativas traz, nos vários setores da atividade humana –, nesse tipo de investigação da linguagem, significa obscurecer a própria condição de mudança da criança que apresenta um obstáculo na sua trajetória linguística. Dentre as repercussões de natureza teórico-práticas dessa questão, poderíamos apontar para a necessidade de se rediscutir a singularidade representada pela fala sintomática da criança, significando que se deve colocar em discussão, especificamente, no nosso caso, a relação do investigador com essa singularidade. Propomos, então, abordar verbalizações de um adolescente com diagnóstico de autismo, colocando em questão uma postura de negação ou exclusão, através do destaque de uma positividade, ou melhor, através do destaque de uma especificidade ou singularidade.

Tendo em vista essa proposta, iniciaremos com uma discussão sobre os pronomes pessoais, destacando as dificuldades implicadas na abordagem da aquisição desses termos, primeiramente, considerando a ausência de obstáculos específicos na trajetória linguística do sujeito para, em seguida, estendermos essa discussão à questão do autismo.

1. Dificuldades na abordagem da aquisição dos pronomes pessoais

Os pronomes pessoais (eu, tu) têm se constituído numa preocupação que remonta às especulações iniciais sobre a linguagem. De acordo com Robins (1983), já na antiguidade greco-romana, predominou o esforço no sentido de caracterizar o pronome pessoal como uma classe específica de palavras com base nas categorias aristotélicas do *ser*. Foi, então, apontado, segundo esse autor, seu aspecto de elemento que *substitui o nome*, tendo sido acrescentado o caráter de representação de uma *substância sem qualidades*, ou de algo *aprendido de forma indeterminada*.

Esses pronomes são englobados na classe geral sob a denominação de *dêixis* – ou *dêiticos* – concebida, de um modo bem amplo, como “palavras cuja denotação é relativa àquele que fala (este, aquele, eu você, aqui, aí, agora, passado, presente, futuro e os tempos do verbo)”. (LAHUD, 1979, p. 127)

Levinson (2007), na sua postura pragmática, destacou que a classe dos

dêiticos tem sido considerada uma classe particular de referência, uma vez que esses termos não dizem respeito a um objeto (ou estado de coisas) individual (específico determinado), mas, potencialmente, a vários objetos. Nessa perspectiva, para determinar a que objetos o termo dêitico – como por exemplo *isto* – se refere, fazem-se necessárias características do contexto em que ele é produzido: identidade de falantes e ouvintes, objetos indicados potencialmente, lugar, tempo, etc.

Vale, contudo, destacar a grande dificuldade implicada no estudo dessa classe de palavras, dificuldade essa que já vem sendo destacada há algum tempo (Lyons, 1977, Lahud, 1979, Levinson, 2007, dentre outros). Em sua discussão, Levinson (2007) sugere uma falta de clareza no tratamento que os autores dão ao tema, o que pode ser verificado na dificuldade de conceituação, bem como, na impossibilidade de sintetizar as várias tentativas existentes de separar aqueles termos em categorias, além do fato de que essas tentativas estão, inevitavelmente, à mercê das diferenças na postura teórica de cada autor. No que concerne particularmente aos pronomes pessoais, destaca-se um esforço no sentido de uma separação em sub-classes, gerando confusões e contradições, acrescentando-se a dificuldade de uma separação clara dos pronomes pessoais em dêiticos e anafóricos², posto que, em alguns enunciados, é possível que um mesmo termo seja usado, simultaneamente, como dêitico e como anafórico.

Essa falta de clareza conceitual e explicativa reflete-se no campo da aquisição de linguagem e especificamente no que diz respeito aos pronomes pessoais. Nesse campo, recortaremos, portanto, algumas abordagens da aquisição do pronome pessoal, com o objetivo de tornar visível a diferença implicada na abordagem assumida neste artigo.

Autores como Trace (1983), Karmiloff-Smith (1981; 1992), Clark (2001, dentre outros), Deutsch et al, (2001) remetem a aspectos cognitivos ou conceituais a principal explicação para a aquisição de pronomes pessoais pela criança.

Trace (1983) sugere um esquema cognitivo geral de desenvolvimento, dando especial destaque ao egocentrismo e ao deslocamento de perspectivas no diálogo. Segundo esse esquema cognitivo, primeiro não se verifica a distinção entre os contrastes; em seguida ocorre o contraste apenas em algumas situações. Por fim, surge o sistema maduro que consiste no conhecimento de que o centro de orientação é sempre o falante, independente de sua posição com respeito ao ouvinte.

2 O uso anafórico é caracterizado por Levinson (2007) quando um termo se refere à mesma entidade referida por um termo anterior do discurso.

Karmiloff- Smith (1981; 1992), em seu estudo dos pronomes (*he, she, it*), dá ênfase ao percurso de desenvolvimento desses termos, destacando a noção de auto-correções que remete à noção explicativa de uma capacidade de controle interno (*monitoring*) emergente na criança.

Ao estudar categorias emergentes na aquisição inicial da linguagem, Clark (2001), concorda com Budwig (1995), ao destacar que a criança, entre 1:8 e 2:8 escolhe tipicamente um “pronome” (*me* ou *my*) para a auto-referência (*self-reference*), a fim de designar ações, quando ela está no controle da atividade, escolhendo uma forma diferente de “pronome” (comumente, *I*), quando tem relativamente pouco controle sobre a atividade. Assim, a criança distinguiria esses tipos de “pronome” (*me* ou *my* e *I*), ligando-os ao grau de controle que ela estaria exercendo, sem levar em conta a distinção gramatical convencional entre *sujeito-objeto*.

O estudo de Deutsch et al (2001) indicaram que a transição para dêixis de pessoa – para o uso de pronomes pessoais – tem sua condição favorável na criança, depois que o problema conceitual do auto-reconhecimento for resolvido. Em outras palavras, auto reconhecimento visual requer um mapeamento de uma representação de segunda ordem – por exemplo o reconhecimento de uma pessoa numa foto – numa representação de primeira ordem – uma imagem consciente da própria aparência dessa pessoa (p. 309), havendo um mapeamento de conceitos cognitivos em conceitos linguísticos correspondentes. Os autores, além desse mapeamento, consideram essencial à aquisição de pronomes pessoais a aquisição de noções de papéis de fala (*speech roles*), de falante e ouvinte, além de levarem em conta as condições do *input* social.

Convém lembrar ainda um estudo, o de Chiat (1981), considerado clássico no que diz respeito à aquisição do pronome pessoal: trata-se de uma abordagem do fenômeno que se denomina, na literatura sobre o tema, a *reversão do pronome* em que segundo essa autora. “o *Eu* pode se referir ao interlocutor ao invés do locutor, e o *Tu* pode se referir ao locutor ao invés do interlocutor.” (p. 368, tradução minha). Nesse sentido, face a erros como o de uma criança – Matheus, 2:5: *I’m Shula* (*Eu sou Shula*); *Mumum’s Shula* (*Mamãe é Shula*), diante da pergunta do adulto: *Who’s this then? Who Am I?* (*Quem é esta então? Quem sou eu?*) – foi destacada a existência do fenômeno da reversão do “pronome pessoal”, na fala da criança num momento inicial da sua trajetória linguística. Nesse sentido, o termo *I* (eu) estaria se referindo, não à criança (locutor), mas à mãe (interlocutor). No entanto, Chiat (1981) se surpreende com uma *inconsistência* nesse reversão, na medida em que “o pronome de primeira pessoa foi usado inicialmente para o locutor e então para o interlocutor (...).

Isso pode ser contrastado com enunciados análogos que são consistentemente corretos” (p. 367-378, tradução minha).

Vale destacar que, apesar das diferenças entre as abordagens aqui indicadas e ainda que alguns autores, diferentemente de outros, dêem especial realce ao deslocamento de perspectivas, ou de papéis no diálogo e ao egocentrismo, há alguns pontos comuns nas propostas desses autores os quais podemos sintetizar através dos seguintes aspectos:

- A aquisição de pronomes pessoais implica a aquisição de uma categoria especialmente difícil para a criança; a estabilidade no uso dos “pronomes pessoais” ocorre depois que várias categorias lexicais e funcionais já se estabilizaram na fala infantil;

- Há um momento marcado por uma inconsistência, na aquisição dos pronomes pessoais: ora a criança usa corretamente esses “pronomes”, ora ela erra ao usá-los, em situações análogas;

- Quer se levem ou não em conta aspectos interacionais, a explicação para a aquisição dos pronomes é atribuída a aspectos cognitivos ou conceituais, respeitando-se as diferenças entre as várias abordagens. Nesse sentido, o erro é atribuído basicamente a uma falha cognitiva, a um problema conceitual que precisa ser superado, quer seja realçada uma falha no próprio conceito – ou no mecanismo cognitivo subjacente –, no mapeamento entre o conceito e os termos pronominais, ou em ambos.

- Em decorrência desse último aspecto, pode-se dizer que a aquisição de pronomes pessoais é abordada a partir de *indicadores referenciais*. Trata-se, em última análise, de saber a que conceitos esses termos se referem, durante o seu percurso de aquisição pela criança.

A respeito da questão da referência Tomasello (2001) traz o *problema wittgensteiniano* para o domínio da aquisição de linguagem, denominando-o *mistério da indeterminação referencial*. Sugere esse autor que tal mistério recobre a questão de saber como a criança conceitualiza os referentes de expressões e elementos linguísticos específicos. Dentre esses elementos específicos, portanto, podemos dar destaque ao *mistério da indeterminação referencial dos “pronomes pessoais”*.

Quanto ao aspecto cognitivo, Radford (1997, citando Atkinson, 1982) sustenta que as explicações que afirmam que as categorias funcionais são mais complexas do que as lexicais do ponto de vista cognitivo – e que, portanto, só podem ser adquiridos pela criança quando esta atingir um determinado nível de maturidade cognitiva – levanta o problema de que não há forma objetiva de se determinar a complexidade cognitiva, relativa a diferentes itens, e nenhum meio

confiável independente da linguagem para se determinar a capacidade cognitiva da criança, em qualquer estágio do desenvolvimento (pág.405). Radford (1997), tomando por base a proposta gerativista, explica a aquisição do pronome como uma projeção da categoria funcional determinante (gramática funcional) na gramática infantil (gramática lexical). Para essa autora, na (suposta) fase de transição em que ela parece alternar gramática lexical e gramática funcional, a criança já teria atingido o estágio funcional, embora não domine ainda um conjunto integral de sistemas de categorias funcionais. Esse domínio implica, em parte, que ela não teria dominado os aspectos morfosintáticos da relação complexa de concordância, como por exemplo: *What's they doing?* (*O que eles está fazendo?*); *Where is you?* (*Onde está você?*); *Where is me?* (*Onde está mim?*) (p.414).

Vale notar que essa explicação não é aceita de forma pacífica, pelos autores que assumem a abordagem gerativista, havendo discordâncias entre eles (ver, a esse respeito Lopes, 2004; Kato, 1995).

Neste ponto, podemos sugerir que as explicações das dificuldades da criança na aquisição do pronome pessoal são propostas à luz do modelo adulto de uso desses pronomes. Em outras palavras, haveria assimilação das produções infantis a um modelo adulto, ou melhor, haveria uma projeção da categoria de pronome pessoal (ou de algum aspecto dessa categoria) nos termos produzidos pela criança. Nesse sentido, as produções infantis erradas são explicadas, levando-se em conta um maior ou menor distanciamento dessas produções em relação àquela categoria, daí a presença de dicotomias como: maior ou menor uso contrastivo; maior ou menor domínio de uma capacidade cognitiva; maior ou menor domínio de uma gramática; maior ou menor controle sobre uma atividade (no lugar da dicotomia gramatical *sujeito vs objeto*); reversão *vs* não reversão do “pronome pessoal”; maior ou menor domínio da dicotomia *locutor vs interlocutor* (*falante vs ouvinte*).

Por sua vez, não se leva em conta a questão do sujeito ou da constituição da subjetividade como uma questão colocada pelo pronome pessoal. Com base em Lahud (1979), podemos dizer que, mesmo naqueles autores (citados antes) que consideram o egocentrismo, trata-se de uma relação entre o enunciado e o *ego*. Em outras palavras, o conceito de egocentrismo é assumido do ponto de vista de uma experiência do *ego*, portanto, do ponto de vista psicológico.

Destacamos aqui, no tocante à relação entre subjetividade e pronome pessoal, a posição de Benveniste (1988)³. Segundo essa posição, a intersub-

3 Para esse autor, apenas o eu/tu seriam indicativos de pessoa, enquanto que o *ele* seria uma não pessoa; portanto, somente a primeira e a segunda pessoas seriam por ele considerados como pronomes pessoais.

jetividade é inerente à subjetividade a qual, por sua vez, é destacada como a emergência, no ser, de uma propriedade fundamental da linguagem expressa pelo pronome pessoal que pode ser considerado como uma *marca do sujeito*. Esse autor coloca que é identificando-se como pessoa única, pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como sujeito. A respeito da posição de Benveniste, Ducrot (1977) fala da subjetividade como inerente à linguagem, enquanto Lahud (1979) destaca a inserção do sujeito na língua, o que implica, segundo esse autor, a quebra de dicotomias linguísticas, como por exemplo, a dicotomia saussureana *língua vs fala*.

A respeito da quebra das dicotomias linguísticas Milner (1987) coloca que a gramática constrói uma imagem de completude, através de seus estratos, de suas oposições. Entretanto, esse autor aponta para a presença, na própria língua, de elementos heterogêneos, singulares que suspendem seus estratos, suas oposições, isto é, colocam em questão a sua completude. Como exemplo, é destacado o *pronome pessoal* que desestratifica a língua, desfazendo-lhe as divisões entre *som* e *sentido* – pois o sentido do *eu* é a proferição do próprio *eu* – ou entre *menção* e *uso* – pois a definição em menção do pronome exige o próprio uso – ou ainda entre *signo* e *coisa designada* – a coisa designada por *eu* não tem outra consistência, a não ser um certo uso da palavra.

Benveniste, entretanto, ao falar, especificamente, sobre a polaridade das pessoas, coloca:

Polaridade, aliás, muito singular em si mesma, e que apresenta um tipo de oposição do qual não se encontra o equivalente em lugar nenhum, fora da linguagem. Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior” e, ao mesmo tempo, são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. (BENVENISTE, 1988, p. 286-287).

Com fundamento em Milner (1987), podemos dizer que a singularidade do pronome pessoal, ou a quebra das dicotomias através da *inserção do sujeito na língua*, não escapou, em Benveniste (1988), a uma dicotomia, através de uma singularidade que é atribuída ao par *eu vs tu* pelo par *centro* (interior, locutor) *vs exterior* (interlocutor). Acreditamos que, embora não se trate da aquisição de linguagem, com apoio na proposta milneriana, essa dicotomia merecia ter sido problematizada. Em se tratando, contudo, das produções verbais infantis, uma tal dicotomia não poderia se sustentar, ou melhor, não se poderia assumir

a dicotomia *locutor vs interlocutor* – ou qualquer outro tipo de dicotomia a ela relacionada, como por exemplo, *falante vs ouvinte* – quando se escutam “pronomes pessoais” produzidos pela criança no início de sua trajetória linguística.

2. Uma outra abordagem da aquisição dos pronomes pessoais

Assumimos a postura de De Lemos, para fundamentar a posição de uma quebra de dicotomia entre *interlocutor vs locutor*. Essa autora concebe a aquisição de linguagem – a partir de uma leitura de Saussure, Jakobson e Lacan – como uma mudança de posição da criança numa estrutura em que comparecem a língua (Outro), o outro (a mãe, como Outro primordial), e a fala da criança concebida como *corpo pulsional*⁴ capturado pela linguagem.

Vale realçar que a postura assumida por De Lemos (2002, dentre outros) implica escutar a resistência que a fala da criança opõe aos modelos teórico-empírico-metodológicos. Assim, em relação especificamente à aquisição do pronome pessoal, pode-se falar numa escuta para a resistência que a singularidade das produções infantis desses termos opõe às dicotomias já mencionadas antes e, sobretudo, à dicotomia *locutor vs interlocutor* em suas várias roupagens.

Nessa abordagem, no que toca os “pronomes pessoais”, a criança, num momento inicial, reinstaura uma cena a partir da incorporação da fala do outro (mãe). Nesse momento, a criança está ainda à mercê da fala da mãe imediatamente precedente ou não e é somente nela que a criança pode designar e ser designada. Destaca De Lemos (2004) que “os pronomes *eu* e *você* se alternam, mas não designam e, como palavras, seu estatuto se define ainda por fazer parte de uma cena” (p.13), como indica um exemplo paradigmático:

(C sobe numa cadeira, situação em que a mãe a adverte: *Você cai!*)

C: *Chê cai?*

(C. 1:5;2)

Perguntamos se poderíamos considerar essa produção da criança como *marca do sujeito/falante*. Ou ainda: não seria esse “pronome” uma *marca do outro* (mãe), mas que volta diferente – nesse caso, também em relação à entonação – quebrando, portanto, a dicotomia *locutor vs interlocutor* (*falante vs*

4 *Corpo pulsional*, nessa abordagem, significa aquele que demanda interpretação, isto é, corpo articulado na e pela linguagem, diferente da criança concebida como organismo ou corpo biológico guiado pela necessidade.

ouvinte)? Nesse sentido, com fundamento em Lier-De Vitto e Carvalho (2008), pergunta-se: quem fala na fala da criança? A criança ou o outro?

É nesse sentido que essa produção infantil de um “pronome pessoal” quebraria, não apenas a dicotomia *locutor vs interlocutor*, mas aquelas referidas anteriormente. Diante de tal produção, indagamos também: como falar em conceito a que o “pronome” se refere, ou como falar numa capacidade cognitiva, numa gramática ou em problemas conceituais, ou de mapeamento?

Essas questões aparecem com maior visibilidade quando, num outro momento, quando, segundo De Lemos (2004), os “pronomes pessoais” deslizam da cena inicial para outras encenações, havendo grande inconsistência (ou melhor, heterogeneidade), como num exemplo de um jogo simbólico apresentado por essa autora:

(Jogo simbólico: assumindo o papel de uma tia que está doente.)

C: *Eu sou* tia. A tia /a/a *vô/vai* toma / *zá salô*.

(C. 1:6;19)

Essa dificuldade da criança de se deslocar de posições (no exemplo dado, da posição de narrador para a de personagem) fica mais clara no jogo simbólico e na recontagem de narrativas tradicionais, mas acontece também no discurso direto.

Assim, segundo a mencionada autora, “o que está em questão (...) é a posição em que a criança se coloca na cena enunciativa, quer em relação à fala do outro, quer em relação à sua própria fala, quer estando na figura de locutor, quer na de narrador ou personagem.” (DE LEMOS, 2004, p. 13)

Num momento posterior, há um movimento de estabilização dos “pronomes pessoais” e das “concordâncias verbais”, no diálogo, no jogo simbólico e na narrativa, no mesmo momento em que a criança passa a operar com o “pronome de terceira pessoa” (*ele, ela*), tanto dêitico como anafórico.

É, portanto, no segundo momento que se faz mais visível a condição da criança de *estar na língua*, a sua captura pelo funcionamento linguístico, ou ainda, a condição de estar à mercê da língua que resulta numa inconsistência (ou heterogeneidade), ao mesmo tempo em que coloca em questão as dicotomias decorrentes de suposições sobre a cognição, problemas conceituais ou referenciais. Mas, de acordo com essa postura, é também esse *estar na língua* que faz com que:

... os “pronomes de primeira e segunda pessoa” se estabilizem, através do seu desligamento da cena – em que a criança é falada pelo outro – a qual é obliterada/apagada, passando a criança a ser falada pela língua na medida em que “é o seu estar na língua submetida às suas condições estruturais que lhe vai permitir, na fala, circular todos os pronomes ... (DE LEMOS, 2004, p. 24).

Continuando, diz essa autora: “Não se chega, portanto, ao estado estável pelo conhecimento, mas pela divisão do sujeito” (p. 24), divisão entre o *eu* e o *ele* que caracteriza o sujeito da psicanálise, divisão essa, diríamos, entre o *eu* e a *alteridade* representada pela língua.

Dessa abordagem da aquisição dos pronomes pessoais, podemos tirar as seguintes conseqüências para a investigação desses termos na fala da criança que apresenta obstáculo em sua trajetória lingüística, como é o caso do autismo:

- O investigador se desloca para o nível do significante, tentando não se dirigir à fala da criança – especificamente no que concerne aos “pronomes pessoais” – em busca de formas gramaticais, de conceitos, conhecimentos ou intenções.
- O investigador assume a posição de que não há coincidência entre a fala da criança e a do outro (falante), o que traz à tona o fato de que a criança incorpora significantes cujo significado é uma interrogação. Nesse sentido, são colocadas em questão as várias dicotomias atribuídas ao “pronomes pessoal” em seu momento de aquisição, sobretudo a dicotomia *locutor vs interlocutor* (*falante vs ouvinte*).
- a singularidade, a heterogeneidade dos “pronomes” na fala de crianças é efeito de operações da língua que, na sua condição estrutural, movimenta os fragmentos incorporados.
- Para atender, portanto, a essas conseqüências implicadas na abordagem adotada, é preciso assumir uma concepção de sujeito dividido, sujeito da psicanálise.

3. O autista e os pronomes pessoais: um impasse

Propomos que seria somente à luz daquelas conseqüências – inferidas da abordagem da aquisição do pronomes pessoal na perspectiva interacionista de De Lemos (2004), que poderíamos tratar a complexa questão do “pronomes pessoal”, no autismo, sem tomar o caminho da *insuficiência*, da *falha* ou mesmo da *ausência*, mas, das *possibilidades*.

Não parece demais insistir, no que diz respeito ao quadro do autismo e, mais especificamente, ao lugar ocupado pela linguagem nesse quadro, que diversos estudos parecem atravessados por concepções que recortam o *déficit*,

a insuficiência, a ausência e a impossibilidade. Como colocam Cavalcanti e Rocha (2001) tais estudos parecem marcados pela certidão de batismo do autista escrita através da afirmação de Kanner, em 1943, de *uma incapacidade de estabelecer contato afetivo*. Trata-se, portanto, de um *estigma de incapacidade* que, segundo Balbo (2005), seria um rótulo que destitui e incapacita a criança, na medida em que torna o outro incapaz de escutá-la. Esse estigma de incapacidade, de negação, de insuficiência, de falha deixa sua marca no uso de nomeações como aquelas que foram referidas antes.

Convém realçar que a questão da linguagem, no autismo, constitui um solo polêmico de investigação, destacando-se também a existência de um certo paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que a linguagem se impõe como uma questão, na abordagem do autismo, pode-se constatar uma escassez de estudos especificamente sobre essa questão. Tais estudos, por sua vez, seguem a linha do *déficit* de linguagem (como indicam Cavalcanti & Rocha, 2001), seguindo ainda a trilha aberta por Kanner (1943), através de expressões como: *ausência de intenção comunicativa; fala sem valor semântico; ausência de inversão pronominal*. Podemos dizer então que a abordagem do pronome pessoal, do ponto de vista de um *déficit* ou mesmo de uma *ausência*, constitui um problema bastante complexo na investigação da linguagem no autismo. Considerando o sujeito da psicanálise assumido neste trabalho, o problema não é menor. A partir da interpretação dada a algumas propostas lacanianas, assume-se, de um modo geral, que não há sujeito no autismo e os pronomes pessoais, que indicam essa subjetividade, não se fariam, portanto, presentes nas verbalizações de crianças diagnosticadas como autistas.

Assim, a partir de Lacan, o autismo tem sido definido como sendo o efeito de *um fracasso radical na instalação da imagem do corpo*. *Esse efeito marcado pela retração do sujeito sobre seu mundo interior o conduziria à recusa de qualquer contato com o mundo exterior*. (Chemama, 1995).

Dizendo de um modo muito geral e resumido, no pensamento laciano, o sujeito se constituiria a partir da alienação especular no Outro, tratando-se, nesse momento inicial, do Outro primordial, aquele outro que ocupa um lugar na função materna. Em outras palavras, o sujeito se constituiria a partir da possibilidade de se perder – mesmo, paradoxalmente, sem ainda ser – nesse Outro, nele se dissolvendo para assim se constituir, isto é, dissolvendo-se/alienando-se na imagem fornecida pelos outros, para poder constituir sua própria imagem. Essa alienação daria lugar ao movimento de separação, isto é, permitiria que se instalasse o corte simbólico pelo Outro – nesse momento instanciado por aquele outro que ocupa um lugar na função paterna, função de lei, de interdito. (GUERRA; CARVALHO, no prelo).

No autista teria havido, portanto, segundo autores lacanianos, um fracasso no tempo da alienação na constituição do sujeito, o que equivaleria a um fracasso da imagem corporal pela ausência do olhar na relação especular com o outro, isto é, pela ausência de uma mensagem de reconhecimento no discurso daquele que ocupa a função materna – o que, em última instância, resultará no fracasso da instauração da função simbólica, isto é, da constituição do eu (sujeito). Desse modo, o autista teria tropeçado ainda num momento *aquém* do estádio do espelho, tendo sido, portanto, impedido de vivenciar o momento seguinte – o corte simbólico – onde se daria a sua emergência subjetiva.

Lacan (1973) fala ainda numa colagem entre os significantes S1 e S2 (primeira dupla de significantes), usando então o termo *holófrase* (que, na linguística, significa frase constituída de uma só palavra). Segundo a proposta lacianiana, a holófrase impossibilitaria a formação de cadeia pela falta de intervalo entre os significantes. A holófrase, em outras palavras, impediria o desenvolvimento da metáfora do sujeito ou do sujeito como metáfora, na medida em que, nessa perspectiva, a metáfora exige a cadeia para que haja substituição entre significantes. A partir dessa posição, alguns autores dizem que, no autismo, como em outras patologias, o par de significantes se solidifica não havendo intervalo entre eles para a emergência do sujeito.

A esse respeito, a ecolalia é considerada como um *bloco*, com as características de rigidez, permanência e imobilidade.

Assim, a negação da condição de sujeito ao autismo, a partir basicamente dessas duas propostas lacanianas, acarreta outras negações, como por exemplo, a de que o autista está fora da língua (Rodriguez, 1999), ou a suspensão de estudos sobre o pronome pessoal.

Assumimos, contudo, a posição segundo a qual seria uma condição de natureza estrutural – a antecipação –, isto é, uma condição de *vir-a-ser sujeito*, que necessariamente inscreveria vestígios de subjetividade, em qualquer que seja a patologia, a despeito das lacunas e especificidades que venham a marcar tal subjetividade.

Ao se negar essa condição estrutural, caberia então indagar o que seria esse *ser* que, não tendo possibilidade de *vir-a-ser sujeito*, também não seria integrante do reino não humano, não podendo sequer ter sofrido os efeitos de um olhar ou de um discurso de não reconhecimento.

Essa proposta se apóia em Balbo (2004) que fala numa *antecipação virtual* do real. Trata-se, portanto, de uma *virtualidade* que toma outro caminho no autismo. Há, segundo esse autor – que coloco numa citação livre –, uma função simbólica da antecipação do real e de suas virtualidades (p.133) que, no caso

do autismo, encontram, um obstáculo. Tal obstáculo (ou tropeço) se impõe, se o outro familiar não tomar a criança no discurso próprio, dando consistência a esse real percebido. (p.137).

Desse modo, existiriam, em todo bebê, as antecipações, as virtualidades perceptivas que ficariam suspensas, por conta de algum tropeço, de algum obstáculo, ou melhor, tomariam outro caminho, diferente da trajetória da criança que não se deparou com tal obstáculo o qual, por sua vez, é localizado numa falta ou falha no discurso do *outro familiar*. Assim, essas antecipações pressupõem um simbólico que, embora extremamente singular, impede de se considerar o autista como um *não sujeito*, como um fora da linguagem, ao mesmo tempo em que abre uma fenda através da qual as suas verbalizações sejam abordadas do ponto de vista de possibilidades, tentando sair de uma postura de negação, de exclusão. Trata-se, enfim, de uma abertura para que se possa abordar o “pronome pessoal” no autismo, devendo o investigador ficar atento no sentido de tentar escutar as resistências que esses termos oferecem às categorias pre-estabelecidas de pronome pessoal.

Seguem alguns exemplos⁵ para ilustrar essa posição, sendo recortados os “pronomes pessoais” presentes nas verbalizações de Beto que, no momento da filmagem, tinha onze anos:

B: Beto⁶

C: Carlos

N: Nildo

Fb: Fábio

F: Fátima (terapeuta 1)

R: Rosa (terapeuta 2)

A: Ada (terapeuta 3)

Episódio 1:⁷

(Beto pega o carrinho de bebê e corre (estavam brincando/ competindo de corrida). Carlos se dirige a Fátima, incomodado com a *tomada* do carrinho de bebê por Beto.)

5 Esses exemplos fazem parte do conjunto de dados que foram selecionados de um Banco de Dados, sob minha orientação, e analisados por Vasconcelos (2010), na sua Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da UFPE.

6 Beto é o nome do adolescente cujas verbalizações foram recortadas, sendo fictícios todos os nomes utilizados.

7 Os vários episódios exemplificados são descritos neste projeto de forma igual ao que consta no Banco de Dados.

C- Não, me dê! (olhando para Fátima)
(Beto já se encontrava no meio do corredor.)
C- Me dê!
F- Ei, campeão Beto?!
Venha cá, campeão!
(Beto já chegou no portão de entrada da Instituição)
C- Me dê, Beto!
(Beto faz a volta, enquanto Carlos vai lentamente em sua direção.)
B- *Beto dá carrinho de bebê!*
F- “Ah, tu quer trocar agora?!”

Episódio 2:

(Fátima olha para Beto que também a mira, estando este já fora do seu balanço.)
F- Vamo lá!
Eu vou pegar a bola!
(Beto sai do seu balanço, acompanhando Fátima que vai atrás de Fábio, correndo paralelamente a ela.)
B- *Eu vou pegar a bola!*

Episódio 3:

(Fátima se dirige a Nildo.)
F- Espalhar tudo, não!
(Beto dá um toque na bola [com a mão esquerda] e a mesma resvala para o outro lado [direito] da sala. Beto se vira, olhando para o percurso da bola.)
F- Tu...
B- Espalhar tudo... (voz grossa)
F- Pode procurar com calma!
(Beto sai em direção à bola.)
B- *Tu pode... (ininteligível) procurar aqui!* (voz grossa)
(Beto vai pegar a bola que está no chão, ao lado da grande caixa (que ainda se encontra debaixo da janela do fundo da sala).

Episódio 4:

C- Oh, Beto, oh, Beto, tem esse aqui!
(Carlos mostra os objetos no armário.)
B- ... *fui atrás do meu pai...*
Enfim, tudo que você precisa saber...
A- O que foi que ele disse?

(Ada se dirige a Rosa para tentar esclarecer o que Beto falou.)

R- Só entendi: meu pai!

Episódio 5 (Terapeuta brinca com C e B):

F- Tou com preguiça, confesso!

(Carlos se lança para trás, colocando o hidrocor sobre a mesa.)

C- Mas... bora, bora?

(Beto coloca a cabeça perto de Carlos, levanta o olhos e começa a falar. Enquanto fala, ele pega a tesoura com a mão direita e suspende o papelão com a mão esquerda, preparando-se para iniciar a atividade de corte.)

B- *Eu tu tou...*

C- Bora?

B- pre-gui-ça lhe cou-fééés-so!

Episódio 6:

A- Atenção, muita atenção!

(Ada se senta no mesmo local de antes, ou seja, numa cadeira encostada à parede, do lado direito da grande mesa. Beto se movimenta de um lado para o outro, com a mão no rosto, sorrindo.)

B- Páaara, páaara!

C- Olha aqui, eu!

Olha aqui, oh!

B- Oh, páaare!

(Beto volta ao armário, sorrindo.)

R- Oh, Beto!

B- Sai!

(Beto sorri e põe a mão no rosto.)

R- Fica com vergonha, é?!

B- ... *Eu tenho vergonha!* (voz grossa)

Podemos destacar, a partir desses exemplos, a grande heterogeneidade implicada no uso de “pronomes pessoais” pelo adolescente. Vale lembrar que essa heterogeneidade também foi destacada por De Lemos (2004), na fala da criança que não possui obstáculo. Segundo Lier-De Vitto e Andrade (2009), falas de crianças – quer sejam reconhecidas como patológicas ou não – partilham as mesmas características fundamentais: são *faltosas, imprevisíveis e altamente heterogêneas*. No entanto, como diz Lier-De Vitto (2005), trata-se, no caso de falas sintomáticas, de uma *heterogeneidade desconcertante*. Em se

tratando das verbalizações aqui exemplificadas, esse caráter desconcertante ganha especial visibilidade: ora B usa seu nome próprio seguido do significante *dá*, face a um *apelo* de uma outra criança, no episódio 1 (B-*Beto dá carrinho de bebê*); ora ele repete em *bloco* a fala imediata da terapeuta, no episódio 2 (B: *Eu vou pega a bola*); ora extrai significantes (*tu, pode e procurar*) da fala (próxima) da terapeuta juntando-os a um termo (*aqui*) que não aparece num momento próximo, no episódio 3 (B-*Tu pode... [ininteligível] procurar aqui!* [voz grossa]); em outra ocasião, Beto provoca um efeito de estranhamento nas terapeutas, através de uma produção onde aparecem os significantes *fui e você*, produção que, embora *gramaticalmente correta*, não mantém conexão com o que estava sendo dito no episódio 4 (B- *... fui atrás do meu pai... Enfim, tudo que você precisa saber...*); ou ainda, os significantes *eu e tu* aparecem juntos, como no episódio 5 (B- *Eu tu tou*); algumas vezes, o adolescente parece estar usando (corretamente) o “pronomes pessoal”, como no episódio 6 (R- *Fica com vergonha, é?!; B- ... Eu tenho vergonha!* [voz grossa]).

Mais algumas palavras

Diante da *heterogeneidade desconcertante*, no uso dos termos *eu-tu/você*, pelo adolescente com diagnóstico de autismo, poderíamos indagar:

Seria possível falar em pronome pessoal como uma categoria gramatical que implica a oposição *locutor vs interlocutor*?

Seria possível falar em presença (ou ausência) de intenção ou de conhecimento, qualquer que seja sua natureza, conceitual ou referencial?

Poderíamos identificar uma posição assumida por Beto em relação à fala do outro, ou um deslocamento de posições?

Haveria possibilidade de se conceber o uso de “pronomes pessoais”, a partir da re-instauração de uma cena, ou do deslizamento da cena inicial para outras encenações?

Não temos a pretensão de responder a essas questões as quais nos permitiram, entretanto, formular algumas indicações. Nesse sentido, poderíamos indicar que a referida heterogeneidade nos levou a escutar a resistência que as verbalizações do menino opõem a sua descrição por meio das categorias dos pronomes pessoais. Isso significa dizer que não poderíamos, de forma consistente, inserir tais verbalizações na oposição *locutor vs interlocutor* ou em qualquer outra dicotomia dela decorrente. Por sua vez, também pudemos escutar a resistência que essas verbalizações opõem à proposta de identificarmos uma posição estrutural assumida por Beto, em relação à língua ou à fala do

outro e, portanto, não poderíamos supor um deslocamento de posições. Como consequência, teríamos que admitir a ausência de uma possibilidade de ordenação ou de sistematização no uso dos termos *eu-tu/você* pelo adolescente, o que implica também uma impossibilidade de admitir, coerentemente, a presença ou ausência de intenções ou de conhecimentos como explicação para esse uso.

Essa heterogeneidade nos permitiu ainda escutar a resistência que as verbalizações de Beto opõem à proposição de Kanner (1943), assumida por vários autores, segundo a qual o autista não reverte o pronome pessoal. Como vimos, não poderíamos falar em pronome pessoal como uma categoria gramatical e, conseqüentemente, não haveria lugar para uma discussão sobre *reversão* ou *não reversão* do pronome, nesse caso. No entanto, face ao intenso movimento – embora assistemático, desordenado – implicado nos usos desses termos, em relação ao adolescente focalizado, também não poderíamos admitir uma fixidez ou uma imobilidade nas manifestações verbais que contêm esses termos.

Considerando esse movimento, poderíamos, enfim, supor que Beto estaria submetido à língua, sendo atingido por seus efeitos, embora de uma forma muito singular, o que permitiria que ele fosse subtraído a uma escuta de exclusão, de negatividade, ou melhor, permitiria que ele fosse escutado por vários profissionais, não como um fracasso, mas como uma aposta, como um *vir-a-ser subjetivo* ou, nos termos de Balbo (2004), como uma *virtualidade subjetiva* que, na sua singularidade, implica uma promessa de realização.

Referências bibliográficas

- BALBO, G. A língua nos causa. In: VORCARO, A. (org.) *Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias da fala*. Salvador: Álgama, 2004, p.123-150.
- _____. *O autismo é apenas uma melancolia infantil*. Conferência proferida no XXXV Encontro Anual do Centro de Estudos Freudianos do Recife-Pernambuco, 2005.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*, v.1. Campinas: Pontes, 1988.
- BUDWIG, N. *A developmental-functional approach to child language*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1995.
- CARVALHO, G.M.M.; GUERRA, A.G.G. *autisme et langage: l'émergence d'un nouveaux regard*, no prelo.
- CAVALCANTI, A.E.; ROCHA, P. *Autismos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- CHIAT, S. If I were you and you were me: the analysis of pronouns in a pronoun-reversing child. *Journal of child language*, n.9, 1981, p. 359-379.

- CHEMAMA, R. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CLARK, E.V. Emergent categories in first language acquisition. In: BOWERMAN, M.; LEVENSON, S.C. *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 379-405.
- DE LEMOS, C. (2002) Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 42, p.41-70.
- _____ Sobre os pronomes pessoais na fala da criança. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, 2004, p. 3-7.
- DE LEMOS, C.; LIER-DE VITTO, M. F.; ANDRADE, L.; SIVEIRA, E.; Le saussurisme en Amérique Latine au XXe siècle. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 56, 2004, p. 165-179.
- DEUTSCH, W.; WAGNER, A.; BURCHARDT, R.; SCHULZ, S.; NAKATH, J. (2001) Person and the language of singletons. Siblings and twins. In: BOWERMAN, M.; LEVENSON, S.C. *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 284-315.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cutrix, 1977.
- KANNER, L. Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: Rocha, P.S. (org.) *Autismos*. São Paulo: Editora Escuta, 1997, p. 111-170 (texto originalmente publicado em 1943).
- KARMILOFF-SMITH, A. The gramatical marking production of thematic structure in the development of language. In Deutsch, W. (ed.) *The Child's Construction of Language*. London: Academic Press, 1981, p. 123-147.
- _____ *Beyond modularity: a developmental perspective on cognitive Science*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- KATO, M.A. Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. *Letras de Hoje*, v.30, n. 4, 1995, p.57-73.
- LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LACAN, J. Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988 (obra originalmente publicada em 1964).
- LEVINSON, S.C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 (obra originalmente publica em 1983).
- LIER-DE VITTO, M.F. Falas sintomáticas: um problema antigo, uma questão contemporânea. In: FREIRE, M.M.; ABRAHÃO, M.H.V.; BARCELOS, A.M.F. (orgs) *Lingüística aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 317-327.
- LIER-DE VITO, M.F.; CARVALHO, G.M.M. O Interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem. In: Quadros, R. M.; Finger, I. *Teorias de aquisição da linguagem*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 115-146.

- LIER-DE VITTO, M.F.; ANDRADE, L. *Caminhos, descaminhos na aquisição da linguagem*. Trabalho apresentado no Congresso internacional da ABRALIN. João Pessoa-Paraíba, 2009.
- LOPES, R.E.V. Estágios no processo de aquisição de número no DP do português brasileiro. *Letras de Hoje*, v.39, n. 3, 2004, p.157-171.
- LYONS, J. *Semantics*, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MILNER, J.C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- RADFORD, A. Estrutura frasal e categorias funcionais. In: FLETCHER, P.; MAC WHINNEY, B. (orgs.) *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 395-415.
- ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1983.
- RODRIGUEZ, L. O dizer autista. *Escritos da Infância*, n. 6. Publicação do Centro Lídia Coriat de Porto Alegre, POA, 1999.
- TOMASELLO, M. Perceiving intentions and learning words in the second year of life. In: BOWERMAN, M.; LEVENSON, S.C. *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 132-158.
- TRACY, R. Cognitive processes and the acquisition of dêixis. In: RAUH, G. (ed.) *Essays on deixis*. Germany: Tübingen, 1983, p. 99-148.
- VASCONCELOS, K.S. *Sobre os pronomes pessoais na fala da criança*. 2007-2009. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

O ESTATUTO PROSÓDICO DOS NOMES AUMENTATIVOS EM PORTUGUÊS ARCAICO

Thais Holanda de Abreu
Universidade Estadual Paulista - Araraquara

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve discussão do estatuto prosódico dos nomes aumentativos em Português Arcaico (PA), definindo-os como formas portadoras apenas de um acento - o de palavra. Para isso, foi realizada uma descrição do fenômeno fonológico do acento nas formas aumentativas em PA, século XIII, sob a ótica das fonologias prosódica e lexical. O mapeamento de tais formas foi feito por meio das 420 cantigas religiosas em louvor à Virgem Maria, denominadas *Cantigas de Santa Maria* (CSM), compiladas pelo Rei Afonso X e das 431 cantigas de escárnio e maldizer.

PALAVRAS-CHAVE: Aumentativos. Estatuto prosódico. Acento. Cantigas Medievais.

ABSTRACT: This paper introduces a brief discussion about the prosodic status of augmentative words in Archaic Portuguese (AP), defining them as names with one stress - the word stress. For this, it has been described prosodic phenomenon of stress in augmentative forms in AP, 13th century, by way of Prosodic and Lexical Phonology. The mapping of these forms have been done from 420 religious cantigas in honor of Virgin Mary, called the Cantigas de Santa Maria (CSM), compiled by the Alfonso X, and 431 satirical cantigas, called "cantigas de escárnio e maldizer".

KEYWORDS: *Augmentatives. Prosodic status. Stress. Medieval Cantigas.*

Introdução

O objetivo principal deste artigo é discutir brevemente o estatuto prosódico das formas aumentativas no Português Arcaico (doravante, PA), a partir da adjunção dos sufixos de grau *-on(a)* a bases nominais do português medieval. Através do mapeamento nas cantigas religiosas (*Cantigas de Santa Maria*,

doravante CSM) e profanas (*Cantigas de escárnio e maldizer* - CEM¹) de fenômenos prosódicos desencadeados pela adjunção desse sufixo específico, podemos descrever e discutir, baseados na teoria da Fonologia Não-Linear, o estatuto prosódico dos nomes aumentativos como formas simples (um acento principal).

1. *Corpus* e sua importância para um estudo de caráter prosódico

1.1 *As Cantigas Medievais*

O *corpus* utilizado para a análise do estatuto prosódico envolvendo as formas aumentativas em PA foram as cantigas medievais, a saber: as cantigas de Santa Maria e as cantigas de escárnio e maldizer.

As *Cantigas de Santa Maria* foram compostas na segunda metade do século XIII, com autoria atribuída a Dom Afonso X, rei de Leão e Castela, denominado também “o Sábio”. É preciso salientar que a maioria dos estudiosos dessas cantigas, como Parkinson (1998), acredita que nem todas elas são de autoria exclusiva do rei. Segundo Parkinson, (1998, p. 183):

é de suponer que o rei tería acompañado de cerca a estructuración e a composición da obra. Mais en realidade resulta estraño que se teña pensado durante bastante tempo que unha colección de semellante tamaño fose unicamente do Rei Sabio (que tería moitas outras cousas en qué se ocupar). A lóxica indícamos, xa que logo, que non podería o rei ter composto todas as 420 *Cantigas* e, o mesmo tempo, que sendo el poeta non podería non ter composto ningunha delas. (PARKINSON, 1998, p.183)

As 420 *Cantigas de Santa Maria* são, de acordo com Leão (2007, p. 21), líricas ou lírico-narrativas e dividem-se em cantigas de *miragre* (cantigas de milagre, as quais revelam os feitos milagrosos da Virgem Maria; são poemas narrativos) e cantigas de *loor* (cantigas de louvor, que louvam e fomentam a devoção mariana; poemas líricos). No entanto, devido ao fato de as cantigas de milagre revelarem os milagres da Virgem e, conseqüentemente, encerrarem louvores a ela, é possível, no fundo, considerar todas as cantigas como de louvor. As cantigas de milagre nos

1 Abreviatura que será utilizada de agora em diante referindo-se às cantigas de escárnio e maldizer, embora não corresponda, como no caso das CSM, ao título de nenhuma compilação feita na época medieval.

revelam ser predominantes, uma vez que, de acordo com Leão (2007, p. 24), elas aparecem em uma proporção de nove por um, ou seja, para cada grupo de nove cantigas de milagre tem-se uma cantiga de louvor, numerada com dezena inteira.

As cantigas religiosas em louvor à Virgem Maria chegaram até nós por meio de quatro manuscritos antigos,² conhecidos como códices - E: El Escorial, Real Monasterio de san Lorenzo, MS B.I.2 (conhecido como Escorial ou códice dos músicos) – o mais completo de todos; T: El Escorial, Real Monasterio de san Lorenzo, MS T.I.1 (códice rico ou códice das histórias) – considerado o mais rico em conteúdo artístico (sobretudo iconográfico); F: Firenze, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20 (códice de Florença) – que forma um conjunto com o códice Escorial rico, uma vez que as cantigas que contém completam o códice T; To: Toledo, Madrid, Biblioteca Nacional, MS 10.069 – o menor e mais antigo de todos, que contém também um índice de cem cantigas. Atualmente, dois desses códices são guardados na Biblioteca do Escorial (E e T), um na Biblioteca Nacional de Madrid (To) e outro na Biblioteca Nacional de Florença (F).

Em relação às cantigas de escárnio e maldizer sabe-se que são composições que reúnem não somente as sátiras literárias ou maledicências pessoais, mas também as sátiras morais, políticas, assim como os prantos, as tenções e as paródias. Segundo Lanciani e Tavani (1998, p. 9), as cantigas de escárnio e maldizer são o terceiro dos gêneros canônicos produzidos por trovadores e indubitavelmente o menos homogêneo e o mais difícil de identificar e definir:

[...] quando se fala de cantigas de escarnho e maldizer referimo-nos ambigualmente a um conjunto de textos, frequentemente muito diversos entre si por temas e modulações tonais, no qual confluem não só escárnios e maledicências de breve alcance e de interesse estritamente pessoal ou de grupo, mas também sirventeses morais e políticos, sátiras literárias e de costume, queixas e lamentos, tenções e paródias, isto é, todos os textos que não são de qualquer modo assimiláveis às cantigas de amor ou às cantigas de amigo. (LANCIANI; TAVANI, 1998, p.9)

Assim como as cantigas religiosas, as de escárnio e maldizer chegaram até nós por meio de dois manuscritos antigos, os quais também possuem edi-

2 O Grupo de *Pesquisa Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro*, ao qual a autora deste artigo está ligada, constituído por alunos de graduação e pós-graduação na UNESP/Araraquara e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Gladis Massini-Cagliari, tem acesso aos microfílmes desses manuscritos e também a duas edições fac-similadas das *Cantigas de Santa Maria*.

ções fac-similadas que podem ser acessadas pelos pesquisadores do Grupo “Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro”. Um deles é o *Cancioneiro Nacional da Biblioteca de Lisboa*, conhecido também pelas abreviaturas B ou CNB e denominado antigamente de *Cancioneiro Colocci Brancuti*. Segundo Massini-Cagliari (2007a, p.16), esse cancionero é o mais completo entre os três existentes com cantigas profanas galego-portuguesas, pois além de conservar o maior número de textos e autores é o único que apresenta a *Arte de Trovar*. O outro manuscrito é o *Cancioneiro da Vaticana*, conhecido pelas abreviaturas V ou CV. De acordo com Massini-Cagliari (2007a, p.22), possui muitas afinidades com o *Cancioneiro Nacional da Biblioteca de Lisboa*, pois se acredita na hipótese de que os copistas de ambos os cancioneros tenham trabalhado simultaneamente a partir de um único exemplar original distribuído em cadernos.

Massini-Cagliari (2007b, p.122), a respeito da utilização do galego-português presente na composição das cantigas, demonstra, em seu artigo “*Legitimidade e Identidade: da pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria de Afonso X como corpus da diacronia do Português*”, que o galego e o português daquela época não devem ser considerados línguas diferentes, mas sim “uma e a mesma língua”, no que concerne a alguns aspectos prosódicos, como acento, constituição silábica e processos de sândi. A autora, a partir da comparação entre as cantigas profanas (provenientes de Portugal) e as religiosas (provenientes possivelmente da Galiza, mas compiladas em Toledo), ressalta que essas duas vertentes são muito próximas em relação aos elementos prosódicos e que “as distinções lingüísticas [...] não são de tipologia dos fenômenos, mas de frequência. Não havendo distinções tipológicas, não há diferença de sistema”.

Sendo assim, nossa escolha pelas cantigas medievais como *corpus* de pesquisa ocorreu devido ao fato de essas cantigas terem sido compostas no momento fundador do Reino de Portugal e da língua portuguesa, além de serem fonte de riqueza lexical, ou seja, ao apresentarem uma vasta temática, tais cantigas nos permitem encontrar uma maior variedade de palavras aumentativas. Já afirmara Leão (2007, p. 9), “[...] as *Cantigas*, nas brumas da história, coincidem com o momento fundador do Reino de Portugal e também da língua portuguesa”.

1.2 A importância das cantigas medievais para um estudo de caráter prosódico: metodologia utilizada

A metodologia utilizada foi similar à proposta por Massini-Cagliari em seus trabalhos de 1995 e 2005 - por meio da escansão dos versos em que se

encontravam as ocorrências mapeadas, pudemos localizar o acento poético e, conseqüentemente, o acento nas palavras, facilitando a investigação da estrutura prosódica das formas aumentativas e diminutivas de um período da língua em que não existem mais falantes nativos vivos. Pautamos-nos ainda nos trabalhos de Massini-Cagliari (1995, 1999) quando precisamos, em algum momento de nosso trabalho, mostrar o padrão acentual vigente em PA. Além de nos apoiarmos no método proposto pela autora acima, utilizamos também uma pequena parte da metodologia de Mistieri (2010), que trabalha com textos poéticos do tupi antigo, adaptada às características próprias da metrificação em PA pelos trovadores medievais.

Massini-Cagliari (2005) afirma que pouco se sabe a respeito da prosódia do PA, devido ao fato de alguns autores (cf. MAIA, 1986; MATTOS E SILVA, 1989; TOLEDO NETO, 1996) trabalharem prioritariamente com corpora em prosa e terem outros focos de estudo.

Quando se tem como objetivo a investigação de elementos prosódicos [...] de um período de uma língua quando ainda não havia tecnologia suficiente para o arquivamento e transmissão de dados orais, a possibilidade de escolha de material entre material poético e não poético para constituição do *corpus* não se coloca. Como os textos remanescentes em PA são todos registrados em um sistema de escrita de base alfabética, sem qualquer tipo de notação especial para os fenômenos prosódicos, fica praticamente impossível de serem extraídas informações [...] a respeito do acento e do ritmo do português desse período, a partir de textos escritos em prosa. (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.142)

No entanto, em relação a textos poéticos, principalmente com uma métrica fixa, ocorre o contrário, ou seja, a partir da observação de como o poeta trovador conta as sílabas poéticas e localiza os acentos em cada verso podem ser observados os padrões acentuais e rítmicos da língua na qual os poemas foram compostos. Sobre isto já afirmava Allen (1973, p.103): “*metrical phenomena cannot be ignored, since, especially in the case of dead languages, the relationship between poetry and ordinary language may provide clues to the prosodic patterning*”.

Para Abercrombie (1967, p.98), o ritmo da fala corrente é o fundamento do verso. Assim, fala e poesia não se distinguem tipologicamente quanto ao ritmo. Para esse autor, a única diferença entre o ritmo da fala e o da poesia é: na poesia, este se encontra organizado de maneira a produzir padrões recorrentes, que por sua vez são percebidos pelo leitor. Já na fala este fato não acontece.

Considerando os trabalhos acima citados, podemos concluir que a escolha de textos poéticos para se estudar fenômenos prosódicos de uma língua, em seus estágios passados, se mostra eficaz e adequada.

Assim, a partir da escansão do poema em sílabas poéticas, podemos ver os limites das sílabas fonéticas. Por exemplo: por meio da metrificação poética e da definição dos limites das sílabas fonéticas podemos localizar os acentos poéticos e, conseqüentemente, o acento nas palavras, facilitando a investigação de sua estrutura prosódica e permitindo - no caso dos nomes diminutivos e aumentativos - formular hipóteses a respeito de esses nomes serem, no período arcaico do português, derivados (um acento lexical) ou compostos (dois acentos lexicais). Deve-se ressaltar que, para realizarmos a segmentação dos versos e marcarmos as sílabas tônicas, utilizamos em todas as metrificações apresentadas neste artigo alguns Manuais de Versificação Portuguesa e de estudos de poética trovadoresca (cf. Castilho, 1908; Cunha, 1961), os quais por meio das regras de versificação nos auxiliaram na elaboração de um trabalho que se constituísse o mais próximo possível do ritmo do português medieval. Sobre a poética medieval, foi consultada a edição de Tavani (2002) da *Arte de Trovar*, a Poética fragmentária que serve de introdução ao *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, que, entretanto, por estar incompleta, nada traz sobre a forma correta de escandir as sílabas poéticas naquela época.

Com relação à metodologia de Mistieri (2010), utilizamos na análise de alguns de nossos dados o conceito de “verso-chave” desta autora. Segundo ela (MISTIERI, 2010, p.8, grifo nosso),

[...] um verso - chave é aquele que a sua estrutura é preferencialmente constituída por sílabas CV (consoante-vogal), V (vogal), CVC (consoante- vogal-consoante), ou versos nos quais não ocorre nem um tipo de ditongação ou encontro vocálico, fazendo assim com que esse não deixe dúvidas quanto a sua divisão silábica, **além de servir como parâmetro para a escansão dos demais versos** (MISTIERI, 2010, p.8, grifo nosso).

Vejamos agora um exemplo da aplicação da metodologia utilizada:

(1) Cantiga 283: Como Santa Maria de Terena sãou un clérigo da boca que se lle [torçera] mui feramente.

Que/ u/ quis/ des/co/mun/ga/çon 1-3-6-8
di/zer/, non/ di/sse/ ssi/ nen/ non, 2-4-6-8

nen/ ar/ po/de/ mos/trar/ ra/zon, 1-3-6-8
mais/ bra/a/dou/ co/me/ ca/bron. 1-4-5-8

(METTMANN, 1988, p.60)

Observando a metrificação exposta no exemplo, constatamos a existência de versos de 8 sílabas poéticas. Vemos ainda que há uma proeminência na sílaba *bron* (de *cabron* - “cabrão”), uma vez que tal vocábulo está em posição de rima, o que indica que esta palavra é “portadora do acento principal” (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 1998, p.97).

Como podemos observar, os versos expostos em (1) possuem vários outros acentos poéticos e, para marcá-los, utilizamos os critérios de metrificação baseados em consulta a manuais de versificação e estudos sobre poética trovadoresca.

Portanto, a partir do exemplo apresentado, podemos afirmar que tal exemplo trouxe evidências para tentarmos determinar o estatuto prosódico das formas aumentativas.

2. O acento em Português

Em um estudo que pretende definir algumas formas da Língua Portuguesa como portadoras de um acento lexical, precisamos primeiramente saber como o acento é abordado pelos vários estudiosos de nossa língua.

Para Dubois (1973, p.14), em seu *Dicionário de Linguística*, o acento é “um processo que permite valorizar uma unidade linguística superior ao fonema (sílabas, morfema, palavra, sintagma, frase), para distingui-la das outras unidades linguísticas do mesmo nível”. Em outras palavras, este estudioso afirma que o acento é um fenômeno que ocorre em um nível acima do nível do segmento e por isso é chamado de *suprasegmental*. Além disso, na opinião desse autor, o acento desempenha um papel importante (distintivo) na constituição de unidades superiores.

Ao contrário da definição do linguista francês, observa-se o tratamento que os estudos tradicionais (Gramáticas Normativas) dão ao acento. Na maioria dessas gramáticas esse elemento é visto apenas como um sinal gráfico (circunflexo e agudo) inserido em determinadas palavras por meio de algumas regras.

Em Linguística, como já demonstrado pelo pensamento de Dubois (1973), o termo “acento” está mais relacionado à noção de tonicidade da Gramática Tradicional (sílabas átonas e tônicas). Sendo assim, de acordo com Massini-Cagliari e Cagliari (2001), o acento pode ser identificado como um fenômeno que faz com que uma sílaba seja pronunciada de maneira mais saliente do que outra, dentro da palavra.

Câmara Jr. (1985[1970], p.63) afirma que o acento em português possui função distintiva e delimitativa. Na primeira, observamos que a posição da tonicidade do acento (última, penúltima ou antepenúltima sílabas, respectivamente, oxítona, paroxítona e proparoxítona) pode distinguir, semanticamente, vocábulos, por exemplo, em palavras como “sábia” (pessoa inteligente)/ “sabía” (pretérito perfeito do verbo saber)/ “sabiá” (passarinho), “cáqui” (cor)/ “caquí” (fruta), dentre outras. Já na função demarcativa o estudioso estipula valores para a tonicidade das sílabas. Essa função está relacionada, como já afirmara Câmara Jr., ao conceito fonológico de sílabas pretônicas (antecedem à tônica) e sílabas postônicas (sucodem à tônica). Ele sugere que se demarque a sílaba tônica de uma palavra com um grau de tonicidade máximo (grau 3) e que a proeminência acentual pretônica terá grau 1 e a postônica terá grau 0 (cf. exemplo 2 abaixo). O grau 2 será utilizado quando dois vocábulos estiverem juntos, uma vez que a vogal tônica do primeiro reduzirá seu grau acentual para 2 (cf. 3).

(2) ha – bi – li – da – de
1 1 1 3 0

(3) há – bil - i – da – de
2 0 1 3 0

Observando os exemplos acima podemos constatar uma característica do acento também citada por Dubois (1973) - o seu caráter hierárquico -, uma vez que é possível estabelecer vários graus de acento nas palavras e sentenças. Segundo Massini-Cagliari e Cagliari (2001, p.113), o estabelecimento desse grau só é possível se compararmos uma sílaba tônica com as demais da palavra: “Uma sílaba só é tônica ou átona por comparação com as demais. Em termos fonéticos, uma sílaba isolada não é tônica nem átona”. A partir disso, os autores propõem três tipos de sílabas tônicas: as que possuem acento primário (que pode ocorrer na última, penúltima ou antepenúltima sílaba tônica), as que têm acento secundário e as que têm acento frasal.

2.1 O acento primário versus o acento secundário

O acento primário ou acento de palavra é o acento atribuído no léxico, ou seja, no momento de formação de uma palavra. Por exemplo, se pronunciarmos isoladamente uma palavra como “cafezinho”, veremos que há um acento primário ou principal na sílaba *zi*.

Por outro lado, o acento secundário é uma proeminência prosódica que pode ocorrer ou por efeito das regras de euritmia da língua - uma sequência muito longa de sílabas átonas não é aceitável em Português e, por isso, algumas dessas sílabas passam a ter um reforço extra (cf. Massini-Cagliari e Cagliari, 2001, p.114), como em palavras do tipo de “Àraraquára” ou “Pìndamònhan-gába” - ou por fatores lexicais em derivados dos sufixos *-íssim(o,a)*, *-mente* e *-zinh(o,a)*. Neste último caso, a língua tende a evitar dois acentos adjacentes³: o do radical derivacional (que é deslocado para a esquerda) e o do sufixo. Um bom exemplo encontramos na palavra “câfezínho”, que como já sabemos, possui acento primário na sílaba *zi* do sufixo *-zinh(o)* e na sílaba *fê* do radical derivacional. Sendo assim, o encontro de *fê* e *zi* é rejeitado pelo sistema da língua e o acento da sílaba mais à esquerda é deslocado e transformado em uma proeminência secundária: o acento secundário.

Sobre o acento secundário ainda, Collischonn (1994, p.44) e Costa (2006, p. 51) afirmam que este é ritmicamente distribuído, isto é, ocorrem em intervalos regulares. Para Collischonn (1994, p.44), este intervalo depende do número de sílabas pretônicas:

Nas palavras em que o número de sílabas pretônicas é par, o padrão é sempre este: a primeira sílaba é acentuada e cada segunda sílaba à direita desta. Nas palavras em que o número de sílabas pretônicas é ímpar, observamos dois padrões possíveis: (a) a segunda sílaba é acentuada e cada segunda sílaba à direita desta; ou (b) a primeira sílaba é acentuada e o acento seguinte somente cai sobre a terceira sílaba à direita desta. (COLLISCHONN, 1994, P.44)

Como exemplo de palavra com número par de sílabas pretônicas com acento secundário na segunda sílaba temos “dètetive”. Já como exemplo de palavras com número ímpar de sílabas pretônicas temos “àcondicionaménto” ou “acòndicionaménto” e “incomunicabilidáde” ou “incòmunicabilidáde”.

Portanto, segundo Collischonn (1994, p.44), o acento secundário no PB “apresenta uma alternância binária”. Esta mesma estudiosa realiza ainda algumas considerações sobre esse tipo de acento. Segundo ela, o acento secundário não é atraído por sílabas pesadas (terminadas em consoante ou *glide*), como podemos conferir em “lågartíxa”. Sendo assim, ele difere do primário, que depende do peso silábico no momento de sua atribuição (cf. os trabalhos de

3 Quando há esse encontro, denominado pela literatura especializada de choque acentual ou *stress clash*, a Fonologia Métrica propõe a Regra Mova α , que desloca um acento de uma posição de choque para uma de não-choque (cf. Hayes, 1995).

Bisol, 1992, Massini-Cagliari 1995, 1999). Outra consideração feita por Collischonn diz respeito ao fato de o acento secundário ter aplicação no componente pós-lexical, uma vez que “cada membro traz o seu acento de Léxico e não há perda deste acento. [...] A regra do acento secundário poderá então aplicar-se, respeitando os acentos já existentes” (COLLISCHONN, 1994, p.50).

Assim como Collischonn (1994), Costa (2010) também expõe sobre a questão do peso silábico no momento da atribuição do acento secundário, porém para o Português Arcaico (período enfocado por esta pesquisa). Para o autor,

[...] o peso silábico não exerce nenhum tipo de influência sobre a ocorrência do acento secundário, uma vez que o mesmo pode recair tanto em sílabas travadas (a.cos.tu.ma.do, al.ber.ga.ri.a) como em sílabas não travadas (a.fa.zen.da.da, a.pa.re.çu.do). Conclui-se, então, que apenas o acento primário é atraído pelo peso silábico, o qual não exerce atração sobre o acento secundário. (COSTA, 2010, p. 180)

Esse estudioso apresenta também reflexões sobre os padrões de atribuição do acento secundário em PA e chega à conclusão de que tais padrões são parecidos com os expostos por Collischonn (1994) para o PB, exceto pelo fato de que em PA havia três padrões para a atribuição do acento secundário em palavras com número ímpar de pretônicas em contraposição a dois padrões para o PB, conforme aponta a citação a seguir:

se o número de sílabas pretônicas das palavras for ímpar, três padrões podem ser observados. O primeiro padrão mantém a alternância binária, com a ocorrência de um acento secundário na segunda sílaba da palavra e a cada segunda sílaba à direita dessa, até o acento principal. No segundo padrão, temos a ocorrência de um acento secundário na primeira sílaba da palavra e tem-se um intervalo de duas sílabas entre este acento e o acento primário. Já no terceiro padrão, o qual apareceu em apenas uma palavra, composta, apresenta um acento secundário na primeira sílaba da palavra e há um intervalo de três sílabas entre este acento e o acento primário. (COSTA, 2010, p. 180)

Considerando que o acento secundário não é atraído por sílabas pesadas, podemos afirmar, concordando com Collischonn (1994, p.46), que o acento secundário não é atribuído pela mesma regra do acento primário.

2.2 O acento nos nomes aumentativos em Português Arcaico: breve descrição sobre o estatuto prosódico dessas formas

Ao começarmos nossa reflexão, é preciso ter em mente que, para definirmos se determinadas formas linguísticas possuem apenas o acento de palavra (formas simples) ou o acento de palavra e um acento secundário (formas compostas) devemos recorrer à delimitação e definição de palavra fonológica (ω).

A maioria dos estudiosos da área da Fonologia Prosódica é unânime em dizer que o acento primário da palavra é um dos diagnósticos mais intuitivos para a definição do domínio da palavra prosódica. Segundo Vigário (2001, p.23), “*A prosodic word must bear one and only one (word) primary stress*”. Nespor e Vogel (1986) também pensam da mesma forma em sua análise para o Italiano: “*Since a phonological word may contain at most one primary stress, the data [...] show that suffixes form one ω with the stem, while [...] in compound word there must be two ω s*” (NESPOR; VOGEL, 1986, p.130).

Sendo assim, vejamos a seguir a condição de boa formação de uma ω , proposta por Vigário (2001, p.276):

Well-formedness condition on the prosodic word domain

a. A minimal prosodic word has one and only one (word) primary stress

b. A maximal prosodic word has one and only one prominent element (VIGÁRIO, 2001, p. 276) A citação acima nos leva a inferir que independentemente do tamanho da palavra prosódica (mesmo tamanho ou menor que o nó sintático terminal) o que vai defini-la e delimitá-la é o acento primário de palavra.

Agora que já relembramos brevemente os conceitos para delimitação de palavra fonológica propostos por Vigário (2001) e Nespor e Vogel (1986), passaremos a utilizá-los na descrição do estatuto prosódico das formas aumentativas mapeadas. Porém, antes de fazermos tal descrição, apresentaremos a possível localização do acento nas palavras aumentativas por meio da metrificação dos versos em que se encontram algumas ocorrências. Vejamos dois exemplos:

(4) CBN.1497; CV 1107)

E/ se/ri/a/ co/nho/ce/dor 	1-3-6-8
de/ seu /tro/bar/, por/ non /fa/zer	2-4-6-8

os / ou /tros / e/ r ra/dos /se/ er ;	2-5-8
e / e / gua/ r ri/a/ m ui /me/ l hor	2-4-6-8
sen / tro/ b ar/ e/ sen / ci/to/ lon ,	1-3-5-8
pois / per/ deu / a/ voz /e/ o/ son ,	1-3-5-8
por/ que / o/ fe/ r i/an /pei/ or .	2-5-8

(LAPA, 1998[1965], p. 144)

(5) Cantiga 104: Como Santa Maria fez aa moller que queria fazer amadoiras a seu amigo [...]

A/ ques /to/ foi / en/ Ga/ li /za, non/ á / y/ m ui/ gran/ sa/ zon ,	2-4-7 2-4-7
que/ hũ /a/ ssa / ba/ra/ gã /a ou /ve/ un / es/cu/dei/ ron ;	2-4-7 1-3-7
e/ por / quan/to/ s' el /ca/ sa /ra, tan/ gran / pe/ sar / ou/v' en/ ton ,	2-5-7 2-4-7
que/ con / gran/ coi /ta/ ou/ ve /ra o/ si /so/ en /d' a/ per/ der .	2-4-7 2-4-7

(METTMANN, 1988, p.18)

Nos exemplos acima (4) e (5), verificamos a ocorrência de duas formas aumentativas que são, respectivamente, *citolon* e *escudeiron*. Neles percebemos que as palavras *escudeiron* (“escudeirão”) e *citolon* (“guitarra grande”) possuem apenas uma proeminência poética/prosódica.

Ao nos embasarmos nos manuais de versificação e outros estudos consultados, a metrifcação em (4) nos revela que todos os versos desta cantiga possuem oito sílabas poéticas e que na maioria desses versos as sílabas tônicas encontram-se em 1 ou 2, 3, 4, 5, 6 e em 8.

Partindo da metodologia de Mistieri (2010), escolhemos um “verso-chave” para tentarmos justificar a ocorrência das sílabas poéticas em 2 e 8: “e /**e**/gua/**r**ri/a/ **m**ui /me/**l**hor”. Neste verso observamos que há uma sílaba tônica em 2, porque, como já afirmara Cunha (1961, p. 43) em relação à metrifcação de três trovadores específicos (João Zorro, Martim Codax e Paio Gomes Charinho), quando há um encontro da conjunção *e* com uma outra vogal, esta permanece átona e aquela tônica, já que se trata de um monossílabo tônico, na opinião desse autor. Há também uma sílaba poeticamente tônica em 8, pois a palavra “melhor” segue o padrão acentual do PA para as oxítonas - qualquer sílaba pesada na última posição atraía o acento principal (cf. Massini-Cagliari, 1995, 1999). Logo, devido à regularidade métrica presente na lírica medieval, constata-se que a maioria dos versos dessa cantiga também apresentaram sílabas tônicas em 2 e 8.

Porém, dentre esses versos há três exceções, em que as tônicas recaem na terceira sílaba. São os versos primeiro, quinto e sexto. No primeiro verso, isso pode ser explicado pelo fato de que na palavra “seria”, o encontro vocálico de “ia” era solucionado pelos trovadores como um hiato (cf. Cunha, 1961, p. 31) e, no caso do encontro i+a, Cunha (1961) afirma que a vogal *i* poderia ser tônica. Sendo assim, a tônica aparece na terceira sílaba. Por outro lado, no quinto e sexto versos, a tônica cai na terceira sílaba, pois nas palavras “trobar” e “perdeu” constatamos, respectivamente, uma sílaba pesada *bar* e uma sílaba *deu* com ditongo decrescente, ambas atraindo o acento principal (cf. Massini-Cagliari, 1995, 1999; Costa, 2006) e, conseqüentemente, marcando uma tônica na terceira sílaba.

Ao enfatizarmos em (4) a ocorrência de aumentativo *citolon* percebemos que esta palavra possui apenas uma proeminência poética/prosódica. Observando a metrificação dessa cantiga específica, vemos que há o acento principal da palavra em questão na sílaba *lon*, uma vez que tal sílaba é pesada e, conseqüentemente, portadora do acento principal.

Em (5), observamos que todos os versos da cantiga possuem sete sílabas poéticas. Utilizando-nos do verso chave: “A/**ques**/to/ foi/ en/ Ga/**li**/za”, e das informações colhidas em manuais de versificação, constatamos que na maioria deles as sílabas tônicas encontram-se em 2 e 7, no interior dos hemistíquios. Focalizando a ocorrência *escudeiron* em (5), verificamos que tal vocábulo possui somente uma proeminência poética/prosódica, já que a partir da metrificação vemos que há o acento principal da palavra em questão na sílaba *ron*, uma vez que tal sílaba é pesada e, portanto, portadora do acento principal.

Considerando o que Vigário (2001, p. 23) afirma sobre a definição de palavra prosódica - o acento primário da palavra é um dos diagnósticos mais intuitivos para a definição do domínio da palavra prosódica -, podemos inferir que as formas aumentativas em *-on* constituem apenas uma palavra prosódica, pois apresentam somente o acento lexical, como pode ser constatado nas metrificações expostas anteriormente. Sendo assim, podemos descrever o estatuto prosódico dos nomes aumentativos em PA como formas simples.

Se nos utilizarmos de outra teoria fonológica não-linear (a Fonologia Lexical⁴) observaremos na representação feita para as formas aumentativas

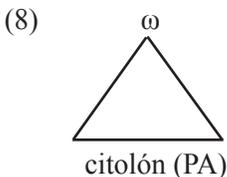
4 Embora comumente denominada como uma teoria não-linear, a Fonologia Lexical pode ser considerada mais apropriadamente uma teoria da gramática, pois tem como um de seus principais objetivos a organização de regras no componente fonológico, as quais podem ser representadas inclusive por meio dos modelos lineares anteriores.

do período arcaico de nossa língua que, a Regra de Atribuição do Acento nos aumentativos em PA é aplicada no interior da palavra (cf. exemplos abaixo), fato este a favor da afirmação de que o sufixo *-on* não é independente de sua base e, portanto, as ocorrências formadas a partir dele recebem **apenas** o acento de palavra.

- | | |
|---------------------|-----------------------------|
| (6) [citól] + on | → Adjunção (Morfologia) |
| [ci.to.lón] | → Silabificação (Fonologia) |
| (x) | |
| ci.to.lón | → Acento |
| /citólón/ | → Nome (<i>output</i>) |
| | |
| (7) [escudeir] + on | → Adjunção (Morfologia) |
| [es.cu.dei.ron] | → Silabificação (Fonologia) |
| (x) | |
| es.cu.dei.rón | → Acento |
| /escudeiron/ | → Nome (<i>output</i>) |

Conclusão

A análise apresentada pretendeu mostrar que o sufixo *-on* não é uma forma independente, mas que precisa ser adjungido a uma base. Sendo assim, verificou-se que, como a Regra de Atribuição do Acento também é aplicada no interior da palavra, temos apenas **uma** palavra fonológica (cf. representação nos exemplos 6 e 7) e, conseqüentemente, um acento lexical, fato este que nos permite classificar os aumentativos do período arcaico da língua portuguesa como formas simples, como pode ser observado na estrutura a seguir:



Referências

- ABERCROMBIE, D. *Elements of General Phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1967.
- ALLEN, W.S. *Accent and Rhythm - Prosodic Features of Latin and Greek, a study in theory and reconstruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- BISOL, L. O acento e o pé métrico binário. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.22, 1992, p. 69-80.
- CÂMARA JR., J. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 1.ed 1970.
- CASTILHO, A.F de. *Tratado de metrifcação portuguesa*. Lisboa: Casa dos Editores, 1908.
- COLLISCHONN, G. Acento secundário em Português. In: BISOL, L (org.) *Fonologia: Análises não-lineares. Letras de Hoje*: Porto Alegre, v.29, n.4, 1994, p. 43-53.
- COSTA, D.S. da. *A interface música e linguística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do Português Arcaico*. 2010. 200f. Tese (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.
- _____. *Estudo do Acento Lexical no Português Arcaico por meio das Cantigas de Santa Maria*. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.
- CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Minas Gerais: Editora Bernardo Álvares, 1970.
- _____. *Estudos de poética trovadoresca: versificação e ecdótica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- DUBOIS, J. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973, p.80, 190, 191.
- LANCIANI, G.; TAVANI, G. *A cantiga de escarnho e maldizer*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- LAPA, M. R. *Cantigas d'Escarnho e Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Portugueses*. 3ª edição ilustrada. Lisboa: João Sá da Costa, 1998. 1ª edição: 1965.
- LEÃO, A.V. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

- MAIA, C. *História do Galego-Português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Cancioneiros medievais galego-portugueses*. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.
- _____. Legitimidade e identidade: da pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria de Afonso X como corpus da diacronia do Português. In: MURAKAWA, C.; GONÇALVES, M.F. (Org.). *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. 1 ed. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial da FCL/UNESP-Araraquara, 2007b, v. 1, p. 101-126.
- _____. *A música da fala dos trovadores. Estudos de Prosódia do Português Arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. 348f. Tese (Livre Docência em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.
- _____. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- _____. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao linguístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português*. 1995. 300f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.
- MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L.C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1, p. 105-146.
- _____. De sons de poetas ou estudando fonologia através da poesia. In: *Revista da Anpoll*, . São Paulo, n.5,1998, p.77-105.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da moeda, 1989.
- METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa Maria (cantigas 101 a 260)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1988 (volume II).
- MISTIERI, F.R. *O acento em tupi antigo*. 2010. Monografia de Conclusão de Curso (Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- PARKINSON, S. As *Cantigas de Santa Maria*: estado das questões textuais. *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, 1998, p. 179-205.
- TAVANI, G. *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Introdução, edição crítica e fac-símile. 2ª tiragem. Lisboa: Colibri, 2002.

TOLEDO NETO, S.de A. *Variação Grafemática Consonantal no Livro de José de Arimatéia (Cod. ANTT 643)*. 1996. 105f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas , Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIGÁRIO, M. *The prosodic word in European Portuguese*. University of Lisbon, 2001. PhD Dissertation.

A ITÁLIA NO HORIZONTE DO CURRAL DEL REY

Zuleide Ferreira Filgueiras
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: A pesquisa trata sobre a influência da imigração italiana na denominação dos logradouros públicos da cidade de Belo Horizonte, visando, por meio da investigação do léxico toponímico, resgatar aspectos históricos e sócio-culturais da capital mineira, na época de sua construção. O estudo alicerça-se na Onomástica e na Toponímia, buscando extrair do nome, expressão linguística que reflete muitos aspectos do ambiente, elementos passíveis de reconstruir o passado. Na pesquisa, optou-se por investigar apenas os antropotopônimos, com a finalidade de averiguar, afora a incidência, aspectos relacionados à memória coletiva do grupo humano analisado.

Palavras-chave: Antropotoponímia; Imigração Italiana; Belo Horizonte

***ABSTRACT:** The research is about the influence of the Italian immigration in the naming process of streets, avenues and public locations in the city of Belo Horizonte. Through the investigation of the toponymical lexicon, this study aimed the rescue of historical and socio-cultural aspects of the capital of Minas Gerais at the time of its construction. The study is based on the Onomastics and Toponymy in the attempt of extracting from a name, the linguistic expression which reflects different aspects of the environment, elements which are susceptible of rebuilding the past. During the research, a decision was made about investigating only anthro-toponyms with the objective of verifying, save the incidence, aspects related to the collective memory of the group of people studied.*

***Keywords:** Anthro-toponymy; Italian Immigration; Belo Horizonte*

Introdução

A linguagem, em sua permanente interação com a sociedade, tendo a palavra como seu principal elemento, consegue configurar a realidade e registrá-la,

capturando os acontecimentos sociais das diferentes épocas e compartilhando dados das mais diversas gerações.

Desde os tempos remotos, os homens criam e utilizam palavras para expressar e denominar tudo aquilo que lhes é sensível aos sentidos, pois, como bem assinalam Oliveira e Isquierdo (2001, p.12), o léxico é o nível da língua que primariamente modela o ambiente externo e, por extensão, cataloga o saber linguístico das comunidades de fala. Dessa maneira, o estudo do léxico leva à compreensão dos conceitos sociais, da vida cotidiana das pessoas que vivem em grupo; enfim, da cultura das sociedades.

Mais do que isso, o léxico, como sentença Lenneberg¹, funciona “como uma fotografia que congela o movimento”, traduzindo a realidade social ao seu próprio estilo. Tanto é assim que a não-equivalência semântica – entre os signos linguísticos das diferentes línguas – acaba comprovando essa diversidade interpretativa do mundo e da sociedade.

Nas palavras de Biderman (2003, p. 88), “a atividade de nomear é específica da espécie humana” justamente porque, ao observar o ambiente à sua volta, o homem necessita identificar cada um dos elementos percebidos e transmitir, aos seus semelhantes, ideias e conceitos acerca dos mesmos.

A atribuição dos nomes, portanto, é o reconhecimento humano da existência de algo, significa adicionar um elemento novo ao universo cognitivo, ao conjunto das coisas que são conhecidas e de domínio, pois tudo que passa a ter nome é algo que circula na esfera de interesse do denominador. Dessa maneira, o nome não é uma mera designação, ele carrega consigo um valor significativo, pois expressa um atributo com o qual o objeto denominado passa a ser identificado, valendo lembrar que o nome próprio, ao contrário do comum, tem características semânticas distintas, já que aponta deiticamente, para o possuidor do nome, sem informar algum significado específico.

Mais do que nomear coisas e objetos, o homem atribui nomes às pessoas e aos lugares e a essa ciência dá-se o nome de Onomástica, que é o estudo da origem e das alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios. Como esses se referem a locais e pessoas, a Onomástica se divide em 2 (duas) disciplinas distintas, porém complementares: a Antroponímia – que trata dos nomes das pessoas; e a Toponímia, que trata dos nomes próprios de lugares. Ambas procuram resgatar significados desaparecidos ou semanticamente esvaziados.

Sobre a importância dos instrumentos onomásticos, como fontes de investigação linguística, é interessante considerar esse valioso apontamento de Dick:

1 LENNEBERG, 1975 *apud* BIDERMAN, 1998a, p. 91.

Exercendo na toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. [...] Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990a, p. 21)

Reconhecendo esse valor informativo dos topônimos, a presente pesquisa buscou, na antropotoponímia urbana de Belo Horizonte, MG, encontrar informações sobre o passado da capital mineira, sobretudo o da época de sua construção, momento que contou com a participação valorosa da mão de obra de imigrantes italianos.

1 A Toponímia

A Toponímia é a disciplina que, dentro dos estudos linguísticos, investiga o léxico toponímico – ou os nomes próprios de lugares – considerando-o como a expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais e históricos de um grupo humano existente ou preexistente.

Constituindo-se em disciplina que caminha *pari passu* com a História, a Toponímia permite, com seus dados, conhecer a relação entre o ser humano e o espaço onde ele vive ou viveu, por meio da análise da motivação do denominador, em sua atitude espontânea ou não de escolher os nomes dos lugares.

Vistos como símbolos carregados de significados, os topônimos fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade e, por isso, refletem as marcas – do saber cultural e histórico – deixadas no ambiente onde foram inseridos.

Sobre esse assunto, Dick afirma que:

O sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza, nesse ato, posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns. (DICK, 1997, p. 42)

A Toponímia, considerada como parte do estudo do léxico, é um dos principais instrumentos promovedores do resgate do léxico desaparecido ou,

pelo menos, semanticamente esvaziado, pois, embora nascida na oralidade, quando ela se materializa em codificações escritas – em cartas topográficas, mapas e plantas, por exemplo – assegura e demonstra, assim como qualquer outro documento formal, os fatores de estabilidade da língua.

Nesse sentido, devido à tendência conservadora do topônimo, qualquer área toponímica pode ser percebida como uma espécie de “sítio arqueológico”, onde é permitido reconstruir, por meio da análise dos vestígios linguísticos e dos significados cristalizados nos nomes dos *topos*, os fatos sociais “desaparecidos”. Sendo assim, os topônimos são considerados um patrimônio, porque, por meio dos mesmos, é possível identificar padrões de ocupação, identidade e diversidade linguística.

O estudo do léxico, na sua variedade toponímica, possibilita o reconhecimento de elementos que atravessaram o tempo, permitindo o resgate da própria substância ontológica do social, pois, como afirma Dick (1990, p. 23), “o topônimo está onerado de uma profunda carga significativa.”

Quando se pensa na denominação dos lugares, automaticamente, cogita-se sobre a questão da referência e o clássico triângulo semiótico dos autores Ogden e Richards (*apud* LYONS, 1979, p. 67) esquematiza, modernamente, a referência, que é “o termo atual para as ‘coisas’ como ‘denominadas’ ou ‘significadas’ pelas palavras” (FIG. 1).



FIGURA 1 – Triângulo semiótico.

FONTE: Ogden e Richards (*apud* LYONS, 1979, p. 67.)

Lyons analisa esse esquema da seguinte forma:

(...) as palavras não “significam” nem “denominam” as coisas, mas se referem às coisas. Feita a distinção entre forma, significado e referente, podemos dar a conhecida representação diagramática da concepção tradicional entre esses três elementos sob a forma de um triângulo (...). A linha pontilhada entre forma e referente significa que sua relação é indireta: a forma liga-se a seu referente por meio do significado (conceptual) associado àquela e a este, mas de maneira independente. Esse diagrama ressalta um fato importante: que, segundo a gramática tradicional, a palavra resulta da combinação de uma forma específica com um significado específico. (LYONS, 1979, p. 67)

Essas reflexões demonstram porque em Onomástica é indispensável lidar com o contexto (o referente) para recuperar o significado do nome e reconhecer o seu percurso gerativo e, nessa perspectiva, a Toponímia tem como um de seus princípios básicos a análise da relação do homem com o meio, no que se refere à designação dos *topos*.

Muitas vezes, a referência se perde no tempo e o topônimo, na qualidade de designador rígido, torna-se uma importante fonte de recuperação da memória que ficou esquecida, já que, como ressalta Seabra (2006, p. 1954), ele é uma entidade que vai além da expressão linguística e envolve, obrigatoriamente, o próprio referente que destaca.

Dessa maneira, acredita-se que a investigação dos nomes atribuídos aos lugares assume relevante papel na compreensão do ambiente que se pretende decifrar, resgatando partes de seu contexto histórico desconhecido e características pouco evidentes de sua população.

Sendo o topônimo um signo linguístico motivado, a toponímia não se ocupa apenas em desvendar a etimologia e a formação dos signos, dedicando-se também à motivação; ou seja, procurando descobrir o porquê da escolha ou quais foram as motivações que animaram o denominador a atribuir determinados nomes aos lugares.

Sobre isso, Guiraud (1980, p. 59) já defendia a convencionalidade – e não a arbitrariedade – como a característica primordial do signo linguístico, pois, segundo ele, um signo linguístico já cristalizado perde sua motivação por meio da convenção, “mas todas as palavras são motivadas em seu ponto de partida.”

Dick, expandido a reflexão sobre a questão das denominações dos lugares, incluiu os centros urbanos, quando ressaltou que:

a rua é o caminho melhorado, do ponto de vista de sua morfologia, e, semanticamente, a rua é um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. A rua tudo testemunha, numa atitude cúmplice de aceitação. (DICK, 1997, p. 31)

Se a rua também é vista como um *topo* – isto é, um lugar, a toponímia urbana, constituída pelos nomes dos logradouros públicos – quando preservada ao longo do tempo, se constitui em relevante fonte de informação histórica e social sobre uma cidade, pois, de acordo com a teoria do francês Jean Brunhes – citado por Seabra (2004, p. 141) –, os nomes podem ser vistos como *fósseis* linguísticos que, sobrevivendo até a atualidade, autorizam-nos a adentrar no universo lexical de épocas pretéritas.

2 A construção de Belo Horizonte e a nomeação de seus logradouros

O espaço geográfico escolhido para a construção da nova capital de Minas Gerais, no prazo constitucional de 1894 a 1897, foi o pacato arraial do Curral Del Rey. Para conseguir transformar o quase nada que era aquela pequena freguesia, emoldurada pelas encostas da Serra do Curral em uma grande metrópole, com amplas avenidas, ruas espaçosas e imponentes edifícios públicos, fazia-se indispensável reunir mão de obra que apresentasse, ao mesmo tempo, conhecimento técnico e qualidade na execução dos serviços.

Todavia, com o País recém-saído da escravidão e não existindo oferta suficiente de trabalhadores especializados na construção de edificações maiores e com fino acabamento, o engenheiro Francisco de Paula Bicalho, novo chefe da Comissão Construtora a partir de 1895, buscando solucionar tal deficiência e prevendo que o período das construções, propriamente dito, exigiria um verdadeiro batalhão de trabalhadores, foi levado a apelar para o serviço de imigração, solicitando à Secretaria da Agricultura, no dia 12 de agosto de 1895, a contratação de imigrantes.

Foi assim que a capital em construção começou a receber milhares de imigrantes trabalhadores, dentre os quais se destacou os de nacionalidade italiana. Segundo levantamentos realizados, pela historiadora Monteiro (1973, p. 173), nos livros de entrada da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa², no período de 1894 a 1901, chegaram a Minas Gerais 47.096 (quarenta e sete mil e noventa e seis) italianos, além de 3.001 (três mil e um) elementos que se declararam originários de regiões e províncias italianas.

2 A Hospedaria Horta Barbosa existiu em Juiz de Fora, Minas Gerais, abriu suas portas em agosto de 1888, no bairro da Tapera, atual Santa Terezinha, e foi desativada na primeira década do século XX.

A presença do imigrante italiano, desde o início da construção da cidade, influenciou a formação do belo-horizontino, pois, habilitados em funções diversificadas, esses italianos trouxeram conhecimentos industriais, especialmente nos ramos da construção civil e da alimentação, inaugurando, posteriormente, dezenas de firmas na capital mineira.

Como se sabe, é costume, nas cidades, nomear vias e espaços públicos (avenidas, ruas, praças, parques e jardins) homenageando pessoas, datas, lugares e acontecimentos relevantes de sua história e cultura. Em Belo Horizonte, a denominação dos lugares foi uma questão pensada desde o seu planejamento, constando, inclusive, na planta original de Aarão Reis³, que utilizou uma lógica de identificação bem definida. As praças, avenidas e ruas, consideradas principais, receberam nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais relevantes para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil, nomes de personalidades que, por seus importantes serviços, mereceram ser perpetuados, e de sentimentos ou de entidades (a Liberdade, a Federação e a República). Os nomes de minerais, de pedras preciosas, tribos indígenas, Estados brasileiros e algumas outras designações foram acrescentados posteriormente.

As avenidas receberam nomes de personalidades históricas: Cristóvão Colombo, Álvares Cabral e Afonso Pena. De rios importantes: do Amazonas, do Araguaia, do Carandaí, do Paraná, do Paraopeba, do Paraúna, do São Francisco e do Tocantins. De formações montanhosas: do Itacolomi e da Mantiqueira e outros nomes em exaltação aos aspectos históricos e sociopolíticos, como: do Brasil, do Comércio, do Império e da Liberdade.

As ruas, de orientação aproximada norte-sul, receberam nomes de Estados brasileiros, sendo que, quando o nome do Estado coincidia com o de algum rio já utilizado – do Amazonas e do Paraná, por exemplo – adotava-se a denominação da capital desses Estados: Manaus e Curitiba. Findos os nomes dos Estados, foram utilizados os nomes das cidades mineiras, como Ouro Preto, Paracatu, Uberaba, etc.. As ruas, de orientação aproximada leste-oeste, receberam nomes de tribos indígenas: dos Tupis, dos Guajajaras, etc., e de vultos históricos, especialmente relacionados à Inconfidência Mineira: Marília de Dirceu, Tomaz Gonzaga, Santa Rita Durão, etc..

Todavia, com o processo de crescimento desordenado por que passou nos seus 115 (cento e quinze) anos de existência, a cidade evoluiu das poucas de-

3 Engenheiro e urbanista paraense nomeado como 1º chefe da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais.

zenas de logradouros – compreendidos no limite da sua área urbana original, a Avenida do Contorno – para os milhares hoje existentes, ocasionando inevitável relaxamento do planejamento, da manutenção e da preservação dos nomes e, mesmo, de seus significados.

Atualmente, de acordo com dados da PRODABEL⁴, a capital mineira conta com 14.271 (quatorze mil, duzentos e setenta e um) logradouros públicos, todos com denominação oficial atribuída. Embora haja uma estreita ligação do indivíduo com a rua onde vive, nem sempre os moradores têm conhecimento de quem foi a pessoa cujo nome foi atribuído à rua onde moram, que fato é marcado pela data que batiza a praça onde seus filhos brincam, nem o que quer dizer o nome da avenida mais próxima da sua casa.

Buscando preencher essa lacuna, a Onomástica, e, mais particularmente, a Toponímia pode ser utilizada como precioso instrumento interpretativo das denominações dos logradouros públicos, fortalecendo os laços de relacionamento do cidadão com o ambiente urbano em que habita.

3 Aspectos teórico-metodológicos, objetivos e composição do *corpus*.

O referencial teórico adotado nesta pesquisa toponímica foi variado e, para tanto, procedemos à leitura de diversos textos científicos de autores que tratam do léxico, da Onomástica e de sua relação com o ambiente, a sociedade e a cultura. As análises apoiaram-se nos fundamentos da Toponímia, da Sociolinguística e da Antropologia Cultural.

Como a pesquisa envolveu a cultura e a sociedade locais, focalizamos aspectos históricos e geográficos da cidade, buscando compreender a sociedade belo-horizontina na época de sua construção.

Considerando a riqueza informativa dos topônimos, enfatizada em vários tópicos anteriores, o principal objetivo da pesquisa foi examinar a atual toponímia urbana de Belo Horizonte, buscando encontrar, nos nomes de suas avenidas, becos, praças e ruas, a memória preservada do imigrante italiano que ajudou a construir e a desenvolver a cidade.

Como objetivos específicos, estipulamos:

- realizar um levantamento geral de todos os logradouros de Belo Horizonte, identificando os que foram denominados por antropônimos de origem italiana;

4 PRODABEL – Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte / Autarquia Pública Municipal.

- conhecer a motivação dessa escolha, por meio de pesquisa no arquivo das leis de nomeação dos logradouros do município, disponível na Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- recuperar a origem e a história desses nomes, por meio de pesquisas em bibliotecas, arquivos, museus, Cemitério Nosso Senhor do Bonfim e, quando possível, junto aos seus descendentes;
- averiguar se os moradores de tais logradouros conhecem a história das pessoas que nomeiam as ruas onde vivem;
- catalogar e descrever, por meio de fichas toponímicas, todos esses antropônimos, construindo um banco de dados;
- observar a ocorrência de variação e de mudança linguística; e
- contribuir, com a pesquisa toponímica, para a recuperação de parte da história social da capital mineira.

Em relação ao *corpus* da pesquisa, o primeiro passo foi delimitar, no universo de 14.271 (quatorze mil, duzentos e setenta e um) logradouros públicos da cidade, a amostra correspondente aos que são nomeados por antropônimos de origem italiana.

Essa delimitação se constituiu, basicamente, em analisar cada um dos nomes de logradouros de Belo Horizonte, sob a ótica do modelo de classificação taxionômica para os topônimos proposto por Dick (1975), objetivando, com isso, separar os antropotopônimos das demais taxonomias, como, por exemplo: astrotopônimos, cromotopônimos, hidrotopônimos, zootopônimos, corotopônimos, etc..

Concluída essa fase, a próxima etapa foi identificar, entre os antropotopônimos, aqueles cujos nomes e/ou sobrenomes eram de origem italiana. Nessa ocasião, contamos com a colaboração de italianos natos; utilizamos a lista telefônica da Itália; consultamos o registro de imigrantes em Minas Gerais, disponível no Arquivo Público Mineiro; informações disponíveis nos Arquivos dos Portos dos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo; consultamos o Catálogo Obituário do Cemitério Nosso Senhor do Bonfim e pesquisamos dicionários especializados, como, por exemplo, o *I cognomi d'Italia: dizionario storico ed etimologico* (CAFFARELLI, E. e MARCATO, 2008) e *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos* (MIORANZA, C., 2009).

Após o trabalho de identificação dos topônimos, chegamos ao total de 462 (quatrocentos e sessenta e dois) logradouros denominados com antropônimos italianos, entre nomes completos, cujos prenomes e sobrenomes eram italianos, e nomes que tinham apenas os sobrenomes de origem italiana.

Realizada essa tarefa, partimos para a pesquisa de campo, visitando, um a um, os 462 (quatrocentos e sessenta e dois) logradouros, para realização de entrevistas, por meio de um questionário dirigido, com 3 (três) moradores de cada um deles. Quando não conseguíamos completar as 3 (três) entrevistas com residentes do local em questão, entrevistávamos moradores ou trabalhadores daquele bairro, que conheciam o logradouro investigado há pelo menos 10 (dez) anos. As entrevistas foram gravadas, resultando no total de 1.386 (um mil, trezentas e oitenta e seis) gravações.

Além das entrevistas, foram fotografadas as placas que sinalizavam os logradouros; isto é, onde estavam estampados os nomes dos antropônimos italianos, identificando os nomes das ruas. Nos logradouros que tinham mais de uma placa, e os nomes apresentavam grafias distintas, foram fotografadas todas as formas variantes.

Buscando dar maior confiabilidade sobre a origem italiana ou descendência italiana das 462 (quatrocentas e sessenta e duas) personalidades, consultamos a legislação municipal que trata sobre a nomeação de ruas, avenidas e praças da cidade e, para tanto, realizamos minuciosa pesquisa, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 273 (duzentas e setenta e três) leis, 74 (setenta e quatro) decretos e 115 (cento e quinze) plantas de bairros.

Finalizando essa etapa, confirmamos, oficialmente, a origem italiana de 183 (cento e oitenta e três) nomes de logradouros e esses, finalmente, formaram o *corpus* da presente pesquisa, juntamente com as 549 (quinhentos e quarenta e nove) entrevistas realizadas nos mesmos. Os 279 (duzentos e setenta e nove) logradouros excedentes, dos 462 (quatrocentos e sessenta e dois) visitados originalmente, e as suas 837 (oitocentas e trinta e sete) entrevistas, foram conservados e serão objeto de análise em nossos estudos posteriores.

Na pesquisa dos 183 logradouros (cento e oitenta e três), visitamos 98 (noventa e oito) bairros distintos, esparsos nas 9 (nove) regionais da cidade. A receptividade dos informantes, em regra, foi muito favorável. Eles se sentiram à vontade e não se incomodaram com a presença do gravador. Cada entrevista durou aproximadamente 5 (cinco) minutos, totalizando quase 38 (trinta e oito) horas de gravações.

Considerando o grande número de informantes e o objetivo primordial da pesquisa – que era identificar se o munícipe: 1) sabia ou não o nome do logradouro; 2) conhecia a personalidade que dava nome à sua rua; 3) identificava a origem daquele nome; 4) conhecia o logradouro por outra denominação, além da oficial – optou-se por aplicar um questionário padrão, no intuito de obter respostas objetivas.

À medida que realizávamos as entrevistas, fazíamos as transcrições das pronúncias dos entrevistados em relação ao antropotopônimo de origem italiana. É importante ressaltar que o objetivo não era realizar uma transcrição fonética, em sentido *strictu*, mas uma transcrição ortográfica adaptada, já utilizada pelas equipes dos Projetos “Filologia Bandeirante”⁵, “Pelas Trilhas de Minas: as Bandeiras e a Língua nas Gerais”⁶ e, mais recentemente pelo “ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais”⁷. Destacamos, ainda, que essa transcrição ortográfica adaptada só privilegiou o antropotopônimo, que é o nosso objeto de pesquisa.

Elaboramos, assim, um total de 549 fichas, assim classificadas:

- 183 (cento e oitenta e três) fichas de transcrições [uma ficha para cada logradouro, contendo 549 (quinhentas e quarenta e nove) entrevistas no total];
- 183 (cento e oitenta e três) fichas das motivações (contendo dados biográficos dos antropônimos);
- 183 (cento e oitenta e três) fichas toponímicas (contendo informações sobre o logradouro, sobre o antropônimo italiano que o nomeia, a sua fotografia, a imagem da planta do bairro, as fotografias das placas encontradas no local e os seguintes dados: forma como o nome está grafado na planta, nas placas e nas entrevistas que gravamos com os moradores).

4 Apresentação dos dados e análise dos resultados

Concluídas as pesquisas e o trabalho de campo, obtivemos uma série de dados que foram tabulados e analisados, dentre os quais destacamos, neste artigo, os mais relevantes.

Em relação à localização dos 183 (cento e oitenta e três) antropotopônimos nas regionais da cidade, constatamos que a maior parte insere-se na Regional Pampulha, onde se concentram 35 (trinta e cinco) nomes, 19% do total. Em seguida, surgem as Regionais Barreiro e Venda Nova que reúnem, cada uma, 24 (vinte e quatro) antropotopônimos, o que corresponde a 13% dos logradouros visitados. A Regional Leste é a que apresenta o menor número de ocorrência; isto é, apenas 10 (dez) logradouros, contemplando um pouco mais de 5% do cômputo geral.

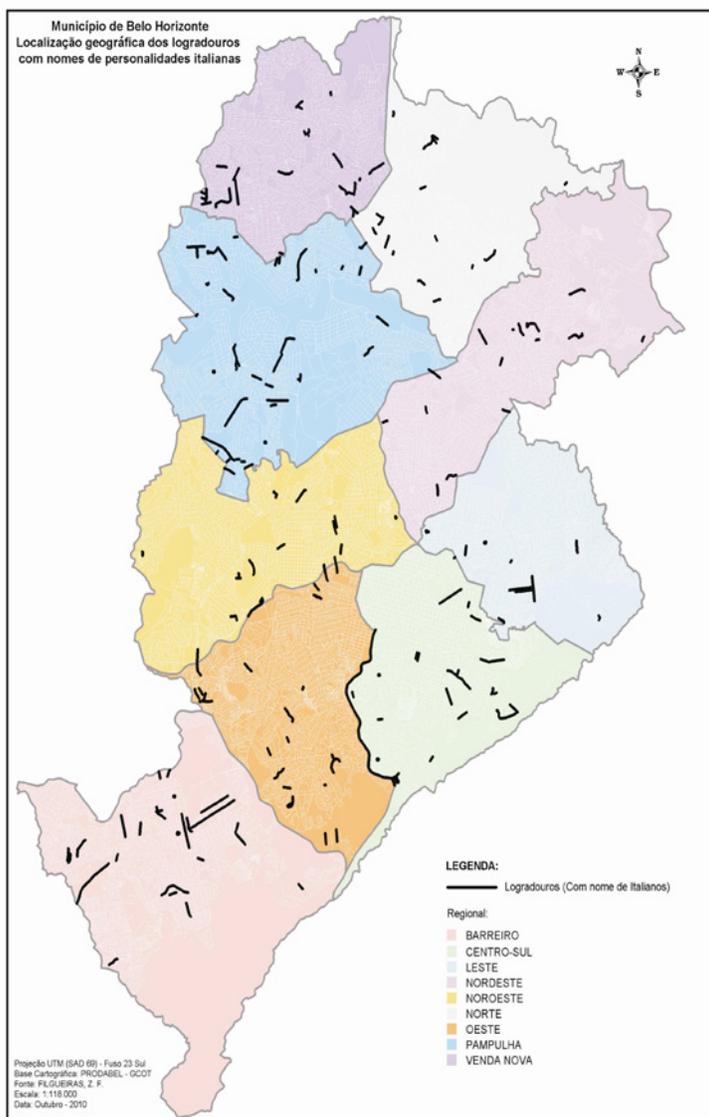
5 MEGALE (2000)

6 Projeto coordenado por COHEN, financiado pela FAPEMIG. FALE/UFMG.

7 Projeto coordenado por SEABRA. FALE/UFMG.

A grande representatividade de logradouros na Regional Barreiro, que ficou, juntamente com Venda Nova, em 2º lugar, pode ser explicada pela forte presença de imigrantes italianos, desde 1895, na chamada Colônia Agrícola do Barreiro.

O MAPA 1, a seguir, demonstra a distribuição dos logradouros no município e nas suas 9 regionais.



A maior parte dos logradouros, como se constata, pela análise do GRÁFICO 1, a seguir, localiza-se na Regional Pampulha, onde se concentram 35 (trinta e cinco) nomes, 19% do total. Em seguida, surgem as Regionais Barreiro e Venda Nova que reúnem, cada uma, aproximadamente, 24 (vinte e quatro) antropotopônimos o que corresponde a 13% dos logradouros visitados. A Regional Leste é a que apresenta o menor número de ocorrência, isto é, apenas 10 (dez) logradouros, contemplando um pouco mais de 5% do cômputo geral.

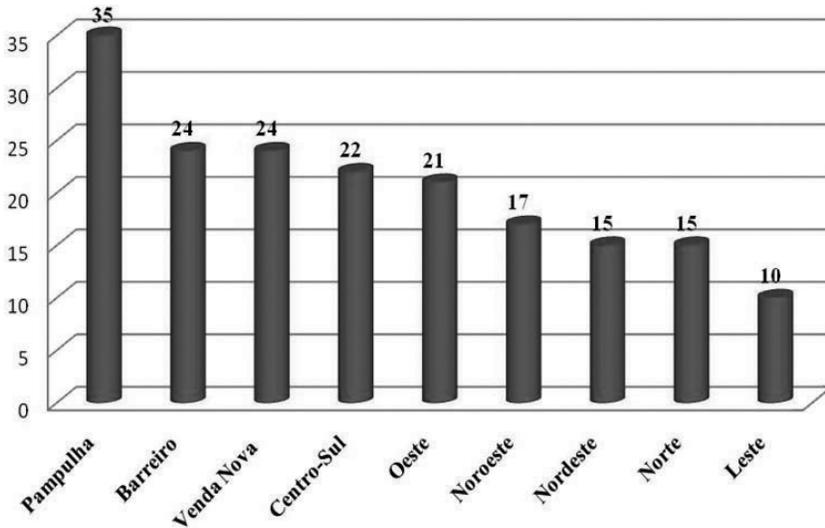


GRÁFICO 1 – Logradouros com antropônimos de origem italiana, dentre os 183 visitados, classificados pelas 9 Regionais de Belo Horizonte

FONTE: FILGUEIRAS, Z. F. 2011.

Analisando as regiões italianas de origem das personalidades que dão nomes aos 183 (cento e oitenta e três) logradouros investigados, descobrimos que a maior parte procedeu do Veneto; isto é, 33 (trinta e três) nomes, que contabilizam 18,03% do total. Em segundo lugar, figuram 3 (três) regiões – Emilia-Romagna, Lazio e Lombardia –, cada uma delas responsável por 21 (vinte e um) antropônimos, o que, em dados percentuais, corresponde a 11,48%.

Salientamos que, nesta pesquisa, consideramos, também, como parte do nosso *corpus* de antropotopônimos, as formas toponímicas nomeadas por Dick (1990, p. 32) como axiotopônimos – “topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais”. Seguindo essa natureza toponímica, registramos 26 (vinte e seis) dados, correspondendo a

14,21% do total estudado, a saber: *Rua Arquiteto Morandi, Rua Arquiteto Raffaello Berti, Avenida Deputado Antônio Lunardi, Rua Doutor Alexandre Sartori, Rua Doutor Américo Gasparini, Rua Doutor Américo Gianetti, Rua Doutor Fernando Scarpelli, Rua Doutor José Greco, Rua Doutor Ronald Marçolla, Rua Doutor Sylvio Menicucci, Rua Doutor Thomaz Muzzi, Rua Engenheiro Amaro Lanari, Rua Engenheiro Carlos Antonini, Praça Engenheiro Lenine Savini, Rua Expedicionário Celso Racioppi, Rua Madre Gertrudes Comensoli, Rua Madre Mazzarello, Rua Maestro George Marinuzzi, Praça Padre Alfredo Sabetta, Praça Padre Dino Barbiero, Rua Padre Francisco Scrizzi, Rua Padre Paulo Rególio, Avenida Professor Alfredo Balena, Rua Professor Manoel Cassanta, Rua Professor Mário Casassanta e Rua Professor Ziller.*

Sobre os dados orais, coletados nas 549 (quinhentas e quarenta e nove) entrevistas com os moradores dos 183 (cento e oitenta e três) logradouros, destacamos resultados apresentados a seguir.

Para a questão formulada “você sabe quem foi essa pessoa?”, apenas 179 (cento e setenta e nove) informantes, ou seja, 32,60% dos 549 (quinhentas e quarenta e nove) entrevistados, afirmaram que sabiam quem era a personalidade que nomeava o logradouro. Uma ressalva: dos que afirmaram saber, apenas 74 (setenta e quatro) – 13,48% – acertaram; 88 (oitenta e oito) – 16,03% – erraram, e não foi possível confirmar o erro ou o acerto de 17 (dezessete) informantes (3,09%), por não termos tido acesso a informações sobre as profissões de alguns homenageados.

Para os 179 (cento e setenta e nove) informantes que “souberam dizer” quem foi a personalidade, independentemente de terem acertado ou não, a maior parte, 17,88% do total, acredita que os antropônimos que nomeiam os logradouros onde vive pertencem a políticos. Em seguida, a resposta mais frequente foi “antigo morador do bairro”, com 15,10%. Vale a pena destacar que apenas 1 (um) informante, em uma situação, respondeu que o nome era de uma família italiana.

Respondendo à questão “você sabe a origem do nome dessa rua?”, nossos informantes (86,70%), a maioria, dizem conhecer a origem do antropotônimo. Entretanto, apenas 16,98% dos entrevistados sabem que os nomes são de origem italiana; a maioria, 19,08%, acha que pertencem a brasileiros e 63,94% apontam procedências diversas: espanhola (12,16%), portuguesa (11,53%), francesa (9,43%), estrangeira (8,80%), alemã (4,60%), indígena (4,61%), holandesa (2,73%), grega (2,10%), inglesa (1,89%), africana (1,68%), árabe (0,84%), irlandesa (0,63%), dinamarquesa (0,42%), europeia (0,42%), hebraica (0,42%), aramaica (0,21%), australiana (0,21%), castelhana (0,21%), iraniana (0,21%), nipônica (0,21%), persa (0,21%), tupi (0,21%) e turca (0,21%).

Buscando averiguar a incidência de toponímia paralela, analisamos as respostas dadas à questão “a rua é conhecida por outro nome?” e obtivemos os seguintes resultados: 318 pessoas (57,92%) disseram que sim, 227 (duzentos e vinte e sete) entrevistados (41, 35%) disseram que não e outros 4 (quatro) – 0,73% – disseram que não sabem.

Sobre a variação e mudança linguística, constatamos que 83,61% dos antropotopônimos apresentaram variação ou mudança, seja dos mapas para as plantas ou dessas para as placas ou, ainda, nos dados orais, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) ocorrências. Não houve variação ou mudança; isto é, os nomes se mantiveram sem alterações, em 30 (trinta) dados, correspondendo a 16,39% dos antropotopônimos.

Assim, tivemos casos como:

I. Adequações fonético-fonológicas

- a) Algumas adaptações fonético-fonológicas na antropotoponímia ocorrem como consequência de analogia; isto é, o falante, em contato com um antropotopônimo que não integra seu saber linguístico, tende a modificá-lo. São exemplos dessas ocorrências os casos apresentados no QUADRO 1, a seguir:

QUADRO 1 – Exemplos de ocorrências de adequação fonético-fonológica por analogia

Nome oficial do logradouro	Variante encontrada
Rua Athur Lucchesi	Rua Arthur <i>Lucrecio</i>
Rua Domingos Riccardoni	Rua Domingos <i>Ricardão</i>
Rua Ettore Corrieri	Rua <i>Heitor Cornélio</i>
Praça Salvador Morici	Praça Salvador <i>Moacir</i>

- b) Os metaplasmos de subtração, que se dão quando um ou mais fonemas desaparecem no vocábulo, ocorreram em alguns de nossos dados. Assim, identificamos casos de aférese, síncope e apócope, como, por exemplo, os apresentados no QUADRO 2, a seguir:

QUADRO 2 – Exemplos de ocorrências metaplasmos de subtração

Nome oficial do logradouro	Variante encontrada
Rua Padre Francisco Scrizzi	Rua Padre Francisco <i>Cris</i>
Rua Aquilino Cardinali	Rua <i>Aquino</i> Cardinale
Rua Aquilino Cardinali	Rua Aquilino <i>Cardinal</i>

II. Adaptações gráficas

Alterações gráficas foram encontradas como reflexos da adaptação da língua italiana ao sistema fonético-fonológico do Português Brasileiro, como, por exemplo, as que estão dispostas no QUADRO 3, apresentado em seguida:

QUADRO 3 – Exemplos de ocorrências de adaptações gráficas

Nome oficial do logradouro	Variante encontrada
Rua Afonso Ricaldoni	Rua Afonso <i>Ricardone</i>
Rua Agrippino Grieco	Rua <i>Agregino</i> Grieco
Rua Antônio Falci	Rua Antônio <i>Falsi</i>
Rua Veraldo Lambertucci	Rua Veraldo <i>Lambertusse</i>
Avenida Raja Gabaglia	Avenida Raja <i>Gabalia</i>

III. Lexical

Oscilação no emprego de um ou outro topônimo como exemplificamos no QUADRO 4, a seguir:

QUADRO 4 – Exemplos de oscilação no emprego do topônimo

Nome oficial do logradouro	Variante encontrada
Viaduto Ângelo Pedersoli	Viaduto <i>Santa Quitéria</i>
Rua Fernando Tamietti	Rua <i>da Matriz</i>
Beco Augusto Papine	Beco <i>Padre Café</i>
Rua Rosa Zandona	Rua <i>do Cerrado</i>

Em vários antropotopônimos, observamos a simplificação da dupla consoante, especialmente nos dados da linguagem escrita recolhidos no Mapa Oficial do Município (Mapa do Município de Belo Horizonte. PRODABEL, 2001) e nas plantas dos logradouros. Dessa maneira, foram encontrados, por exemplo, os casos registrados no QUADRO 5, disposto em seguida.

QUADRO 5 – Exemplos de ocorrências de adaptações gráficas

Nome oficial do logradouro	Variante encontrada
Gennaro	<i>Genaro</i>
Baggetti	<i>Baguete</i>
Dinelli	<i>Dineli</i>
Filizzola	<i>Filizola</i>

Em relação à substituição lexical, observando a legislação municipal, constatamos que do total de 183 (cento e oitenta e três) logradouros visitados, 101 (cento e um) deles, correspondentes a 55,19% dos dados, tiveram, anteriormente, outras denominações.

Considerações finais

Investigando a antropotoponímia de origem italiana, presente na capital mineira, tendo em vista a dinamicidade da língua, constatamos que não há como desconsiderar os impactos da cultura e da própria realidade social, nos seus processos de formação, fixação e manutenção.

Confirmamos que grande parte das personalidades de origem italiana – que dão nome aos logradouros da presente pesquisa – contribuiu, efetivamente, para o progresso e o desenvolvimento dessa capital. Muitos imigrantes vieram para a cidade em decorrência da sua construção e, por isso, eram, quase todos, arquitetos, empreiteiros, mestres de obras, pedreiros, comerciantes, lavradores, paisagistas, empresários e artistas – porém, aproveitando a capacidade de empreendimentos da cidade emergente, assumiram, em várias ocasiões, mais de uma função.

Os resultados da pesquisa, em relação à possibilidade de recuperação de parte da história do município, foram positivos, pois conseguimos resgatar, após a análise do *corpus*, a pesquisa de campo e as investigações históricas, relevantes elementos informativos sobre o passado da capital mineira.

Em relação à representatividade dos 183 (cento e oitenta e três) antropotônimos para os 549 (quinhentos e quarenta e nove) informantes entrevistados, os dados revelaram desconhecimento bastante significativo, como constatado com os resultados da questão “você sabe quem foi essa pessoa?”. Dos 179 (cento e setenta e nove) informantes que afirmaram saber, apenas 74 (setenta e quatro); isto é, 13,48% do total dos 549 (quinhentos e quarenta e nove) entrevistados, acertaram quem era a personalidade que dava nome à sua rua.

Sobre retenção, variação e mudança, observamos que o índice de retenção, 16,39%, foi muito inferior ao de variação e ao de mudança, que chegou a 83,61%, evidenciando que, por se tratar de língua estrangeira havendo, portanto, perdas de referências denominativas, as variações e mudanças linguísticas foram favorecidas.

Outro fenômeno observado, durante o exame dos documentos pesquisados, foram as adaptações dos prenomes. Assim, em vários casos, encontramos, por

exemplo, o nome Domenico registrado como Domingos, Giuseppe como José, Luigi como Luiz e Francesco como Francisco.

Se os nomes de ruas têm o objetivo de guardar a memória da cidade, por meio de homenagens a figuras públicas, munícipes eminentes, datas comemorativas, eventos coletivos marcantes na vida das pessoas, é importante se pensar na conservação dessa memória, para que ela não se perca com o passar do tempo. Por isso, foi muito interessante entrevistar e conversar com os 549 (quinhentos e quarenta e nove) informantes que colaboraram com essa pesquisa, conhecendo suas opiniões sobre a cidade e seus topônimos.

Observá-los em suas narrativas, entrar em contato com o imaginário coletivo e perceber, dentro do conjunto, as imagens construídas individualmente, reveladas pelo olhar singular de cada um sobre uma mesma realidade, significou experimentar um universo variado de interpretações, confirmando a tese de que reconstruir o passado não é privilégio do historiador.

Isso posto, para encerrar este artigo, valemo-nos da afirmação de SILVA, para quem

o léxico de todas as línguas é essencialmente marcado pela mobilidade; as palavras e as expressões, com elas construídas, surgem, desaparecem, perdem ou ganham significações, de sorte a promover o encontro marcado do falante com a realidade do mundo biosocial que o acolhe: o homem e o mundo encontram-se no signo. (SILVA, 2000, p. 142)

Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M.T.C. Dimensões da Palavra. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 2. São Paulo: UNESP, 1998a, p. 81-118.
- _____. *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade*. In: *Alfa*, v.47, n. 1, p. 53-69, 2003.
- BRUNHES, J. *La Geographie Humaine*. Paris, 1925.
- CAFFARELLI, E.; MARCATO, C. *I cognomi d'Italia: dizionario storico ed etimologico*. Torino: UTET, 2008. 2 v., L+1822p.
- COHEN, M. A. A. M e DOGLIANI, E. J. A. A. M (Orgs.). *Pelas trilhas de Minas: a língua das Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 1, 270p. 2011.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxionomias toponímicas: uma contribuição metodológica. *Separata da Revista Língua e Literatura*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 4, p. 372-380, 1975.

- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- _____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- _____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997.
- FILGUEIRAS, Z. F. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. 348f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.
- LENNEBERG, E. H. & LENNEBERG, E. (Ed.) *Foundations of language development: a multidisciplinary approach*. New York: Academic Press, 1975.
- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. (Coleção Letras e Linguística, v. 13)
- MAPA do município de Belo Horizonte, 2001. Compilado pela equipe técnica da Diretoria de planejamento urbano. Belo Horizonte, Prodabel, 2001. Escala 1 : 25.000. Legenda, colorido.
- MEGALE, H. (Org.). *Filologia Bandeirante. Estudos I*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- MIORANZA, C. *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 415p.
- MONTEIRO, N. G. *Imigração e colonização em Minas Gerais: 1889 a 1930*. Belo Horizonte: Cooperativa da Fundação Cultural de Belo Horizonte, 1973.
- OGDEN; RICHARDS *apud* LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. (Coleção Letras e Linguística, v. 13)
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001.
- SEABRA, Maria Cândida T. C. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Orientadora: Maria Antonieta Amarante de Mendonça Costa. 2004. (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 368p.
- _____. Referência e onomástica. In.: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Orgs.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2006, v. 1, p. 1953-1960.

SILVA, M. E. B. O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia. In: AZEREDO, J. C. (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1, p. 142-146.

JÚLIO RIBEIRO POLEMISTA: UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DAS QUERELAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Maurício Silva
Universidade Nove de Julho

“Das polêmicas que tenho ferido nem uma só foi provocada por mim: eu não sei atacar, eu só sei defender-me, eu só sei vingar-me.”

Júlio Ribeiro

RESUMO: O presente artigo analisa alguns conceitos gramaticais de Júlio Ribeiro, destacando sua prática gramatical e suas polêmicas linguísticas, sob a perspectiva teórica da Historiografia Linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Júlio Ribeiro, Gramática, Português, Historiografia Linguística, Polêmicas

ABSTRACT: *The present article analyzes Julio Ribeiro concepts of grammar, and point out some aspects of his grammatical practice. Furthermore, it analyzes some Ribeiro's linguistic polemics, on Linguistic Historiography perspective.*

KEYWORDS: *Julio Ribeiro, Grammar, Portuguese, Linguistic Historiography, Polemics*

Dos últimos anos do século XIX até a terceira década do século XX, a historiografia linguística brasileira conheceu um momento, no mínimo, instigante, em que, ao lado de um saber metalinguístico que acusava um lastro positivista de cunho lusitanizante, proliferava toda sorte de acirradas disputas linguísticas, como as célebres querelas gramaticais, as intermináveis reformas ortográficas ou ainda as discussões acerca dos tão debatidos estrangeirismos.

Sabemos ser esse período, como sugere, num de seus ensaios, Cavalcanti Proença (PROENÇA, 1959), uma época de particular *efervescência gramatical*, em que a expressão linguística sofria intensa pressão dos guardiões do vernáculo português, a todo instante prontos para apontar eventuais falhas gramaticais

nos textos publicados, que iam da grafia incorreta de um vocábulo à colocação inadequada de um pronome, condenação que, logo de início, sugere a presença de uma dicotomia quase indissolúvel entre o conservadorismo e a renovação linguísticos, fazendo com que o emprego da língua portuguesa oscilasse entre a inovação e a manutenção de um determinado padrão idiomático (MARTINS, 1988; PINTO, 1988).

Um dos capítulos mais interessantes desse verdadeiro emaranhado de ideologias linguageiras, em que, como acabamos de sugerir, o conceito de *conflito* funciona como elemento catalisador da exposição de idéias linguísticas, é aquele dedicado às polêmicas, entre as quais se destacam, para o nosso propósito, as que envolveram a controvertida figura do gramático mineiro Júlio Ribeiro.

Júlio Ribeiro Polemista

Próprio da atividade dos estudiosos da linguagem, o estudo das polêmicas, das divergências e discussões acerca de determinados fatos linguísticos é, como ensina Cristina Altman, um dos fundamentos da historiografia linguística, sobretudo na consideração da chamada *dimensão externa* da língua (ALTMAN, 2001).

Daí a importância de se voltar para a abordagem de aspectos que, embora oriundo de conflitos cuja gênese, muitas vezes, parece encontrar-se mais no campo das divergências pessoais do que teóricas, possam contribuir com uma mais larga compreensão da ideologia linguística de seus atores e protagonistas.

É precisamente esse o caso de Júlio Ribeiro, cujos embates deslindam pontos eventualmente obscuros ou ainda não suficientemente esclarecidos de seu valioso universo linguístico-gramatical.

Tendo publicado sua célebre *Grammatica Portuguesa* em 1881 – que, por ser de herança positivista, consolida no Brasil uma concepção da linguagem como conjunto de regras científicas, *positivas*, as quais devem ser seguidas como *normas prescritivas* invariáveis –, Júlio Ribeiro desde cedo envolveu-se nas mais diversas disputas acerca de fatos linguístico-gramaticais e literários, destacando-se como um dos mais inspirados e sarcásticos polemistas da virada do século. É certo que resolver pendências ideológicas por meio de polêmicas não era exatamente uma novidade em sua época, já que, pelo menos desde meados do século XIX, estendendo-se para as primeiras décadas do XX, as deblaterações em torno de qualquer manifestação idiomática, por mínima que fosse, parecem ter sido mais regra do que exceção, envolvendo as personalidades mais díspares, como um José de Alencar (em combate com Pinheiro Chagas, em 1870), um Carlos de Laet (em disputa com Camilo Castelo Branco, em

1879, e com João Ribeiro, em 1913), um Rui Barbosa (em célebre embate com Ernesto Carneiro Ribeiro, entre 1902 e 1907) e muitos outros (LEITE, 1996; PFEIFFER, 2001).

Contudo, a nosso ver, a figura de Júlio Ribeiro se destaca, nesse cenário contornado por imprecizações de todo tipo, primeiro, por se manter, ao longo de suas mais acirradas polêmicas, rigorosamente dentro dos limites impostos pelos temas discutidos, lançando mão, ao mesmo tempo, de um vasto cabedal de conhecimento científico acerca do assunto tratado e de um impiedoso e ferino discurso contra seus opositores; segundo, por fazer de seus conhecimentos gramaticais uma arma poderosa contra seus antagonistas, como aliás lembrou José Leonardo do Nascimento, que vira nesses mesmos conhecimentos “instrumentos de luta, que aplicou, sem piedade ou medida, contra adversários, demonstrando que eles tinham poucos conhecimentos vernaculares” (NASCIMENTO, 2007).

Bem antes da publicação de suas principais obras, o ainda desconhecido intelectual mineiro já se envolvia em polêmicas diversas, seja em torno de temas da comunidade em que viva, como ocorre no jornal *O Sorocabano* (1870-1872), seja em rusgas de natureza gramatical, como ocorre no jornal *Ypanema* (1873), em que um redator anônimo o condenava pelo uso de um plural inadequado (CAVALHEIRO, 2001). Outro indício de seu contumaz envolvimento em polêmicas são os títulos de alguns jornais que fundou ou dirigiu, como *A Procelária* (1887) e *O Rebate* (1888).

Já autor conhecido, tão consagrado quanto combatido, Júlio Ribeiro publica, em pelo menos duas obras de sua safra, algumas das polêmicas em que se envolveu. Nas *Cartas Sertanejas* (1885), série de artigos escritos para o *Diário Mercantil*, em São Paulo, nos quais se propunha a “dizer sem rebuço o que pens[a] das coisas e dos homens” (RIBEIRO, s.d.a: 13), procura fazer de cada artigo um panfleto, verdadeira fêrula contra o republicanismo paulista, mas sem se esquecer das polêmicas de natureza gramatical e afins, respondendo aos ataques de Alberto Sales, que escrevia anonimamente, sob o disfarce do pseudônimo Demócrito. Já em seu conhecido *Procellarias* (1887), compilação de artigos escritos no mesmo ano, que resultam num árduo panfleto contra as mazelas, as injustiças e os descabros políticos causados por republicanos arrivistas, Júlio Ribeiro também dispensa algumas palavras às disputas linguísticas, tratando de assuntos que vão do ensino do português à gramática científica, da condenação dos estrangeirismos aos clássicos da literatura lusitana (RIBEIRO, s.d.b).

Por volta dessas mesmas datas, Júlio Ribeiro via-se ainda envolvido em polêmicas gramaticais diversas, das quais suas próprias obras e a de seus es-

tudiosos nos dão conta. É o caso, por exemplo, de uma polêmica travada nas páginas do jornal *Diário de Sorocaba*, em 1885, em que Júlio Ribeiro, sob o codinome de Diógenes, respondia severamente às críticas que um certo Sr. Aristarxos teria feito à sua gramática;¹ este é também o caso de duas das mais célebres polêmicas em que o autor se envolveu, a primeira veiculada nas páginas do *Diário de Campinas*, entre 1879 e 1880, tendo como opositor o gramático Augusto Freire da Silva; a segunda, nas colunas da *Província de S. Paulo*, em 1888, tendo como contendor o polêmico Padre Senna Freitas.

São exatamente essas duas polêmicas que procuraremos, neste trabalho, inserir no âmbito da produção intelectual e, em especial, linguística de Júlio Ribeiro.

*

A primeira grande polêmica em que Júlio Ribeiro teria se envolvido deuse, entre 1879 e 1880, nas páginas do acanhado jornal campineiro *Diário de Campinas*, enquanto seu opositor dispunha do já famoso periódico *A Província de São Paulo*, jornal diário fundado em 1875 e que, após a Proclamação da República, se transformaria no não menos célebre *O Estado de São Paulo*. Embora Júlio Ribeiro lamentasse essa diferença visível entre os dois canais de comunicação – em prefácio ao seu livro *Questão Grammatical*, de 1887, onde relata todos os passos do referido embate (RIBEIRO, 1887)² –, isso não foi suficiente para que o persistente polemista se retraísse diante do acirrado antagonista.

A principal motivação da polêmica foi uma série de artigos sobre linguagem que Júlio Ribeiro começa a publicar em dezembro de 1879, no citado jornal. No primeiro da série, por exemplo, datado de 17/12/1879, Júlio Ribeiro começa lembrando que o que distingue os homens de todos os outros animais é a linguagem articulada: desse modo, enquanto homens e animais possuem a faculdade de expressão, apenas aqueles possuem a faculdade de articulação, combinada a outros fenômenos largamente desenvolvidos nos seres humanos (pensamento, vontade, transmissão pelos nervos, execução pelos músculos etc.). Para o autor, como “o desenvolvimento da linguagem articulada está (...) em

1 Agradeço a Mariângela Cavalheiro – que, laboriosamente, fez um levantamento dos textos de Júlio Ribeiro no *Diário de Sorocaba*, a fim de resgatar passagens da referida polêmica – a gentileza de ter-me fornecido essa informação.

2 Os principais dados sobre a referida polêmica serão retirados dessa edição, sendo consignadas, doravante, apenas as páginas em que as citações se encontram.

proporção com o desenvolvimento do cérebro” (p. 10), ela inexistente nos animais, onde o estado cerebral é primitivo, ou – curiosa e preconceituosamente – existe de forma precária nas “raças humanas inferiores” (p. 10), onde o cérebro é pouco desenvolvido, como nos africanos e nos chineses. Conclusivamente, numa insólita legitimação da norma gramatical, Júlio Ribeiro afirma que

“si o cérebro bem desenvolvido produz uma linguagem aperfeiçoada, claro está que, por uma razão de reciprocidade, aperfeiçoar a linguagem, methodisando-a, regularisando-a, simplificando-a, é fornecer ao cérebro meios de desenvolvimento, é alargar os horizontes á raça humana” (p. 11),

opinião, aliás, que denota flagrante adoção do determinismo biológico, em sua generalização da luta pelo aperfeiçoamento racial. Cumpre ressaltar que, já nesse primeiro texto da série, Júlio Ribeiro expande a idéia do purismo linguístico como forma política de controle social para a concepção da norma como modo de aperfeiçoamento racial, dando nova dimensão à discussão acerca da política linguística, na medida em que suas próprias palavras sugerem que uma raça será tanto melhor, quanto mais perfeita for a linguagem empregada por seus componentes.

Ainda no mesmo texto, segundo o autor, foram pensadores como Jones, Bopp, Schleicher, Grimm, Kuhn, Whitney, Bréal e outros que estabeleceram as bases científicas do estudo da linguagem, possibilitando, em consequência, a consideração da gramática como uma *sciencia*. Lamentando nossa irracionalidade no trato da gramática – o que, de certo modo, antecipa uma crítica que estaria presente em sua *Grammatica Portugueza* (1881) –, Júlio Ribeiro afirma que, com exceção dos trabalhos de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Pacheco Júnior, tudo o que tem aparecido em português sobre gramática não passa de mera cópia do que disseram, num encadeamento infinito de repetições, Sotero dos Reis, Soares Barbosa, Reis Lobato, Bento Pereira, Amaro de Reboredo até chegarmos (e aqui vale a ironia mordente de Júlio Ribeiro!) a Noé, Mathusalem, Henoah, Seth e Adão. Diante desse quadro, segundo o autor, faz-se necessário, classificar os fatos linguísticos *cientificamente*, formando assim um “corpo de doutrina positiva” (p. 13).

Seu primeiro artigo é completado, na edição seguinte, por outro texto, datado de 18/12/1879, em que Júlio Ribeiro afirma que as definições comumente dadas pelos compêndios gramaticais aos conceitos de *Gramática Geral* e *Gramática Particular* são, de modo geral, falsas, tanto do ponto de vista prático quanto científico, pois, ao contrário do que tais compêndios afirmam,

os princípios pelos quais se rege a linguagem humana não são imutáveis, já que mudam “sob a acção dos *meios* em que vivem as raças, sob a acção das necessidades, dos recursos, dos hábitos” (p. 16), em mais uma concessão à ideologia determinista. Além disso, invocando a conhecida lei de Grimm, Júlio Ribeiro ressalta que “as instituições linguísticas não são *arbitrárias*: são consequências demonstradas, lógicas, fataes, da evolução cerebral, influenciada pelo clima, pela alimentação, pelo viver social, pelo *meio* enfim” (p. 16). Outra crítica que Júlio Ribeiro faz aos manuais de gramática – agora sob a inspiração da *Grammatica Portugueza*, de Teófilo Braga – é em relação à proposta de divisão das gramáticas em quatro partes (prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia). Assim, considerando a *gramática* como um “conjunto de leis e princípios por que se governa a linguagem” (p. 18), Júlio Ribeiro adota outra subdivisão, sob o argumento de que, dessa maneira, estaria agindo com *methodo, lógica e bom senso*: uma parte destinada à Lexeologia (a qual se subdividiria em Fonologia e Morfologia) e outra destinada à Sintaxe (a qual se subdividiria em Sintaxe Léxica e Sintaxe Lógica), em absoluta consonância com a gramática que publicaria dois anos depois.

Finalmente, em seu terceiro e último artigo dessa primeira série, datado de 21/12/1879, Júlio Ribeiro afirma – baseando-se em gramáticos e teóricos ingleses – que prefere o termo *sentença a período*, argumentando que “os Inglezes sabem fazer as cousas [pois] pensam, meditam e têm bom senso” (p. 23). Em seguida, procura definir alguns elementos que constituem o estudo da fonética (som, voz, aparelho fonador etc.). Esse texto seria complementado por outro que lhe serve de continuação e que, publicado no mesmo mês, trata da dinâmica dos órgãos vocais (língua, palato, lábios etc.) e da formação do vocalismo português.

A resposta à série de artigos publicados por Júlio Ribeiro no periódico campineiro não tardaria: veio pela pena não menos erudita de Augusto Freire da Silva, que em artigo datado de 27/12/1879 e publicado na *Província de São Paulo*, responde às opiniões de Júlio Ribeiro também por meio de textos opinativos publicados em sequência. Freire da Silva começa, portanto, contestando a afirmação de que, como dissera seu contendor, com exceção de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Pacheco Júnior, todos os demais gramáticos da Língua Portuguesa são cópia e repetições de outros autores. Para o gramático maranhense, a simples comparação entre sua gramática à de Sotero dos Reis e à de Soares Barbosa já demonstra o erro de julgamento de Júlio Ribeiro, pois elas apresentariam entre si diferenças que vão da nomenclatura linguística à divisão das partes da gramática, do estilo à doutrina. Utilizando muitas vezes

da ironia, o autor afirma faltarem fundamentos às afirmações de Júlio Ribeiro, bem como à “gramática comparada do sr. Julio Ribeiro, que me consta ter de entrar breve para o prelo” (p. 38).³

A polêmica se estende pelo artigo de 29/12/1879, em que Augusto Freire da Silva critica as considerações de Júlio Ribeiro acerca da divisão das partes da gramática em prosódia, ortografia, etimologia e sintaxe, condenando o uso demasiado flexível desses e outros termos pelo pensador mineiro. Critica ainda o emprego de determinada nomenclatura (como o termo *syntaxe lógica*, que o autor considera um pleonasma grosseiro, por toda sintaxe ser, segundo ele, baseada na lógica), definindo, por fim, a divisão da gramática proposta por Júlio Ribeiro como uma “verdadeira *grammatiquice*” (p. 47).

Em seus dois últimos textos, Augusto Freire da Silva critica – em artigo de 31/12/1879 – a posição de Júlio Ribeiro concernente à classificação das orações, já que para o gramático maranhense tais divisões estariam pautadas numa “*theoria perfeita e summamente philosophica*” (p. 54), podendo ser encontrada não apenas em vários gramáticos franceses (Noel, Chapsal, Duvivier, Poitevin etc.), mas também naqueles dedicados à Língua Portuguesa, como Sotero e Teófilo Braga; e – em artigo de 06/01/1880 – combate as definições dadas por Júlio Ribeiro aos conceitos de *gramática geral* e *gramática particular*, sobretudo no que diz respeito à questão da *imutabilidade dos princípios da palavra* que, segundo Júlio Ribeiro, é o objeto das gramáticas aludidas.

Polemista experimentado, Júlio Ribeiro parece ter esperado pacientemente o término dos artigos de Freire da Silva para responder cada uma de suas colocações, sempre tomado de uma verve acidamente irônica. Exceção feita a uma carta que aparece no *Diário de Campinas*, datada de 05/01/1880, mas publicada no dia seguinte (portanto, no mesmo dia em que seu opositor publicara sua última crônica no periódico paulistano), em que Júlio Ribeiro solicita aos redatores do jornal a transferência de seus artigos para uma coluna isenta e que esteja sob sua inteira responsabilidade, já que a coluna onde começou escrevendo seus artigos – intitulada *Notas Quotidianas* – fazia parte, na verdade, do editorial do jornal, podendo sua opinião ser confundida com a do referido periódico. Nessa carta, Júlio Ribeiro aproveita para opinar, sucintamente, sobre a *Gramática* de Freire, como que adiantando o tom de sua resposta, afirmando

3 Certamente, o autor se referia à *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, que seria publicada dois anos depois (1881). A referência à uma suposta gramática comparada pode advir do fato de Júlio Ribeiro, desde cedo ter acalentado a idéia de escrever uma gramática *analítica*, escrita pelo *método comparativo*, projeto que fora anunciado antecipadamente pelo autor.

tratar-se de uma obra que “não está a par do progresso do tempo, e [...] não ensina o que há de melhor na sciencia” (p. 64).

O primeiro artigo de Júlio Ribeiro em resposta aos de Augusto Freire da Silva aparece em 08/01/1880, quando então o futuro autor da *Grammatica Portuguesa*, rebatendo as críticas de seu opositor, afirma que, em alguns aspectos, o eminente gramático repete Soares Barbosa e Sotero dos Reis, pecando por

“não aplicar a seu estudo o methodo natural, o critério scientifico, a analyse comparativa; (...) não descobrir vida nos organismos lexicos; (...) não demonstrar nessa vida o cumprimento fatal da lei da evolução, da lucta pela existência, e a influencia profundamente modificadora do meio climatologico, do meio social” (p. 69).

Apoiando-se em nomes como os de Burgraff (*Principes de Grammaire Génèrale*, 1865) ou de Diez (*Grammatica das Línguas Românicas*), Júlio Ribeiro contesta algumas posições de Augusto Freire da Silva sobre determinados fatos da língua (definição de verbo, caso do infinitivo pessoal etc.), chamando Freire da Silva e seus pares (Jerônimo Soares Barbosa, Sotero dos Reis, Reis Lobato etc.) de *gammaticos metaphisicos*.

No texto seguinte, seguramente um dos mais irônicos e sarcásticos do autor, datado de 10/01/1880, Júlio Ribeiro apóia-se em vários gramáticos distintos (de Diomedes a Burgraff) para contestar as objeções de Augusto Freire da Silva acerca da divisão da gramática e da definição de alguns conceitos. Esse texto se completa por outro artigo da mesma data, em que Júlio Ribeiro condena o atraso de Freire da Silva em matéria de linguística e gramática: baseando-se, agora, em Max Muller (*Science du Langage*), o autor afirma que em matéria de linguagem nada é arbitrário, pois “tudo depende da *evolução* fatal do cérebro e da influencia do *meio*. A evolução linguística é produto necessário de leis inexoráveis, inquebrantáveis” (p. 90). Condenando o que considera idéias retrógradas de Freire da Silva, Júlio Ribeiro defende que o ensino deve acompanhar a evolução e o progresso dos tempos e demonstra, neste sentido, a falsidade e a incorreção de alguns pressupostos colhidos a esmo na gramática do famoso maranhense. Outras críticas do mesmo teor, em que Júlio Ribeiro continua a atacar alguns ensinamentos proferidos por Freire da Silva em sua gramática, aparecem ainda num terceiro artigo publicado na mesma data dos dois anteriores...

A polêmica praticamente chegara ao fim: Júlio Ribeiro escreveria apenas mais um artigo com críticas e ataques à gramática de Freire da Silva, datado de 16/01/1880. Não terminaria, contudo, sem alguns lances finais: em 11/01/1880,

Augusto Freire da Silva escreve uma nota na *Província de S. Paulo*, recusando-se a debater com Júlio Ribeiro, sob o argumento de que em seus novos artigos “eleva-se tanto o nosso contendor, que não nos é possível lobrigal-o mais” (p. 101); Júlio Ribeiro, por sua vez, em nota datada de 12/01/1880, no *Diário de Campinas*, decide, diante da afirmação anterior de Freire, finalizar o embate, não sem, primeiro, acusar seu opositor de se retirar da arena, seguindo o conselho de um respeitado amigo (segundo Júlio Ribeiro, trata-se de Tarquínio da Silva, professor da cidade de Santos); finalmente, em texto datado de 21/01/1880 no *Diário de Campinas*, seu fundador, Henrique de Barcellos, critica o fato de alguns jornais da capital não reproduzirem os textos que Júlio Ribeiro escrevera em resposta a Augusto Freire da Silva, apesar de estes mesmos jornais terem publicado – antes do embate – os artigos de Júlio Ribeiro sobre fatos da linguagem, que o levaram à contenda. O autor condena, por isso, a falta de liberdade de imprensa, alegando que Júlio Ribeiro não fora, em nenhum momento, injurioso e afirmando que ele apenas “expoz o plano científico da gramática que vai publicar” (p. 112). Difícil saber ao certo a que periódicos Henrique de Barcellos estaria se referindo, uma vez que antes de escrever para o *Diário de Campinas*, Júlio Ribeiro – até onde se pôde apurar – teria colaborado apenas com pequenas folhas do interior (*O Sorocabano*, *Ypanema*, *O Sorocaba*, *A Gazeta Comercial*), como já se disse antes. Sabe-se, contudo, que os artigos de Júlio Ribeiro foram reproduzidos, posteriormente em outros jornais, como na *Constituinte* e na própria *Província de S. Paulo*.

A polêmica aqui aludida parece-nos importante por mais de um aspecto, além de consagrar a figura de Júlio Ribeiro como um crítico sagaz e conhecedor das mais avançadas teorias gramaticais e linguísticas de sua época: é que enquanto Augusto Freire da Silva assentava suas opiniões em gramáticos passadistas (principalmente Sotero dos Reis) e em concepções linguísticas próprias da *gramática filosófica*, até mesmo empregando várias vezes esse termo, para fundamentar suas explicações, Júlio Ribeiro optava por adotar uma tendência mais moderna, baseando-se em autores europeus (portugueses e franceses) e adotando pelo menos duas vertentes ideológicas para fundamentar suas teorias: a filosofia determinista, de inspiração positiva, e a linguística histórico-comparativa, que igualmente se assentava em pressupostos tidos por científicos e, portanto, objetivos e corretos.

Diferentemente do provocador Catedrático de Português do Curso Preparatório anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, o não menos contundente gramático mineiro destacava-se exatamente, nos dizeres de Eni Orlandi, por se situar no campo da reflexão linguística, ultrapassando o mero normativismo

gramatical e buscando legitimar o uso da variante brasileira do português, em oposição à lusitana (ORLANDI, 2002).

*

Uma segunda polêmica de relevo – mais curta, porém não menos incisiva –, ocorreria quase uma década depois, agora envolvendo o padre português Senna Freitas, recém-chegado ao Brasil (1885), personalidade admirada por Camilo e criticada por Guerra Junqueiro.

A batalha – de feitio linguístico-gramatical, mas sem dispensar posicionamentos estéticos e ideológicos de ambas as partes – se deu em razão da publicação do célebre romance naturalista *A Carne* (1888), de Júlio Ribeiro, desdobrando-se nas páginas de *A Província de São Paulo*, onde, ironicamente, Júlio Ribeiro passara a escrever e nas do igualmente paulistano *Diário Mercantil*, que acolhera os artigos de Senna Freitas.

Essa verdadeira batalha “contra o corujismo dos grammaticos do tempo”, nos dizeres de Orígenes Lessa (LESSA, 1934: 11), inicia-se com Senna Freitas escrevendo uma série de artigos ironicamente intitulados “A Carniça”, enquanto Júlio Ribeiro respondia pela seção da *Província*. Criticando de forma impiedosa o mais recente romance de Júlio Ribeiro, Senna Freitas diz escrever em “ofício higiênico” (RIBEIRO, 1934: 186),⁴ delatando o mal que o romance pode causar às pessoas. Apontando um enredo *frouxo*, cujo desenvolvimento, de uma *cruzeza erótica*, tornaria o livro *indecente*, Senna Freitas procura denunciar o que considera uma “fantasia antinaturalista” (p. 189) de Júlio Ribeiro, acusando seu romance de pornográfico, imoral e impróprio à leitura familiar. Assim, conclama, peremptório:

“não pode ser lícito apregoar sobre os telhados o que seria indecente segredar num salão de família. Abaixo semelhantes aberrações do romanticismo, abaixo pela arte, pela literatura, pelo bom gosto, pela família, pela higiene, pelo bom senso, pela bolsa, pelo bom uso do tempo, pelos bons costumes” (p. 192).

Em resposta às diatribes de Senna Freitas, Júlio Ribeiro, dotado de um linguajar deliberadamente agressivo, até o limite do sarcasmo mais mordaz, ataca impiedosamente àquele que denomina “palhaço de batina” (p. 195) e

4 Todas as referências são retiradas dessa edição, doravante trazendo entre parênteses apenas a página em que as citações se encontram.

“vendedor de bulas falsas” (p. 199). Sua crítica tem, ao contrário dos ataques de seu contendor, um viés mais amplo, indo das observações sobre teorias genéricas a abordagens estéticas, das considerações morais a questões linguísticas, estas últimas de particular interesse para este trabalho. É, aliás, sobre este último aspecto que Júlio Ribeiro sentencia a respeito de Senna Freitas:

“a todo o momento faz citações falsas, deturpando, corrompendo o sentido dos autores. Ignora a disciplina gramatical: erra em sintaxe; erra em ptoseonomia; erra em ortografia. Arranja ecos medonhos; faz cacófatos obscenos; cai em tautologias pueris; desconhece absolutamente a significação de muitas palavras que emprega”. (p. 198).

Alegando, portanto, o desconhecimento, da parte de Senna Freitas, da *disciplina gramatical*, Júlio Ribeiro aponta em seus textos vários erros de sintaxe, acusando-lhe o uso da “metafísica aplicada à linguagem” (p. 202), sustentando suas observações com teorias retiradas, principalmente, de sua própria gramática e da de Adolfo Coelho. Diante dos diversos exemplos colhidos na obra de Senna Freitas, Júlio Ribeiro conclui de modo irônico: “os escritos de Senna Freitas são armazéns alfandegados de solecismos grosseiros, são verdadeiros esterquilínios de português em decomposição” (p. 204).

Continuando sua crítica, o mordaz gramático brasileiro estende as observações a outros aspectos da linguagem de Senna Freitas, como a falhas na flexão de nomes e verbos, no gênero das palavras, no significado de certos vocábulos etc., destacando o que considera uma *ignorância* da parte de seu contendor, chamado, agressivamente, de *burro* e outros adjetivos similares, até concluir que “nos escritos de Senna Freitas não há parágrafo, quase não há linha, donde não borbulhe espontânea asneira” (p. 215).

Com críticas desse naipe, em que se mesclam ironia, ataques frontais, sarcasmos sutis e agressões explícitas, sempre carregadas de farta adjetivação pejorativa (*pândego, idiota, zote, pedante, mentecapto, besta* etc.), Júlio Ribeiro desqualifica o desafeto português não apenas como pensador, mas também como estilista e escritor: “para escritor, falta-lhe correção, falta-lhe clareza, falta-lhe humor, falta-lhe verve, falta-lhe tudo” (p. 219). Esmera-se, assim, o crítico sagaz, em apontar-lhe as incongruências do estilo, destacando as *tautologias pueris*, os *trocadilhos baixos* e as *cacofonias obscenas*, finalizando a contenda com a certeza de ter cumprido uma missão que, para além de ter um sentido de vingança pessoal, sugere um cunho mais largo, de oposição mesmo a um

modelo de pensamento lusitano, contra o qual, aliás, o autor já se voltara em sua *Grammatica Portugueza* (NASCIMENTO, 2007).

Conclusão

Embora a epígrafe deste texto sugira uma posição relativamente imparcial de Júlio Ribeiro e suponha um espírito avesso às polêmicas, essas e outras disputas nas quais ele se envolveu revelam, ao contrário, não apenas um empenho por divulgar suas idéias acerca dos fatos gramaticais e outros temas de interesse da época, mas também estratégias bem elaboradas de inserção no meio social e intelectual do final do século XIX, como expõe muito bem Célia Silveira, em seu estudo sobre o filólogo mineiro (SILVEIRA, 2008).

Apenas nas duas polêmicas aqui retomadas é possível depreender posicionamentos críticos que esclarecem bastante aspectos relevantes de sua ideologia linguística, como seu apego incondicional aos princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo em matéria de linguagem (FÁVERO, 2002). Mas o estudo de suas polêmicas serve também, num sentido mais amplo, para entendermos a complexidade do pensamento acerca de fatos da linguagem, em geral, e da língua portuguesa, em particular, numa época em que os estudos linguísticos no Brasil estavam passando por transformações que definiriam de modo decisivo e incontornável os caminhos da gramaticografia nacional, da qual Júlio Ribeiro é não apenas um dos nomes mais importantes, mas, sem dúvida alguma, uma figura inaugural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Cristina. *Historiografias Linguísticas. Três Questões em Produção Linguística Brasileira. Tomo I: Texto Crítico*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001 (Livre Docência).
- CAVALHEIRO, Mariângela Carvalho. *A Produção Literária de Júlio Ribeiro em Sorocaba*. Sorocaba, Prefeitura Municipal de Sorocaba/Digipel, 2001.
- FÁVERO, Leonor Lopes. “A *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro”. *Revista da Anpoll*. Humanitas, São Paulo, No. 13: 75-88, Jul.-Dez. 2002.
- LEITE, Marli Quadros. *O Purismo Linguístico. Suas Manifestações no Brasil*. São Paulo, FFLCH, 1996 (Tese de Doutorado).
- LESSA, Orígenes. “Prefácio”. In: RIBEIRO, Júlio. *Uma Polêmica Célebre*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1934.

- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da Língua Portuguesa. Século XIX*. São Paulo, Ática, 1988.
- ORLANDI, Eni (org.). *Histórias das Idéias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Pontes/Unemat, Campinas, Cáceres, 2001, p. 167-183.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Linguístico. Para Uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. "A língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX/XX". In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas. "A Sintaxe de Elementos Circunstanciadores da Sentença na *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro". In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Barbosa; e MARQUESI, Sueli Cristina (orgs). *Língua Portuguesa: Pesquisa e Ensino*. São Paulo, EDUC, 2007, p. 63-72.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. "Júlio Ribeiro: Ciência, Política e Arte". In: RIBEIRO, Júlio. *Cartas Sertanejas; Procelárias*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado /Fundap, 2007.
- PINTO, Edith Pimentel. *História da Língua Portuguesa. Século XX*. São Paulo, Ática, 1988.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- RIBEIRO, Júlio. *Cartas Sertanejas*. São Paulo, Edições e Publicações Brasil, s.d.a.
- RIBEIRO, Júlio. *Procellarias*. São Paulo, Cultura Brasileira, s.d.b.
- RIBEIRO, Júlio. *Questão Grammatical*. São Paulo, Teixeira & Irmãos, 1887.
- RIBEIRO, Júlio. *Uma Polêmica Célebre*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1934.
- SILVEIRA, Célia Regina da. *Erudição e Ciência. As procelas de Júlio Ribeiro (1845-1890)*. São Paulo, UNESP, 2008.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DA *GRAMMAIRE GÉNÉRALE ET RAISONNÉE* DE PORT-ROYAL (1660) NO TRATAMENTO DA SINTAXE DE GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO PORTUGUÊS DO SÉCULO XIX

Bruna Soares Polachini
Universidade de São Paulo

RESUMO: O objetivo deste trabalho é observar alguns aspectos relativos ao impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1600) sobre o tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX, por meio da análise de quatro obras desse século, a saber: Morais Silva (1806), Sotero dos Reis (1866), Julio Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]). A definição de ‘sentença’ é o objeto de comparação entre a gramática de Port-Royal e as gramáticas brasileiras, considerando que a *Grammaire* define sentença como sendo, em seu aspecto holístico, um julgamento e, em seu aspecto analítico, a união de um Sujeito a um Atributo por meio de uma Cópula.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; Gramáticas brasileiras do Português; Port-Royal; Sintaxe; Sentença.

ABSTRACT: *The aim of this work is to observe some aspects of the impact of the Grammaire Générale et Raisonnée of Port-Royal (1660) on the treatment of syntax of Brazilians Portuguese grammars of the nineteenth century, through the analysis of four works of this century, namely: Morais Silva (1806), Sotero dos Reis (1866), Julio Ribeiro (1881) and Maciel (1902[1894]). The definition of ‘sentence’ is the object of comparing the grammar of Port-Royal and Brazilians grammars, whereas the Grammaire defines sentence as a judgement, in its holistic aspect, and as a union of a Subject and a Predicate by a copule, in its analytical aspect.*

KEY-WORDS: *Linguistics Historiography; Brazilians Grammars of Portuguese; Port-Royal; Syntax; Sentence.*

Introdução

Diferentes revisões historiográficas têm apontado que o conhecimento linguístico ocidental é marcado, no século XIX, por um deslocamento de interesse: pode-se dizer que estudos que partiam de noções presentes na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (doravante GGR-PR) (1660) passam a concorrer, gradualmente, com estudos baseados no método histórico-comparativo.

Na gramaticografia brasileira isso não é diferente, como demonstram periodizações e estudos sobre o período (cf. Nascentes, 1939; Elia, 1975; Cavaliere, 2001) e também as próprias gramáticas em seus prefácios e seções introdutórias, visto que a ‘retórica revolucionária’¹ de gramáticos brasileiros do português em relação a noções provenientes da GGR-PR a partir da década de 1880 é marcante. É preciso, porém, observar em que medida essa ruptura se dá efetivamente. Para isso, analisamos, na dissertação de mestrado que engloba esse artigo, algumas gramáticas do século XIX em diversos aspectos².

Neste artigo, exploramos um desses aspectos, referente ao que Swiggers (2004, p.134) chama de ‘capa técnica’, a qual diz respeito aos mecanismos de análise e aos métodos de apresentação dos dados que as gramáticas estudadas apresentam. Assim, partindo dessa definição, procuramos analisar, nas gramáticas selecionadas, o tratamento da sintaxe do português e, mais especificamente, a concepção de sentença que cada uma delas apresenta, para, com isso, observar como se dá o impacto da metodologia de tratamento da sintaxe na GGR-PR

-
- 1 Murray (1993, p.23) relativiza a noção de “revolução científica” (referente a Kuhn (1962)) ao falar de “retórica revolucionária”, que ele define como conjunto de reivindicações de rompimento com ideias e assunções que norteavam um modelo anterior. Assim, neste trabalho, separamos as reivindicações discursivas de descontinuidade das descontinuidades mais concretamente verificáveis, que se revelam na metodologia de trabalho dos gramáticos.
 - 2 Na dissertação, procuramos examinar algumas gramáticas oitocentistas levando em conta a concepção de Swiggers (2004) de que o conhecimento linguístico se articularia em, ao menos, quatro ‘capas’, cujas superposições poderiam ser índices da dinâmica da história da linguística. Assim, os diversos aspectos analisados são organizados por meio dessas capas. Deste modo, a concepção do que seria ‘língua’, ‘linguagem’ e ‘gramática’ expressas pelas gramáticas, por exemplo, faz parte do que Swiggers (2004) chama de ‘capa teórica’ (referente à visão global de linguagem e à concepção do status do estudo da linguagem); o estudo da metodologia de tratamento da sintaxe insere-se na ‘capa técnica’ (referente aos mecanismos de análise e aos métodos de apresentação dos dados); a escolha do objeto linguístico descrito, se português brasileiro ou europeu, no caso do projeto a que se vincula este texto, é parte da ‘capa documental’ (relativa à documentação linguística e filológica sobre a qual se constrói o estudo); e, por fim, as conjecturas sociais e institucionais do período estão dentro da ‘capa contextual e institucional’ (referente ao contexto cultural e contextura institucional em que se dão as práticas linguísticas).

sobre as gramáticas brasileiras do português ao longo do século XIX. Para isso, selecionamos quatro gramáticas oitocentistas brasileiras do português e comparamos suas definições de ‘sentença’ com a definição constante da GGR-PR, nos aspectos ‘holístico’ e ‘analítico’ – aspectos que adiante conceitualizaremos.

1. A GGR-PR e as gramáticas brasileiras do século XIX: informações gerais

1.1. A Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal (1660)

Escrita na abadia de Port-Royal, nos arredores de Paris, pelo filósofo Antoine Arnauld (1612-1694) e pelo gramático Claude Lancelot (1615-1695), a GGR-PR é a tentativa de união da pedagogia do ensino de línguas a noções de lógica que pudessem ser aplicadas a uma gramática geral. Era, afinal, na visão de seus compositores, uma gramática destinada não só aos estudiosos da linguagem, mas também às crianças e aos professores das Petit-Écoles de Port-Royal, principalmente para um estudo mais simplificado de latim e de francês, ao mesmo tempo em que inseria uma série de noções novas no estudo da gramática (cf. Chevalier, 1968, p.493 e 501).

No prefácio da obra, Lancelot conta que a motivação inicial para a GGR-PR foi seu trabalho anterior com gramáticas pedagógicas de diversas línguas³, experiência que o levou a buscar razões para coisas que eram comuns a todas as línguas e outras que eram particulares a algumas delas. Tendo, porém, encontrado certas dificuldades em desenvolver estudos acerca de tais razões, Lancelot teria procurado o auxílio de Arnauld, que, sem ter ainda trabalhado em gramáticas, teria desenvolvido diversas reflexões sobre os “verdadeiros fundamentos da arte de falar” baseando-se na lógica (a ‘arte de pensar’⁴) (cf. Arnauld & Lancelot, 1780[1660], p.VII-IX).

A gramática é dividida em duas partes. A primeira trata dos signos que transmitem o pensamento, em sua própria natureza, sejam falados ou escritos.

3 Entre os anos de 1644 e 1660, Claude Lancelot publica seus “Nouvelles Méthodes” do latim (primeira versão de 1644, a qual terá, em 1650, uma segunda edição modificada, e, em 1653, outra, também modificada), do grego (1655), do italiano (1660) e do espanhol (1660) (cf. Swiggers, 1997, p.184).

4 Pois a GGR-PR é intimamente conectada à obra *Logique, ou l’art de penser* (1662), do próprio Arnauld e de Pierre Nicole, escrita também na abadia de Port-Royal, e que levava em conta as mesmas três operações mentais (concepção, julgamento e raciocínio – ver item 2, adiante) da *Grammaire*, com adição de uma quarta, ordenação (cf. Graffi, 2001, p.74).

A segunda aborda a significação de tais signos, de forma a observar a maneira pela qual os homens se servem deles para expressar seus pensamentos. É a segunda parte que nos interessa neste trabalho, pois é nela que os autores tratam da expressão das operações mentais através da proposição, como ficará explícito no item 2. Esse tratamento da língua como expressão de uma razão, que seria universal, não só permite que a gramática crie regras gerais para todas as línguas⁵, como também dá margem à criação de dois níveis da linguagem: um que está no pensamento e um que é expresso. Para exemplificar esse caso, basta recorrer – como, aliás, fez Noam Chomsky (n. 1928) em seu *Cartesian Linguistics* (1966) – à descrição da GGR-PR do pronome relativo, na qual os autores afirmam que, quando se diz “Deus invisível criou o mundo visível”, formam-se três proposições, uma principal (‘deus criou o mundo’) e duas incidentes (‘deus é invisível’ e ‘o mundo é visível’) em nossa mente e, portanto, uma forma de expressar o trecho dado tal como ele ocorre na mente é utilizar o pronome relativo para separar as três proposições, o que resulta em “Deus, *que* é invisível, criou o mundo, *que* é visível” (cf. Arnauld & Lancelot, 1780[1660], p.126-131).

A relação pensamento-linguagem que a GGR-PR promove e suas consequências foram capitais para seu impacto não somente em gramáticas brasileiras, mas também em outras tradições, sobretudo do século XVIII – uma corrente de estudos linguísticos que a historiografia de língua francesa costuma chamar de “*grammaire générale*” (cf. Dominicy, 1989).

1.2. As gramáticas brasileiras do português no século XIX: breve cronologia

A produção gramatical brasileira sobre o português inicia-se no século XIX. Em princípio, as gramáticas são pouco numerosas, mas na segunda metade do século há um grande número de gramáticas publicadas. Em diferentes crônicas e revisões historiográficas, Morais Silva (1755-1824) é dado como o primeiro gramático brasileiro⁶ do português, com sua *Epitome da Grammatica Brasileira*, de 1806, que viria a integrar seu dicionário. Entre 1817 e 21, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825) escreve, enquanto estava na

5 Embora apenas trate, efetivamente, de seis línguas (latim, grego, hebreu, francês, italiano e espanhol), a submissão da língua à razão autoriza que se fale de todas as línguas.

6 Ainda que, de acordo com Cavaliere (2001, p.51), haja quem o considere português por ter vivido e produzido sua obra durante o período colonial. Levaremos em conta, porém, outros aspectos biográficos, como o fato de o autor ter escrito sua gramática em Pernambuco, território que hoje é considerado brasileiro.

prisão, seu *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, que só é publicado postumamente, em 1875. Posteriormente, ainda na primeira metade do século, são publicados os compêndios de P. Antônio da Costa Duarte, em 1829, Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), em 1835, e José Alexandre Passos, em 1848⁷. Em 1865, Charles Grivet (1816-1876), nascido na Suíça, publica no Rio de Janeiro uma gramática do português que seria refundida e publicada em edição póstuma em 1881⁸, com fortes críticas a gramáticas brasileiras anteriores. No ano seguinte, 1866, é publicada a *Grammatica Portugueza*, de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), que seria, segundo o autor, baseada em princípios da gramática geral. Na década de 1870, Augusto Freire da Silva, em 1875 (2ªed.), e Hemetério dos Santos, em 1879, publicam suas gramáticas⁹. Em 1881, Julio Ribeiro (1845-1890) reivindica descontinuidade em relação à gramaticografia anterior em sua *Grammatica Portugueza*. A maioria das próximas gramáticas de prestígio do século são pautadas pelo novo *Programa de Português para os Exames Preparatórios*, elaborado em 1887 por Fausto Barreto¹⁰, como por exemplo as gramáticas cariocas, todas de 1887, de Pacheco e Lameira, João Ribeiro, Alfredo Gomes e Maximino Maciel (1865-1923)¹¹, esta última, bastante modificada em sua segunda edição de 1894 (cf. Nascentes, 1939, p.32). Na Bahia, o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) produziu duas gramáticas¹²: a primeira, de 1877, intitula-se ‘gramática filosófica’; já a segunda, de 1890, conforme o prólogo, estaria afinada com as doutrinas modernas relativas ao que chama de ‘grammatica comparada’. Há também,

7 Respectivamente: “Compendio de grammatica portugueza para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos”; “Compendio da grammatica da lingua nacional”; “Compendio da grammatica portugueza pelo methodo analytic”.
 8 “Pequena Grammatica da Lingua Portugueza” (1865) e “Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza” (1881).

9 Respectivamente: “Compêndio de Gramática Portuguesa”; “Grammatica Elementar da Língua Portuguesa, extrahida dos melhores autores”.

10 Fausto Barreto (1852-1908) era catedrático do Colégio Pedro II e depois da Escola Normal, por determinação de Emídio Vitório, diretor geral da Instrução Pública (cf. Maciel, 1918[1910], p.443).

11 Respectivamente: “Grammatica da lingua portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes”; “Grammatica Portugueza”; “Grammatica Portugueza”; “Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do actual programma” (Maciel 1887); “Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas” (Maciel 1894).

12 Respectivamente: “Grammatica Portugueza Philosophica”; “Serões Grammaticais ou Nova Grammatica Portugueza”.

no fim do século, a publicação das gramáticas do Padre José Noronha Napoles Massa, em 1888, e de Adelia Ennes Bandeira, em 1897¹³, entre outras.

1.2.1. Periodizações: a ruptura de 1881

Em geral, as periodizações da gramaticografia brasileira do português dão o início da década de 1880 como um período de ruptura, por conta da publicação da gramática de Julio Ribeiro, em 1881, como se pode ver nas periodizações de Nascentes (1939), Elia (1975) e Cavaliere (2001), por exemplo. Em seu estudo, Cavaliere (2001) nomeia esse novo período de ‘científico’ e o relaciona ao cientificismo característico do método histórico-comparativo. Esse período estaria em oposição ao chamado período ‘racionalista’, no qual predominava, muitas vezes, o estudo da língua pelo viés filosófico de Port-Royal.

Em vista de ter sido tomada como um marco de ruptura, a gramática de Julio Ribeiro foi escolhida para ser analisada neste artigo. Além dela, outras três, que perpassam o século, foram selecionadas a fim de observarmos o que se dá antes e depois dessa ruptura.

1.2.2. As quatro gramáticas selecionadas

A *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Morais Silva (1755-1824), foi finalizada em julho de 1802 em Pernambuco, como afirma o autor no final de seu texto, e publicada pela primeira vez em 1806. A partir de 1813, passou a ser publicada, sem mudanças em relação à primeira edição, anexa à obra mais conhecida de Morais Silva, o *Diccionario da Lingua Portugueza*, o qual estava nessa data em sua segunda edição, a primeira é de 1789 e não continha a gramática. De acordo com Hackerott (1994, p.214), é a primeira gramática do português a seguir somente os conceitos próprios da *Grammaire* de Port-Royal, pois as anteriores, como a de Reis Lobato (1770), seguiam ainda preceitos da gramática latina *Minerva* (1587), de Sanchez de las Brozas¹⁴. Além disso, a GGR-PR é citada em notas de rodapé (seis citações ao longo de

13 Respectivamente: “Grammatica analytica da lingua portugueza, composta e offerecida aos brasileiros” e “Grammatica portugueza pratica”.

14 Francisco Sanchez de las Brozas (chamado também de Franciscus Sanctius, seu nome latino, e de El Brocence) (1523-1600) foi autor da *Minerva sive de causis de la linguae latinae* (1587), obra que tinha como principal proposta encontrar as causas (estruturas lógicas) da língua latina, para assim encontrar regras internas e princípios primeiros. (Breva-Claramonte, 1983, p.201). A obra é conhecida, em geral, pelo uso que faz da figura sintática elipse. Foi, aliás, forte influência para Lancelot, que o elogia no *L’Advis* da segunda edição revista e aumentada de seu *Nouvelle methode pour apprendre facilement la langue latine* (1650) (cf. Chevalier, 1968, p.492).

toda a obra). Outros estudos do século XVIII de viés racionalista são também citados, como as obras dos franceses Beauzée, Dumarsais, Condillac e também do inglês James Harris¹⁵.

A *Grammatica Portugueza accomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação prática*, de Sotero dos Reis (1800-1871), foi publicada pela primeira vez em 1866 no Maranhão e obteve grande prestígio no período (cf. Nascentes 1939; Cavaliere 2001). Além do título, que demonstra sua inclinação para princípios da ‘gramática geral’¹⁶, na segunda edição da gramática, de 1871 — já póstuma e dada como “revista, corrigida e anotada”, não somente por Sotero dos Reis, mas também por seus filhos, Francisco Sotero dos Reis Junior (1865-?) e Americo Vespucio dos Reis —, há uma seção intitulada como “Prolegomenos”, em que a definição do termo ‘gramática’ da GGR-PR¹⁷ é citada e dada como a mais adequada. Ademais, de acordo com Cavaliere (2001), a obra de Sotero dos Reis tem diversos aspectos semelhantes aos que estão na de Port-Royal, sobretudo no que tange ao tratamento da estrutura da sentença e à concepção de verbo.

A *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro (1845-1900), publicada em 1881, é dada, como já dissemos, como aquela que inaugura estudos da linguagem que se aproximavam do método histórico-comparativo, já vigente na Europa, em gramáticas brasileiras do português (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1973, Cavaliere 2001, entre outros). No prefácio da segunda edição, de 1884¹⁸,

15 *Grammaire Générale* (1767), de Nicolas Beauzée (1717-1789), artigos de César Chesneau Dumarsais (1676-1756) e Beauzée na *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1772) editada por Diderot e d’Alembert, a *Grammaire* (1775), de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), o *Hermes* (1751), de James Harris.

16 Essa expressão refere-se a estudos semelhantes aos que, de certa forma, foram iniciados na GGR-PR, ou que, mesmo que não tenham sofrido influência dessa gramática, partem de pressupostos semelhantes, como a descrição da linguagem a partir de categorias mentais. De acordo com Dominicy (1989), a historiografia de língua francesa costuma agrupar sob o termo de “gramática geral” [grammaire générale] um conjunto mal definido de obras produzidas entre 1660 e 1825. Nós usaremos esse termo para nos referir ao mesmo período e a autores como Arnauld, Lancelot, Du Marsais, Beauzée, Condillac. Podemos até mesmo incluir o inglês James Harris, por conta do teor de sua obra, embora o autor seja inglês e fale em uma “universal grammar”.

17 “A Grammatica de Port-Royal, generalizando, define a Grammatica. “Arte de fallar.” Esta é a definição de Grammatica mais concisa que conhecemos, porque, *Fallar*, abrange tudo o mais.” (Sotero dos Reis, 1871, p.VIII)

18 A edição que consultei para este estudo é, porém, a sexta, de 1900. A assinatura do prefácio da segunda edição é de 1884.

o autor afirma que “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua. Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos.” (Ribeiro, 1900[1884], p.I). O que Ribeiro chama de “metaphysica” são, aparentemente, doutrinas relativas à ‘gramática geral’, pautadas sobretudo na GGR-PR. Assim, parece haver certa ‘retórica revolucionária’ em relação à GGR-PR e obras que seguiram preceitos semelhantes, e uma opção por seguir um estudo que se baseia em ‘factos’.

A *Grammatica Descriptiva*, de Maciel (1865-1923), publicada inicialmente com o nome de *Grammatica Analytica*, em 1887 – ano este, como dissemos anteriormente, em que algumas gramáticas são publicadas dentro dos critérios estabelecidos por Fausto Barreto –, tem seu título modificado a partir da segunda edição, de 1894 (cf. Nascentes, 1939; Moraes, 1997). Já na introdução da primeira edição, Maciel faz um elogio à transição pela qual passam as ciências da linguagem e à relação que essas passavam a manter com outras ciências. Na terceira edição, de 1902, à qual tivemos acesso, encontra-se um prólogo assinado em 1894, data da publicação da segunda edição, em que Maciel comenta novamente o momento de transição pelo qual passavam as doutrinas de então, e afirma que sua gramática utiliza o que há de mais novo em filologia (Maciel, 1902, p.VII).

A escolha dessas quatro gramáticas deve-se a dois critérios distintos e independentes: a ruptura com alguma corrente que as relacione à GGR-PR e o prestígio de que desfrutaram. Duas delas são dadas como produto de alguma ruptura metodológica: a de Morais Silva (1806), como dissemos, é dada por Hackerott (1994) como a primeira gramática a não ter influências de Sanchez de las Brozas, mas somente da GGR-PR; a de Ribeiro (1881) é, como vimos, dada como aquela que passa a recusar justamente a GGR-PR. Sotero dos Reis (1866) e Maciel (1902[1894]) foram escolhidos por seu prestígio durante o século XIX no Brasil (cf. Nascentes 1939; Moraes, 1997).

2. A ‘proposição’ na *Grammaire Générale et Raisonnée*

Uma das particularidades da GGR-PR era seu modelo sintático, que se baseava na ideia de que a língua era prioritariamente expressão do pensamento lógico, o qual se constituiria por três operações: a concepção, o julgamento e o raciocínio. As últimas duas operações realizavam-se na proposição (ou sentença), a qual, por sua vez, continha um sujeito, um atributo e a ligação entre eles, como podemos ver no trecho abaixo:

“Todos os filósofos ensinam que há três operações de nosso espírito: CONCEBER, JULGAR, RACIOCINAR. CONCEBER não é outra coisa que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de uma maneira puramente intelectual, como quando eu conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com as imagens corporais, como quando eu imagino um carro, uma roda, um cão, um cavalo. JULGAR é afirmar que uma coisa que nós concebemos é tal, ou não é tal: como quando tendo concebido que isto é a *terra* e que isto é *redondo*, eu afirmo da *terra*, que ela é *redonda*. RACIOCINAR é se servir de dois julgamentos para fazer um terceiro: como quando tendo julgado que toda virtude é louvável. Daí se vê que a terceira operação do espírito não é senão uma extensão da segunda; e assim será suficiente, para o nosso tema, considerar as duas primeiras, ou o que da primeira está contido na segunda. [...] O julgamento que fazemos das coisas, como quando dizemos *a terra é redonda*, chama-se PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição contém necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquele de que se afirma, como *terra*; e o outro chamado atributo, que aquilo que se afirma, comme *redonda*; e mais a ligação entre esses dois termos, é.”¹⁹

Numa estrutura como a ‘proposição’, observamos que não se fala de verbo; fala-se, na verdade, da *ligação* entre sujeito e atributo, que se dá através da forma *é*, o verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Na seção destinada ao verbo da *Grammaire*, observamos que para Arnauld e Lancelot há somente um verbo real, o chamado *verbo substantivo*.

Pode-se dizer que o verbo não deveria ter outro uso senão o de marcar a ligação que nós fazemos no nosso espírito de dois termos de uma proposição; mas há somente o verbo *ser*, que se chama substantivo, que seja mantido nesta simplicidade, e ainda pode-se dizer que só é propriamente mantida a terceira pessoa do

19 Tradução livre de “Tous les philosophes enseignent qu’il y a trois opérations de notre esprit: CONCEVOIR, JUGER, RAISONNER. CONCEVOIR, n’est autre chose qu’un simple regard de notre esprit sur les choses, soit d’une manière purement intellectuelle, comme quand je connais l’être, la durée, la pensée, Dieu; soit avec des images corporelles, comme quand je m’imagine un carré, un rond, un chien, un cheval. JUGER, c’est affirmer qu’une chose que nous concevons est telle, ou n’est pas telle: comme lorsqu’ayant conçu ce que c’est que la *terre*, et ce que c’est que *rondeur*, j’affirme de la *terre*, qu’elle est *ronde*. RAISONNER, est se servir de deux jugements pour en faire un troisième: comme lorsqu’ayant jugé que toute vertu est louable. D’où l’on voit que la troisième opération de l’esprit n’est qu’une extension de la seconde; et ainsi il suffira, pour notre sujet, de considérer les deux premières, ou ce qui est enfermé de la première dans la seconde. [...] Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis *la terre est ronde*, s’appelle PROPOSITION; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes: l’un appelé sujet, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l’autre appelé attribut, qui est ce qu’on affirme, comme *ronde*; et de plus la liaison entre ces deux termes, est. » (Arnauld & Lancelot, 1780[1660], p.64-66).

presente, *é*, e em certas ocasiões. Pois como os homens tendem naturalmente a abreviar suas expressões, eles juntaram quase sempre à afirmação outras significações em uma mesma palavra. [...] a palavra *vive* encerra em si a afirmação e o também o atributo de ser vivente; e assim é a mesma coisa que dizer, *Pierre vive* e *Pierre é vivente*.²⁰

O verbo substantivo nada mais é do que o verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente, ou seja, aquele *é* que citamos acima. Este verbo faz a ligação entre sujeito e atributo e, portanto, de acordo com os autores, sua função é a de afirmar. Os outros verbos seriam criados a partir do verbo substantivo com a junção de um atributo. Assim, seria a mesma coisa dizer ‘Pierre vive’ ou ‘Pierre é vivente’.

3. Aspecto holístico e aspecto analítico da proposição

De acordo com Graffi (2001, p.113), pode-se encontrar na mais conhecida definição de ‘sentença’ da tradição clássica — “*oratio est ordinatio dictionum congrua, sententiam perfectam demonstrans*”²¹ de Prisciano—, dois aspectos: um chamado ‘analítico’ e outro, ‘holístico’. O primeiro refere-se ao arranjo da sentença, que não pode ser feito por qualquer organização de palavras, mas por uma organização que seja coerente. O segundo, o aspecto holístico, é referente à afirmação de que em tal arranjo de palavras é expresso um ‘sentido perfeito’ (ou ‘pensamento perfeito’). Contudo, Prisciano não define exatamente nem o que seria um ‘sentido perfeito’, nem qual seria a organização de palavras mais correta para expressá-lo. Na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, porém, encontramos estes dois aspectos bem definidos. O aspecto analítico definido em Sujeito, Cópula e Atributo, e o aspecto holístico, presente na equação *sentença = julgamento* (Graffi, 2001, p.113-4).

20 Tradução livre de: “[...] on peut dire que le verbe de lui même ne devoit point avoir d’autre usage que de marquer la liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition; mais il n’y a que le verbe être, qu’on appelle substantif, qui soit demeuré dans cette simplicité, et encore l’on peut dire qu’il n’y est proprement demeuré que dans la troisième du présent, est, et en de certaines rencontres. Car comme les hommes se portent naturellement à abrèger leurs expressions, ils ont joint presque toujours à l’affirmation d’autres significations dans un même mot. [...] le mot de *vivit* enferme seul l’affirmation et de plus l’attribut d’être vivant ; et ainsi c’est la même chose de dire, *Pierre vit*, que de dire *Pierre est vivant*. » (Arnaud & Lancelot, 1780[1660], p.159)

21 “A sentence is a coherent word combination, expressing a complete thought” na tradução de Graffi (2001, p.113). “Sentença/discurso [oratio] é um arranjo coerente de palavras, que expressa um pensamento [sententiam] perfeito” em tradução livre do latim para o português.

Mas de que modo esses aspectos são descritos nas gramáticas brasileiras analisadas neste artigo? Que impacto a *Grammaire* teve sobre (parte d)o tratamento da sintaxe desses gramáticos?

3.1. O aspecto holístico da sentença em gramáticas brasileiras

Morais Silva (1806) define a sentença, em termos holísticos, num primeiro momento, afirmando que ela é equivalente à noção de ‘sentido perfeito’, sem, contudo, definir o que é o sentido perfeito. Em seguida, o autor define a sentença como composição que pode ser reduzida àquilo que julgamos das coisas ou àquilo que queremos que pessoas ou coisas sejam, façam ou sofram, como vemos abaixo:

Da boa composição das partes da oração entre si resulta a *sentença*, ou sentido perfeito, com que nos fazemos entender, falando com palavras. Todas as Sentenças se reduzem a declarar o que *julgamos* das coisas: v. g. *este pomo é doce; João é virtuoso*: ou aquilo que *queremos*, que as pessoas ou coisas sejam, fação, ou sofrão: v.g. *Filho sè estudioso; trabalha; sòfre-te com os trabalhos; está-me a tento.*” (Morais Silva, 1806, p.81)

Por um lado, no que diz respeito à definição como *juízo*, temos uma aproximação da definição da *Grammaire* de Port-Royal; contudo, a equivalência da noção de ‘juízo’ com a de que podemos designar como ‘desejo’ levamos a pensar que há aí uma interferência do *Hermes* de James Harris²² (1751), citado três vezes ao longo da gramática de Moraes Silva. O autor inglês, tal como os Arnauld e Lancelot, raciocina em um caminho que vai dos processos mentais para a linguagem, mas, em vez de dar o *juízo* como principal modo de pensar, como prefere a GGR-PR, diz que há dois poderes da alma, a percepção e a volição, e, deste modo, há dois tipos de sentença: as de asserção e as de volição²³ (cf. Chomsky, 1972[1966], p.43-44). Ainda assim, quando Moraes Silva usa o termo ‘juízo’ em vez de ‘asserção’ ou ‘percepção’, vemos que há, na verdade, uma mescla de conceitos provenientes da GGR-PR e do *Hermes*.

22 James Harris (1709-1780) foi um gramático inglês cuja obra de maior destaque, *Hermes or A Philosophical inquiry concerning universal grammar*, de 1751, baseava-se na aplicação de categorias filosóficas à linguagem – tal como muitas obras do século XVIII (cf. Weedwood, 2002, p.100).

23 Um trecho do *Hermes* de Harris em que isso fica mais claro: “If then the *Soul’s leading Powers* be the two above mentioned [Perception and Volition], and it be true that *all Speech is a publication of these Powers*, it will follow that EVERY SENTENCE WILL BE EITHER A SENTENCE OF ASSERTION OR A SENTENCE OF VOLITION.” (Harris, 1806[1751], p.17)

Sotero dos Reis (1866) apresenta proposição (que segundo ele, pode se chamar também: oração, frase e sentença) como sendo o enunciado do juízo ou do ato de entendimento, pelo qual se afirma uma coisa de outra coisa.

“Proposição, que também se chama, oração, phrase, sentença, é o enunciado do juízo ou acto do entendimento, pelo qual afirmamos uma coisa de outra.” (Sotero dos Reis, 1866, p.148).

Essa definição é muito semelhante à dada na GGR-PR, qual seja, a de que a proposição é um julgamento (ou juízo), sendo que este é, por sua vez, afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal (cf. Arnauld & Lancelot, 1780[1660], p.65-66).

Julio Ribeiro (1881) inicia sua definição de sentença, do ponto de vista holístico, dizendo que ela forma o ‘sentido perfeito’. Logo em seguida, diz que o metatermo ‘sentença’ é preferível ao metatermo ‘período’, pois, enquanto aquele, do latim *sententia*, diz respeito a noções como ‘juízo, pensamento e expressão completa’, ‘período’, do grego *periodos*, significa ‘rodeio’, o que estaria mais ligado a uma ‘sentença retórica’, nas palavras de autoridades da Antiguidade, como o filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e o orador romano Marco Antônio Cícero (106 a.C.-43 a.C.).

“*Sentença* é uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito, ex.: << *As abelhas fazem mel—Os cães ladram—Morro* >>. *Sentença* do Latim *sententia* (pensamento, juízo, expressão completa) é denominação preferível a *periodo*. Com efeito, o termo *periodo*, do Grego *periodos* (caminho em volta, rodeio) não traduz bem a noção de pensamento, de juízo. Aristoteles e Cícero empregaram-no com a significação de << sentença rhetorica >>, figurada, ornada. Por << formar sentido perfeito >> entende-se — dizer alguma coisa a respeito de outra de modo completo.” (Ribeiro, 1881, p.193)

Para Ribeiro, portanto, o termo sentença é definido a partir do significado da palavra latina *sententia*, que podia ser tanto ‘pensamento’ e ‘expressão completa’ como ‘juízo’. Assim, o autor parece estar a meio caminho da ruptura, pois, ao mesmo tempo em que justifica, ao opor o termo *sententia* a *periodos*, o aspecto holístico de uma forma diferente daquele da GGR-PR – visto que esta justifica que a afirmação de uma coisa sobre outra forma uma sentença e é um juízo – Ribeiro mantém a definição de sentença como sendo um juízo.

Na terceira edição da gramática de Maciel (1902[1894²⁴]), que carregava as numerosas mudanças feitas na segunda edição²⁴, a definição para sentença, no que diz respeito ao aspecto holístico, é “proposição é um pensamento expresso por uma ou mais palavras” (p.277). Pela primeira vez, vemos uma definição que fala apenas de pensamento, e não de juízo.

Como pudemos ver, portanto, das quatro gramáticas observadas, três mantêm na definição que dão para o metatermo *sentença* (ou similares²⁵) a ideia de *juízo* ou *juízo*. É somente a última, em ordem cronológica, que já não utiliza, ao menos explicitamente, a equação *sentença = juízo*. Ademais, é possível observar que, quanto a suas fontes, as quatro gramáticas são diferentes entre si. A de Moraes Silva recebe claramente influência GGR-PR, porém parece fazer referência também ao *Hermes* de Harris. A de Sotero dos Reis é, possivelmente, a que sofreu maior impacto da GGR-PR, visto que sua definição da sentença, em termos holísticos, é muito semelhante à da gramática de origem francesa. Ribeiro parece ter a intenção de afastar-se da tradição da GGR-PR, entretanto, a presença do termo ‘juízo’ em sua definição é sugestiva de um processo de transição. Por fim, Maciel não apresenta a equação *sentença=juízo*; fala apenas de pensamento.

Assim, é notável que, entre as gramáticas de Sotero dos Reis (1866) e Julio Ribeiro (1881), que se separam por quinze anos²⁶, há uma mudança na concepção de sentença, a qual se completa em Maciel (1902[1894]). Considerando as periodizações correntes da gramaticografia brasileira, essa mudança seria promovida pelo próprio Ribeiro. Por outro lado, encontramos em Moraes Silva (1806) e Sotero dos Reis (1866), que publicam suas gramáticas num espaço de sessenta anos, noções que se mantêm e que remetem à GGR-PR. Desta forma, ao menos no que diz respeito ao aspecto holístico da definição de sentença, o impacto da GGR-PR, iniciado no início do século, começa a se dissipar após a publicação da gramática de Ribeiro, em 1881. No próximo item, observaremos

24 Embora a primeira edição da gramática de Maciel (1887) não seja nosso objeto de estudo, é interessante observar a mudança de uma para outra referente ao aspecto holístico da sentença. Maciel (1887, p.206) o define assim “a proposição ou oração é a manifestação externa de um juízo”. Esta definição concisa, como vemos, é bastante próxima da de Port-Royal, diferente do que veremos nas próximas edições.

25 Não é nosso objetivo neste artigo tratar das diferenças de metalinguagem para se fazer referência à sentença. Como se pode ver, os autores analisados variam entre ‘sentença’ e ‘proposição’.

26 Se considerarmos as edições posteriores que consultamos, a terceira, de 1877, mantém as noções presentes na primeira, e, assim, a diferença entre a gramática de Sotero dos Reis de Julio Ribeiro seria de apenas quatro anos.

o aspecto que caracterizamos como analítico, para que, posteriormente, posamos ter uma visão ampla da definição de sentença no século XIX no Brasil.

3.2. *Aspecto analítico da sentença em gramáticas brasileiras*

Morais Silva (1806) diz que formam uma ‘sentença perfeita’ o sujeito (de quem se afirma), o atributo (que modifica, determina) e o verbo (que afirma e une atributo a sujeito). Seu modelo é tripartite e muito próximo do presente na GGR-PR.

“Nestas [sentenças] são notáveis: O *Sujeito*, de quem se afirma, o qual deve ser um nome só, ou modificado por articulares, e attributivos: v. g. “*este homem virtuoso* foi infeliz: » ou por nomes com preposições: v. g. *O templo de Deus* é lugar santo: » *de Deus* modifica a *o templo*, e determina aquelle de que falamos, que é o de Deus verdadeiro. 4. 2.º O *Atributo*, que se declara por adjectivos attributivos; v. g. *infeliz*: outras vezes por nomes com preposições; v.g. “*Pedro é sujeito de verdade, de honra*» por *verdadeiro, honrado*: ou “*é ho- mem sem honra*. » 5. 3.º O *Verbo*, que afirma, e ajunta os attributos aos sujeitos; ou exprime a vontade, e mando: v. g. *Tu és amante; sê amante*: » o qual verbo muitas vezes é uma só palavra, v. g. *amas* (por *és amante*); *ama* tu (por *sê amante*); faz uma sentença perfeita.” (Morais Silva, 1806, p.81)

Sotero dos Reis (1866), tal como Moraes Silva (1806), apresenta como termos da sentença os mesmo três da *Grammaire* de Port-Royal: sujeito (a que se atribui alguma coisa, ideia principal, objeto do juízo), atributo (qualidade que se atribui ao sujeito, ideia acessória) e verbo (nexo entre sujeito e atributo).

“Toda a reunião de palavras, a qual forma sentido, é uma proposição, em que se contem tres termos, denominados, sujeito, verbo, attributo. Sujeito é a pessoa ou cousa a que se attribue alguma qualidade: é a idéa principal, o objecto do juizo. Atributo e a qualidade que se attribue ao sujeito: é a idea accessoria. Verbo, que já ficou definido em logar competente, é o nexo entre os outros dous termos. Exemplo de uma proposição com seus tres termos: «*Deus é eterno.*» Deus, sujeito; é, verbo; eterno, attributo.” (Sotero dos Reis, 1866, p.148)

Julio Ribeiro, diferentemente, fala de *sujeito e predicado* como sendo os dois elementos da sentença, como vemos a seguir:

“toda sentença consta de dous elementos: (1) o que representa a cousa a cujo respeito se falla: chama-se *sujeito*; (2) o que representa o que se diz a respeito do sujeito: chama-se *predicado*” (Ribeiro, 1881, p.194).

Em princípio, pareceria que sua análise é bipartite; contudo, ele divide o predicado em dois constituintes:

“Este segundo elemento subdivide-se em dous outros: (a) a idéia que se liga ao sujeito: chama-se *predicado propriamente dito*; (b) o laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito: chama-se *copula*.” (Ribeiro, 1881, p.194).

Sua sentença parece, portanto, não só ser, na verdade, tripartite, como também os três elementos que a constituem são muito semelhantes aos da proposição da GGR-PR, isto é, o *sujeito*, a *cópula* (o mesmo que *ligação*) e o *predicado propriamente dito* (que seria aí o *atributo*). As mudanças seriam essencialmente terminológicas, exceto pela organização do predicado como constituído por *cópula* e *predicado propriamente dito*. Há, porém, presença da GGR-PR nessa definição, que pode ser vista claramente no exemplo de análise de uma sentença apresentado por Ribeiro: “«*Pedro ama*» «*ama*» decompõe-se em «*é amante*», e todo o exemplo analisa-se como acima.” (Ribeiro, 1881, p.194), o qual se reporta a um modelo típico de análise da GGR-PR, com o chamado verbo substantivo, de que falamos anteriormente, no item 2.

Contudo, nas edições seguintes da *Grammatica Portuguesa* de Ribeiro, o aspecto analítico da sentença sofre algumas modificações. Na sexta edição, de 1900, a definição de sujeito e de predicado é a mesma, já os exemplos são novos:

“Neste exemplo *Rosas são flôres*, *Rosas* é o sujeito; *são*, a copula; *flôres*, o predicado propriamente dito. Neste outro *Pedro ama*, *ama* decompõe-se em *am* thema, e *a* terminação: o thema *am* fica tido como o predicado, e a terminação *a* como copula. Em geral póde-se dizer com Mason (1)²⁷ que a copula grammatical de todas as sentenças consiste na flexão do verbo.” (Ribeiro, 1900, p.223).

A referência a Charles Peter Mason (1820-1900) é substancial para a compreender a mudança dos exemplos entre as edições, já que o gramático inglês parece explicar a sentença em termos semelhantes aos que aparecem em Ribeiro (1900)²⁸. O que vemos, além de um apagamento da noção de *verbo*

27 Nota do próprio Ribeiro (1900, p.223): “*English Grammar*, London, 1864, pag. 95”.

28 Mason diz em sua *English Grammar*: “The grammatical copula in every sentence consists of the *personal inflections* [*nota: That is, the inflections by which number and person are marked, and by which the verb is made a *finite* verb] of the verb. In the sentence “Time flies”, the subject is *Time*; that which is predicated or asserted of *time*, is *flying*: the personal termination of the verb *flies* unites the idea to the subject. In the sentence, “The rose is red”, the subject is *rose*; that which is predicated of the rose is, *being red*; the personal inflection by

substantivo, própria da GGR-PR, é uma mudança de ênfase do eixo sintático para o eixo morfológico, isto é, aquele que se refere às partes que compõem uma palavra. Esse tipo de deslocamento é comum no século XIX, período em que estudos referentes à sintaxe estão em menor evidência que os voltados para a fonética e a morfologia.

Por fim, Maciel (1902[1894]) define a proposição ‘organismo’ que pode ter seis funções, sendo duas delas fundamentais:

“seis são as funções das palavras ou expressões no organismo da proposição, a saber: a) Função subjectiva; b) Função predicativa; c) *Função attributiva*; d) *Função objectiva*; e) *Função vocativa*; f) *Função adverbial*. As duas primeiras são fundamentaes, pois a ellas se reduz a proposição no seu menor desenvolvimento e as demais são accessorias, pois apparecem apenas para modificar e desenvolver, ora ao sujeito, ora ao predicado.” (p. 224-25).

Assim, há, para Maciel, duas funções que podemos relacionar ao aspecto analítico da sentença, a função subjetiva e a função predicativa, as quais são constituídas, respectivamente, pelo sujeito — definido como “o ser de quem se diz alguma coisa” —, e o predicado, definido como “aquillo que se diz a respeito do sujeito”. E, diferentemente do que se encontra em Ribeiro (1881 e 1900), o predicado aqui seria constituído pelo verbo (que não é cópula, neste caso) e se, houver, também pelo complemento do verbo²⁹. Sua análise, portanto, é já bem diferente da dos gramáticos anteriores e da da própria GGR-PR.

No caso da definição de sentença de acordo com seu aspecto analítico, observamos que Morais Silva e Sotero dos Reis utilizam o sistema tripartite, tal como ele é dado na GGR-PR. Julio Ribeiro, na primeira edição de sua gramática, vale-se ainda do modelo tripartite, embora use outra terminologia de descrição, e, nas edições posteriores, ainda que haja certa mudança, a presença

which *is* becomes a third person singular, is the copula. If we say, “The journey was pleasant”, what we assert of the journey is its *having been pleasant*, it being clear that the notion of *time* belongs to the predicate.” (Mason, 1858, p.91-2). Contudo, vemos que há ainda, entre Mason e Ribeiro, diferenças, como o fato de, na análise da sentença “rosas são flores”, Julio Ribeiro dar ‘são’ como cópula, ao passo que Mason, na sentença “the rose is red”, identifica como cópula a flexão do verbo *to be* na terceira pessoa, tornando-se ‘is’; desta forma, o impacto dessa fonte fosse completo, Julio Ribeiro poderia ter dado como cópula a flexão da terceira pessoa do plural do verbo *ser*, e não a forma já flexionada.

²⁹ Objeto direto e/ou indireto.

de elementos como a ‘cópula’, revela a permanência de um sistema tripartite de análise, o que dá indícios de semelhanças entre a GGR-PR e a gramática de Ribeiro, que estaria nesse momento num período de transição. A ruptura com o modelo de Port-Royal dar-se-ia por completo somente em Maciel, que, quanto ao aspecto analítico, define sentença a partir de um modelo bipartite, que prevê as categorias sujeito e predicado.

Conclusão

Neste trabalho pudemos observar que o impacto da GGR-PR no tratamento da sintaxe, mais especificamente na concepção de sentença, das gramáticas brasileiras do português foi, gradualmente, diminuído após a década de 1880, como, de certa forma, já demonstravam as periodizações citadas ao longo deste artigo. É, porém, importante observar que uma ruptura substancial parece ter se dado apenas na década de 1890, com a segunda edição da gramática de Maciel (1894). A forte ‘retórica revolucionária’ de Julio Ribeiro, exemplificada no prefácio da segunda edição de sua gramática, de 1884, é um indício de insatisfação com o modelo da GGR-PR, sem, no entanto, corresponder a um abandono pleno desse modelo, ao menos no que se refere ao tratamento da sintaxe. Parece, deste modo, ter havido primeiramente um momento de forte recusa do modelo anterior, para que somente posteriormente este modelo pudesse ser substituído nas descrições efetivamente levadas a cabo.

Já em relação ao início do impacto da GGR, não foram analisadas gramáticas anteriores à de Morais Silva (1806), afinal esta é a primeira gramática do português que se pode tomar como brasileira. Ainda assim, observamos que há forte referência à GGR-PR no tratamento da sintaxe realizado pelo autor. É possível afirmar, portanto, que a gramaticografia brasileira do português inicia-se seguindo, em grande parte, o modelo da GGR-PR, e, ainda que apresente influência de outros autores, como James Harris, esses são, em geral, integrantes da tradição da gramática geral.

Com esta breve análise, pretendemos contribuir para o estabelecimento de uma periodização internamente orientada da produção gramatical brasileira, isto é, para uma periodização que tome como principal critério a natureza das descrições realizadas e que leve em conta, além das rupturas, as eventuais permanências, retomadas, re-construções que essa produção opera sobre seu horizonte de retrospectiva, sejam esses processos conscientes e declarados, sejam eles implícitos aos métodos, aos dados às descrições. Trata-se de um exemplo pontual de estudo que estamos procurando aprofundar com o desenvolvimento

do projeto a que vincula este texto.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

MORAIS SILVA, Antonio. *Epitome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

MACIEL, Maximino. *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1887.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1902[1894].

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Tip. Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. 6ª ed. São Paulo: Tip. da C. Industrial, 1900.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação prática*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1866.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação prática*. 2ª ed (corrigida e aumentada por Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespucio dos Reis). Maranhão: Typ. de R. d'Almeida, 1871

Fontes Secundárias:

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire Générale et Raisonnée*. Quatrième édition. Paris : Librairie Durand neveu, 1780[1660].

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. *Sanctius' Theory os Language. A contribution to the history of renaissance linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983.

CAVALIERE, Ricardo. "Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil". *Alfa*. São Paulo, nº45, 2001, p.49-69.

CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la syntaxe: naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève : Librairie Droz, 1968.

CHOMSKY, Noam. *Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* [trad. de Francisco M. Guimarães]. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972[1966].

DOMINICY, Marc. "Le programme scientifique de la grammaire générale". In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques - Tome 2: Le développement de la grammaire occidentale*. Liège: Mardaga, 1989.

- ELIA, Silvio. “Os Estudos Filológicos no Brasil” In: ELIA, Silvia. *Ensaio de Filologia e Linguística*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1975, pp. 117-176.
- GRAFFI, Giorgio. *200 years of syntax: a critical survey*. Studies in the History of the Language Sciences 98. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na História da Gramática Portuguesa*. 1994. 243f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HARRIS, James. *Hermes or A Philosophical inquiry concerning vniversal grammar*. The sixth edition. London: F. Wingrave, 1806[1751].
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 9ªed. São Paulo: Perspectiva, 2009[1962].
- MASON, Charles Peter. *English Grammar; including the principles of grammatical analysis*. London: Walton and Maberly, p.1858.
- MORAES, Lygia C. de. “A Grammatica Descriptica de Maximino Maciel”. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.1, p. 165-173, 1997.
- MURRAY, Stephen O. *Theory Groups and the Study of Language in North America: a social history*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993.
- NASCENTES, Antenor. “A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)” In: _____. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 21-45.
- SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la pensée linguistique – analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l’Antiquité au XIX^e siècle*. Paris : Presses Universitaires de France, 1997.
- SWIGGERS, Pierre. “Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística”. In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J. et al. (Éds.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística*. Madrid: Arco, 2004, p.113-146
- WEEDWOOD, Barbara. *História Concisa da Linguística* [tradução de Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

RESENHA

ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Aula de Português: encontro e interação, de Irlandé Antunes, é uma obra que oferece uma nova proposta pedagógica para o ensino de língua materna. A autora, que é doutora em linguística pela Universidade Clássica de Lisboa, introduz novas diretrizes para o ensino de língua portuguesa, em que seu objetivo é chamar a atenção dos professores sobre as práticas escolares tradicionais.

A obra encontra-se dividida em seis capítulos, distribuídos da seguinte forma: capítulo 1: Refletindo sobre a prática da aula de português; capítulo 2: Assumindo a dimensão interacional da linguagem; capítulo 3: Repensando o objeto de ensino de uma aula de português; capítulo 4: Redimensionando a avaliação; capítulo 5: Conquistando autonomia; capítulo 6: Fechando, por enquanto.

Trata-se de uma obra com uma linguagem clara e precisa que em cada capítulo a autora mostra a teoria junto com a prática, e de como é fundamental os professores compreender que esses dois itens estão interligados, e que um depende do outro para desenvolver trabalhos na leitura, na escrita, nas aulas de gramática e nas reflexões sobre a língua propondo, assim, uma atividade de encontro e interação entre o ensino do português e o ensino da língua.

Logo no primeiro capítulo existe uma análise de como as aulas de português são mecânicas em relação à oralidade, a escrita, a leitura e a gramática, pois a didática dos professores encontra-se totalmente inadequada e que os métodos utilizados não concentram-se em ensinar a língua e seu funcionamento, mas apenas explorar o ensino de uma gramática que, segundo Antunes, é “uma gramática, fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função: frases feitas para servir de lição, para virar exercício;” (p.31). Diante disso, percebe-se que a escola faz uso de uma gramática totalmente descontextualizada e com apenas uma intenção: repudiar a língua, mostrando aquilo que esteja certo ou errado sem se preocupar com a ação comunicativa dos falantes.

Assim, no segundo e terceiro capítulos, a autora desenvolve algumas orientações e sugestões de atividades para serem trabalhadas nas aulas de

português, e melhorar o desenvolvimento e o meio de aquisição do aluno na prática da oralidade, escrita, leitura e gramática. Por isso, essas práticas pedagógicas exigem dos professores uma nova postura e reflexão quanto ao ensino de gramática, por que não adianta ensinar apenas as nomenclaturas e pedir para os alunos classificar as orações, é preciso que eles compreendam a gramática funcional através de recursos de textos orais e escritos em que se privilegie a aplicação na língua falada ou escrita em seu uso formal e informal.

Nos três últimos capítulos da obra, Antunes desenvolve a questão sobre avaliação como método de aprendizagem, em que deixa claro que a sua função é algo contínuo e progressivo e que o papel do professor é assumir uma autonomia didática em sala, para que as aulas de português sejam para falar, ouvir, ler e escrever textos, contribuindo de uma forma crítica, pedagógica e relevante para o aprendizado.

Os capítulos mais relevantes da obra são o primeiro e o segundo, porque analisam a didática que os professores têm utilizado em suas aulas. Logo no primeiro capítulo, observa-se que as aulas de português estão totalmente voltadas para a gramática normativa, que concentram-se na capacidade de o aluno conhecer todos aqueles conceitos e nomenclaturas, desde morfologia a sintaxe, visando apenas que as aulas de gramática sejam somente para ensinar as suas regras e suas terminologias, deixando de lado o trabalho com os textos, a oralidade e a escrita do aluno. Diante disso, no segundo capítulo, a autora chama a atenção dos professores sobre essas práticas pedagógicas adotadas em sala de aula, e sugere um novo trabalho com a gramática, pois, de acordo com Antunes, “a gramática compreende o conjunto de regras que especificam o funcionamento de uma língua” (p.85). Portanto, ensinar gramática é ensinar a língua em que todo falante sabe dominar as suas regras, por isso os professores precisam explorar a gramática funcional, ou seja, uma gramática que, além de explicar as regras, mostre o funcionamento da língua, através do contexto de uso do falante, pois não adianta decorar todas as regras e nomenclaturas se não compreender o valor semântico e o sentido que elas expressam, e que as análises de frases soltas e descontextualizadas não favorecem o conhecimento sobre a linguagem e seus contextos de uso.

Como afirma Antunes, “O estudo da gramática deve ser estimulante, desafiador, instigante, de maneira que se desfaça essa ideia errônea de que estudar língua é, inevitavelmente, uma tarefa desinteressante, penosa e, quase sempre, adversa.” (p.97). Por isso, é fundamental que nas aulas de língua portuguesa

trabalhem diversos tipos de gêneros textuais em uma gramática contextualizada, pois trarão interesse, curiosidade e estimulação para os alunos mudando o seu olhar sobre o que é estudar gramática.

Em suma, *Aula de português: encontro e interação*, de Irandé Antunes, é uma obra voltada para os atuais e futuros professores de língua portuguesa em que predomina um encontro entre o ensino de língua e ensino de gramática, pois todos os indivíduos sabem se expressar socialmente, logo, eles sabem a gramática da sua língua. Por isso, deixa um aviso para os professores: despertem, refaçam seus planos de aula, revejam as suas didáticas e, principalmente, aprimorem o seu conhecimento e a metodologia que têm utilizado em sala. Chegou a hora de os professores terem um senso mais crítico e de tornar as aulas de português mais contextualizadas e dinâmicas e de exercitar o valor potencial de seus alunos.

Mirella Silva Barbosa
Faculdade Frassinetti do Recife

Referência:

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANGELA MARIA SOARES MENDES TADDEI é mestre em Memória Social pela Unirio na linha de pesquisa Memória e Linguagem. Tem licenciatura plena em Letras pela Uerj e especialização em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português. É autora de artigos em periódicos nacionais sobre temas relacionados à memória, à literatura brasileira e ao patrimônio.

AUDINÉIA FERREIRA-SILVA é doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp-Araraquara. Desenvolve pesquisa na área de Fonética Acústica e percepção da fala.

BRUNA SOARES POLACHINI é mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH) do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, com pesquisa desenvolvida com financiamento da FAPESP.

CASTELAR DE CARVALHO é professor aposentado de Língua Portuguesa da UFRJ. Autor de livros e ensaios, sobretudo da área da Estilística, é membro da Academia Brasileira de Filologia e do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Dentre suas obras, destaca-se *Para compreender Saussure*, *Noel Rosa: língua e estilo* e *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas*.

ELIAS ALVES DE ANDRADE é Professor Associado III da UFMT, doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela USP e sócio correspondente da Abrafil; coordena o projeto de pesquisa “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII” e o projeto “Para a História do Português Brasileiro-Mato Grosso - PHPB-MT”. É autor de vários textos publicados no âmbito de sua especialidade.

ELZA KIOKO NAKAYAMA NENOKI DO COUTO é doutora em Linguística pela PUC-SP e professora da Universidade Federal de Goiás. Atualmente, está investigando a língua e o imaginário dos ciganos kalderash de Aparecida de Goiânia. Suas principais áreas de interesse incluem Análise do Discurso, Semiótica, imaginário e Ecolinguística.

GLÓRIA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO é doutora em Linguística pela Unicamp, professora e pesquisadora (CNPq) da UFPE e da Unicap, com projeto na área da Aquisição de Linguagem. É autora de vários textos publicados no âmbito de sua especialidade.

HILDO HONÓRIO DO COUTO é doutor em Linguística pela Universidade de Colônia, aposentado como Titular pela UnB, onde ainda atua como Pesquisador Associado, orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado. Suas principais áreas de interesse são Ecolinguística, Crioulística e Fonologia. Em Ecolinguística, tem investigado a semântica das preposições e temas ligados à Ecologia da Interação Comunicativa.

KÊNIA MARIA CORRÊA DA SILVA é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT, bolsista Capes e participante dos projetos de pesquisa “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII” e “Para a História do Português Brasileiro-Mato Grosso - PHPB-MT”.

LEONOR LOPES FÁVERO é professora titular de Linguística da USP e Professora Titular de Língua Portuguesa da PUC-SP. É bolsista de produtividade e pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Possui doutorado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem pela PUC-SP e livre-docência em Semiótica e Linguística Geral pela USP (1993). Desenvolve pesquisas nas áreas de Linguística Textual, História das Ideias Linguísticas e Estudos de Língua Falada.

MARCIA ANTONIA GUEDES MOLINA possui doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Língua Portuguesa também pela PUC/SP. Atualmente ministra aula de Produção Textual nos cursos de graduação e de Sociolinguística nos de pós-graduação da Universidade de Santo Amaro, onde também atua como coordenadora dos cursos de licenciatura e de pós-graduação na área de Letras.

MARIA HELENA DE MOURA NEVES é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Unesp-Araraquara, é bolsista de produtividade em pesquisa nível I-A do CNPq. É autora, entre outros, dos livros *Texto e gramática*, *Gramática de usos do português*, *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. Pertence ao conselho consultivo de treze revistas especializadas, atua como consultora de quinze fundações de apoio à pesquisa e é sócia de seis associações de pesquisa no Brasil e no exterior.

MAURÍCIO SILVA é doutor em Letras pela USP e professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Uninove. É líder de pesquisa do grupo Literatura e Razões Literárias, vinculado à Uninove, e pesquisador do Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior (RIAPE 3), da ULHT.

MIRELLA SILVA BARBOSA é graduanda em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire), onde participa de projetos de pesquisa sobre ensino do português.

NANCY DOS SANTOS CASAGRANDE é professora associada do Departamento de Português da PUC-SP. É pós-doutora pela UP-Portugal. Coordenadora do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa da PUC-SP. Autora de publicações em veículos nacionais e capítulos e livros na área da Letras e Linguística e Língua Portuguesa.

NEUSA BARBOSA BASTOS é professora titular da UPM e da PUC-SP. É pós-doutora pela UP-Portugal, vice-voordenadora do NEL-UPM e coordenadora do IP-PUC-SP. Consultora e parecerista *ad hoc* de órgãos de fomento. Autora de artigos em veículos nacionais e internacionais, capítulos e livros na área da Letras e Linguística

RAFAELA DE CÁSSIA FRANZOI possui mestrado em Letras pela UEM. Atua como professora de Língua Portuguesa e Produção Textual no Ensino Fundamental II; é, também, integrante do Grupo de Pesquisa “Interação e Escrita” (UEM/CNPq), que enfatiza a leitura e a escrita em situação de ensino.

RENILSON JOSÉ MENEGASSI é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM, mestre em Linguística pela UFSC e doutor em Letras pela Unesp. Suas pesquisas envolvem o trabalho com leitura e escrita na formação

do professor de línguas. É líder do grupo de pesquisa “Interação e Escrita” (UEM/CNPq).

SUSANA FONTES é licenciada em Português-Inglês e mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas pela UTAD. É doutoranda em Linguística Portuguesa com tese dedicada à edição e análise histórico-informático-linguística da *Gazeta de Lisboa* (1715 e 1815). Atualmente, desempenha as funções de assistente convidada na UTAD.

TEREZINHA BITTENCOURT é doutora em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense onde atua nos cursos de graduação e pós-graduação. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e em Teoria Linguística.

THAIS HOLANDA DE ABREU é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP-Araraquara,, onde desenvolve o projeto “O estatuto prosódico dos advérbios em *-mente*: um estudo comparativo entre Português Arcaico e Português Brasileiro”, financiado pela Fapesp. É mestre pela mesma instituição e membro do grupo de pesquisa “Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro”.

VERA LUCIA RAHABAGI HANNA é professora associada do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM. Parecerista *ad hoc* de órgãos de fomento. Publica em veículos nacionais e internacionais, capítulos e livro na área de Letras e Estudos Culturais. É editora dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* da UPM.

VERA PACHECO é doutora em Linguística pela Unicamp e Pós-Doutora pela Unesp-Araraquara (CNPq) na área de Fonética e Fonologia. É professora titular de Fonética e Fonologia no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Vitória da Conquista-BA. É autora e coautora de livros e artigos publicados em periódicos especializados.

VERA WANNMACHER PEREIRA tem doutorado em Letras (Linguística Aplicada) e Pós-Doutorado em Psicolinguística, é pesquisadora do CNPq, com Bolsa de Produtividade DT e professora da Faculdade de Letras da PUC-RS, onde desenvolve estudos sobre compreensão e processamento da leitura.

ZULEIDE FERREIRA FILGUEIRAS é mestre em Linguística e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade Letras da UFMG. É toponimista e atua como pesquisadora do léxico da cidade de Belo Horizonte.

CONFLUÊNCIA

Normas para apresentação de originais

1. As páginas devem ser configuradas em papel A4, parágrafo justificado com recuo de 1 cm na primeira linha, espaço simples entre linhas e entre parágrafos, margens de 3 cm, sem numeração de páginas. Deve ser utilizado o programa *Word for Windows*.
2. Os trabalhos deverão ser enviados unicamente por e-mail para o seguinte endereço: confluencia@liceuliterario.org.br. A submissão deverá ser realizada impreterivelmente dentro dos prazos estipulados.
3. Os seguintes arquivos deverão ser enviados, separadamente, no mesmo e-mail:
 - 3.1 Arquivo 1: dados do autor (nome, titulação, vinculação acadêmica, e-mail, telefone).
 - 3.2 Arquivo 2: texto sem identificação.
4. A comissão editorial emitirá parecer sobre a aceitação do trabalho proposto, do qual será cientificado o autor por e-mail. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação.
5. Os direitos autorais sobre os trabalhos aceitos são automaticamente cedidos para a Revista Confluência.
6. São aceitos artigos e resenhas inéditos. Os artigos deverão ter a seguinte estrutura:
 - 6.1 Elementos pré-textuais.
 - 6.1.1 Título e subtítulo na primeira linha, centralizados, em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, corpo 12
 - 6.1.2 Nome do autor na segunda linha abaixo do título, alinhado à direita, com letras iniciais maiúsculas.
 - 6.1.3 Resumo na terceira linha abaixo do nome do autor. Deve-se escrever a palavra RESUMO com letras maiúsculas seguida de dois pontos.

O texto do resumo deve situar-se na linha abaixo em parágrafo único, espaço simples, justificado, de no máximo sete linhas, em fonte Times New Roman corpo 10.

6.1.4 Palavras-chave em número de três a cinco, duas linhas abaixo do resumo. Deve-se escrever PALAVRAS-CHAVE com letras maiúsculas seguida de dois pontos, fonte Times New Roman, corpo 10.

6.1.5 ABSTRACT e KEYWORDS escritos de acordo com as mesmas normas do resumo e das palavras-chave.

6.2 Elementos textuais.

6.2.1 Fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado ao longo de todo o texto.

6.2.2 Espaçamento simples entre linhas e parágrafos, duplo entre partes do texto (tabelas, ilustrações, citações em destaque, seções etc.)

6.2.3 Parágrafos com recuo de 1cm na primeira linha.

6.2.4 As citações até três linhas ficam entre aspas duplas. As citações com mais de três linhas seguem em destaque na seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, com recuo de 2,5cm. As referências deverão ser indicadas entre parênteses, como no exemplo (BECHARA, 1999, p. 45).

6.2.5 As notas de rodapé devem ser escritas em fonte Times New Roman, corpo 10, com alinhamento justificado e espaço simples.

6.2.6 Os títulos e subtítulos dos itens ou seções devem seguir numeração em algarismos arábicos, sem recuo de parágrafo, e são escritos com letra inicial maiúscula somente na primeira palavra. Espaçamento duplo entre seções. Deve-se usar o sistema sequencial em níveis (1.1, 1.1.1, 1.2, 1.2.1 etc.). Não se devem numerar a introdução, a conclusão, Referências e os elementos pós-textuais.

6.3 Elementos ilustrativos.

6.3.1 Tabelas, figuras, fotos etc. devem ser numeradas sequencialmente. Somente serão publicadas ilustrações de propriedade do autor ou expressamente autorizadas pelo detentor dos direitos autorais.

6.4 Elementos pós-textuais.

6.4.1 Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT em espaçamento simples, alinhamento justificado (veja exemplos a seguir).

6.4.2 Data de remessa do artigo para publicação.

7. As resenhas devem seguir, no que couber, as normas dos artigos.

8. Exemplos de referências.

8.1 Livro.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

8.2 Artigo de periódico.

KEHDI, Valter. Considerações em torno da Moderna Gramática Portuguesa, do Prof. Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 21, 2001, p. 45-58.

8.3 Capítulo de livro.

KUITERS, A.T.; VAN BECKHOVEN, K.; ERNST, W. H. O. Chemical influences of tree litters on herbaceous vegetation. In.: FANTA, A. (ed.). *Forest dynamics research in Western and Central Europe*. Washington: Pudoc, 1986, p. 140-170.

8.4 Monografias, dissertações e teses.

MIYAMOTO, S. *O Pensamento geopolítico brasileiro: 1920-1980*. 1981. 287f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

8.5 Documentos eletrônicos.

FOULKES, H.; CARTWRIGHT, R. Sleep. In: _____ Encyclopedia Britânica On-line. Disponível em: <<http://www.britanica.com/bcom/eb/article>>. Acesso em 5 de fev. 2000.

KOOGAN, A.; HOUASSIS, A. (Ed.) *Enciclopédia e dicionário digital 98*. Direção geral de André Koogan Breikman. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM. Produzida por Videolar Multimídia.

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Confluência

ASSINATURA

Os nossos leitores poderão receber em suas residências a revista, ao preço de R\$ 25,00, correspondente ao número 32 do 2.º semestre de 2006, ou de R\$ 30,00, para a assinatura anual do número 33-34 do 2.º semestre de 2007/1.º semestre de 2008, mais a despesa de porte, caso utilizem os serviços dos correios.

Estes preços são válidos para os números anteriores, com exceção do 1 ao 5, que estão esgotados.

Para os pedidos do exterior o preço de cada número será de US\$ 10.00 (dez dólares americanos) e de US\$ 20.00 (vinte dólares americanos) para a anuidade, mais as despesas de remessa.

Os interessados deverão enviar o seu pedido, com os dados solicitados na ficha abaixo, e acompanhado do comprovante de depósito, para:

Confluência – Instituto de Língua Portuguesa
Rua Senador Dantas, 118 – 2.º andar – Centro
CEP 20031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (21) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – www.liceuliterario.org.br

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
REVISTA CONFLUÊNCIA

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço completo: _____

Desejo receber: *Confluência* 32 _____ *Confluência* 33-34
Data ___ / ___ / ___ Assinatura _____

Os depósitos deverão ser feitos em qualquer agência do Banco Itaú em favor de: Liceu Literário Português – Banco Itaú – Agência São José – 0310, conta corrente nº 42171-4 – Rio de Janeiro – RJ.